

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Chefe do Departamento de Psicologia

Pedro Bendassolli

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia

Isabel Fernandes de Oliveira

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

Volume 27, Número 3, 2022

EDITORAS

Ana Ludmila F. Costa (UFRN)

Raquel Farias Diniz (UFRN)

EDITORES DE SEÇÃO

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:

Arrilton Araújo e Izabel Hazin

Psicologia Social do Trabalho:

Fellipe Coelho Lima, Cassio Adriano Braz de Aquino e Sabrina

Cavalcanti Barros

Temas em políticas sociais: Assistência social e sistema de garantia de direitos

Tatiana Minchoni, Luana Cabral e Manuella Castelo Branco Pessoa

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos contextos socioambientais:

Dayse da Silva Albuquerque, Fernanda Fernandes Gurgel e

Tadeu Mattos Farias

GERENTE EDITORIAL

Ana Ludmila F. Costa

COMISSÃO EDITORIAL

**Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:** Aline Beckmann de Castro Menezes, Briseida Dôgo de Resende, Cintia Azoni, Cláudia Berlim de Mello, Fabián Javier Marín Rueda, Fabíola da Silva Albuquerque, Marco Antonio Correa Varella, Nelson Torro Alves, Pablo Valdez Ramírez, Ronaldo Santos, Sebastião de Sousa Almeida, Verônica Sandra Valentinuzzi

**Psicologia Social do Trabalho:** Alicia Omar, Aline Venceslau Vieira de Lima, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Lígia Carolina Oliveira Silva, Lívia de Oliveira Borges, Manoela Ziebell de Oliveira, Marcelo Afonso Ribeiro, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Priscilla Martins Silva, Sonia Maria Guedes Gondim, Tatiana de Lucena Torres, Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Thais Zerbini, Thiago Drumond de Moraes

**Temas em políticas sociais: assistência social e sistema de garantia de direitos:** Antonio Euzébio Filho, Betanea Moreira de Moraes, Katia Maheirie, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Pablo Queiroz, Raquel Guzzo

**Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos contextos socioambientais:** Gleice Azambuja Elali, Héctor Berroeta, James Ferreira Moura Jr., Soraya Souza de Andrade, Susana Batel

PROPOSTA EDITORIAL

Estudos de Psicologia (Natal) é uma publicação eletrônica trimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica trabalhos inéditos, sejam relatos de pesquisa empírica, estudos teóricos e de revisão. Os fascículos são publicados via portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)>.

CONSELHO CIENTÍFICO

Acacia Aparecida Angeli dos Santos, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Emma Otta Emmanuel Zagury Tourinho, Jorge Castellá Sarriera, José Carlos Zanelli, José de Queiroz Pinheiro, Leôncio Camino, Lucia Rabello de Castro, Luís Flávio Silva Couto, Maria Bernadete de Oliveira, Maria de Fátima Souza Santos, Maria do Carmo Guedes, Maria Emília Yamamoto, Nádia Maria Dourado Rocha, Oswaldo Hajime Yamamoto, Paulo Rogério Meira Menandro, Rosalina Carvalho da Silva, Sergio Ozella, Sergio Vasconcelos de Luna, Zeidi Araújo Trindade.

EDITORACÃO ELETRÔNICA

Tikinet Edição Ltda

APOIO EDITORIAL

Danielle da Silva Dantas

REVISÃO

Cláudia Maria de Farias Nóbrega

Marllam Mohtadi Ghanbarian

AVALIAÇÃO DOS MANUSCRITOS E DIREITOS AUTORAIS

Os manuscritos encaminhados para Estudos de Psicologia devem seguir as diretrizes para autores disponíveis em <<http://pepsic.bvsalud.org/revistas/epsic/pinstruc.htm>>. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Editoria, com base nas recomendações dos membros do Conselho Científico e/ou consultores ad hoc. A aprovação dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Estudos de Psicologia (Natal). O autor continuará, não obstante, a deter os direitos autorais para publicações posteriores, segundo a licença Creative Commons Atribuição Não-Comercial (CC-BY-NC).

INDEXADORES

Indexada em SCOPUS (Elsevier); Sociological Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); PSICODOC (Colegio Oficial de Psicólogos/ Universidad Camplutense de Madrid); CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e INDEXPSI (CFP/PUCCAMP).

Disponível, em versão de texto integral, no portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC)



Financiamento



Classificação CAPES (Qualis) - A1

ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Caixa Postal 1622, Natal/RN.

CEP: 59078-970. E-mail: revpsi@cchla.ufrn.br - Tel: (84) 3342-2236 (ramal 5).

Submissões e processo editorial: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)

Acervo de artigos em texto integral: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

estudos de psicologia (Natal). - v. 27, n. 3 (setembro a dezembro 2022) - - Natal: UFRN. Edufrn, 1996-

Quadrimestral

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

1. Psicologia - Periódico

## NOMINATA - Consultoria *ad hoc* 2022

Abaixo listamos os/as 119 pesquisadores/as que contribuíram em Estudos de Psicologia (Natal) ao longo do ano de 2022 como pareceristas *ad hoc*.

Agradecemos pela inestimável participação, sem a qual não conseguiríamos publicar nossa revista com qualidade, compromisso ético e rigor científico.

Adolfo Pizzinato  
Adriana Satiko Ferraz  
Alexsandra Maria Sousa Silva  
Aline Venceslau Vieira de Lima  
Amália Raquel Pérez-Nebra  
Ana Cristina Serafim da Silva  
Ana Karenina de Melo Arraes Amorim  
Ana Vladia Holanda Cruz  
Antônio Carlos de Oliveira  
Antonio Vladimir Félix-Silva  
Camilla Volpato Broering  
Candida Maria Bezerra Dantas  
Carmem Plácida Sousa Cavalcante  
Carmen Hein de Campos  
Catarine Santos da Silva  
Chrissie Ferreira de Carvalho  
Cícero Emídio Vaz  
Cláudia Aline Soares Monteiro  
Claudia Patrocínio Pedroza Canal  
Daniel Carvalho de Matos  
Daniela Levandowski  
Darlane Silva Vieira Andrade  
Débora Dalbosco Dell'Áglio  
Denise Pereira dos Santos  
Edclecia Reino Carneiro de Moraes  
Elaine Teresinha Dal Mas Dias  
Elisa Amorim-Ribeiro  
Elka Lima Hostensky  
Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva  
Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo  
Fabrycianne Gonçalves Costa  
Fernanda Duarte  
Fernando Santana de Paiva  
Filipe Boechat  
Flávia Manuella Uchôa de Oliveira  
Flávio Fernandes Fontes  
Francisco Antonio Coelho Junior  
Graziele Alves Amaral  
Guilherme Correa Barbosa  
Gustavo Henrique Carretero  
Hebe Signorini Gonçalves  
Hedyanne Guerra Pereira  
Heliane de Almeida Lins Leitão  
Hellen Chrystianne Lucio Barros  
Isabela Saraiva De Queiroz  
Jacy Correa Curado  
Jader Ferreira Leite  
Jeferson Gervasio Pires  
Jimena de Garay Hernández  
Joana Azevedo Lima  
João Silvestre da Silva Júnior  
José de Queiroz Pinheiro  
José Roberto Montes Heloani  
Josiele Bené Lahorgue  
Joyce Pereira da Costa  
Karina da Silva Oliveira  
Katia Barbosa Macedo  
Katia de Moura Graça Paixão  
Kátya de Brito e Silva  
Laila Leite Carneiro  
Larissa Soares Baima  
Leandro Amorim Rosa  
Lêda Gonçalves Freitas  
Leonardo Victor de Sá Pinheiro  
Liana Santos Alves Peixoto  
Lígia Carolina Oliveira-Silva  
Lisandra Espíndula Moreira  
Livia Gomes dos Santos  
Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
Lucian Borges  
Luciana Codognoto da Silva  
Luciana Lobo Miranda  
Luciene Regina Paulino Tognetta  
Lucy Leal Melo-Silva  
Ludgleydson Fernandes de Araújo  
Maila Rossato Holz  
Maíra Longhinotti Felipe  
Marcia Iara Costa da Silva  
Maria do Carmo Fernandes Martins  
Maria Elizabeth Antunes Lima  
Maria Emília Yamamoto  
Maria Fernanda Diogo  
Mariana Prioli Cordeiro  
Marília Mesquita Resende  
Marília Veríssimo Veronese  
Mário Francis Petry Londero  
Mário Lázaro Camargo  
Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró  
Michela Katuscia Calaça Alves dos Santos  
Mônica Rafaela de Almeida  
Monique Araújo de Medeiros Brito  
Murilo Cavagnoli  
Nikolas Olekszechen  
Pedro F. Bendassolli  
Pedro Henrique Antunes da Costa  
Pedro Paulo Bicalho  
Rafael de Albuquerque Figueiró  
Renata Kochhann  
Renata Monteiro Garcia  
Rômulo Lustosa Melo  
Ronaldo Gomes Souza  
Rossana Carla Rameh-de-Albuquerque  
Sabrina Mazo D Affonseca  
Silvia Renata Lordello  
Simone Maria Huning  
Sonia Regina Pasian  
Sueli Maria Cabral  
Symone Fernandes de Melo  
Tabita Aija Silva Moreira  
Tatiana de Lucena Torres  
Tatiana Machiavelli Carmo Souza  
Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schindwein  
Vanessa Andrade de Barros  
Vanessa Barbosa Romera Leme  
Vanessa Catherina Neumann Figueiredo  
Vânia Aparecida Calado  
Wallisen Tadashi Hattori  
Winnie Samanú de Lima Lopes  
Zulmira Aurea Cruz Bomfim

## Sumário

### Psicobiologia e Psicologia Cognitiva

*Evidências de validade interna e externa para a escala de nível de funcionamento da personalidade - forma resumida 2.0*  
André Pereira Gonçalves (Universidade Federal da Bahia), Gabriel Carvalho Franco (Centro Universitário Salesiano de São Paulo),  
Gisele Magarotto Machado (Universidade São Francisco) .....272

*Propriedades Psicométricas da Escala de Enfrentamento em Pandemia (EEP)*  
Jonatas Reis Bessa (Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciências), Roberto Beirão Santos Sousa (Universidade Federal da  
Bahia), Ana Beatriz Trindade (Universidade Federal da Bahia), José Neander Silva Abreu (Universidade Federal da Bahia) .....280

### Psicologia Social do Trabalho

*Preditores do desenvolvimento profissional de universitários durante a pandemia da Covid-19*  
Danielle Mello Ferreira (Universidade Salgado de Oliveira), Luciana Mourão Cerqueira e Silva (Universidade Salgado de Oliveira e  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro) .....289

*Construção identitária profissional: sentidos do trabalho para psicólogos*  
Larissa Marcí Rutke Nieswald (Universidade Federal de Santa Catarina), Valéria De Bettio Mattos (Universidade Federal de Santa  
Catarina), Elka Lima Hostensky (Universidade Federal de Santa Catarina), Daeana Paula Bourscheid (Universidade Federal de Santa  
Catarina), Vitória Helena Silva Santos (Universidade Federal de Santa Catarina).....300

*Perspectivas teóricas dos estudos sobre agency: uma revisão integrativa*  
Maria Julia Pegoraro Gai (Universidade Federal de Santa Catarina), João Nuno Ribeiro Viseu (Universidade de Évora), Roberto  
Moraes Cruz (Universidade Federal de Santa Catarina), Fabíola Kaczam (Universidade Federal de Santa Maria) .....311

### Temas em Políticas Sociais: Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos

*Polivitimização e efeitos do bullying por pares em uma amostra brasileira*  
Jaqueline Portella Giordani (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carolina Palmeiro Lima (Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul), Quésia Fernandes Cataldo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Fernanda Saraiva Almeida (Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Clarissa Marceli Trentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) .....322

*A produção discursiva de trabalhadoras do SUAS sobre a relação entre OSC e Estado na política de assistência social*  
Maria Fernanda Aguilar Lara (Universidade de São Paulo), Mariana Prioli Cordeiro (Universidade de São Paulo).....333

*Psicologia, Criminologia Crítica e Feminista: diálogos e convergências na realidade das mulheres encarceradas no Brasil*  
Renata Monteiro Garcia (Universidade Federal da Paraíba), Amanda Oliveira Magalhães (Universidade Federal da Paraíba), Aléxia  
Carolina Gonçalves da Silva (Universidade Federal da Paraíba), Giovanna Ignowsky Borba (Universidade Federal da Paraíba), Jeferson  
Trindade Silva Borges (Universidade Federal de Pernambuco) .....344

### Aspectos Psicossociais das Interações Entre Pessoas e Diversos Contextos Socioambientais

*Percepção de discriminação racial em usuárias(os) da Atenção Básica e Interseccionalidade*  
Raquel da Silva Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Damião Soares de Almeida Segundo (Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul), Alisson Ferreira Batista (Universidade Ritter dos Reis), Sabrina Gomes Nunes (Secretaria Municipal de Educação de Viamão), Giorgia  
Fogaça Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Henrique Caetano Nardi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).....354

*Mulheres chefes de família do Sertão pernambucano e suas demandas de políticas públicas*  
Aléxya Cristal Brandão Lima (Centro de Referência Especializado de Assistência Social Miguel Otávio), Rosineide de Lourdes Meira  
Cordeiro (Universidade Federal de Pernambuco), Russell Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco) .....366

*Memórias e conquistas das mulheres trabalhadoras do mar: uma análise psicossocial de narrativas filmadas na Região dos Lagos -RJ*  
Regina Carmela (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro Universitário Serra dos Órgãos), Marta de Araújo Pinheiro  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro).....377

### Seção Especial - Ignacio Martín-Baró

*Se existiu uma antipsiquiatria e uma antipsicanálise, por que não uma antipsicologia? Diálogos com Martín-Baró*  
Pedro Henrique Antunes da Costa (Universidade de Brasília) .....388

*Antipsiquiatria e Antipsicanálise*  
Ignacio Martín-Baró.....392

## Contents

### Psychobiology and Cognitive Psychology

*Internal and External validity evidence for Level of Personality Functioning Scale – Brief Form 2.0.*

André Pereira Gonçalves (Universidade Federal da Bahia), Gabriel Carvalho Franco (Centro Universitário Salesiano de São Paulo), Gisele Magarotto Machado (Universidade São Francisco) .....272

*Psychometrics Properties of Pandemic Coping Scale (PCS)*

Jonatas Reis Bessa (Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciências), Roberto Beirão Santos Sousa (Universidade Federal da Bahia), Ana Beatriz Trindade (Universidade Federal da Bahia), José Neander Silva Abreu (Universidade Federal da Bahia) .....280

### Social Work Psychology

*Predictors of professional development of college students during the Covid-19 Pandemic*

Danielle Mello Ferreira (Universidade Salgado de Oliveira), Luciana Mourão Cerqueira e Silva (Universidade Salgado de Oliveira e Universidade do Estado do Rio de Janeiro) .....289

*Professional identity construction: Meanings of work for psychologists*

Larissa Marci Rutke Nieswald (Universidade Federal de Santa Catarina), Valéria De Bettio Mattos (Universidade Federal de Santa Catarina), Elka Lima Hostensky (Universidade Federal de Santa Catarina), Daeana Paula Bourscheid (Universidade Federal de Santa Catarina), Vitória Helena Silva Santos (Universidade Federal de Santa Catarina).....300

*Theoretical perspectives of agency studies: An integrative review*

Maria Julia Pegoraro Gai (Universidade Federal de Santa Catarina), João Nuno Ribeiro Viseu (Universidade de Évora), Roberto Moraes Cruz (Universidade Federal de Santa Catarina), Fabíola Kaczam (Universidade Federal de Santa Maria) .....311

### Themes in Social Policies: Social Assistance and Assurance System of Rights

*Polyvictimization and the effects of peer bullying in a Brazilian sample*

Jaqueline Portella Giordani (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carolina Palmeiro Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Quésia Fernandes Cataldo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Fernanda Saraiva Almeida (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Clarissa Marceli Trentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) .....322

*The discursive production of SUAS female labor force on the relationship between CSO and State in social assistance policy*

Maria Fernanda Aguilar Lara (Universidade de São Paulo), Mariana Prioli Cordeiro (Universidade de São Paulo).....333

*Psychology, critical and feminist criminology: Dialogues and convergences in the reality of imprisoned women in Brazil*

Renata Monteiro Garcia (Universidade Federal da Paraíba), Amanda Oliveira Magalhães (Universidade Federal da Paraíba), Aléxia Carolina Gonçalves da Silva (Universidade Federal da Paraíba), Giovanna Ignowsky Borba (Universidade Federal da Paraíba), Jeferson Trindade Silva Borges (Universidade Federal de Pernambuco) .....344

### Psychosocial Aspects of Interactions Between People and Various Socio-Environmental Contexts

*Perception of racial discrimination in primary care users and intersectionality*

Raquel da Silva Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Damião Soares de Almeida Segundo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Alisson Ferreira Batista (Universidade Ritter dos Reis), Sabrina Gomes Nunes (Secretaria Municipal de Educação de Viamão), Giorgia Fogaça Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Henrique Caetano Nardi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).....354

*Female heads of household in the backland of Pernambuco and their demands of public policies*

Aléxya Cristal Brandão Lima (Centro de Referência Especializado de Assistência Social Miguel Otávio), Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Universidade Federal de Pernambuco), Russell Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco) .....366

*Memories and achievements of women working at the sea: A psychosocial analysis of narratives filmed in Região dos Lagos – RJ*

Regina Carmela (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro Universitário Serra dos Órgãos), Marta de Araújo Pinheiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro).....377

### Special Section - Ignacio Martín-Baró

*If there was an antipsychiatry and an antipsychoanalysis, why not an antipsychology? Dialogues with Martín-Baró*

Pedro Henrique Antunes da Costa (Universidade de Brasília) .....388

*Antipsychiatry and antipsychoanalysis*

Ignacio Martín-Baró.....392

## Contenido

### Psicobiología y Psicología Cognitiva

*Evidencia de validez interna y externa para la escala de nivel de funcionamiento de la personalidad - formulario resumen 2.0.*  
André Pereira Gonçalves (Universidade Federal da Bahia), Gabriel Carvalho Franco (Centro Universitário Salesiano de São Paulo),  
Gisele Magarotto Machado (Universidade São Francisco) .....272

*Propiedades Psicométricas de la Escala de Afrontamiento a la Pandemia (EAP)*

Jonatas Reis Bessa (Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciências), Roberto Beirão Santos Sousa (Universidade Federal da Bahia), Ana Beatriz Trindade (Universidade Federal da Bahia), José Neander Silva Abreu (Universidade Federal da Bahia) .....280

### Psicología Social del Trabajo

*Predictores del Desarrollo Profesional de Universitarios durante la Pandemia de Covid-19*

Danielle Mello Ferreira (Universidade Salgado de Oliveira), Luciana Mourão Cerqueira e Silva (Universidade Salgado de Oliveira e Universidade do Estado do Rio de Janeiro).....289

*Construcción de la identidad profesional: Sentidos del trabajo para los psicólogos*

Larissa Marcí Rutke Nieswald (Universidade Federal de Santa Catarina), Valéria De Bettio Mattos (Universidade Federal de Santa Catarina), Elka Lima Hostensky (Universidade Federal de Santa Catarina), Daeana Paula Bourscheid (Universidade Federal de Santa Catarina), Vitória Helena Silva Santos (Universidade Federal de Santa Catarina).....300

*Perspectivas teóricas de los estudios de agencia: Una revisión integradora*

Maria Julia Pegoraro Gai (Universidade Federal de Santa Catarina), João Nuno Ribeiro Viseu (Universidade de Évora), Roberto Moraes Cruz (Universidade Federal de Santa Catarina), Fabíola Kaczam (Universidade Federal de Santa Maria) .....311

### Temas en Políticas Sociales: Asistencia Social y Sistema de Garantía de Derechos

*Polivictimización y efectos del acoso entre pares en una muestra brasileña*

Jaqueline Portella Giordani (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carolina Palmeiro Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Quésia Fernandes Cataldo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Fernanda Saraiva Almeida (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Clarissa Marceli Trentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).....322

*La producción discursiva de las trabajadoras del SUAS sobre la relación entre OSC y el Estado en la política de asistencia social*  
Maria Fernanda Aguilar Lara (Universidade de São Paulo), Mariana Prioli Cordeiro (Universidade de São Paulo).....333

*Psicología, criminología crítica y feminista: Diálogos y convergencias en la realidad de las mujeres encarceladas en Brasil*

Renata Monteiro Garcia (Universidade Federal da Paraíba), Amanda Oliveira Magalhães (Universidade Federal da Paraíba), Aléxia Carolina Gonçalves da Silva (Universidade Federal da Paraíba), Giovanna Ignowsky Borba (Universidade Federal da Paraíba), Jeferson Trindade Silva Borges (Universidade Federal de Pernambuco).....344

### Aspectos Psicosociales de las Interacciones entre Personas y Varios Contextos Socioambientales

*Percepción de la discriminación racial en usuarios de atención primaria e interseccionalidad*

Raquel da Silva Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Damião Soares de Almeida Segundo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Alisson Ferreira Batista (Universidade Ritter dos Reis), Sabrina Gomes Nunes (Secretaria Municipal de Educação de Viamão), Giorgia Fogaça Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Henrique Caetano Nardi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).....354

*Mujeres jefas de familia en el Sertón de Pernambuco y sus demandas de políticas públicas*

Aléxya Cristal Brandão Lima (Centro de Referência Especializado de Assistência Social Miguel Otávio), Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Universidade Federal de Pernambuco), Russell Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco).....366

*Memorias y logros de mujeres que trabajan en el mar: Un análisis psicosocial de narrativas filmadas en Región dos Lagos-RJ*

Regina Carmela (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro Universitário Serra dos Órgãos), Marta de Araújo Pinheiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro).....377

### Sección Especial - Ignacio Martín-Baró

*Si hubo una antipsiquiatría y un antipsicoanálisis, ¿por qué no una antipsicología? Diálogos con Martín-Baró*

Pedro Henrique Antunes da Costa (Universidade de Brasília).....388

*Antipsiquiatría y antipsicoanálisis*

Ignacio Martín-Baró.....392

# Internal and External validity evidence for Level of Personality Functioning Scale – Brief Form 2.0.

André Pereira Gonçalves. Universidade Federal da Bahia  
Gabriel Carvalho Franco. Centro Universitário Salesiano de São Paulo  
Gisele Magarotto Machado. Universidade São Francisco

## Abstract

This study aimed was to investigate the internal and external evidence validity of LPFS-BF.2.0. 774 Brazilian adults, aged from 18 to 73 years, participated. The participants answered the following instruments: LPFS-BF.2.0., SAPAS, WHO-5, IDCP-SV, BFI-2 S. Data were analyzed using exploratory factor and factor congruence analysis, internal consistency, correlation with external measures, and mean comparison between groups. The internal structure found was similar to the one reported in previous studies. Results suggested validity evidence based on internal structure across adequate fit indices and factor congruence. This study's findings also provide validity evidence based on external relations. The LPFS-BF 2.0 presented negative correlations with well-being and positive correlations with other personality measures. Mean comparison revealed this test capacity for discriminating people with poor mental health from people with good mental health.

**Keywords:** personality disorders, pathological traits, psychometric.

## Resumo

*Evidências de validade interna e externa para a escala de nível de funcionamento da personalidade - forma resumida 2.0.* O objetivo deste estudo foi investigar as evidências de validade interna e externa para LPFS-BF.2.0. Participaram 774 brasileiros adultos, com idades entre 18 e 73 anos. Os participantes responderam aos seguintes instrumentos: LPFS-BF.2.0., SAPAS, WHO-5, IDCP-SV, BFI-2 S. Os dados foram analisados por meio de análise fatorial exploratória, congruência fatorial, consistência interna, correlação com medidas externas e comparação entre as médias dos grupos. A estrutura interna encontrada foi semelhante à relatada em estudos anteriores. Os resultados sugeriram evidências de validade com base na estrutura interna em índices de ajuste adequados e congruência de fatores. Os resultados deste estudo também fornecem evidências de validade com base nas relações externas. O LPFS-BF 2.0 apresentou correlações negativas com o bem-estar e correlações positivas com outras medidas de personalidade. A comparação de médias revelou a capacidade desse teste de discriminar pessoas com problemas relacionados a saúde mental e pessoas saudáveis.

**Palavras chave:** transtornos de personalidade, traços patológicos, psicometria.

## Resumen

*Evidencia de validez interna y externa para la escala de nivel de funcionamiento de la personalidad - formulario resumen 2.0.* El objetivo de este estudio es investigar las evidencias de validación interna y externa para LPFS-BF.2.0. Participaron 774 brasileños adultos, con edades entre 18 y 73 años. Los participantes respondieron a los siguientes instrumentos: LPFS-BF.2.0., SAPAS, WHO-5, IDCP-SV, BFI-2 S. Los datos se analizaron mediante análisis factorial exploratorio, congruencia fatorial, consistencia interna, correlación con variables externas medidas y comparación entre las medias de los grupos. La estructura interna encontrada fue similar a la reportada en estudios previos. Los resultados sugieren evidencia de validación basada en la estructura interna sobre índices de ajuste apropiados y congruencia de factores. Los resultados de este estudio también proporcionan evidencia de validez basada en relaciones externas. El LPFS-BF 2.0 mostró correlaciones negativas con el bienestar y correlaciones positivas con otras medidas de personalidad. La comparación de medias reveló la capacidad de esta prueba para discriminar entre personas con problemas de salud mental y personas sanas.

**Palabras clave:** trastornos de la personalidad, características patológicas, psicometría.

Personality disorders (PD) have about 7% prevalence in the general Brazilian population (Santana et al., 2018). Studies performed in other countries indicate considerably higher prevalence rates in clinical samples, reaching 20% (Hayward & Moran, 2008; Links & Eynan 2013). PD is a severe form of mental illness that affects several areas of life. Negative outcomes like high suicidal behavior risk (Sher, Rutter, New, Siever, & Hazlett, 2019; Söderholm, Socada, Rosenström, Ekelund, & Isometsä, 2020) depression comorbidity (Gonçalves, Pimentel, & Carvalho, 2020), difficulty in the work environment (Carvalho, Martins, Gonçalves, & Sagradim, 2020; Kim et al., 2017) low levels of quality of life (Boye et al., 2008; Crempien et al., 2017) and well-being (Shafaei & Atashpour, 2019), and alcohol and drugs abuse (Gonçalves, Salvador, & Carvalho, 2021; Rosenström et al., 2018) are expected in PD patients. The first step to improving the PD patient's life and preventing more losses is becoming a diagnosis.

PD diagnosis can be based on different theoretical proposals, as the categorical and the dimensional models. Researchers have criticized the categorical model, officially used as the basis for diagnosing PD in diagnostic manuals such as the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM; Haslam, et al., 2012; Hopwood et al., 2020; Kotov et al., 2017). Categorical models assume that people with and without PD differentiates qualitatively; that is, they are assumed as members of different classes. Low reliability, diagnostic criteria were arbitrarily created, high rates of comorbidities between PD and other mental health problems, and symptomatic heterogeneity are some of the main problems regarding the categorical model (Widiger & Samuel, 2005). Another possibility to understand PD is the dimensional models. Dimensional models assume that people differentiate quantitatively, that is, they present the same traits, but they differ in levels, intensity. Although this model is not officially used in clinical diagnosis, several studies indicate that PD is better explained based on dimensional models (levels) than on categorical models (taxons; Krueger & Markon, 2014; Ofirat et al., 2018; Spring, Letkiewicz, Carrillo, & Shankman 2021). However, defining when the level is pathological is critical for the dimensional model.

The DSM-5 (American Psychiatry Association [APA], 2013) consortium proposed an alternative model for personality disorder (AMPD) presented

in section III of the manual. The AMPD is a hybrid model, including categorical and dimensional aspects. Criterion A indicates whether people have (categorical) personality disorders, evaluating personal and interpersonal impairment. Criterion B (dimensional) assesses 25 maladaptive personality traits that compose a pathological profile (APA, 2013). A recent systematic review indicated broad support of the AMPD's clinical utility (Milinkovic & Tiliopoulos, 2020).

Tests for PD assessment were created based in AMPD proposal; for example, the Personality Inventory for DSM-5 (PID-5; Krueger, Derringer, Markon, Watson, & Skodol, 2012) and the Level Personality Functioning Scale Brief Form 2.0 (LPFS-BF.2.0.; Weekers, Hutsebaut, & Kamphuis, 2019). LPFS-BF.2.0 is a self-report scale to evaluate impairments in personality functioning as proposed in AMPD's criterion A. The LPFS-BF is a short version of the Level of Personality Functioning Scale-self report (LPFS-SR; Morey, 2017). This short scale comprises 12 items, each reflecting one of the 12 facets listed in AMPD's criterion A, including impairments in identity (experience of oneself as unique, stability of self-esteem and capacity for and ability to regulate a range of emotional experience), self-direction (pursuit of coherent and meaningful goals, constructive and prosocial internal standards of behavior and self-reflection), empathy (comprehension and appreciation of others' experiences and motivations, tolerance of differing perspectives and understanding the effects of one's behavior on others) and intimacy (depth and duration of connection with others, desire and capacity for closeness and mutuality of regard; Bach & Hutsebaut, 2018; Weekers et al., 2019).

Bach and Hutsebaut (2018) found preliminary validity evidence to LPFS-BF.2.0. Confirmatory factor analyses demonstrated adequate fit for a two-factor solution, interpretable as self-functioning and interpersonal functioning. The Cronbach's alpha values were  $\alpha = 0.79$  and  $\alpha = 0.71$  for the self-functioning and interpersonal functioning factors, respectively, and can be considered acceptable. In addition, the authors found expected correlations between the LPFS-BF 2.0 and external measures, as well as evidence of its discriminative capacity between patients with and without a borderline PD. Oliveira, Zimmermann, Krueger, and Hutsebaut, (in press) adapted the LPFS-BF.2.0 for use in Brazil.

There is scarce of tests to evaluate A criteria from DSM-5 in Brazil. Therefore, we aimed to investigate the

internal and external evidence validity of LPFS-BF.2.0. We created hypotheses for this study: h1) The internal structure would be similar a found in Weekers et al., (2019); h2) LPFS-BF.2.0 would be correlated positively with other personality measures (Bach & Hutsebaut, 2018;); h3) LPFS-BF.2.0 would be associated negatively with well-being (Shafaei & Atashpour, 2019; Weekers et al., 2019); h4) both factors would discriminate against people with and without mental health problems.

## Method

### Participants

Our study included 774 Brazilian adults aged from 18 to 73 years ( $M = 28.9$ ;  $SD = 11.58$ ), mostly female (80.7%), White (64.7%) and single (65%). Forty-one point five percent had completed high school, and 20.7 % had completed higher education. Regarding psychiatric history, 28.3% reported having some psychiatric diagnose. Table 1 presents details on the sample demographics.

**Table 1.** Sociodemographic information

Age	Mean(SD)	28.9(11.58)				
	Min-Max	18-73				
Sex		Female	Male			
	Raw %	625	149			
		80.7	19.3			
Scholar Degree		Basic	High School	Graduate	Postgraduate	
	Raw %	14	321	160	133	
		1.8	41.5	20.7	17.2	
Brazil's region		South	Southwest	North	Northeast	Middle-west
	Raw %	163	504	34	37	36
		21.1	65.1	4.4	4.8	4.7
Ethnicity		Caucasian	Brown	Black	Asian	Other
	Raw %	501	194	54	12	13
		64.7	25.1	7.0	1.6	1.7
Marital status		Single	Married	Divorced	Widowed	Other
	Raw %	503	211	32	6	22
		65.0	27.3	4.1	.8	2.8
Psychiatry diagnoses		Yes	No			
	Raw %	219	774			
		28.3	71.7			
History Suicide Attempt		Yes	No			
	Raw %	170	604			
		22.0	78.0			
Current suicidal thinking		Yes	No			
	Raw %	140	634			
		18.1	81.9			

### Instruments

*Level of Personality Functioning Scale – Brief Form 2.0 (LPFS-BF 2.0; Weekers et al., 2019).* The LPFS-BF 2.0 is a self-report scale for assessing impairments in the global personality pattern, as proposed in Criteria A of the Alternative Model for Personality Disorders presented in DSM-5 (APA, 2013). The LPFS-BF 2.0 consists of 12 items that should be answered on a four-point Likert scale and two factors impairment-related: Self and Interpersonal.

Evidence supports the psychometric properties of LPFS-BF 2.0 (Bach & Hutsebaut, 2018). The Brazilian version was adapted by Oliveira et al., (in press).

*Self-report Standardized Assessment of Personality-abbreviated Scale (SAPAS-SR; Moran et al., 2003).* The SAPAS-SR is a brief self-report to screening personality disorders composed of eight dichotomous items. Each item is scored 0 (absent) or 1 (present), and the sum of these scores generates an overall score, ranging from 0

to 8. Studies were realized with the SAPAS-SR and indicated good psychometric quality (Germans et al., 2008; Moran et al., 2003). In our sample, Cronbach's  $\alpha$  was .61.

*Five well-being index (WHO-5; Bech et al., 1996).*

WHO-5 is a self-report scale that captures emotional well-being and is developed from the World Health Organization-Ten Well-Being Index. It was conceptualized as a unidimensional measure that contains five positively worded items. The degree to which the positive feelings were present in the last two weeks is scored on a 6-point Likert scale ranging from 0 (not present) to 5 (constantly present). The raw scores are transformed to a score from 0 (worst thinkable well-being) to 100 (best thinkable well-being). The test showed good psychometric indicators (Topp, Østergaard, Søndergaard, & Bech, 2015) and internal consistency reliability  $\alpha$  .89.

*Dimensional Clinical Personality Inventory – Screening Version (IDCP-SV; Carvalho, Pianowski, & Reis, 2017).* The IDCP-SV was developed based on the full version of IDCP (Carvalho & Primi, 2015), a test for the measurement of pathological personality traits. The instrument consists of 15 items arranged in a 4-point Likert scale where 1 stands for “nothing to do with me” and 4, “everything to do with me.” Previous studies showed suitable psychometric properties of the IDCP-SV (Carvalho et al., 2017; Carvalho, 2017). In our sample, Cronbach's  $\alpha$  was .82.

*Big Five Inventory-2 Short (Soto & John, 2017).* The BFI-2-S is a self-report measure of personality traits based on the Five-Factors Model (FFM), evaluating extroversion, agreeableness, conscientiousness, neuroticism, and openness. This measure is composed of 30 items and must be answered on a 5-points Likert scale. A previous study showed adequate validity evidence to BFI-2-S (Rammstedt, Danner, Soto, & John, 2018; Soto & John, 2017). Therefore, we selected the Neuroticism factor for this study as it predicts personality disorders and general mental health problems (Brandes & Tackett, 2019; Kotov, Gamez, Schmidt, & Watson, 2010; Widiger & Oltmanns, 2017). In our sample, the Neuroticism Cronbach's  $\alpha$  was .80.

### Procedures

This study's procedures complied with the Declaration of Helsinki provisions regarding re-search on Human participants (World Medical Association, 2001) and was approved by the Ethics Committee of the São Francisco University. All participants signed an informed consent form before participating. Data collection was performed online via Google Forms. In addition, we shared the research link on the social media website (Facebook) and via WhatsApp, inviting individuals

to participate and engaging on the snowball strategy to reach a more substantial number of participants.

### Data Analysis

We conducted the analysis using Mplus version 7, the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) version 25, and R studio. To verify the LPFS-BF-2.0 internal structure, we performed an exploratory factor analysis (EFA) with maximum likelihood (ML) estimation and Geomin rotation. The factor structure quality was evaluated considering the following fit indices: Chi-square and degrees of freedom ratio ( $\chi^2/df < 2$ ), Confirmatory Fit Index (CFI;  $> .95$ ), Tucker-Lewis Index (TLI;  $> .95$ ), and Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA;  $< .05$ ; Hu & Bentler, 1999). Important to note that the chi-square statistic is generally considered less useful for evaluating model fit as it is overly sensitive to sample size. We consider .30 as the cutoff point for factor loading. We conducted a congruence analysis using the items factor loading found in the EFA and the expected factor structure reported in Bach and Hutsebaut (2018). The factor congruence analysis was carried out using the psych package (Revelle, 2017). Values closer to 1 indicate the empirical factor loadings match the expected loadings defined theoretically. Cronbach's alpha verified the internal consistency reliability of the measures. We opted for the EFA for two reasons, first, considering the presence of crossloading previously observed in the LPFS literature, and second, to verify the structure of the LPFS in our sample.

We investigated Pearson's correlations between LPFS-BF-2.0 and external measures, and for the interpretation of the correlation coefficients ( $r$ ), we used the criteria of Cohen (1992):  $r \geq .10$  (weak),  $r \geq .30$  (moderate), and  $r \geq .50$  (strong). We used Pearson's correlation because this analysis verifies the relationship between two constructs allowing our comprehension of LPFS external validity evidence. We compared two groups in the LPFS-BF-2.0 factors. Group 1 consists of people who did not declare psychiatry diagnoses (negative group; 555) and group 2 people who reported psychiatry diagnoses (positive group; 219). We considered a significant difference when  $p < .05$ . The magnitude of the difference was also evaluated using d Cohen, considering values above 0.30.

## Results

First, we tested a two-factor structure for LPFS-BF-2.0 using EFA. The model fit indices were  $\chi^2/df = 3.2$ ; CFI = .967; TLI = .949; RMSEA = .05. Factor loadings, Cronbach's alpha and factor congruence are presented in Table 2.

**Table 2.** LPFS-BF 2.0 factor structure, reliability and congruence

	Self	Interpersonal
Item 1	<b>.68</b>	-.01
Item 2	<b>.81</b>	-.12
Item 3	<b>.67</b>	.09
Item 4	<b>.56</b>	.05
Item 5	<b>.81</b>	.00
Item 6	<b>.65</b>	.01
Item 7	.10	<b>.52</b>
Item 8	.00	<b>.53</b>
Item 9	-.03	<b>.69</b>
Item 10	.05	<b>.51</b>
Item 11	<b>.36</b>	.26
Item 12	.20	<b>.50</b>
$\alpha$	.85	.73
$\omega$	.85	.73
Congruence	.97	.96

Note. Loads >.30 in bold.

All the items loaded higher than .30 in the expected factor, excepted item 11, presented a higher loading in the self-functioning factor and did not reach the cutoff in the interpersonal-functioning factor. The congruence values were .97 and .96 to Self and Interpersonal functioning factors, respectively. The Cronbach's alpha and McDonald's omega values were adequate and bigger in Self than in Interpersonal functioning factor. Table 3 presents the correlation between LPFS-BF-2.0 and external measures.

**Table 3.** Correlation between LPFS-BF-2.0 and external measures

LPFS-BF-2.0	SAPAS	WHO-5	IDCP Screening	Neuroticism
Self	.55**	-.57**	.55**	.70**
Interpersonal	.49**	-.35**	.38**	.50**

Note. \*\* =  $p < .001$ .

Correlations with personality measures were all positive, significant, and with the magnitudes ranging from moderate to strong. Self-functioning factor had a stronger correlation than Interpersonal-functioning factor with external personality measures. Both LPFS-BF-2.0 factors negatively correlated with well-being measure, presenting a strong magnitude for Self and a moderate one for Interpersonal factor. Table 4 shows the mean comparison in LPFS-BF 2.0 factors between group 1 (people who do not report psychiatric diagnoses) and group 2 (people who report psychiatric diagnoses).

**Table 4.** Comparison between groups in LPFS-BF-2.0 factors

LPFS	Group	M (SD)	T	P	D
Self	Negative	2.29 (.81)	-5.635	<.01	.44
	Positive	2.65 (.78)			
Interpersonal	Negative	1.94 (.67)	-4.598	<.01	.36
	Positive	2.19 (.74)			

Note. M = Mean; SD = standard deviation; D = magnitude of difference.

The mean comparison results indicated significant differences between the groups in both factors, with the positive group having the highest means. The  $d$  effect size suggested a moderate difference the groups in both LPFS-BF-2.0 factors.

## Discussion

We aimed to investigate the internal and external evidence validity of LPFS-BF.2.0 Brazilian version. Overall, our results corroborated the hypotheses created for this study, supporting the use of LPFS-BF-2.0 for assess personality function in the Brazilian population. h1) the internal structure was similar a found in Bach and Hutsebaut (2018) with two correlation factors; h2) LPFS-BF.2.0 factors were negatively correlated with well-being; h3) LPFS-BF.2.0 factors were positive correlation with other personality measures; h4) both factors discriminated the groups.

Confirming our first hypothesis (h1), the EFA results indicated an internal structure similar to the structure reported in previous literature (Bach & Hutsebaut, 2018). We found a structure with two correlated factors, which content reflects Self and Interpersonal functioning impairments. The fit indices presented good values (Hu & Bentler, 1999). The congruence results were good between the expected item loading and the empirical loading, with results near 1, indicating a good congruence. The alfa values indicated a good internal consistency following Cohen's (1992) guidelines. Although these results corresponded to our expectations, it is important to note a difference between the factor structure found in the present study and the one described in Bach and Hutsebaut's paper (2018). The item 11 was expected to load in the Interpersonal-functioning factor; however, it loaded only in the Self-functioning factor. This result may represent a need to reformulate item 11. Nevertheless, it also can be understand given the item content ("I often feel very vulnerable when relations become more personal"), that seems to be connected both with Interpersonal (vulnerability in the context of more personal relations) and with Self related problems (the reason of the vulnerability may be the Self-related).

The correlations between LPFS-BF.2.0 and well-being were expected to be negative (h2). The results were similar to the appointed in the literature that indicated PD patients have a less general quality of life (Boye et al., 2008; Crempien et al., 2017; Gonçalves et al., 2020) and well-being (Shafaei & Atashpour, 2019). Conversely, the correlation between LPFS-BF.2.0 and other personality measures was positively conformable expected (h3). These results were in the same direction the fund by Bach and Hutsebaut (2018) indicated the tests could assess a similar construct. Our results showed a strong association between the LPFS-BF-2.0 with Neuroticism. The literature reports the Neuroticism is a robust mental health issues indicator, including personality disorders (Brandes & Tackett, 2019; Kotov et al., 2010; Widiger & Oltmanns, 2017). This association is good validity evidence that LPFS-BF-2.0 measures personality problems.

Mean comparison results also occurred as we anticipated, indicating that LPFS-BF 2.0 can discriminate people with and without mental health problems (h4). The positive group showed significant higher means when compared to the negative group demonstrating LPFS-BF.2.0 capacity to discriminate mental health issue people of the health people. This result is similar to other studies with different tests to measure personality impairment and the capacity to discriminate mental health problem people (Gonçalves et al., 2021; Rosenström et al., 2018).

Our results found in this study demonstrated consistent evidence of validity for LPFS-BF.2.0 based on the internal structure and the relationship with external variables. Besides, the results indicate that LPFS validity evidence contributes so that this instrument can be taken into professional practice with the test to screen personality impairment affecting people's lives. However, we need to consider some limitations of this study: 1) absence of clinical sample diagnosed with personality disorders that could bring more robust to results; 2) the sociodemographic characteristics of the participants were not very representative of the Brazilian population (predominantly women, single and with complete high school). Therefore, future studies need investigated social disability impact in LPFS-BF.2.0 internal structure and collect a clinical sample. Besides, verify test accuracy diagnoses.

## References

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Washington: American Psychiatric Publishing.

- Bach, B., & Hutsebaut, J. (2018). Level of Personality Functioning Scale—Brief Form 2.0: Utility in capturing personality problems in psychiatric outpatients and incarcerated addicts. *Journal of Personality Assessment*, *100*(6), 660-670. doi: 10.1080/00223891.2018.1428984
- Bech, P., Gudex, C., & Johansen, S. (1996). The WHO (ten) well-being index: Validation in diabetes. *Psychotherapy and Psychosomatics*, *65*(4), 183-190. doi: 10.1159/000289073
- Boye, B., Lundin, K. E. A., Leganger, S., Mogleby, K., Jantschek, G., Jantschek, I., ... Jahnsen, J. (2008). The INSPIRE study: Do personality traits predict general quality of life (Short form-36) in distressed patients with ulcerative colitis and Crohn's disease? *Scandinavian Journal of Gastroenterology*, *43*(12), 1505-1513. doi: 10.1080/00365520802321196
- Brandes, C. M., & Tackett, J. L. (2019). Contextualizing neuroticism in the Hierarchical Taxonomy of Psychopathology. *Journal of Research in Personality*, *81*, 238-245. doi: 10.1016/j.jrp.2019.06.007
- Carvalho, L. F. (2017). External validity study of a personality disorders screening test in a community sample. *Archives of Clinical Psychiatry*, *44*(2), 40-44. doi: 10.1590/0101-6083000000115
- Carvalho, L. F., Martins, G. H., Gonçalves, A. P., & Sagradim, D. E. V. (2020). Pathological personality as predictor of work engagement, job satisfaction, and burnout in a community sample. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, *20*(1), 877-882. doi: 10.17652/rpot/2020.1.16985
- Carvalho, L. F., Pianowski, G., & Reis, A. M. (2017). Development and diagnostic accuracy of the Screening of the Dimensional Clinical Personality Inventory. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *37*(4), 1011-1024. doi: 10.1590/1982-3703003082016
- Carvalho, L. F., & Primi, R. (2015). Development and internal structure investigation of the Dimensional Clinical Personality Inventory. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *28*(2), 322-330. doi: 10.1590/1678-7153.201528212
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, *112*(1), 155-159. doi: 10.1037/0033-2909.112.1.155
- Crempien, C., Grez, M., Valdés, C., López, M. J., de la Parra, G., & Krause, M. (2017). Role of personality functioning in the quality of life of patients with depression. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, *205*(9), 705-713. doi: 10.1097/NMD.0000000000000676
- Germans, S., Van Heck, G. L., Moran, P., & Hodiamont, P. P. G. (2008). The Self-report Standardized Assessment of Personality-abbreviated Scale: Preliminary results of a brief screening test for personality disorders. *Personality and Mental Health*, *2*(2), 70-76. doi: 10.1002/pmh.34
- Gonçalves, A. P., Pimentel, R., & Carvalho, L. (2020). Funcionamento patológico da personalidade para predição da depressão, qualidade de vida e esperança. *Interação em Psicologia*, *24*(1). doi: 10.5380/psi.v24i1.62784
- Gonçalves, A. P., Salvador, A. P., & Carvalho, L. F. (2021). Investigation on the capacity of the factors of the Clinical Dimensional Personality Inventory 2 for identifying people with substance dependence. *Acta Colombiana de Psicología*, *24*(1), 121-129. doi: 10.14718/ACP.2021.24.1.11
- Haslam, N., Holland, E., & Kuppens, P. (2012). Categories versus dimensions in personality and psychopathology: A quantitative review of taxometric research. *Psychological Medicine*, *42*(5), 903-920. doi: 10.1017/S0033291711001966
- Hayward, M., & Moran, P. (2008). Comorbidity of personality disorders and mental illnesses. *Psychiatry*, *7*(3), 102-104. doi: 10.1016/j.mppsy.2008.01.010

## Internal and External validity evidence for Level of Personality Functioning Scale – Brief Form 2.0.

- Hopwood, C. J., Bagby, R. M., Gralnick, T., Ro, E., Ruggero, C., Mullins-Sweatt, S., ... Zimmermann, J. (2020). Integrating psychotherapy with the hierarchical taxonomy of psychopathology (HiTOP). *Journal of Psychotherapy Integration, 30*(4), 477-497. doi: 10.1037/int0000156
- Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal, 6*(1), 1-55. doi: 10.1080/10705519909540118
- Kim, Y. H., Kim, S. R., Kim, Y. O., Kim, J. Y., Kim, H. K., & Kim, H. Y. (2017). Influence of type D personality on job stress and job satisfaction in clinical nurses: the mediating effects of compassion fatigue, burnout, and compassion satisfaction. *Journal of Advanced Nursing, 73*(4), 905-916. doi: 10.1111/jan.13177
- Kotov, R., Gamez, W., Schmidt, F., & Watson, D. (2010). Linking “big” personality traits to anxiety, depressive, and substance use disorders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin, 136*(5), 768-821. doi: 10.1037/a0020327
- Kotov, R., Krueger, R. F., Watson, D., Achenbach, T. M., Althoff, R. R., Bagby, R. M., ... Zimmerman, M. (2017). The Hierarchical Taxonomy of Psychopathology (HiTOP): A dimensional alternative to traditional nosologies. *Journal of Abnormal Psychology, 126*(4), 454-477. doi: 10.1037/abn0000258
- Krueger, R. F., Derringer, J., Markon, K. E., Watson, D., & Skodol, A. E. (2012). Initial construction of a maladaptive personality trait model and inventory for DSM-5. *Psychological Medicine, 42*(9), 1879-1890. doi: 10.1017/S0033291711002674
- Krueger, R. F., & Markon, K. E. (2014). The role of the DSM-5 personality trait model in moving toward a quantitative and empirically based approach to classifying personality and psychopathology. *Annual Review of Clinical Psychology, 10*(1), 477-501. doi: 10.1146/annurev-clinpsy-032813-153732
- Links, P. S., & Eynan, R. (2013). The relationship between personality disorders and Axis I psychopathology: Deconstructing comorbidity. *Annual Review of Clinical Psychology, 9*(1), 529-554. doi: 10.1146/annurev-clinpsy-050212-185624
- Milinkovic, M. S., & Tiliopoulos, N. (2020). A systematic review of the clinical utility of the DSM-5 section III alternative model of personality disorder. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment, 11*(6), 377-397. doi: 10.1037/per0000408
- Moran, P., Leese, M., Lee, T., Walter, P., Thornicroft, G., & Mann, A. (2003). Standardized Assessment of Personality - Abbreviated Scale (SAPAS): Preliminary validation of a brief screen for disorder. *British Journal of Psychiatry, 183*(3), 228-232. doi: 10.1192/bjp.183.3.228
- Morey, L. C. (2017). Development and initial evaluation of a self-report form of the DSM-5 Level of Personality Functioning Scale. *Psychological Assessment, 29*(10), 1302-1308. doi: 10.1037/pas0000450
- Ofrat, S., Krueger, R. F., & Clark, L. A. (2018). Dimensional approaches to personality disorder classification. In W. J. Livesley & R. Larstone (Eds.), *Handbook of personality disorders: Theory, research, and treatment* (pp. 72-87). New York, NY: The Guilford Press.
- Oliveira, S. E. S., Zimmermann, J., Krueger, R. F., & Hutsebaut, J. (in press). Brazilian version of the Level of Personality Functioning Scale-Brief Form 2.0: Evidence of reliability and validity. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Rammstedt, B., Danner, D., Soto, C. J., & John, O. P. (2018). Validation of the short and extra-short forms of the Big Five Inventory-2 (BFI-2) and their German adaptations. *European Journal of Psychological Assessment, 36*(1), 149-161. doi: 10.1027/1015-5759/a000481
- Revelle, W. R. (2017). R. Package (version 2.3.3). Retrieved from <https://rdrr.io/cran/psych/src/R/factor.congruence.R>
- Rosenström, T., Torvik, F. A., Ystrom, E., Czajkowski, N. O., Gillespie, N. A., Aggen, S. H., ... & Reichborn-Kjennerud, T. (2018). Prediction of alcohol use disorder using personality disorder traits: A twin study. *Addiction, 113*(1), 15-24. doi: 10.1111/add.13951
- Santana, G. L., Coelho, B. M., Wang, Y. P., Chiavegatto Filho, A. D. P., Viana, M. C., & Andrade, L. H. (2018). The epidemiology of personality disorders in the Sao Paulo Megacity general population. *PLoS One, 13*(4). doi: 10.1371/journal.pone.0195581
- Shafaei, E., & Atashpour, S. (2019). Comparing psychological wellbeing and life quality in the people suffering from personality disorder to the normal people. *Medical Journal of Mashhad University of Medical Sciences, 62*(5), 1775-1785. doi: 10.22038/MJMS.2019.15249
- Sher, L., Rutter, S. B., New, A. S., Siever, L. J., & Hazlett, E. A. (2019). Gender differences and similarities in aggression, suicidal behaviour, and psychiatric comorbidity in borderline personality disorder. *Acta Psychiatrica Scandinavica, 139*(2), 145-153. doi: 10.1111/acps.12981
- Söderholm, J. J., Socada, J. L., Rosenström, T., Ekelund, J., & Isometsä, E. T. (2020). Borderline personality disorder with depression confers significant risk of suicidal behavior in mood disorder patients—a comparative study. *Frontiers in Psychiatry, 11*, 1-9. doi: 10.3389/fpsy.2020.00290
- Soto, C. J., & John, O. P. (2017). The next Big Five Inventory (BFI-2): Developing and assessing a hierarchical model with 15 facets to enhance bandwidth, fidelity, and predictive power. *Journal of Personality and Social Psychology, 113*(1), 117. doi: 10.1037/pspp0000096
- Spring, J., Letkiewicz, A., Carrillo, V., & Shankman, S. (2021). Validating a dimensional model of borderline personality disorder using heritability and other external validators. *Biological Psychiatry, 89*(9), S343-S344. doi: 10.1016/j.biopsych.2021.02.857
- Topp, C. W., Østergaard, S. D., Søndergaard, S., & Bech, P. (2015). The WHO-5 Well-Being Index: A Systematic Review of the Literature. *Psychotherapy and Psychosomatics, 84*(3), 167-176. doi: 10.1159/000376585
- Weekers, L. C., Hutsebaut, J., & Kamphuis, J. H. (2019). The Level of Personality Functioning Scale-Brief Form 2.0: Update of a brief instrument for assessing level of personality functioning. *Personality and Mental Health, 13*(1), 3-14. doi: 10.1002/pmh.1434
- Widiger, T. A., & Oltmanns, J. R. (2017). Neuroticism is a fundamental domain of personality with enormous public health implications. *World Psychiatry, 16*(2), 144. doi: 10.1002/wps.20411
- Widiger, T. A., & Samuel, D. B. (2005). Diagnostic categories or dimensions? A question for the diagnostic and statistical manual of mental disorders - fifth edition. *Journal of Abnormal Psychology, 114*(4), 494-504. doi: 10.1037/0021-843X.114.4.494
- World Medical Association. (2001). World Medical Association Declaration of Helsinki. Ethical principles for medical research involving human subjects. *Bulletin of the World Health Organization, 79*(4), 373-374. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2566407/>

*André Pereira Gonçalves*, Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), é Professor no Instituto Multidisciplinar em saúde (IMS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Docente do Mestrado em Psicologia da Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço para correspondência: Rua Hormindo Barros, 58 - Candeias, Vitória da Conquista/BA, CEP 45.029-094. Telefone: (35) 9 9247-3310, Gabinete 340. Email: andregoncalvespsi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2470-4040>

*Gabriel Carvalho Franco*, Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), é professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Email: [gabriel franco.psicologia@gmail.com](mailto:gabriel franco.psicologia@gmail.com) e/ou [gabriel.franco@unisal.br](mailto:gabriel.franco@unisal.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1041-9326>

*Gisele Magarotto Machado*, Mestre em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), Doutoranda do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade São Francisco (USF). Email: [gimagarotto@gmail.com](mailto:gimagarotto@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1983-6636>

Received in 14.jul.21  
Revised in 15.dec.22  
Accepted in 27.dec.22

## Psychometrics Properties of Pandemic Coping Scale (PCS)

Jonatas Reis Bessa. Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciências

Roberto Beirão Santos Sousa. Universidade Federal da Bahia

Ana Beatriz Trindade. Universidade Federal da Bahia

José Neander Silva Abreu. Universidade Federal da Bahia

### Abstract

The COVID-19 pandemic and its preventive methods related to social isolation and quarantine have pointed to a huge change in global behavior. The perception of the hazards of the virus and contamination, as well as obligatory routine changes have impacted negatively on the well-being and mental health of people. To handle this context, humans adopt strategies to cope and deal with the hazards and daily situations. However, there is a lack of studies and instruments which measure practical coping in COVID-19 Pandemics. Thus, this paper presents the development and evidence validity of the Pandemic Coping Scale (PCS), which is a two-factor instrument (Problem-Solving and Self-Protection Attitudes) that presented adequate psychometric measures (CVC > 80; RMSEA= 0,08, CFI = 0,94, TLI= 0,90; CR > 80). It is hoped that this scale may be useful and help professionals in the world to evaluate practical coping strategies during pandemics.

**Keywords:** coping; mental health; pandemics; covid-19.

### Resumo

*Propriedades Psicométricas da Escala de Enfrentamento em Pandemia (EEP).* A pandemia do COVID-19 e seus métodos preventivos relacionados ao isolamento social e a quarentena, apontaram para uma enorme mudança no comportamento global. A percepção dos perigos do vírus, bem como as mudanças obrigatórias de rotina, impactou negativamente no bem-estar e na saúde mental das pessoas. Para lidar com esse contexto, o ser humano adota estratégias para enfrentar e lidar com os perigos e situações cotidianas. No entanto, faltam estudos e instrumentos que meçam o enfrentamento prático em Pandemias de COVID-19. Assim, este artigo apresenta o desenvolvimento e as evidências de validade da Escala de Enfrentamento em Pandemia (EEP), instrumento de dois fatores (Atitudes de Resolução de Problemas e Autoproteção) que apresentou medidas psicométricas adequadas (CVC > 80; RMSEA = 0,08, CFI = 0,94, TLI = 0,90; CR > 80). Espera-se que essa escala possa ser útil e ajudar profissionais do mundo a avaliar estratégias práticas de enfrentamento durante pandemias.

**Palavras-chave:** enfrentamento; saúde mental; pandemia; covid-19.

### Resumen

*Propiedades Psicométricas de la Escala de Afrontamiento a la Pandemia (EAP).* La pandemia de COVID-19 y sus métodos preventivos relacionados con el aislamiento social y la cuarentena, apuntaron a un gran cambio en el comportamiento global. La percepción de los peligros del virus, así como los cambios de rutina obligatorios, impactaron negativamente en el bienestar y la salud mental de las personas. Así, los seres humanos adoptan estrategias para enfrentar los peligros y situaciones cotidianas. Sin embargo, faltan estudios e instrumentos que midan el afrontamiento práctico en las pandemias de COVID-19. Así, este artículo presenta el desarrollo y las evidencias de validez de la Escala de Afrontamiento a la Pandemia (EAP), un instrumento de dos factores (Resolución de Problemas y Actitudes de Autoprotección) que presentó medidas psicométricas adecuadas (CVC > 80; RMSEA = 0,08, CFI = 0,94, TLI = 0,90; RC > 80). Se espera que esta escala pueda ser útil a evaluar estrategias prácticas de afrontamiento durante pandemias.

**Palabras clave:** afrontamiento; salud mental; pandemia; covid-19.

Social distance and quarantine, resulting from the coronavirus (COVID-19) pandemic, are a threat to the mental health and well-being of individuals in general (Brooks et al., 2020; Fernández et al., 2020; Rubin & Wesley, 2020; Shepherd, Garey, & Zvolensky, 2020). Goyal et al. (2020) indicate that the COVID-19 context favors the development of mental disorders and intensifies disorders already diagnosed. Factors such as the gap of treatment and prevention strategies, high rate of contagious and deaths and the depletion of economic performance in all the world has contributed to the increasing stress levels and likelihood of dysfunctional psychological symptoms (Kar, Kar, & Kar, 2021).

Throughout the globe, some preventive methods to avoid the spreading of the virus have been implemented by countries, such as: handwashing, alcohol in gel and masks use, and social distance/isolation, i.e., quarantines (World Health Organization [WHO], 2020). C. Wang et al. (2020) stated that the achievement of correct information about covid-19 and effective handwashing negatively impact anxiety and depression symptoms. On the other hand, previous evidence suggests that quarantined subjects had higher levels of psychological distress showing more anger, anxiety, depression, hopelessness and fear of contagion (Brooks et al., 2020; Fernández et al., 2020; Rogers, Shepherd et al., 2020). The covid-19 pandemic has impacted people's lives in many aspects, whether individual (all kinds of fear - of the unknown, illness, death, isolation, uncertainty about the future, physical and financial insecurity) or at a social level (economic recession, educational limitations, unemployment) and ended up becoming recurrent stressors in the daily lives of the population (Calina et al., 2021; Grossman, Benjamin-Neelon, & Sonnenschein, 2020). Furthermore, it has changed people's lifestyles, those who have shown an increase in risk behaviors and decision-making (Malta et al., 2020).

Coping strategies are an attempt to manage suffering and lead the individual to adapt to a stressful event (Rettie & Daniels, 2021). In a pandemic context, two main types of coping strategies are implemented by people. The first is the general coping style which can be defined as cognitive and behavioral management patterns to an internal or external demand that is recognized. The second strategy is practical coping which represents the likelihood of executing a behavior during pandemic periods (Guo, Feng, Wang, & Ijzendoorn, 2020). Based on these concepts, Guo et al.

(2020) identified that cognitive and prosocial behaviors were associated to less mental health problems and the lockdown impacts in mental health must not be underestimated in which the adoption of treatments in cognitive coping behaviors can help on the depletion of the maleficent implications of the pandemics.

The subjects' psychosocial and physical health are influenced by sociodemographic factors, stressful events and personal resources, which include, for example, personality, perceived control, etc (Fernández et al., 2020; Yıldırım, Geçer, & Akgül, 2021). Individuals who are not able to efficiently regulate their emotions are more prone to stress and more vulnerable to life's situational changes (Buecker et al., 2020; Gubler, Makowski, Troche, & Schlegel, 2020). Therefore, it is necessary to implement coping strategies to handle the adverse context, in order to prevent increasing disorders, reduce suffering and care for health (Viana & Lira, 2020).

Even with all the studies about the effects of the coping strategies and the impacts of pandemics and lockdown strategies in mental health, at the present moment, it is found a literature gap of instruments, in Brazil and in others countries in the world, which assess specifically the level of coping styles during pandemics. Currently, it can be noted that some studies related to this construct in pandemics have used some instruments to collect data in this context, such as: online surveys or free texts (Hensen et al., 2021; Kar et al., 2021). Some of them present a lack of psychometrics properties and its classification norms. However, on the other hand, there are also validated instruments in coping used in pandemic context, such as: Simplified Coping Style Questionnaire (SCSQ) which provides two measures named by emotion-focused coping and problem-focused coping. Its internal consistency presented adequate (Cronbach's alpha > 0.80) in both domains and in full scale (Guo et al, 2020); Practical Coping Behavior scale which presents 12 items concerning specific coping behaviors (Guo et al, 2020); Lockdown Questionnaire C/C Covid-19 that is a 9 factors scale with 41 items which assess the relation of isolation to different cognitive strategies of emotion regulation. Its adjustment model indexes were adequate in which RMSEA = 0.04 and TLI = 0.96 (Fernandéz Cruz et al., 2020).

In brazilian context, it may be noted that, at this moment, there is no instrument which evaluates practical coping style during pandemic and social isolation, due to the novelty of the coronavirus and its implications in society. Observing this demand, the authors

of this paper conducted a literature review about the theme and some coping-based instruments, and made the decision to develop a new Coping Scale with the intention of evaluating some aspects of practical coping strategies used in pandemic context that were not directly evaluated in other literature reviewed instruments. It is necessary to highlight that it was also offered classification norms to the Brazilian population with the intention to help professionals and researchers to promote a quick screening of this construct and choose the most suitable intervention for people.

Based on that, the Coping Pandemic Scale (PCS) was developed and built to be a two factor scale aimed at evaluating the levels of adoption of problem-solving and self-protection attitudes and strategies to deal with COVID-19 pandemic. Based on this, the aim of this paper is to present the psychometric properties of the PCS and its norms to the Brazilian population, as well.

## Methods

### Type of Study

This is an exploratory and psychometric study conducted in a sample composed of people from the North, Midwest, South, Southeast and Northeast, i.e., all the geopolitics regions of Brazil. The data were collected following three steps: firstly, expert analysis for obtaining a measure of clarity/relevance from the scale. This result is related to the content validity analysis; secondly, the scale's model and its reliability were computed intending to provide evidence of validity based on the internal structure; and further, normative data for the Brazilian sample was computed, based on percentile, mean and standard deviation.

### Participants

The complete study obtained a sample composed of 764 participants from all five regions of Brazil. The first step counted with six expert judges to evaluate the content of the scale developed. All experts presented a clinical and academic experience of at least 5 years in the neuropsychology, cognitive psychology field, construction and validation of instruments. Moreover, the second and the third step of the study was composed of 758 participants from all the five regions of Brazil (Table 1), self-referring their gender as male or female, with ages in 18 to 87 years old ( $M = 34.09$ ;  $SD = 13.03$ ).

**Table 1.** Descriptive analysis of the sample

Characteristic	N	%
Gender		
Male	208	27.4
Female	550	72.6
Region		
North	26	3.4
Northeast	504	66.5
Midwest	6	0.8
Southeast	176	23.2
South	46	6.1
Schooling		
Non-Higher Education	288	38.0
Higher Education	470	62.0

### Procedures

The evidence of validity based on the content of the scale was the first procedure to be computed, intending to have suggestions about the clarity and relevance of the coping items developed to the scale. Therefore, the statistical procedure to obtain a quantitative value about the expert judgments was the Content Validity Coefficient (CVC). Similarly, it was provided with a space for qualitative suggestions, in the case of the experts having insights that could improve the relevancy or clarity of the items developed. Each expert had 30 days to respond to the evaluation of the scale and return it to the authors. Based on these procedures, the researchers may have specifics and total feedback about the item's competence.

Furthermore, the informed consent term and the scale were introjected in google forms platform to promote the online collection of data. The participation in this procedure demanded the reading and signing of the informed consent term on the first online protocol page. Thus, after the participation agreement, the participants were directionated to the second protocol page, i.e., the page with the PCS items, being allowed to answer the scale items about their perception of coping levels in pandemic situations.

### Instruments

The Pandemic Coping Scale (PCS): It is a scale developed to measure the level of coping skills used in pandemic situations. Initially, the PCS was developed based on practical coping theory (Guo et al, 2020) and was building to extract two factors (Problem-Solving and Self-Protection Attitudes) and 21 items, adopting the likert

scale response in which 0 = strongly disagree; 1 = disagree; 2= nor agree neither disagree; 3= agree; 4= strongly agree. The responders should answer the assertives based on their behavior during the pandemic period.

### Data Analysis Procedures and Criteria

The Analyses and the plots of this paper were computed by R programming, version 4.0.3 (R Core Team, 2020) and Factor Software, version 11.04.02 to windows (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2017). Moreover, the measurement criteria used for evidence validity based on content was the CVC according to Yusoff s study (2019), whose CVC value above 0.83 suggests an acceptable agreement of experts about the clarity, understanding and relevance of the item's content.

Firstly, all inverted items were converted to positive measures. Further, preliminary analyses were conducted to suggest the possibility to compute a factor analysis and the number of its factors. Thus, the criteria used were Kaiser-Meyer-Olkin above 0.70 and significant bartlett test ( $p < 0.05$ ), according to the stats of Damásio (2012); and Optimal Parallel analysis to extract the number of factors from the data collected about the scale (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011). Moreover, exploratory factor analysis was computed, adopting the loading factors above 0.3 (Samuels, 2017), polychoric matrices and Robust Diagonally Weighted Least Squares (RDWLS) as an extraction method of the EFA (Asparouhov & Muthen, 2010), Robust promin rotation method (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019); Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) below 0.08; Comparative Fit Index (CFI) and Tucker-Lewis Index (TLI) above 0.90 (J. Wang & Wang, 2019); Construct

Replicability by Generalized H indexes of H-Latent and H-Observed (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018); Item Response Theory parameters of discrimination and thresholds (Reckase, 1985); and composite reliability was conducted to provide evidence about the homogeneity of item scale (Valentini & Damásio, 2016).

Based on the normality analysis test results on data, comparative methods such as Kruskal Wallis and Mann-Whitney test for independent samples were computed to analyze the scale's domains extracted among the groups of gender, region, schooling and aging. Further, descriptive statistics, such as mean, standard deviation and percentile values were computed to provide norms of the scale developed.

### Ethics Statement

The Ethics committee of the Psychology Institute of the Federal University of Bahia approved all the procedures of this study (under CCAE code: 33563720.1.0000.5686) and written informed consent was obtained from all participants.

## Results

### Study 1

#### Psychometrics Properties of PCS

The Content Validity Coefficient of the Scale (Table 2) suggested an adequate index in general to content analysis related to item's relevance to scale, its understanding and pertinence of the construct indicated. Two items were excluded because they presented a CVC level below the cut-off criteria used in this study (CVC > 0.83).

**Table 2.** Content validity coefficient of PCS items

Items of the Scale	CVC	CVC Updated
1- I try to understand what the pandemic is about	0.92	0.92
2- I have been utilizing social isolation to do things I couldn't do because of the routine	0.98	0.98
3- I try to keep a different routine in my daily	0.88	0.88
4- I have avoided watching the news about the pandemic	1.00	1.00
5- I have only come out of social isolation when it is very necessary. as I understand the importance of this.	1.00	1.00
6- I have taken the possible precautions to avoid being contaminated (constantly handwashing. wearing a mask. sanitize the environment and hands with alcohol)	0.90	0.90
7- I try to keep in touch with friends and family even at a distance	1.00	1.00
8- I tend to think that this pandemic situation will result in something good in the end	0.90	0.90
9- When I feel anguished. I avoid doing something I like to distract myself at this moment (Focus in regulate the emotion).	0.85	0.85
10- When I feel scared during the pandemic. I try to take a deep breath and relax.	0.94	0.94

continue...

**Table 2.** Continuation

Items of the Scale	CVC	CVC Updated
11- Despite the recommendations. I've been leaving home. because I can't stand to be isolated anymore.	0.89	0.89
12- I have been eating in an unhealthy and unbalanced way	0.88	0.88
13- I do not rely on my family and friends in times of vulnerability during the pandemic	0.90	0.90
14- I think that as I'm not from the risk group. I don't need to worry about it (the pandemic)	0.89	0.89
15- I don't talk and I don't want to know more about the pandemic/social isolation	0.96	0.96
16- I have tried to stay active by doing physical activity even at home	0.95	0.95
17- I have been trying to talk to people close to me.	0.99	0.99
18- I have slept irregularly during the pandemic/social isolation	0.97	0.97
19- During the pandemic. I try to get involved in some pleasurable activities (reading, watching TV, listening to music...)	0.95	0.95
20- I take care of my sleep quality	0.77	-
21- I think the coronavirus is just a flu and has a low fatality rate.	0.79	-
Total CVC	0.92	0.93

After these procedures, the PCS containing 19 items was run in a Brazilian adult sample, Obtaining 758 participants of this step of validity evidence. Before the computing of the factor analysis, the Kaiser-Meyer-Olkin and significant Bartlett test were executed to analyze the capacity of conducting a factor analysis with the data collected, in which the results indicated an adequate KMO (0.72) and Bartlett Test (2870.9;  $p < 0.01$ ).

The Optimized Parallel Analysis suggested the retention of two factors from the scale items. However, the Exploratory Factor Analysis computed suggested seven items presented factor loadings below 0.30.

Thus, these inadequate items were excluded, and a new Exploratory Factor Analysis was conducted with the remaining items in which remained with the suggestion of a two factors model (Table 3), with a positive weak inter-factors' correlation ( $r = -0.17$ ) and a total explained variance of 47.86%. On the same hand, the Unidimensional Congruence (UniCo = 0.76; CI = 0.72 - 0.83), Explained Common Variance (ECV = 0.56; CI = 0.51 - 0.60) and Mean of Item Residual Absolute Loadings (MIREAL = 0.38; CI = 0.32 - 0.42) indexes suggested none evidences of unidimensionality on the scale (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018).

**Table 3.** Factor analysis. reliability and construct replicability

Item	Factors		a	d1	Threshold			
	Problem-Solving	Self-Protection			d2	d3	d4	
02	0.52		0.62	-1.75	-1.25	-0.61	0.29	
05		-0.89	-2.15	-4.66	-3.33	-2.11	-0.12	
06		-0.54	-0.69	-3.13	-2.71	-2.42	-1.41	
07	0.36		0.39	-1.98	-1.56	-1.15	-0.26	
08	0.46		0.52	-1.17	-0.61	0.15	0.85	
09	0.77		1.22	-3.28	-2.40	-1.27	0.02	
10	0.67		0.93	-2.31	-1.63	-0.59	0.33	
11		0.95	2.86	-0.19	-1.63	3.00	5.03	
14		0.49	0.56	1.21	1.86	2.28	2.65	
16	0.48		0.46	-0.86	-0.39	-0.03	0.51	
17	0.58		0.71	-2.55	-1.89	-1.06	-0.10	
19	0.67		0.92	-2.99	-2.36	-1.65	-0.58	
E.V (%)	27.13	20.73						
C.R	0.79	0.73						
H-Latent	0.83	0.93						
H-Observed	0.83	0.81						

Note. a = item discrimination of the main item factor; d = thresholds (item difficult parameter); E.V% = Explained Variance of the model; C.R = Composite reliability; H-latent and H-Observed = G-H Index (Generalized H index).

Based on the theory used to develop the scale and covariance pattern of the 12 remaining items analyzed, the factors' scale were named by problem-solving and self-protection attitudes domains. The model's scale adjustment indexes suggested adequate measures, according to the criteria established for this study (RMSEA = 0.08, CFI = 0.94, TLI = 0.90). Additionally, the construct replicability indexes suggested a high likelihood of stability of the manifestation of the factors extracted in future studies using the scale. Moreover, the composite reliability measures were computed to analyze the internal consistency of the full scale and its factors extracted. According to the criteria used by this analysis and its results, it has been suggested that the scale presents an adequate homogeneity among the items (Total CR = 0.88). Further, to analyze the IRT parameters, the inverse items were converted, allowing the analysis of the difficulty and discrimination. On this direction, the items of the scale varied low to strong in discrimination parameter ( $a = 0.39$  to  $2.86$ ) and manifested in a hierarchical pattern of categories score in its threshold, i.e., difficult ITR's parameter (Table 3).

## Study 2

### Norms of PCS to Brazilian Population

Percentile and average and standard deviation norms were calculated for both factors extracted by the EFA results (Table 4). Both factor scores are calculated by the sum of the items. It should be informed that the items 05 (I have only come out of social isolation when it is very necessary, as I understand the importance of this.) and 06 (I have taken the possible precautions to avoid being contaminated (constantly handwashing, wearing a mask, sanitize the environment and hands with alcohol) should be converted in invert measures before calculated the sum of the self-protection attitudes. Thus, high scores in problem-solving factor means

high likelihood to involving in productive activities which helps to deal with emotional and functional stress and problems caused by COVID-19. On the other hand, low scores in self-protection factor means a strong likelihood to avoid attitudes in which can increase the probability of be infected by COVID-19 (Table 4).

**Table 4.** Classifications of Pandemic Coping Scale

General Norms	Problem-Solving	Self-Protection
<i>M</i>	23.61	4.40
<i>SD</i>	4.96	2.72
05 Pct	15.00	9.00
25 Pct	20.00	6.00
50 Pct	24.00	4.00
75 Pct	27.00	3.00
95 Pct	31.00	0.00

Note. *M* = Mean; *SD* = Standard Deviation; Pct = Percentile.

Likewise, comparative methods were implemented to analyze possible difference mean scores among gender, schooling and region groups in both factors scale. The Welch Two Sample *t*-test suggested significant mean differences by gender in which female group presented better scores in Problem-Solving ( $t = 4.02$ ;  $df = 389.427$ ;  $p < 0.01$ ;  $d = 0.32$ ). However, none significant difference was found in Self-Protection attitudes by gender ( $t = -0.89$ ;  $df = 376.321$ ;  $p < 0.37$ ;  $d = 0.07$ ). In relation to schooling groups, significant difference were found in both factors where Non-Higher Education presented higher scores in Problem-Solving ( $t = -2.06$ ;  $df = 611.101$ ;  $p = 0.04$ ;  $d = -0.15$ ) and Higher Education presented better score in Self-Protection attitudes factor ( $t = -2.01$ ;  $df = 630.333$ ;  $p = 0.05$ ;  $d = -0.15$ ). A Kruskal-Wallis test was conducted with Region groups among PCS factors. However, there were found no significant difference among the groups ( $p > 0.05$ ).

**Table 5.** Specific classifications of the PCS to schooling, region and gender

Schooling <0.05	Problem-Solving		Self-Protection	
	NHE	HE	NHE	HE
<i>M</i>	23.14	23.90	4.15	4.55
<i>SD</i>	4.92	4.97	2.63	2.76
05 Pct	14.35	15.00	8.65	9.00
25 Pct	20.00	21.00	6.00	6.00
50 Pct	24.00	25.00	4.00	4.00
75 Pct	27.00	27.00	2.00	3.00
95 Pct	30.00	31.00	0.00	0.00

continue...

Table 5. Continuation

Region	Problem-Solving					Self-Protection				
	N	NE	Mw	SE	S	N	NE	MD	SE	S
M	23.77	23.74	21.33	23.54	22.67	5.23	4.26	2.83	4.80	4.09
SD	4.37	5.00	4.80	5.02	4.65	2.22	2.60	2.31	2.97	3.01
05 Pct	16.75	15.00	15.50	15.00	15.25	8.00	9.00	5.75	10.00	8.00
25 Pct	21.25	21.00	20.00	20.00	21.00	7.00	6.00	4.50	7.00	5.00
50 Pct	23.00	25.00	20.50	24.00	23.00	5.50	4.00	2.50	5.00	4.00
75 Pct	27.00	27.00	24.00	27.00	26.00	4.00	2.00	1.25	3.00	2.00
95 Pct	31.00	31.00	27.25	31.00	28.00	2.00	0.00	0.25	0.00	0.25
Gender <0.05		Male		Female		Male		Female		
M		22.47		24.04		4.54		4.34		
SD		4.75		4.98		2.70		2.72		
05 Pct		14.00		15.00		9.00		9.00		
25 Pct		19.00		21.00		6.00		6.00		
50 Pct		23.00		25.00		4.00		4.00		
75 Pct		26.00		27.00		3.00		2.00		
95 Pct		29.00		31.00		0.00		0.00		

Note. M = Mean; SD = Standard Deviation; Pct = Percentile; N = North; NE = Northeast; Mw = Midwest; SE = Southeast; S = South; NHE = Non-Higher Education; HE = Higher Education

## Discussion

The PCS was developed to assess individual levels of coping strategies executed during pandemics and social isolation. The scale presented an adequate two factor model which provides a total and specific (Problem-Solving and Self-Protection attitudes) scores of coping. The factors extracted by the factor analysis items were associated with the literature of coping strategies in pandemics (Guo et al, 2020).

During the development of the first version of the scale, i.e., PCS 21 items, it could be noted the exclusion of inadequate items which presented measures below the cut-offs on the different sources of validity investigated in this study. This process is related to the validity evidence whose scale developer executes a variety analysis to gather evidence about if the instrument is adequate in its content and construct and consistent in its items. Based on these results, inferences of the relation of the construct in human behavior can be made based on a cumulative knowledge evaluated and gathered (American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education, 2014).

Furthermore, this study presented norms based on the data collected by a sample from all the regions of Brazil with a range of 18 to 90 years old. Based on the voluntary sample available, and the whole context

of data collection in pandemics, this paper promoted general norms. However, it is suggested in future studies the analysis of item bias (Differential Item Functioning) of the scale to understand the need of adaptation or anchoring vignettes in the items by different groups. Thus, it is suggested, in the future, more studies with different types of sociodemographic and regional characteristics to increase the robustness of the PCS norm. It can be informed that, the actual classification was computed using percentile and mean and standard deviation, because it allows to calculate z-score.

The PCS can have a relevant impact on society, as knowing how the person is behaving in a distress context of pandemics and social isolation can provide support to understand which are the most effective strategies and help professionals to implement coping-based intervention strategies. Consequently, by using them it will be possible to protect the individual's health, since previous research indicates that effective coping strategies contribute to general health protection (Yıldırım et al., 2021).

The main limitation of this study was the possible bias of the results caused by the sample collected. These can be related to the social inequality presented in Brazil, in which, in social isolation context, people with higher socioeconomic status could have more opportunities to work from home and access electronic devices/internet to respond to research and questionnaires,

during a pandemic moment. Thus, even offering norms to Brazilian population, must be highlighted precautions to be taken when used them in people, because of the possibility of response bias, caused by the bubble of participants collected in this study, it may not reflect the reality of the manifestation of practical coping strategies in pandemics in some vulnerable groups of Brazil. It is also important, to future studies, to equalize the quantity of data from sample by regions of Brazil and aging groups, intending to obtain more fitable scores to these populations.

Even though, Hensen et al. (2021) stated about this situation and possible limitations caused by the adaptations of methods and acquisition of data during pandemics. It was reinforced that even with these limitations, methods such as: online surveys had to be run during pandemics to allow the continuation of research.

Nevertheless, intending to dilute possible bias, it is suggested the collection of new responses in paper and pencil approach and the same online instrument in future studies, and to compute a DIF analysis among the different data collection approaches and groups, during and after the social isolation quarantine by pandemics, to understand the necessity of adaptation of the scale and promotion of new norms that may be more generalized to the most part of Brazilian population.

## Conclusion

The PCS is a two factor scale developed to assess the level of the use of coping strategies during pandemics and social isolation. Its indices suggested an adequate adjustment and its norms can help professionals in mental health to monitor patients on the coping construct.

## Declarations

### Data Availability

The data that support the findings of this study are available from the corresponding author upon reasonable request.

### Competing Interests

The authors declare they have no financial interests.

## References

American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). *Standards for educational and psychological testing*. Washington, DC: American Educational Research Association.

- Asparouhov, T., & Muthén, B. (2010). *Simple Second Order Chi-Square Correction*. Retrieved from [https://www.statmodel.com/download/WLSMV\\_new\\_chi21.pdf](https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf)
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, *395*(10227), 912-920. doi: 10.1016/S0140-6736(20)30460-8
- Buecker, S., Horstmann, K. T., Krasko, J., Kritzler, S., Terwiel, S., Kaiser, T., & Luhmann, M. (2020). Changes in daily loneliness for German residents during the first four weeks of the COVID-19 pandemic. *Social Science & Medicine*, *265*, 113541. doi: 10.1016/j.socscimed.2020.113541
- Calina, D., Hartung, T., Mardare, I., Mitroi, M., Poulas, K., Tsatsakis, A., Rogoveanu, I., & Docea, A. O. (2021). COVID-19 pandemic and alcohol consumption: Impacts and interconnections. *Toxicology Reports*, *8*, 529-535. doi: 10.1016/j.toxrep.2021.03.005
- Damáso, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, *11*(2), 213-228. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a07.pdf>
- Fernández, C. M., Álvarez, R. J., Ávalos, R. I., Cuevas, L. M., Barros, C. C., Díaz, R. F., ... Jesús, L. S. E. (2020). Evaluation of the Emotional and Cognitive Regulation of young people in a lockdown situation due to the Covid-19 Pandemic. *Frontiers in Psychology*, *2933*. doi: 10.3389/fpsyg.2020.565503
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: Origins, development and future directions. *Psicothema*, *29*(2), 236-241. doi: 10.7334/psicothema2016.304
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2018). Assessing the quality and appropriateness of factor solutions and factor score estimates in exploratory item factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, *78*, 762-780. doi: 10.1177/0013164417719308
- Goyal, K., Sheoran, S., Chauhan, P., Chhikara, K., Gupta, P., & Singh, M. P. (2020). Mental health in India: Neglected component of well-being in COVID-19 era. *Asian Journal of Psychiatry*, *54*, 102341. doi: 10.1016/j.ajp.2020.102341
- Grossman, E. R., Benjamin-Neelon, S. E., & Sonnenschein, S. (2020). Alcohol consumption during the covid-19 pandemic: a cross-sectional survey of us adults. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *17*(24), 9189. doi: 10.3390/ijerph17249189
- Gubler, D. A., Makowski, L. M., Troche, S. J., & Schlegel, K. (2021). Loneliness and well-being during the Covid-19 pandemic: Associations with personality and emotion regulation. *Journal of Happiness Studies*, *22*(5), 2323-2342. doi: 10.1007/s10902-020-00326-5
- Guo, J., Feng, X. L., Wang, X. H., & van IJzendoorn, M. H. (2020). Coping with COVID-19: Exposure to covid-19 and negative impact on livelihood predict elevated mental health problems in Chinese adults. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *17*(11), 1-18. doi: 10.3390/ijerph171113857
- Hensen, B., Mackworth-Young, C. R. S., Simwinga, M., Abdelmagid, N., Banda, J., Mavodza, C., & Weiss, H. A. (2021). Remote data collection for public health research in a COVID-19 era: ethical implications, challenges and opportunities. *Health Policy and Planning*, *36*(3), 360-368. doi: 10.1093/heapol/czaa158
- Kar, N., Kar, B., & Kar, S. (2021). Stress and coping during COVID-19 pandemic: Result of an online survey. *Psychiatry Research*, *295*, 113598. doi: 10.1016/j.psychres.2020.113598

## Psychometrics Properties of Pandemic Coping Scale (PCS)

- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2019). Robust Promin: A method for diagonally weighted factor rotation. *LIBERABIT, Revista Peruana de Psicología*, 25, 99-106. doi: 10.24265/liberabit.2019.v25n1.08
- Malta, D. C., Szwarcwald, C. L., Barros, M. B. A., Gomes, C. S. Machado, Í. E., Souza Júnior, P. R. B., ... Gracie, R. (2020). A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde. Revista do Sistema Único de Saúde do Brasil*, 29(4), e2020407. doi: 10.1590/S1679-49742020000400026
- R Core Team (2020). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Retrieved from <https://www.R-project.org/>.
- Reckase, M. D. (1985). The difficulty of test items that measure more than one ability. *Applied Psychological Measurement*, 9, 401-412. doi: 10.1177/014662168500900409
- Rettie, H., & Daniels, J. (2021). Coping and tolerance of uncertainty: Predictors and mediators of mental health during the COVID-19 pandemic. *The American Psychologist*, 76(3), 427-437. doi: 10.1037/amp0000710
- Rogers, A. H., Shepherd, J. M., Garey, L., & Zvolensky, M. J. (2020). Psychological factors associated with substance use initiation during the COVID-19 pandemic. *Psychiatry Research*, 293, 113407. doi: 10.1016/j.psychres.2020.113407
- Rubin, G. J., & Wessely, S. (2020). The psychological effects of quarantining a city. *The Bmj*, 368. doi: 10.1136/bmj.m313
- Samuels, P. (2017). *Advice on exploratory factor analysis*. Centre for Academic Success, Birmingham City University. doi: 10.13140/RG.2.1.5013.9766
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis. *Psychological Methods*, 16, 209-220. doi: 10.1037/a0023353
- Valentini, F., & Damásio, B., F. (2016). Variância média extraída e confiabilidade composta: indicadores de precisão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2). doi: 10.1590/0102-3772e322225
- Viana, R. B., & Lira, C. A. B. (2020). Exergames as coping strategies for anxiety disorders during the COVID-19 quarantine period. *Games for Health Journal*, 9(3), 147-149. doi: 10.1089/g4h.2020.0060
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., Ho, C. S., & Ho, R. C. (2020). Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729. doi: 10.3390/ijerph17051729
- Wang, J., & Wang, X. (2019). *Structural equation modeling: Applications using Mplus*. John Wiley & Sons.
- World Health Organization. (2020, March 5). *Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 5 March 2020*. Retrieved from <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-COVID-19---5-march-2020>
- Yıldırım, M., Geçer, E., & Akgül, Ö. (2021). The impacts of vulnerability, perceived risk, and fear on preventive behaviours against COVID-19. *Psychology, Health & Medicine*, 26(1), 35-43. doi: 10.1080/13548506.2020.1776891
- Yusoff, M. S. B. (2019). ABC of content validation and content validity index calculation. *Education in Medicine Journal*, 11(2), 49-54. doi: 10.21315/eimj2019.11.2

Jonatas Reis Bessa, Doutor em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é Professor Associado do Centro Universitário Faculdade de Tecnologia e Ciências (UNIFTC). Email: [jonatas.reisbessa@gmail.com](mailto:jonatas.reisbessa@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2918-9666>

Roberto Beirão Santos Sousa, Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é Especializando na modalidade de Residência Multiprofissional em Neurologia pelo Hospital Geral Roberto Santos (HGRS). Email: [robertobeirao@gmail.com](mailto:robertobeirao@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3177-2500>

Ana Beatriz Trindade, Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: [biatrind1@gmail.com](mailto:biatrind1@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3991-6967>

José Neander Silva Abreu, Doutor em Neurociências e Comportamento pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), é Professor Associado III do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço para correspondência: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia. Instituto de Psicologia, UFBA - Estrada de São Lázaro, Rua Aristides Novis, 197. Federação, CEP 40.210730, Salvador/BA. Telefone: (71) 328-36437. Email: [neandersa@hotmail.com](mailto:neandersa@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7636-3666>

Received in 07.may.22

Revised in 08.nov.22

Accepted in 18.dec.22

# Preditores do desenvolvimento profissional de universitários durante a pandemia da Covid-19

Danielle Mello Ferreira. Universidade Salgado de Oliveira

Luciana Mourão Cerqueira e Silva. Universidade Salgado de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## Resumo

Medidas de distanciamento social implantadas na pandemia da Covid-19 resultaram na suspensão de atividades presenciais, tendo o Ministério da Educação autorizado a implementação do Ensino Remoto Emergencial – ERE. Este estudo teve como objetivo avaliar se a autodisciplina, o domínio tecnológico e as atitudes em relação à Educação a Distância, alterados pelas experiências acadêmicas durante o ERE, influenciaram a percepção de desenvolvimento profissional dos universitários durante a pandemia. A amostra foi de 971 participantes, cobrindo 23 cursos de graduação e 17 instituições. Foram aplicadas as Escalas de Atitudes sobre Treinamento a Distância, de Percepção do Desenvolvimento Profissional, e de Experiências Associadas ao ERE, todas com evidências de validade. Foram realizados testes *t* e regressão múltipla padrão. Os resultados apontam que quem desenvolve atitudes mais favoráveis à Educação a Distância, autodisciplina e domínio tecnológico durante o ERE, tende a perceber maior desenvolvimento profissional nesse período.

**Palavras-chave:** desenvolvimento profissional; educação a distância; ensino superior; pandemia.

## Abstract

*Predictors of professional development of college students during the Covid-19 Pandemic.* Social distancing measures implemented in the Covid-19 pandemic resulted in the suspension of in-person activities, with the Ministry of Education authorizing the implementation of Emergency Remote Teaching – ERT. This study aimed to evaluate whether attitudes towards distance education, self-discipline, and technological mastery, altered by academic experiences during the ERT, influenced college students' perception of professional development during the pandemic. The sample consisted of 971 participants, covering 23 undergraduate courses and 17 institutions. Scales of Attitudes on Distance Training, Perception of Professional Development, and Experiences Associated with the ERT were applied, all with validity evidence. In addition, T-tests and standard multiple regression were performed. The results show that those who developed more favorable attitudes towards distance education, self-discipline, and technological mastery during the ERT, tended to perceive greater professional development during this period.

**Keywords:** professional development, distance training, university education, pandemic.

## Resumen

*Predictores del Desarrollo Profesional de Universitarios durante la Pandemia de Covid-19.* El Ministerio de Educación autorizó la implementación de la Enseñanza Remota de Emergencia –ERE debido a las medidas de distanciamento social implementadas durante la pandemia de Covid-19. Este estudio tuvo como objetivo valorar si la autodisciplina, el dominio tecnológico y las aptitudes con relación a la Educación a Distancia, alterados por las experiencias académicas durante la ERE, influenciaron la percepción del desarrollo profesional de los universitarios durante la pandemia. La muestra fue constituida por 971 participantes, englobando 23 cursos de gradación y 17 instituciones. Se aplicaron las Escalas de Actitudes sobre Entrenamiento a Distancia, de Percepción del Desarrollo Profesional, y de Experiencias Asociadas a la ERE, todas con evidencias de validez. Se realizaron los tests *t* y de regresión múltiple estándar. Los resultados muestran que quien desarrolló aptitudes más favorables en la Educación a Distancia, autodisciplina y dominio tecnológico durante la ERE, notó mayor desarrollo profesional en ese período.

**Palabras-clave:** desarrollo profesional; educación a distancia; enseñanza superior; pandemia.

Em dezembro de 2019, foi identificado um vírus na província de Wuhan, na China, e rapidamente se alastrou pela Europa e de lá para o restante do mundo. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a Covid-19 como uma pandemia, pois a doença, naquele momento, atingia 114 países. De imediato foram implantadas medidas de distanciamento social na maior parte dos países e dentre elas estava o fechamento das instituições de ensino, que precisaram suspender atividades presenciais (Camacho, Joaquim, Menezes, & Sant'Anna, 2020). Em função desse cenário, em abril de 2020, chegamos a quase 90% dos estudantes no mundo impossibilitados de frequentar as aulas (Arruda, 2020). Nesse contexto, boa parte das escolas e Instituições de Ensino Superior – IES passaram a utilizar a tecnologia proveniente da modalidade de Educação a Distância – EaD (Camacho et al., 2020).

No Brasil, o Ministério da Educação através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia. Tal portaria era um reconhecimento do governo acerca da necessidade de haver alternativas para suprir o processo de ensino e aprendizagem presencial. Nesse contexto, a EaD foi amplamente adotada como estratégia, mesmo por instituições que ainda não tinham experiência com a modalidade.

Durante esse período, muitos questionamentos foram feitos acerca das estratégias pedagógicas adotadas no período da pandemia, com a discussão se tal ensino era modalidade de EaD ou não. Predominou nesse debate a concepção de que as estratégias de ensino-aprendizagem adotadas no período pandêmico não caracterizavam a tradicional EaD, razão pela qual passou a ser adotada a nomenclatura Ensino Remoto Emergencial – ERE (Hodges, Moore, Locke, & Bond, 2020). As diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. *Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia*, 2. Recuperado de <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17>

2020; Rondini et al., 2020). A principal distinção entre o ERE e a EaD é que o primeiro, em muitos casos, constituía uma mera transposição de aulas presenciais para o ambiente virtual; enquanto a EaD envolve estratégias mais elaboradas com o uso de objetos de aprendizagem e uma configuração construída para proporcionar a autonomia discente (Gusso et al., 2020).

## Ensino remoto emergencial

A pandemia ocorreu em um momento em que a política educacional brasileira estava ampliando as

possibilidades da EaD no Ensino Superior (Ferreira & Mourão, 2020), mas o surgimento do ERE não necessariamente configura uma expansão real da EaD, pois se trata de uma solução alternativa para um período atípico da história. O ERE foi definido como uma estratégia de ensino que tem como objetivo permitir o acesso aos conteúdos curriculares que seriam desenvolvidos presencialmente, caracterizando-se como uma mudança temporária nas estratégias pedagógicas para atender circunstâncias de crise (Hodges et al., 2020; Rondini et al., 2020). Assim, o ERE foi considerado como uma solução momentânea, com estratégias educacionais adaptadas aos recursos e às possibilidades disponíveis nesse período. Nesse modelo, a maior parte das aulas acontece com interação síncrona entre professor e aluno (Hodges et al., 2020). A modalidade EaD, por sua vez, costuma contar com recursos diversificados e uma equipe multiprofissional preparada para ofertar os conteúdos por meio de diferentes mídias em plataformas e com predomínio de atividades assíncronas (Carmo & Franco, 2019).

Nas instituições que adotaram o ERE, a dinâmica espaço-temporal da sala de aula virtual passou a exigir dos professores competências específicas como o uso constante de ferramentas de interação, a organização e um senso crítico reflexivo sobre sua atuação (Camacho et al., 2020; Carmo & Franco, 2019). Nem todos os professores que atuavam no ensino presencial apresentavam domínio das ferramentas da modalidade a distância. Alguns estudantes também não estavam preparados para essa mudança.

Considerando tal contexto, definimos como suporte teórico para este estudo a Teoria da Distância Transacional (Moore, 1973, 2002). Embora seja uma teoria da década de 1970, os elementos que ela discute para a EaD permanecem presentes na literatura atual da modalidade (eg. Silvano, 2023; Sousa & Schlünzen-Junior, 2018) e são, em grande medida, pertinentes ao contexto do ERE (eg. Ayres, Sousa, Fonseca, & Aguilera, 2022). Para essa teoria, a EaD é um conceito pedagógico que descreve as relações professor-aluno quando estes estão separados no espaço e no tempo, levando em conta os seguintes componentes: estrutura dos programas educacionais, interação entre alunos e professores e grau de autonomia do estudante. Nessa teoria, a estrutura é um elemento-chave da EaD que, juntamente com a variável diálogo, define a distância transacional e o grau de autonomia do aluno (Cabau & Costa, 2018). Um pressuposto básico desta teoria é que a distância

não é simplesmente afastamento geográfico, podendo configurar um espaço psicológico de compreensões errôneas entre aluno e professor. Esse espaço psicológico e comunicacional é o que passou a ser considerado como a distância transacional (Moore & Kearsley, 2013).

Essa distância pode ser discutida sob diferentes aspectos. Por exemplo, no início da pandemia, algumas IES implantaram rapidamente o ERE, outras tiveram que interromper as aulas ampliando a distância entre professores e alunos. A decisão de interrupção foi motivada tanto pela demanda de adaptação dos professores e das equipes técnicas das IES (Camacho et al., 2020; Carneiro, Rodrigues, França, & Prata, 2020; Gusso et al., 2020; Rondini et al., 2020), quanto pela dificuldade de acesso à internet por parte dos alunos (Ferreira & Mourão, 2023). Na época, 82,7% dos domicílios do Brasil tinham acesso à internet, mas predominantemente via celular (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021). Diante desse cenário, estudantes com mais acesso aos recursos tecnológicos ficaram em vantagem, enquanto alguns alunos não dispunham de recursos suficientes para acompanhar as aulas *on-line* e executar as atividades solicitadas.

Com a duração maior da pandemia, as IES tiveram que desenvolver novas estratégias, mesmo considerando as restrições de acesso à internet e equipamentos, pois o que se imaginou que pudesse durar apenas um semestre foi se estendendo por um período muito mais longo. Propostas de estudos de caso, *chat*, debate e elaboração de atividades desenvolvidas na prática passaram a ser utilizadas como possibilidades de estudo e pesquisa contínua mesmo em período de distanciamento social, visando favorecer a assimilação das informações (Camacho et al., 2020). Nesse contexto, o papel do professor no ERE incluiu também uma observação acerca das diferentes realidades vivenciadas por seus alunos, sendo necessárias adaptações para atender a todos.

As principais críticas à modalidade a distância – superficialidade, isolamento social, distância entre aluno e professor e dificuldade de identificação das necessidades dos alunos pelos professores ficaram mais explícitas em tempos de pandemia (Pereira, Selvati, Ramos, Teixeira, & Conceição, 2020). Mediante ao longo período da pandemia da Covid-19 e todos os desafios que ele ensejou, o presente estudo se volta para o desenvolvimento de habilidades tecnológicas e de atitudes em relação à EaD em estudantes de cursos de graduação da modalidade presencial que vivenciaram o ERE.

## Desenvolvimento de habilidades e atitudes para a EaD

Buscar estratégias para reinventar o ensino presencial foi necessário para evitar o risco de descontinuidade que comprometesse a qualidade do processo de ensino-aprendizagem (Gusso et al., 2020; Rondini et al., 2020). Os discentes tiveram que se adaptar às ferramentas tecnológicas e às estratégias de aprendizagem para ter um bom aproveitamento durante o ERE. A maior parte desses estudantes estava acostumada com o ensino presencial, que possui estabilidade, previsão, tempo e local demarcado (Behar & Silva, 2012). Assim, nesse novo contexto, eles precisaram passar por um processo de adaptação e de desenvolvimento de novas habilidades e atitudes (Ferreira & Mourão, 2023; Pereira et al., 2020).

O domínio das habilidades de uso de novas tecnologias é fundamental para o desempenho de quem estuda ou trabalha utilizando esse tipo de ferramenta (Abbad, Mourão, Zerbini, & Correia, 2015). Mas não basta apenas ter domínio de tais habilidades, as atitudes dos discentes em relação ao estudo a distância também são decisivas para o processo de aprendizagem. De acordo com o *Technology Acceptance Model* (Pompêo, Abbad, Zerbini, & Mourão, 2015), tais atitudes são influenciadas pela percepção de utilidade e pela percepção de facilidade de uso. Assim, aqueles que apresentam maior domínio tecnológico e conseguem visualizar maior utilidade na EaD, tendem a ter uma atitude mais favorável a esse tipo de ensino e uma intenção comportamental que favorece o uso do sistema de ensino aprendizagem a distância (Pompêo et al., 2015).

A tecnologia, muitas vezes vista como algo que poderia reduzir o grau de convívio social, tornou-se, durante a pandemia da COVID-19, uma forma de ampliar os encontros sociais e de permitir a continuidade das atividades educacionais, favorecendo a coletividade. Estratégias oriundas do ensino virtual passaram, então, a ser a opção mais utilizada por boa parte das IES, que recorreram a plataformas e recursos digitais, com maior frequência de aulas síncronas (Santos & Monteiro, 2020).

A expectativa é de que professores e estudantes que já tinham experiência com a tecnologia tenham maior facilidade para criar uma identidade virtual, de forma distinta dos novos usuários que precisaram percorrer um caminho mais longo. Tal expectativa fundamenta-se na ideia de que as habilidades se referem a processos mentais/cognitivos, motores e técnicos e

estão relacionadas à aplicação produtiva do conhecimento, sendo construídas por meio da prática (Abbad et al., 2015; Behar & Silva, 2012). No caso da EaD, a familiaridade com os recursos comunicacionais disponíveis e a frequência com que os discentes os utilizam influenciam o acesso aos materiais didáticos, a interação com tutores e com colegas e a motivação para aprender (Abbad et al., 2015).

Já as atitudes funcionam como um estado de prontidão organizado pela experiência, que exerce uma influência diretiva e dinâmica sobre as respostas das pessoas a determinados estímulos (Allport, 1935). Assim, as atitudes estão diretamente associadas ao posicionamento em relação aos outros e aos acontecimentos, bem como aos comportamentos e escolhas dos indivíduos (Behar & Silva, 2012). No campo da EaD, as atitudes podem influenciar a trajetória formativa dos estudantes. O conhecimento do repertório de atitudes de discentes e tutores permite aprimorar o desenho instrucional e a escolha da modalidade de entrega do curso presencial, híbrido ou a distância (Pompêo et al., 2015). Além disso, espera-se que as atitudes dos estudantes também contribuam para o seu desenvolvimento profissional (Mourão & Fernandes, 2020).

### **Desenvolvimento Profissional**

O desenvolvimento profissional pode ser entendido como um processo intencional e contínuo de aquisição e aperfeiçoamento de competências, com implicações em termos de transformações identitárias e de melhorias de desempenho (Mourão & Monteiro, 2018). Tal processo tem como base a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes de maneira processual e guarda relação com as experiências pessoais e com as estratégias que as pessoas adotam (Fernandes, Mourão, & Gondim, 2019). Dessa forma, pode-se afirmar que o desenvolvimento profissional está atrelado à aprendizagem contínua e às constantes transformações do mundo do trabalho, que acabam afetando também as escolhas de carreira ao longo da vida (Mourão & Fernandes, 2020).

A partir de uma análise conceitual do desenvolvimento profissional, Mourão e Monteiro (2018) propuseram um modelo de desenvolvimento caracterizado como um processo que começa com a identificação do objetivo profissional almejado e percorre um processo até a identificação de progressos, constituindo um caminho cíclico que se inicia com a perspectiva de identidade profissional e com a perspectiva profissional futura que cada pessoa traça para si mesma. O modelo

das autoras contempla quatro etapas, a saber: (i) estabelecimento do objetivo almejado; (ii) análise das competências atuais; (iii) desenvolvimento de ações de aprendizagem; e (iv) identificação de progressos. Assim, o modelo prevê que aquisição e o aprimoramento das habilidades e capacidades necessárias ao desempenho das atividades laborais pode ser favorecido por ações intencionais na busca do desenvolvimento profissional.

Conforme discutido por Mourão, Carvalho, e Monteiro (2020), o período universitário é de grande relevância para o desenvolvimento profissional das pessoas e para a preparação para a atuação no mundo do trabalho. No Ensino Superior há um objetivo de capacitar os estudantes para a prática profissional e, por decorrência, de prepará-los para seguir uma carreira, a partir do desenvolvimento de competências que lhes permitam atuar com dimensões técnicas, científicas e culturais na sua área de formação (Gusso et al., 2020).

No período da pandemia, outros elementos precisaram ser considerados. A apropriação de novos conhecimentos e habilidades durante esse período pode estar associada a novas competências com implicações positivas para o processo de desenvolvimento profissional dos discentes. A autodisciplina, por exemplo, foi indicada como uma competência-chave para o enfrentamento desse período, incidindo sobre a motivação no trabalho e no alcance de eficácia e bem-estar (Wang, et al., 2021). Mesmo que de início o ERE tenha gerado certo grau de desconforto, exigindo um olhar atento para as condições e particularidades que envolvem o uso das tecnologias digitais na educação (Goedert & Arndt, 2020; Santos & Monteiro, 2020), não se pode negar que ele trouxe também oportunidades de novas vivências e, conseqüentemente, novas aprendizagens.

Conforme previsto no modelo transocupacional de desenvolvimento profissional (Fernandes et al., 2019), o progresso das competências na trajetória laboral é influenciado por ações de aprendizagem gerenciadas pelo próprio indivíduo e por oportunidades presentes no ambiente. Portanto, é possível supor que esse contexto da educação na pandemia tenha influenciado o desenvolvimento profissional dos universitários. Assim, o estudo teve por objetivo avaliar se a autodisciplina, o domínio tecnológico e as atitudes em relação à EaD, alterados pelas experiências acadêmicas durante o ERE, influenciaram a percepção de desenvolvimento profissional dos universitários durante a pandemia.

Diante do referencial teórico apresentado, foram definidas duas hipóteses de pesquisa, a saber: Hipótese

1 - Durante o ERE, houve diferença nas experiências acadêmicas (domínio tecnológico e autodisciplina), nas atitudes em relação à EaD e na percepção do desenvolvimento profissional dos estudantes de graduação que já tinham ou não experiência com a modalidade EaD (Abbad et al., 2015; Carneiro et al., 2020; Mourão & Fernandes, 2020; Pompêo et al., 2015; Santos & Monteiro, 2020; Wang et al., 2021); e Hipótese 2 - O domínio tecnológico e a autodisciplina e as atitudes favoráveis à EaD estão positivamente associadas à percepção de desenvolvimento profissional dos estudantes de graduação em ERE durante a pandemia da Covid-19 (Fernandes et al., 2019; Gusso et al., 2020; Mourão & Monteiro, 2018; Wang et al., 2021).

## Método

### Participantes

Os critérios de inclusão nesta pesquisa eram: ter idade igual ou superior a 18 anos e estar efetivamente matriculado em curso superior presencial que durante a pandemia da Covid-19 adotou estratégias com aulas por meio remoto. A amostra foi de 971 participantes, de 17 instituições públicas e privadas das diversas regiões do país, com uma predominância da região Sudeste. Os participantes estavam matriculados em 23 cursos de graduação, sendo os mais frequentes Direito, Farmácia, Educação Física, Engenharias, Pedagogia, Administração, História e Odontologia.

A faixa etária dos participantes variou entre 18 e 61 anos, com média de 28,6 anos ( $DP = 9,2$ ) e mediana de 25 anos. A maior parte era do sexo feminino (66%) e o estado civil predominante foi de 63,5% de solteiros seguido de 32,4% casados. A renda familiar mais frequente foi de mil a três mil reais (55%), seguida pelas faixas de até mil reais (21,2%) e de três a cinco mil reais (15,9%). No que tange à trajetória acadêmica: 18% estavam na fase inicial do curso (até o 3º período), 39% estavam na fase intermediária (4º ao 6º) e 43% no final do curso (do 7º período em diante).

### Instrumentos

Para essa pesquisa foi elaborado um instrumento composto por três escalas, além de um questionário sociodemográfico usado para caracterização da amostra. As escalas contempladas foram: (i) Escala de Atitudes sobre Treinamento a Distância (Pompêo et al., 2015); (ii) Escala de Percepção Evolutiva de Desenvolvimento Profissional (Mourão, Porto, & Puente-Palácios, 2014); (iii) Escala de Experiências Associadas ao Ensino Remoto

Emergencial, construída especificamente pelas autoras para a realização no presente estudo.

A Escala de Atitudes sobre Treinamento a Distância (Pompêo et al., 2015), é uma escala unifatorial, composta por nove itens, associados a uma escala Likert de concordância (1=discordo fortemente e 5=concordo fortemente). A versão original apresentou um Alpha de Cronbach de 0,90, com cargas fatoriais variando entre 0,43 e 0,79, enquanto na presente pesquisa o Alpha foi de 0,76 e as cargas fatoriais variaram de 0,50 a 0,74. Considerando a natureza do público-alvo, alunos em ensino remoto, foram realizadas adaptações no texto de alguns itens, uma vez que eles eram voltados para treinamentos realizados a distância. Por exemplo, o item "Considero-me habilidoso(a) como participante de cursos a distância" foi alterado para "Considero-me habilidoso(a) como participante de cursos ou de disciplinas a distância". Como a intenção era identificar possíveis mudanças de atitudes em relação à EaD ao longo do ensino remoto, os participantes foram convidados a responder duas vezes aos mesmos itens, sendo a primeira com base nas suas atitudes antes da pandemia da Covid-19 e a segunda resposta relativa ao momento da coleta de dados (6 meses após o início da pandemia). Um exemplo de item utilizado: "É fácil para mim adquirir novos conhecimentos por meio de cursos e disciplinas a distância".

A Escala de Percepção Evolutiva do Desenvolvimento Profissional - EPEDP (Mourão et al., 2014) é unifatorial e contém 13 itens, com grau de confiabilidade mensurado pelo Alpha de Cronbach de 0,94, no estudo original e cargas fatoriais variaram entre 0,62 e 0,84. No presente estudo, adotou-se uma versão reduzida de seis itens. O Alpha de Cronbach no estudo atual foi de 0,91 e variação das cargas fatoriais ficou na faixa de 0,80 a 0,86. A forma de mensuração dessa escala contempla os escores de ganho resultantes da comparação da percepção de desenvolvimento profissional em dois momentos. Assim, os participantes incluíram duas respostas para cada item: uma para a percepção de preparo antes da pandemia; e outra para a percepção de preparo no momento da coleta de dados. O escore de cada item foi calculado a partir da subtração dos valores das respostas relativas ao desenvolvimento profissional nesses dois momentos. Um exemplo de item é "Propor melhorias para minhas atividades profissionais". Os itens foram respondidos em uma escala Likert variando de 1 (Nada preparado) a 5 (Totalmente preparado).

Além dessas escalas, foi também desenvolvida uma escala específica para avaliar a adaptação ao Ensino

Remoto durante a pandemia da Covid-19. A criação dos itens derivou de duas fontes: (i) adaptação de alguns itens oriundos da Escala de Domínio de Habilidades de Uso de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação em Organizações (Abbad et al., 2015); e (ii) entrevistas com professores e alunos de graduação a distância a fim de identificar os principais recursos utilizados nos processos de ensino-aprendizagem adotados durante a pandemia da Covid-19. A Escala de Adaptação ao Ensino Remoto ficou com 10 itens, divididos em duas dimensões: Autodisciplina (três itens e Alpha de Cronbach de 0,79) e Domínio Tecnológico (sete itens e Alpha de Cronbach de 0,87). O instrumento é respondido por escala Likert de concordância variando de discordo fortemente (1) a concordo fortemente (5). Exemplo de item para autodisciplina: “Procurei planejar meus momentos de estudo”. Exemplo de item para domínio tecnológico: “Acessei com facilidade os ambientes virtuais utilizados para as atividades acadêmicas”.

#### **Procedimentos de Coleta de Dados**

A coleta de dados foi realizada no formato *on-line*, entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021. Os participantes foram convidados por e-mail ou por mensagens eletrônicas enviadas para redes sociais, sendo orientados inicialmente a ler o Termo de Conhecimento Livre Esclarecido (TCLE) e somente aqueles que concordaram com as condições da pesquisa tiveram acesso às questões.

#### **Procedimentos de Análise de Dados**

As análises foram realizadas com apoio do software Statistical Package for Social Science (SPSS, versão 23.0). Inicialmente, foram analisadas as cargas fatoriais e o grau de confiabilidade das escalas utilizadas nesse estudo. Na sequência foram examinadas as distribuições univariadas por meio de métodos gráficos (*box-plot*) e numéricos (medidas de simetria) com o objetivo de avaliar normalidade, homogeneidade de variância e a presença de dados extremos (*outliers*), de acordo com as orientações de Tabachnick e Fidell (2019). Não houve a necessidade de análise de distribuição de casos omissos, pois na coleta de dados *on-line* os itens eram de resposta obrigatória.

Para a comparação dos escores dos estudantes que tinham ou não experiência prévia com a EaD foram realizados testes *t* de Student, com análise prévia da assunção de homogeneidade de variância (teste de Levene) e análise do tamanho do efeito pelo *d* de Cohen (Espírito Santo & Daniel, 2017). O teste de relação de

variáveis foi feito a partir de regressão múltipla padrão. Para a análise de casos extremos multivariados foram excluídos casos cujos valores ficaram acima dos parâmetros da Distância Mahalanobis. Também foram avaliados, previamente, o atendimento dos pressupostos de normalidade, homogeneidade de variância, multicolinearidade e análise de resíduos. Para a multicolinearidade, foi feito o teste de colinearidade, considerando-se os valores de VIF acima de 5 e de tolerância abaixo de 0,1, além de analisar se o *condition index* aponta que as variáveis independentes têm ou não problemas de colinearidade (Tabachnick & Fidell, 2019).

## **Resultados**

Os resultados indicam que 78,1% dos estudantes universitários que participaram da pesquisa tiveram as suas atividades acadêmicas realizadas integralmente através do ensino remoto, e 20,5% tiveram suspensão de algumas atividades acadêmicas. Pouco mais de um terço dos participantes (36%) estavam tendo o primeiro contato com a EaD, além de 37% que informaram ter pouca experiência na modalidade, totalizando 73% dos estudantes vivenciando uma situação nova. Assim, a maior parte dos universitários teve que aprender sobre ensino remoto durante a pandemia.

A dinâmica utilizada para a continuidade das atividades acadêmicas foi predominantemente de aulas síncronas no sistema *on-line* (89,2%). Somente 12,4% dos universitários tiveram acesso a videoaulas disponibilizadas anteriormente como apoio às aulas. Tais resultados confirmam ampla adesão ao processo síncrono de ensino-aprendizagem, obedecendo o mesmo horário do presencial, ainda que em muitos casos houvesse a opção de assistir posteriormente à gravação da aula.

Quanto às ferramentas de comunicação utilizadas pela IES para as aulas remotas, 89% as consideraram suficientes e entre os que sentiram falta de algum recurso houve menção a materiais de apoio mais elaborados, mesa digitalizadora, sistema rápido para tirar dúvidas com os professores e vídeos explicativos sobre os conteúdos. Chama a atenção que 19,5% dos estudantes tenham usado somente o *smartphone* para a realização das atividades e outros 18,4% tinham que compartilhar o computador ou *tablet* com outros membros da família. Quanto ao acesso à internet, 56,7% tinham *wi-fi* em casa com um pacote de dados que possibilitava fazer todas as atividades educacionais, mas o pacote de *wi-fi* de 28,6% nem sempre era suficiente, além daqueles que usavam pacote de internet no celular (9,6%).

Os estudantes apontaram múltiplos obstáculos para o ensino remoto. Manter a interação nas aulas lidera a lista das dificuldades (57,5%), seguida por aprender determinados conteúdos em meios digitais (53,7%). Chama a atenção, o fato de quase a metade dos estudantes (49,3%) apresentarem dificuldade mais generalizada para a compreensão dos conteúdos no formato remoto. Além disso, 40,8% alegaram ser difícil organizar as atividades remotas e 35,1% não se adaptaram bem às estratégias de ensino adotadas pelos professores.

Quanto ao trabalho, 29,2% dos participantes permaneceram trabalhando regularmente em seu ambiente laboral e somente 15,7% fizeram *home office*, enquanto outros trabalharam em regime de escala (8,8%), tiveram o contrato de trabalho ou as atividades suspensas (12,4%). Somados a esses, há os que não estavam trabalhando no período (26,6%) e os que perderam o emprego na pandemia (7,5%).

No que diz respeito às questões de saúde, 55,6% dos pesquisados não vivenciaram maiores problemas na pandemia. No entanto, 19,2% tiveram familiares que enfrentaram problemas de saúde e 8% tiveram eles próprios adoecimento no período pandêmico, além daqueles que enfrentaram questões de saúde consigo e com seus familiares (13,4%) e dos que tiveram óbitos entre os familiares (3,8%).

No que diz respeito às estatísticas descritivas, observamos que a média (0,15) e a mediana (0,13) das atitudes em relação à EaD ficaram próximas ao ponto médio da escala (0). Já a Percepção de Desenvolvimento Profissional, apresentou uma média de -0,14 e mediana zero. As experiências com ensino remoto tiveram uma avaliação mais favorável (acima do ponto médio das

escalas), sendo a média para a autodisciplina de 3,38 e a mediana 3,67 e para o domínio tecnológico média de 3,88 e mediana 4,0. Algumas variáveis tiveram desvio-padrão mais elevado, indicando heterogeneidade nas respostas dos participantes (Tabela 1).

**Tabela 1.** Estatísticas descritivas relativas à autodisciplina, domínio tecnológico, atitude em relação à EaD e desenvolvimento profissional ( $n = 971$ )

	Atitude em relação à EaD	Desenvolvimento Profissional	Experiências com Ensino Remoto	
			Autodisciplina	Domínio Tecnológico
M	0,15	-0,14	3,38	3,88
Mediana	0,13	0,00	3,67	4,00
DP	0,57	0,88	0,93	0,64
Mínimo	-2,38	-3,83	1,00	1,00
Máximo	2,63	3,00	5,00	5,00
Amplitude (escala)	- 4 a + 4	- 4 a + 4	1 a 5	1 a 5

Nota: M = Média; DP = Desvio-padrão.

Os testes *t* levando em consideração os universitários que estavam vivenciando a primeira experiência com EaD e os que já tinham experiência (Tabela 2) apontam uma diferença significativa nas médias das atitudes em relação à EaD ( $t(429) = 2,38; p < 0,05$ ), bem como nas dimensões autodisciplina ( $t(429) = 4,34; p < 0,01$ ) e domínio tecnológico ( $t(356) = 3,60; p < 0,01$ ). A única variável em que a experiência prévia com a EaD não gerou diferença significativa nas médias foi a percepção do desenvolvimento profissional ao longo do período pandêmico ( $t(429) = 1,12; p > 0,05$ ), que foi negativa para ambos os grupos.

**Tabela 2.** Testes *t* para comparação de médias entre universitários que tinham experiência prévia com a EaD e os que estavam vivendo a primeira experiência

Variáveis	Experiência com EaD	M	DP	Erro padrão da média	t
Desenvolvimento Profissional	Tinha experiência com EaD	-0,14	0,85	0,03	$t = 1,12$
	Primeira experiência com EaD	-0,14	0,95	0,05	$p = 0,311$
Autodisciplina	Tinha experiência com EaD	3,43	0,92	0,04	$t = 4,34$
	Primeira experiência com EaD	3,29	0,94	0,05	$p = 0,001$
Domínio Tecnológico	Tinha experiência com EaD	3,94	0,64	0,03	$t = 3,60$
	Primeira experiência com EaD	3,77	0,62	0,04	$p = 0,001$
Atitude em relação à EaD	Tinha experiência com EaD	0,21	0,55	0,02	$t = 1,12$
	Primeira experiência com EaD	0,05	0,60	0,03	$p = 0,035$

Nota. M = Média; DP = Desvio-padrão; graus de liberdade (gl) = 356 para a variável domínio tecnológico e 429 para as demais variáveis.

Os tamanhos do efeito mensurados pelo *d* de Cohen ficaram todos acima de 0,20 (Espírito Santo & Daniel, 2017). As variáveis de autodisciplina ( $d = 0,55$ ) e domínio tecnológico ( $d = 0,45$ ) foram as que tiveram

um efeito mais expressivo da experiência anterior com a EaD. Mas também observamos um efeito da experiência sobre as atitudes em relação à modalidade a distância ( $d = 0,29$ ). Com base nos resultados obtidos e nas

hipóteses do estudo, é possível observar que a Hipótese 1 foi parcialmente confirmada, pois houve diferença nas experiências acadêmicas (domínio tecnológico e auto-disciplina) e também nas atitudes em relação à EaD entre os estudantes de graduação que estavam no ERE e que já tinham alguma experiência com a modalidade EaD e aqueles que nunca tinham vivenciado nenhum curso a distância. No entanto, não se percebeu diferenças significativas entre esses dois grupos em relação à percepção do desenvolvimento profissional.

No que diz respeito à magnitude das correlações, a pesquisa indicou que a autodisciplina apresentou uma correlação significativa com as atitudes em relação à EaD, porém de baixa magnitude ( $r = 0,17; p < 0,01$ ). Já as correlações entre autodisciplina e domínio tecnológico com o desenvolvimento profissional foram de magnitude moderada (ambas com  $r = 0,30; p < 0,01$ ). No que tange à correlação entre o domínio tecnológico e a autodisciplina a correlação foi de  $0,46 (p < 0,01)$ . Por fim, a correlação das atitudes em relação à EaD com o desenvolvimento profissional foi de baixa magnitude ( $r = 0,28; p < 0,01$ ).

Após a análise dos pressupostos já mencionada e a realização da correlação, foi feita a análise de regressão múltipla linear padrão. Os resultados indicaram que as variáveis autodisciplina, domínio tecnológico e atitudes em relação a EaD explicam a percepção de desenvolvimento profissional dos universitários que estavam em ensino remoto emergencial durante a pandemia da Covid-19. Esse modelo foi capaz de explicar 17% da variância da percepção de desenvolvimento profissional ( $R^2_{ajust} = 0,171$ ). A Tabela 3 apresenta os resultados dessa análise de regressão.

**Tabela 3.** Modelo de regressão do desenvolvimento profissional em universitários em ensino remoto emergencial ( $n = 823$ )

Modelo	B	Erro padrão	Beta	p
(Constante)	-1,365	0,176		
Autodisciplina	0,215*	0,034	0,228	0,001
Domínio Tecnológico	0,119*	0,049	0,086	0,018
Atitude sobre a EaD	0,390*	0,049	0,258	0,001

Nota.  $M = -0,14$ ;  $DP = 0,88$ ;  $F = 57,44$ ;  $t = 7,74$ ;  $R = 0,417$ ;  $R^2 = 0,174$ ;  $R^2_{ajust.} = 0,171$

Os dados obtidos na regressão permitem confirmar a Hipótese 2. Assim, o domínio tecnológico, a autodisciplina e as atitudes favoráveis à EaD mostraram-se positivamente associados à percepção de desenvolvimento profissional dos estudantes de graduação no ERE durante a pandemia.

## Discussão

O presente estudo teve como objetivo avaliar se a autodisciplina, o domínio tecnológico e as atitudes em relação à EaD, alterados pelas experiências acadêmicas durante o ERE, influenciaram a percepção de desenvolvimento profissional dos universitários durante a pandemia. Quanto à experiência com EaD antes do período pandêmico, boa parte dos pesquisados informaram não ter nenhuma vivência nessa modalidade ou ter uma experiência bastante reduzida. Considerando que o ERE requer habilidades específicas, o fato de os estudantes terem pouca experiência com a modalidade a distância sinaliza que muitos tiveram que desenvolver novas habilidades e atitudes para se adaptar ao ERE.

Outro dado relevante dos resultados diz respeito às principais dificuldades encontradas pelos estudantes durante o período do ensino remoto, parte delas já relatadas na literatura (Arruda, 2020; Ayres et al., 2022; Pereira et al., 2020). De acordo com os dados da pesquisa, os universitários sinalizaram diversos obstáculos durante o ERE no que tange ao processo ensino-aprendizagem, com destaque para a manutenção da interação nas aulas, seguida pela dificuldade de aprender determinados conteúdos em meios digitais. Há que se considerar também a dinâmica espaço-temporal da sala de aula virtual que passou a exigir dos professores competências específicas para desenvolver práticas educativas intermediadas pelos recursos digitais e nem todos já se encontram preparados para esses desafios (Carmo & Franco, 2019; Ferreira & Mourão, 2023). A distância transacional presente no ERE fica confirmada pelo fato de quase a metade dos estudantes relatarem dificuldade de compreensão dos conteúdos no formato remoto. Também foi relatado o desafio de adaptação às estratégias de ensino adotadas pelos professores, o que corrobora a literatura, que indica a necessidade de preparação dos docentes para o uso de metodologias ativas e interativas no ensino remoto (Carneiro et al., 2020).

As dificuldades apontadas pelos estudantes podem ser agravadas por problemas de conectividade, pois pouco mais da metade dos universitários tinham *wi-fi* em casa com um pacote de dados que possibilitava fazer todas as atividades educacionais. Esses resultados reforçam os dados apontados pelo IBGE sobre o acesso à internet no Brasil ser predominantemente via celular (IBGE, 2021), bem como outros estudos empíricos sobre o tema (Pereira et al., 2020; Stringhini et al., 2021). Dessa forma, faz-se necessário repensar as estratégias

pedagógicas para esse público (Ferreira & Mourão, 2020) ou criar políticas públicas e programas institucionais de ensino remoto que forneçam condições e ferramentas para que todos os universitários possam participar de forma efetiva das aulas e demais atividades propostas. Também cabe considerar que o ensino remoto exige uma mudança na atuação docente com uma dinâmica que reforce a participação e a autonomia (Pereira et al., 2020).

As principais conclusões deste estudo são: (i) houve diferenças significativas no domínio tecnológico, na autodisciplina e nas atitudes em relação à EaD entre os estudantes de graduação que já tinham alguma experiência com a modalidade EaD e aqueles que nunca tinham vivenciado nenhum curso a distância; (ii) a experiência prévia com a EaD não influenciou a percepção de desenvolvimento profissional dos discentes, que tende a ser negativa durante o período da pandemia da Covid-19; e (iii) O domínio tecnológico, a autodisciplina e as atitudes favoráveis à EaD estão positivamente associadas à percepção de desenvolvimento profissional dos estudantes de graduação que tiveram aulas no ERE durante a pandemia da Covid-19. Tais conclusões encontram respaldo em modelos teóricos, tanto no de EaD da Distância Transacional (Moore, 1973, 2002), quanto no de Desenvolvimento Profissional de Universitários (Mourão et al., 2020).

O fato de a experiência prévia com a EaD não ter gerado diferença significativa nas médias sobre a percepção do desenvolvimento profissional na pandemia merece discussão. Houve uma predominância de percepção negativa para ambos os grupos. Acreditamos que as restrições e dificuldades impostas pela pandemia, associadas a uma adaptação forçada ao ERE pode ter influenciado nesses resultados, visto que grande parte dos estudantes avaliou ter se desenvolvido pouco nesse período. Esse resultado reforça a importância do contexto para o desenvolvimento profissional (Mourão & Fernandes, 2020; Mourão & Monteiro, 2018).

A conclusão de que os universitários que estavam vivenciando a primeira experiência com estratégias *on-line* a partir do ERE apresentavam uma atitude menos favorável à EaD do que aqueles que já haviam vivenciado alguma experiência nesse sentido também encontra respaldo na literatura (Carneiro et al., 2020; Pompêo et al., 2015). O mesmo ocorreu com a avaliação dos discentes acerca da autodisciplina e do domínio tecnológico, o que nos faz perceber que quem tinha mais experiência foi menos desafiado pelo modelo do ERE.

Tais resultados indicam que uma experiência prévia com a EaD afeta as atitudes e as habilidades dos estudantes em relação à modalidade (Carneiro et al., 2020; Stringhini et al., 2021).

Os achados de que a autodisciplina e o domínio tecnológico predizem o desenvolvimento profissional de universitários durante o período pandêmico encontra respaldo na Teoria da Distância Transacional (Moore, 1973, 2002), uma vez que a redução do diálogo entre professor e aluno demanda uma maior autonomia discente. Nesse sentido, estudantes que apresentaram mais autodisciplina e maior domínio tecnológico demonstram maior autonomia em seu processo de aprendizagem no ERE e, conseqüentemente, tal autonomia resulta em maior percepção de desenvolvimento profissional.

Contudo, é preciso ponderar que, embora haja uma relação entre a autonomia e a distância transacional, elas não são necessariamente proporcionais entre si, uma vez que outros fatores influenciam o grau de autonomia discente (Sousa & Schlünzen-Junior, 2018). Nesse diapasão, atitudes favoráveis em relação à EaD podem favorecer o processo de aprendizagem no ERE, uma vez que variáveis psicológicas afetam diretamente o desenvolvimento profissional (Mourão & Fernandes, 2020).

Além disso, a autodisciplina, o domínio tecnológico e as atitudes em relação à EaD como preditores da percepção de desenvolvimento profissional dos universitários que estavam em ERE durante a pandemia da Covid-19 encontram respaldo no modelo transocupacional de desenvolvimento profissional (Fernandes et al., 2019). De acordo com tal modelo, as competências desenvolvidas ao longo da trajetória profissional são influenciadas tanto por ações de aprendizagem gerenciadas pelo próprio indivíduo, quanto por oportunidades ofertadas pelo ambiente. Isso também é válido para o modelo de desenvolvimento profissional dos universitários (Mourão et al., 2020). Assim, não se pode negar que, a despeito das dificuldades do momento pandêmico, o ERE trouxe também oportunidades de novas vivências e, conseqüentemente, novas aprendizagens (Goedert & Arndt, 2020), proporcionando a apropriação de novos conhecimentos e habilidades com implicações positivas para o processo de desenvolvimento profissional dos discentes.

Por fim, os achados do presente estudo permitem endossar as reflexões de Ayres et al. (2022) de que, se a distância geográfica é inevitável, a distância temporal, a distância cognitiva e a distância psicológica podem ser superadas, seja pela adoção de atividades assíncronas,

seja pelo desenvolvimento de espaços pedagógicos e comunicacionais cada vez mais facilitados pelas tecnologias digitais disponíveis. Nesse sentido, o ensino remoto requer que o professor, enquanto mediador do conhecimento, aplique intencionalmente o diálogo educacional para minimizar os efeitos da distância geográfica e favorecer um ambiente pedagógico construtivo (Ayres et al., 2022; Cabau & Costa, 2018).

Em síntese, podemos afirmar que, apesar das dificuldades iniciais para sua implantação, o ERE foi uma estratégia essencial para favorecer a continuidade das atividades acadêmicas durante a crise sanitária. Nesse sentido, este estudo contribui com reflexões sobre os efeitos do ERE no Ensino Superior e sua interlocução com o domínio das tecnologias digitais. O estudo também pode ser útil para discentes, docentes e gestores educacionais pensarem sobre os aprendizados advindos do ERE e como eles podem impactar positivamente nas estratégias pedagógicas dos cursos de graduação após o término da pandemia.

A despeito de tais contribuições, este estudo apresenta limitações dignas de nota. Uma delas é a maior concentração da amostra na região Sudeste, quando o acesso à internet em outras regiões brasileiras pode ser bastante distinto. Outra limitação refere-se ao fato de a coleta de dados tanto das variáveis antecedentes quanto da variável consequente ter sido realizada em um momento único, o que aumenta as chances do erro de variância comum do método.

Assim, sugerimos que estudos futuros ampliem a amostra nas demais regiões brasileiras, se possível, estabelecendo uma comparação entre elas. Também seria importante a realização de estudos longitudinais, que são mais robustos para o estabelecimento de relações entre as variáveis. Por fim, recomendamos também pesquisas com docentes universitários que viveram o ERE no sentido de avaliar a percepção que eles têm acerca das experiências nesse período e de como elas podem favorecer as estratégias pedagógicas no pós-pandemia.

## Referências

Abbad, G. S., Mourão, L., Zerbini, T., & Correia, D. B. (2015). Domínio de habilidades de uso de novas tecnologias da informação e comunicação em organizações. In K. Puente-Palacios & A. L. A. Peixoto (Orgs.), *Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia* (pp. 284-301). Porto Alegre: Artmed.

Allport, G. (1935). Atitudes. In C. Murchison (Org.), *Handbook of Social Psychology* (pp. 798-844). Worcester, MA: Clark University Press.

Arruda, E. P. (2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19.

*Em Rede - Revista de Educação a Distância*, 7(1), 257-275. doi: 10.53628/emrede.v7.1.621

Ayres, F., Sousa, L. V. D., Fonseca, J. F., & Aguilera, A. G. F. (2022). Ensino remoto de física fundamentado pela teoria da objetivação e pela teoria da distância transacional. *ACTIO: Docência em Ciências*, 7(2), 1. doi: 10.3895/actio.v7n2.14450

Behar, P. A., & Silva, K. K. (2012). Mapeamento de competências: um foco no aluno da educação a distância. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, 10(3), 1-11. doi: 10.22456/1679-1916.36395

Cabau, N. C., & Costa, M. L. (2018). A Teoria da Distância Transacional: um mapeamento de teses e dissertações brasileiras. *Revista Eletrônica de Educação*, 12(2), 431-447. doi: 10.14244/198271992268

Camacho, A. C. L. F., Joaquim, F. L., Menezes, H. F., & Sant'Anna, R. M. (2020). A tutoria na educação à distância em tempos de COVID-19: orientações relevantes. *Research, Society and Development*, 9(5), e30953151. doi: 10.33448/rsd-v9i5.3151

Carmo, R. D. O. S., & Franco, A. P. (2019). Da docência presencial à docência online: aprendizagens de professores universitários na educação a distância. *Educação em Revista*, 35. doi: 10.1590/0102-4698210399

Carneiro, L. C., Rodrigues, W., França, G., & Prata, D. N. (2020). Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(8), e267985485. doi: 10.33448/rsd-v9i8.5485

Espírito Santo, H., & Daniel, F. (2017). Calcular e apresentar tamanhos do efeito em trabalhos científicos: as limitações do  $p < 0,05$  na análise de diferenças de médias de dois grupos. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 1(1), 3-16. doi: 10.7342/ismt.rpics.2017.3.1.48

Fernandes, H. D. A., Mourão, L., & Gondim, S. M. G. (2019). Professional Development: Proposition of a Trans-occupational Model from a Qualitative Study. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 29. doi: 10.1590/1982-4327e2916

Ferreira, D. M., & Mourão, L. (2020). Panorama da educação a distância no ensino superior brasileiro. *Revista Meta: Avaliação*, 12(34), 247-280. doi: 10.22347/2175-2753v12i34.2318

Ferreira, D. M., & Mourão, L. (2023). O que as universidades ofertaram e de que condições os estudantes dispunham no ensino remoto na pandemia? In M. M. P. E. Mota & C. Martins (Orgs.), *Ensino remoto na pandemia* (pp. 111-130). Curitiba, PR: Appris.

Goedert, L., & Arndt, K. B. F. (2020). Mediação pedagógica e educação mediada por tecnologias digitais em tempos de pandemia. *Criar Educação*, 9(2), 104-121. doi: 10.18616/ce.v9i2.6051

Gusso, H. L., Archer, A. B., Luiz, F. B., Sahnão, F. T., Luca, G. G. D., Henklain, M. H. O., ... & Gonçalves, V. M. (2020). Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educação & Sociedade*, 41. doi: 10.1590/ES.238957

Hodges, C., Moore, S., Lockee, B., & Bond, A. (2020). As diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. *Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia*, 2. Recuperado de <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua 2019*. Recuperado de <https://bit.ly/3GzVEZR>

Moore, M. G. (1973). Toward a theory of independent learning and teaching. *The Journal of Higher Education*, 44(9), 661-679. doi: 10.1080/00221546.1973.11776906

- Moore, M. G. (2002). Teoria da distância transacional. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 1, 1-14. doi: 10.17143/rbaad.v1i0.111
- Moore, M. G., & Kearsley, G. (2013). *Educação a Distância: sistemas de aprendizagem online* (3ª ed.). Boston, MA: Cengage Learning.
- Mourão, L., Carvalho, L., & Monteiro, A. C. (2020). Planejamento do desenvolvimento profissional na transição entre universidade e mercado de trabalho. In A. Soares, L. Mourão, & M. Monteiro (Orgs.), *O estudante universitário brasileiro: saúde mental, escolha profissional, adaptação a Universidade e desenvolvimento de carreira*. (pp. 255-272). Curitiba, PR: Appris.
- Mourão, L., & Fernandes, H. (2020). Percepção de trabalhadores acerca de inibidores e propulsores do desenvolvimento profissional. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 22(2), 250-272. doi: 10.5935/1980-6906/psicologia.v22n2p273-295
- Mourão, L., & Monteiro, A. C. (2018). Desenvolvimento profissional: proposição de um modelo conceitual. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 23(1), 33-45. doi: 10.22491/1678-4669.20180005
- Mourão, L., Porto, J. B., & Puente-Palácios, K. (2014). Construção e evidências de validade de duas escalas de percepção de desenvolvimento profissional. *Psico-USF*, 19, 73-85. doi: 10.1590/S1413-82712014000100008
- Pereira, R. M. S., Selvati, F. S., Ramos, K. S., Teixeira, L. G. F., & Conceição, M. V. (2020). Vivência de estudantes universitários em tempos de pandemia do Covid-19. *Revista Praxis*, 12(supl.1). doi: 10.47385/praxis.v12.n1sup.3458
- Pompêo, F. S., Abbad, G., Zerbini, T., & Mourão, L. (2015). Atitudes sobre treinamento a distância. In K. Puente-Palacios & A. L. A. Peixotom (Orgs.), *Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia* (pp. 22-35). Porto Alegre: Artmed.
- Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. (2020, 17 de março). Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Rondini, C. A., Pedro, K. M., & Duarte, C. S. (2020). Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática docente. *Interfaces Científicas-Educação*, 10, 41-57. doi: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57
- Santos, V. B. Jr., & Monteiro, J. C. S. (2020). Educação e Covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. *Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade*, 2, 1-15. doi: 10.46375/encantar.v2.0011
- Silvano, A. N. (2023). Conceitos e teorias da educação a distância. *Revista Científica do UBM*, 25(48), 1-17. doi: 10.52397/rcubm.v0i48.1416
- Sousa, S. O., & Schlünzen-Junior, K. S. (2018). A Teoria da Distância Transacional como arcabouço conceitual para a Abordagem Blended Online POPBL. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 16(42), 203-231. doi: 10.5935/2238-1279.20190034
- Stringhini, M. L. F., Menezes, I. H. C. F., Priebe, D. D. A. M., Cavalcante, R. B. M., Freitas, A. T. V. S., Guimarães, M. M., ... Mortoza, A. S. (2021). Ensino Remoto Emergencial: implantação e resultados na percepção de estudantes universitários. *Research, Society and Development*, 10(9), e11610917744. doi: 10.33448/rsd-v10i9.17744
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2019). *Using multivariate statistics* (7ª ed.). Londres: Pearson.
- Wang, B., Liu, Y., Qian, J., & Parker, S. K. (2021). Achieving effective remote working during the COVID 19 pandemic: A work design perspective. *Applied Psychology*, 70(1), 16-59. doi: 10.1111/apps.12290

Danielle Mello Ferreira, Doutora em Psicologia Pela Universidade Salgado De Oliveira (UNIVERSO), é Professora da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Endereço para correspondência: Universidade Salgado de Oliveira, Rua Marechal Deodoro, 217 - Niterói/RJ. Email: danimellof@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2285-5400>

Luciana Mourão Cerqueira e Silva, Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é Professora titular da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Professora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: [luciana@gmail.com](mailto:luciana@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8230-3763>

Recebido em 04.nov.21  
Revisado em 23.nov.22  
Aceito em 24.dez.22

# Construção identitária profissional: sentidos do trabalho para psicólogos

Larissa Marci Rutke Nieswald. Universidade Federal de Santa Catarina  
Valéria De Bettio Mattos. Universidade Federal de Santa Catarina  
Elka Lima Hostensky. Universidade Federal de Santa Catarina  
Daeana Paula Bourscheid. Universidade Federal de Santa Catarina  
Vitória Helena Silva Santos. Universidade Federal de Santa Catarina

## Resumo

Estudar o perfil de egressos de um curso universitário, para além de ser prerrogativa legal, traz elementos que permitem compreender os processos de construção identitária de uma categoria profissional. O objetivo dessa investigação foi compreender de que modo se dá a relação entre a construção identitária e os sentidos atribuídos à profissão de psicólogo. Para tanto, foram entrevistados dez egressos de uma universidade pública federal e o corpus resultante foi submetido à análise de conteúdo. As categorias temáticas emergentes - construção identitária *psi* e vinculação com o papel de psicólogo - evidenciam que a relação entre os constructos é mediada por uma tríade composta pela trajetória universitária, o exercício profissional e referenciais identitários. Os resultados ratificam a interdependência dos constructos, sinalizam para a necessidade do fortalecimento da formação e indicam agendas destinadas a explorar os significados do trabalho coletivamente construídos a partir da experiência laboral na condição de psicólogos.

**Palavras-chave:** identidade profissional; sentidos do trabalho; psicólogos; saúde mental.

## Abstract

*Professional identity construction: meanings of work for psychologists.* Apart from the legal prerogative, the study of graduates' profiles brings elements that enable understanding of the processes in identity construction of a given professional category. The objective of this research was to comprehend in which manner is the relationship between the construction of identity and the attributed tenor of the psychology profession. Ten graduates from a public federal university were interviewed and the results were submitted for analysis. The emerging thematic categories *psy* identity construction, and bond with the role of Psychologist, present evidence that the relationship between catalysts is mediated by the following trio of factors: university trajectory, professional practice and identity references. The results permit us to ratify the interdependence of elements, indicating a necessity to strengthen the training and formation and agendas designated to explore the meaning and significance of work constructed collectively using situations and experiences that occurred while working in the field.

**Keywords:** professional identity; meanings of work; psychologists; mental health.

## Resumen

*Construcción de la identidad profesional: sentidos del trabajo para los psicólogos.* Los estudios sobre el perfil de egresados de un curso de grado universitario, más allá de constituir una prerrogativa legal, aporta elementos que permiten comprender los procesos de construcción de identidad de una categoría profesional. El objetivo de esa investigación fue comprender de qué manera ocurre la relación entre la construcción de identidad y los sentidos asignados a la profesión de psicólogo. Se entrevistó a diez egresados de una universidad pública federal y el corpus resultante fue sometido al análisis de contenido. Las categorías temáticas emergentes - construcción de identidad y vinculación con el rol de psicólogo - muestran que la relación entre constructos está mediada por una tríada compuesta por la trayectoria universitaria, la práctica profesional y referenciales identitarios. Los resultados ratifican la interdependencia de los constructos, señalan la necesidad de fortalecer la formación e indican agendas dirigidas a explorar los significados del trabajo construidos colectivamente desde la experiencia laboral en la condición de psicólogos.

**Palabras clave:** identidad profesional; sentidos del trabajo; psicólogos; salud mental.

Conhecer a trajetória profissional de egressos é uma das prerrogativas do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2015), que baliza a construção do plano de desenvolvimento das universidades. Para além do caráter normativo, investigar esses percursos é campo fértil para se compreender a multiplicidade de aspectos que conectam a trajetória universitária à inserção laboral e espelham a relação entre as mudanças do mundo do trabalho e as novas exigências postas aos recém-formados. Nesse cenário, pesquisas voltadas ao acompanhamento dos egressos do ensino superior atendem às necessidades das universidades e possibilitam avaliar a relação entre a formação e o mercado de trabalho local, regional e nacional. Elas permitem conhecer as intenções de prolongamento da educação, os efeitos das tecnologias na construção da carreira e de networking, o comprometimento ético-político no exercício da profissão, percepções sobre o sistema de conselhos, as formas de vinculação e associativismo formais e informais, a relação entre juventudes e carreira (Mattos, Bourscheid, Hostensky, & Moraes 2022) e, de modo mais recente, as implicações da pandemia de Covid-19 sobre esses itinerários (Moraes, Mattos, Hostensky, & Bourscheid 2022).

Esse cenário instiga o desenvolvimento de estudos que descortinam os modos de subjetivar a experiência laboral de diferentes categorias profissionais, entre elas, os psicólogos. Porque, se por um lado a natureza do trabalho que desenvolvem implica lidar com distintas manifestações do comportamento humano e supõe, muitas vezes, manejar questões de sofrimento psíquico ou adoecimento mental, por outro, a atuação na área pode trazer implicações para os sentidos atribuídos ao seu trabalho, à saúde e o bem-estar desses psicólogos (Serra, 2019).

O recente Censo da Psicologia Brasileira (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2022) apresenta dados em termos profissiográficos e a produção nacional ampliada centra esforços em discutir formação e atuação. Porém, quando se refere à relação entre identidade profissional e sentidos do trabalho para psicólogos, a produção é escassa, o que enseja o objetivo deste estudo: investigar a relação entre a construção identitária de psicólogos e os sentidos atribuídos à sua profissão.

## **Sentidos do trabalho e identidade profissional: constructos relacionados e mutáveis**

O conceito de trabalho é composto por diferentes compreensões, tecidas a partir dos contextos em que

os sujeitos estão inseridos (Borges & Yamamoto, 2014). Entretanto, é possível identificar um aspecto que atravessa a todas elas: sua centralidade para a sociabilidade humana (Coutinho, Krawulski, & Soares, 2007), caracterizada, em especial, pelas funções psicossociais (Jahoda, 1982; Salanova, Gracia, & Peiró, 1996) ou psicológicas (Bendassolli & Gondim, 2014) que o trabalho pode assumir. Dada essa centralidade, destacam-se para este estudo os sentidos atribuídos ao trabalho e a construção de identidades profissionais.

Pautada no entendimento sobre a diferenciação entre sentidos e significados do trabalho<sup>1</sup>, esta pesquisa focalizou a produção de sentidos do trabalho para sujeitos graduados em psicologia, egressos de uma universidade federal do sul do Brasil, coadunando com a perspectiva teórica do construcionismo social, segundo a qual o próprio discurso é uma ação na qual se constroem sentidos (Gonçalves, Schweitzer, Pereira, & Tolfo, 2020).

O presente artigo se sustenta na revisão de literatura realizada por Pereira e Tolfo (2016), a partir da qual entende-se que o significado do trabalho é definido em sua compreensão social, enquanto signo compartilhado, produzido de forma coletiva em um contexto histórico determinado. Já os sentidos do trabalho envolvem a interpretação individual do significado construído coletivamente, influenciada pela história de vida e experiências pessoais de cada um. Portanto, os sentidos são a subjetivação dos significados, visto que sentido é o que fica, para o sujeito, como síntese de suas vivências. De acordo com Caraballo (2017), os sentidos do trabalho são construídos a partir de normas sociais, interações e experiências laborais e, desse modo, refletem o contexto social, político, histórico e organizacional, o que justifica pesquisar esse tema, mesmo que este já venha sendo estudado desde 1930.

Ao investigar enfermeiros hospitalares, Franco, Farah, Amestoy, Thofehrn, e Porto (2022) observaram que o trabalho e a profissão eram fontes de sentidos e que, ao alcançar um trabalho com sentido, o trabalhador constrói e afirma a sua identidade profissional. De modo similar, Freidin e Borda (2015), ao buscarem compreender como ocorre a construção identitária de psicólogos e médicos heterodoxos (profissionais que utilizam abordagens alternativas), analisaram os sentidos que estes atribuíam ao exercício de sua profissão e constataram que a identidade profissional é pautada pela busca de coerência entre os valores individuais e a atividade laboral. Ambas as pesquisas, ao estudarem um dos constructos, seja ele o sentido do trabalho ou

a construção identitária, fez com que o segundo emergisse, o que demonstra a existência de uma relação entre sentidos do trabalho e identidade profissional. Assim, compreende-se que os sentidos atribuídos ao trabalho são forjados subjetivamente a partir dos significados construídos socialmente, e que a identidade é formada a partir da interação entre sua subjetividade e seu contexto e se sintetiza em uma série de características que demarcam um sujeito único dentro de um espaço social. Deste modo, torna-se possível compreender que a elaboração desses diferentes processos psicológicos apresenta intersecções.

O estudo dos processos de construção identitária não se restringe ao campo da psicologia, sendo objeto de estudo da antropologia do trabalho e da sociologia das profissões, fato que incorpora diferentes prismas para um mesmo fenômeno. Stecher (2020) situa o debate sobre o fenômeno à luz das transformações do mundo do trabalho de cariz neoliberal e sinaliza haver poucas investigações latinoamericanas ancoradas na perspectiva do interacionismo simbólico (de Herbert Blumer) que visem explorar as dimensões processual, local, tensional e interativa da identidade de trabalho. Para o autor, a construção identitária é um processo relacional que envolve o movimento de identificação e diferenciação, viabilizando a elaboração de um significado de si, do outro e de sua colocação no mundo, como indivíduo singular. Esse processo de identificação e diferenciação com ações, pessoas e organizações, de acordo com Battistini (2004), compõe os referenciais identitários. Deste modo, o sujeito delimita o que *lhe* é semelhante e o que são os *outros da diferenciação* (Stecher, 2020), a partir dos quais se constrói e estabelece a própria identidade e postura diante do mundo.

Para o interacionismo simbólico e retomado por Stecher (2020), a identidade de trabalho envolve a interpretação de ações específicas desenvolvidas no ambiente de trabalho, as relações interpessoais e a significação de si mesmo como trabalhador(a), englobando aspectos objetivos, subjetivos e institucionais da experiência de trabalho. Tais aspectos interagem com outros marcadores sociais do sujeito tais como gênero, raça, estrato socioeconômico e, também, com sua trajetória biográfica, contextos, desafios, relações, referenciais identitários e interpretações, processos esses carregados de sentidos e nos quais o sujeito tem papel ativo.

Este estudo, ao considerar que os egressos se inscrevem em contextos laborais marcados pela modernidade, transita da noção de identidade laboral como

dimensão mais abrangente e focaliza na definição de identidade profissional, reconhecida por Dubar (2012) como o resultado da interação entre o trabalho executado e o que é central para a vida de um sujeito.

Tal compreensão é corroborada por Macêdo (2014), para quem a identidade profissional se inicia já durante o processo formativo e se mantém dinâmica ao longo de toda trajetória profissional, influenciada pelo contexto de atuação. Nesse processo, o sujeito se reconhece como parte de um grupo e de uma categoria profissional. Dessa forma, a identidade profissional está relacionada a uma identidade coletiva, referindo-se ao grupo organizado em torno de uma compreensão de pertencimento a uma profissão e forjada pela realização de uma atividade especializada específica (Nakamura, 2022).

Realizar um trabalho dotado de sentido está na base da afirmação da identidade profissional, assim como a identificação do sujeito com atividades entendidas como próprias do exercício profissional colaboram para atribuição de sentido àquilo que se faz, indicando, portanto, uma via de mão dupla entre esses dois constructos. Assim, a identidade profissional é construída à medida que a atividade executada vai ganhando sentido e vice-versa (Franco et al., 2022).

## Método

### Contexto da Pesquisa

Este estudo se caracteriza como uma investigação de delineamento misto, desenvolvida entre 2018 e 2022, em uma universidade federal do sul do Brasil. Até o início da pesquisa, o que se sabia sobre a trajetória profissional de psicólogos egressos do curso da instituição investigada dava-se de modo pontual e espontânea. Ainda que acompanhar egressos seja uma exigência estabelecida pelo Sinaes (Inep, 2015), no curso estudado, os dados eram insuficientes e não sistematizados. Nesse cenário, o desenvolvimento da pesquisa atenderia tanto ao curso quanto à instituição, uma vez que a universidade necessita acompanhar seus egressos, a fim de regular o seu plano de desenvolvimento. A finalidade da primeira etapa, de natureza quantitativa, foi identificar, por meio de um questionário online, o perfil profissional daqueles formados entre 2010 e 2018 e conhecer como avaliavam a formação obtida, no nível da graduação. Os resultados encontrados pela pesquisa, que contou com a participação de 103 egressos (1/3 dos psicólogos graduados no período investigado), guardam relação com os dados obtidos nas três pesquisas de mesma natureza realizadas nas últimas décadas (Bastos & Gondim, 2010; CFP,

1998, 2022). Porém, evidenciam novas inserções e modalidades de trabalho, próprias dos contornos macroeconômicos e demandas sociais recentes. Os dados quantitativos analisados (Mattos & Souza, 2020; Souza & Mattos, 2020), não possibilitaram conhecer os detalhes das escolhas profissionais e dos percursos trilhados até então pelos egressos, fato que suscitou a necessidade de se compreender, em etapa qualitativa (sob a qual este artigo se apoia), quais elementos e experiências foram cruciais nesse percurso e de que modo se vinculam à construção da identidade profissional.

### Participantes

Foi enviado um novo e-mail aos endereços eletrônicos dos participantes da etapa quantitativa, previamente disponibilizados pelo curso, convidando-os para a

participação na etapa qualitativa do estudo, sendo esta também de modo voluntário e sem ônus. Desse modo, a inclusão dos participantes para esta nova etapa da pesquisa obedeceu a critérios de amostragem não probabilística por conveniência (Shaughnessy, Zechmeister, & Zechmeister, 2012). No total, foram entrevistados 10 egressos, sendo cinco homens e cinco mulheres, com idades entre 25 e 34 anos, graduados entre 2013 e 2018. Oito participantes informaram inserção laboral nos diferentes campos da psicologia (hospitalar, organizacional, clínica, social e educacional/escolar) e dois afirmaram ter vínculo profissional fora da área de psicologia.<sup>2</sup> Para preservar anonimato dos participantes, eles escolheram um pseudônimo, pelos quais serão referenciados ao longo dos resultados. A Tabela 1 apresenta informações sobre os entrevistados.

**Tabela 1.** Informações dos participantes

Participantes [nomes fictícios]	Ano de formação	Área de atuação	Formação complementar	Relação trabalhista
Alice	2017	Psicologia Organizacional	<i>Lato sensu</i>	Autônoma
Andréia	2016	Psicologia Hospitalar	<i>Lato sensu</i>	CLT
Virgínia	2014	Psicologia Clínica	<i>Lato sensu</i>	Autônoma
Sofia	2013	Psicologia Organizacional e Clínica	<i>Lato sensu</i>	CLT
Altair	2015	Psicologia Hospitalar	<i>Lato e Stricto sensu</i>	Desempregado
Fernanda	2017	Psicologia Organizacional	<i>Stricto sensu</i>	CLT
Roger	2016	Psicologia Social	<i>Lato e Stricto sensu</i>	CLT
Fernando	2013	Psicologia Escolar/Educacional e Clínica	<i>Lato e Stricto sensu</i>	CLT e autônomo
Renan	2015	Educador cultural/Instrutor de idioma*	-	CLT
Gabriel	2016	Editor de textos científicos	-	Autônomo

Nota. \* Os dois egressos que não trabalham como psicólogos foram mantidos na amostra da pesquisa por demonstrarem especificidades em sua trajetória laboral que é importante para o curso, contudo, por este artigo focar em pessoas que trabalham com psicologia os mesmos não foram aqui contemplados.

Fonte: Autores (2022).

### Procedimento de Coleta e Análise de Informações

Foram realizadas entrevistas reflexivas individuais em profundidade (Duarte, 2006), conduzidas de modo dialógico por meio de plataformas virtuais, em razão das recomendações sanitárias relativas à pandemia de Covid-19, no período de maio a julho de 2020. O roteiro semiestruturado foi testado e validado por dois juízes, tendo-se explorado dois eixos: (a) trajetórias formativa e profissional e (b) identidade profissional. Os itens sobre trajetórias contemplaram questões sobre formação, permanência e vivências universitárias (pesquisa, projetos de extensão, ativismo); inserção laboral como psicólogo(a) e desenvolvimento profissional em nível de pós-graduação. No eixo da identidade profissional, as questões versaram sobre significado de ser psicólogo; rede de suporte social; vinculação formal ou informal (a conselhos, sindicatos, coletivos, entidades

representativas) e a relação entre construção da identidade e vinculação a grupos.

As entrevistas, após consentimento prévio, foram gravadas (em áudio e vídeo), posteriormente transcritas e submetidas à análise de conteúdo, realizada em três etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento e interpretação dos dados obtidos (Bardin, 2011). Dez categorias resultaram da análise do *corpus* e foram consensuadas com validação de quatro pesquisadores. Entretanto, para fins deste artigo, serão apresentadas as categorias que remetem à *construção identitária psi* e a *vinculação ao papel de psicólogo*.

### Ética de Pesquisa

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição, tendo sido obedecidos os critérios de participação

voluntária, confidencialidade e anonimato na divulgação dos resultados.

## Resultados

Esta pesquisa, ao explorar de que modo a relação entre a identidade profissional e os sentidos do trabalho em psicologia opera nos psicólogos investigados, possibilitou elucidar quais aspectos individuais e de contexto interatuam na constituição do sujeito em sua vinculação laboral. De modo a sintetizar os resultados presentes nas duas categorias anteriormente assinaladas, busca-se dividir a apresentação em dois fenômenos que emergiram na coleta de dados e interação entre si: a) construção identitária *psi*; e b) vinculação ao papel de psicólogo.

### Construção Identitária *Psi*

A construção identitária *psi*, para os egressos desse estudo, reporta a uma processualidade, uma dimensão interativa, um conceito-produto e uma narrativa identitária que vem marcada por referenciais identitários, expressos através de excertos das entrevistas.

Para os participantes, a construção identitária é indicada como processual, conforme argumentou Fernando: “Eu entendo a identidade como uma construção constante. Ela existe, mas não é uma instância cristalizada, ela é movimento”. Ao serem questionados a respeito da identificação com a profissão de psicólogo, os entrevistados ressaltaram a processualidade, indicando que não foi imediatamente após a graduação, mas no desenvolvimento profissional em nível de pós-graduação e na execução das atividades laborais que ela ocorreu:

Foi na pós, com certeza, sim. O atendimento clínico é o que me deixa assim: putz cara, é isso que eu quero! E foi por causa da especialização. Ali eu fui aprendendo ferramentas, ficando mais segura no meu trabalho, me identificando com colegas também que trabalham nessa parte clínica. Então, para mim, foi começar a trabalhar mesmo, atendendo. Essa rotina de atendimento, de erro, de acerto. E a especialização, que é excelente. (Virgínia)

Além disso, os entrevistados afirmaram que entender sua atuação e as limitações de suas intervenções não acontece de forma imediata. Alice relatou que a atuação do psicólogo dentro das empresas ainda é muito associada ao acompanhamento psicoterapêutico, de modo que ela é acionada para lidar com situações relacionadas à saúde mental. Alice afirmou que no início de sua carreira sua

atuação era confundida com o trabalho clínico. Ela afirmou que não sabia se posicionar quanto ao seu papel profissional de psicóloga organizacional, construção iniciada e fortalecida no decorrer da prática laboral.

Essa situação reflete um estereótipo atribuído à profissão de psicólogo, indicando-o como um profissional que “apaga o fogo”, “ajuda” e “faz o bem”. Apesar de essa função ter sido trazida por alguns entrevistados, outros apresentaram uma interpretação diferente:

A gente escuta aquele discurso romântico do “ah, eu quero ser psicólogo para ajudar as pessoas”. Aí eu penso: bem, quem ajuda as pessoas é filantropo. É um trabalho, na verdade, e trabalhar não é ajudar. Então eu acho que é uma prestação de serviços, em vista de melhorar a saúde de uma pessoa e ajudá-la a ser feliz, ajudá-la no sentido de trabalhar em prol da felicidade dela. Mas isso é um serviço, é um trabalho. (Altair)

A dimensão conceito-produto, de acordo com os egressos, reflete suas percepções sobre o que é ser psicólogo e remete a aspectos como cuidado, uso de técnicas específicas, promoção de saúde, acompanhamento e mediação da transformação do outro, disponibilidade de ouvir e formar vínculos. Virgínia afirmou: “Pra mim, sei que é meio poético, mas é transformar vidas. É como eu enxergo. É ter uma técnica e uma forma de acompanhar as pessoas, de provocar isso, mas de acompanhar as pessoas numa transformação”.

Na dimensão da narrativa identitária, os egressos apontam dois aspectos: os estereótipos vinculados à construção social do que significa ser psicólogo na sociedade brasileira e, portanto, quais comportamentos seriam considerados adequados ou não; e a sobreposição de identidades delineada a partir de suas formações e campos de atuação.

Quando eu me formei eu senti esse peso: nossa, agora eu sou psicóloga, eu tenho que ser um exemplo, não posso fazer coisas erradas, tenho que ter a saúde mental boa [...]. Eu acho que peguei uma conotação errada do que é ser psicólogo. Às vezes, até nas festas que eu ia eu não falava que era psicóloga, eu falava que eu fazia psicologia, porque eu não queria me intitular como psicóloga. (Alice)

Os participantes evidenciaram que a identidade não é única, podendo haver sobreposição de papéis, pois se denominar “psicólogo” não abrange toda a sua identidade:

Eu me identifico, ao mesmo tempo, como psicólogo e como paliativista. O que acontece é que dentro

dos paliativos, eu exerço meu papel de psicólogo, eu atendo a pessoa como um psicólogo, mas existe algo em comum aí que são os paliativos. Então, eu vejo essa dupla identidade, na verdade. (Altair)

Outra dimensão significativa da construção identitária de psicólogo remete aos referenciais identitários, em geral vinculados a pessoas que influenciaram as trajetórias tanto formativa quanto profissional desses egressos, tais como docentes, familiares e gestores, os quais foram referenciados pelo acolhimento, afinidades teóricas, conhecimento técnico, características comportamentais e de comunicação:

Me identifico muito com a minha supervisora local pela disponibilidade dela de acolher de fato, de ouvir, de olhar de verdade. Na supervisora de estágio também, a questão da horizontalidade foi muito presente, foi muito importante também a construção coletiva. Acho que são duas características bem importantes que eu tento, hoje, aplicar na minha prática profissional. (Andréia)

Ao longo das falas relacionadas à identidade, emergiram, também, elementos componentes dos sentidos do trabalho, como a realização profissional e a utilidade do trabalho para a sociedade. Esses elementos serão apresentados a seguir.

### **Vinculação ao Papel de Psicólogo**

Os sentidos do trabalho atribuídos à profissão de psicólogo, construídos de modo concomitante à construção identitária, remetem à dimensão da satisfação, realização pessoal e de sentido à existência, vinculação, assunção de riscos para se manter no exercício profissional na área com a qual o sujeito se identifica, além de interações sociais que se estabelecem nos contextos interventivos e reafirmam o papel de ser psicólogo. Essa categoria, nomeada de vinculação ao papel de psicólogo, sintetiza a fala dos egressos participantes do estudo em resposta ao objetivo proposto pela investigação, anteriormente explicitado.

Para os entrevistados, a atuação de psicólogo dá sentido à vida quando suas atividades se encontram em consonância com os seus valores individuais. Assim, é um meio de atingir satisfação pessoal, aprendizado e transformação: “Quando você se identifica com a história, com esse lugar, quando eu vejo que meu trabalho faz sentido, tenho certeza que isso me faz muito mais contemplada, mais feliz” (Andréia).

Há também quem relacionou a profissão com um sentido de satisfação com a vida:

A psicologia dá sentido àquilo que eu faço da minha vida. Eu penso: bom, aquilo que eu faço tem muito a ver com o exercício profissional, independente de qualquer ofício, qualquer profissão. Aquilo que eu faço no mundo e que eu exerço no mundo tem sentido. Isso me satisfaz, isso me realiza, isso me preenche como sujeito, isso dá sentido. (Roger)

A partir da identificação com o trabalho e com a profissão, os egressos afirmaram que conferir sentido àquilo que executam faz com que as vivências laborais se tornem promotoras de saúde, de modo que o trabalho assume a função de “escudo contra o adoecimento psíquico”, como significa Virgínia. Roger afirmou que “a partir desse momento que eu me identifico, que atribuo sentido a isso que eu faço, tem a ver com a saúde”. O excerto abaixo reforça e sintetiza essa prerrogativa:

Eu acho que por eu me identificar nessa profissão, eu me realizo. Isso me preenche, isso dá sentido à minha vida. Eu não fico com uma sensação de vazio ou aquém em relação ao que eu quero pra minha vida. Então isso contribui, com certeza, contribui demais pra minha saúde mental e com o que eu quero pra minha vida. (Altair)

Outros componentes cruciais para a identificação com a profissão, produção de sentidos e bem-estar são as vivências universitárias, compreendidas como a primeira oportunidade de vinculação com a profissão, por meio de experiências, tais como participação em empresas juniores, centros e diretórios acadêmicos. Posteriormente, essa ligação foi indicada pela paixão e motivação com o trabalho, como afirmou Sofia: “Eu começo a atender cansada e saio podendo correr a maratona, eu saio empolgada”. Para alguns, esse vínculo transparece na disponibilidade para assumir riscos para poder atuar com aquilo que acredita, como é o caso do entrevistado abaixo que deseja atuar junto ao CFP, pelo reconhecimento dos cuidados paliativos como uma especialidade da profissão:

Eu reconheço que eu tomo alguns riscos, inclusive financeiros, para preservar o trabalho com que eu realmente quero trabalhar. Então, eu prefiro abrir mão de uma estabilidade ou sei lá, mandar currículo para um monte de empresa para ter um trabalho formal e seguro. Eu ainda abro mão disso para tentar trabalhar dentro do que eu quero [...]. Eu quero confiar na esperança de que eu consiga trabalhar com isso. Ter um trabalho em que eu realmente esteja apaixonado me traz muita motivação. Muita realização de ter essa perspectiva, de trabalhar com isso. (Altair)

O trabalho do psicólogo é descrito como necessariamente mediado pela interação com o outro. Desse modo, produz efeitos sobre a vida dos envolvidos na relação:

Eu identifico que na minha saída do PAEFI<sup>3</sup> foi o momento em que eu vi: “aqui se construiu vínculo, aqui teve efeitos”. E aí foi uma coisa que percebi: “bom, aqui foi possível ser psicólogo”. E são pequenas coisas né? Dessa coisa do que se dá na relação com a pessoa, desse sentimento que também atravessa em mim, no meu corpo, dessa falta, dessa saudade, do que se construiu desse vínculo, mas também com olhar de satisfação, de gratidão por isso, por essa relação. Então são nesses pequenos efeitos e pequenos afetos que acontecem nesse cotidiano e que muito mais: se dá na relação com a pessoa, que eu me vejo sendo psicólogo. (Roger)

Por fim, a partir das possibilidades que as interações proporcionam, esse mesmo entrevistado também relatou o papel clínico-político do psicólogo:

Acredito que o psicólogo é um mediador clínico quando a clínica remete a algo que envolve acolhimento, cuidado, afeto. Mas também, é um mediador político, quando exerce ou quando facilita, digamos assim, esse processo de potência do sujeito. Potência para agir, potência para fazer algo com sua vida e potência para fazer algo com a sociedade. Então é um mediador clínico-político. Acredito que dá para definir em pouquíssimas palavras, mas que tem muito significado. (Roger)

## Discussão

O presente estudo ratifica o que diz a literatura especializada da área sobre a processualidade da construção da identidade profissional, desde os estudos seminais dos anos 1980, trazendo elementos que permitem elucidar que nesse processo imbricado – que articula a identidade vinculada a uma profissão e os sentidos do trabalho – opera uma tríade composta pela trajetória formativa, o exercício da profissão na área de conhecimento e os referenciais identitários, tendo o sujeito papel ativo nesse processo.

De acordo com Macêdo (2014), é durante o período formativo que o sujeito começa a reunir os elementos que virão a compor sua identidade profissional. Isso acontece não apenas em sala de aula, no desenvolvimento e participação nas disciplinas, mas implica, também, na conexão do estudante com a gama de atividades oferecidas no contexto universitário na graduação, tais

como participação em projetos de pesquisa e extensão, envolvimento em atividades extracurriculares e na etapa profissionalizante de inserção nos campos de estágios, pois a vinculação com essas atividades práticas contribui para o desenvolvimento de habilidades necessárias à atuação profissional e, concomitantemente, para a construção identitária dos psicólogos (Mattos & Souza, 2020; Moraes et al. 2022). O movimento de idas e vindas entre identificações e diferenciações com epistemes, modos e espaços de intervenção relativos à prática *psi*, na interação entre a teoria e atividades realizadas, é que permite ao sujeito entender a psicologia como ciência e a si mesmo como psicólogo em formação.

Entretanto, mesmo que a vivência acadêmica seja plural, diversificada, intensa e profícua, ela por si não garante uma identidade profissional estruturada logo após o recebimento do título de psicólogo. Pelo contrário, reiterando o caráter processual das identidades, os entrevistados afirmaram que, na condição de recém-formados, tiveram dificuldades em se identificar como psicólogos. Socialmente, a categoria de psicólogos é representada por um estilo de vida específico (Ruvalcaba-Coyaso & Alvarado, 2011), por meio de uma postura profissional séria, de alguém que não comete erros, não vai a festas e que possui uma boa saúde mental. Não se encaixar nessa representação social, além da insegurança de uma graduação generalista, pode desconfortar o psicólogo recém-formado.

Nesse sentido, o processo de identificação gradual se vincula às vivências, seja pelo desenvolvimento profissional em nível de pós-graduação, seja pela prática laboral experimentada. Ao especializar-se nos instrumentos, estratégias e aprendizados desenvolvidos durante a graduação, o sujeito torna-se mais confiante para exercer o seu trabalho e, efetivamente, nomear-se como psicólogo(a) (Mattos et al., 2022). Com base nessa interpretação, entende-se que, mesmo que a profissão de psicólogo seja, no Brasil, reconhecida desde 1962, não é a partir de um registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP) ou na finalização de uma graduação que os sujeitos assim se nomeiam. É, na verdade, na identificação e diferenciação com atividades, recursos e pessoas, que eles desenvolvem e fortalecem a identidade profissional (Macêdo, 2014; Ruvalcaba-Coyaso & Alvarado, 2011). Essa prática profissional é o que permite ao sujeito extrapolar o que foi aprendido teoricamente e concretizar, subjetivamente, a função social do papel de psicólogo na intervenção em diferentes espaços.

Os entrevistados relataram, também, situações acadêmicas, profissionais e familiares, em que as pessoas que os rodeavam assumiram papel de relevância para os caminhos profissionais que vieram a trilhar. Destacaram a identificação ou diferenciação com professores, de acordo com as suas áreas de atuação em consonância com os interesses do egresso, além da influência exercida pelos orientadores e lideranças/chefias sobre a maneira como exercem a profissão, assim como pontuado por Battistini (2004), ao descrever sobre o processo de identificação e diferenciação com outras pessoas e sua importância para construção da identidade profissional. De modo semelhante, Macêdo (2014) indica as expectativas sociais em relação ao grupo profissional de pertença como elementos determinantes na construção identitária. Nesse sentido, constatou-se que as pessoas de referência podem exercer influências decisivas nas escolhas teóricas, atuar como networking e agir como suporte técnico, auxiliando o profissional nos direcionamentos iniciais da carreira.

Os egressos também relataram trabalhos que possibilitaram a realização pessoal e profissional, coerentes com seus valores individuais, promovendo autonomia e oportunidades de aprendizado, com importante função social. Esses elementos foram elencados por Tolfo e Piccinini (2007) como componentes de um trabalho dotado de sentido. A partir disso, entende-se que os sentidos do trabalho incidem diretamente sobre a identidade profissional dos psicólogos, evidenciando uma relação importante entre as duas categorias aqui analisadas. Também Pires (2009), em um estudo com psicólogas organizacionais, identificou que os sentidos atribuídos ao trabalho permitem a construção da identificação com a profissão.

Ao mesmo tempo em que a atribuição de sentidos contribuiu para a construção da identidade profissional, os entrevistados indicaram que foi a identificação com a profissão – isto é, uma identidade profissional –, que permitiu a atribuição de sentidos ao trabalho. Desse modo, Franco et al. (2022) destacam a interação dialética de mútua constituição entre os sentidos do trabalho e a construção identitária profissional.

Para Spink e Medrado (2013), toda atribuição de sentidos é mutável e necessariamente construída a partir de interações. Para Caraballo (2017), a socialização é o meio pelo qual o trabalho assume papel significativo para o sujeito que o realiza. Tal afirmativa foi reforçada pelos entrevistados, para os quais o trabalho com sentido aparece quando o trabalhador vê efeitos em sua relação com o outro, seja ele o usuário do serviço prestado ou aqueles que o rodeiam, tais como colegas de profissão

ou equipe multiprofissional. Para os egressos pesquisados, deve-se buscar auxiliar na construção de sentidos também na vida do outro. Assume-se, assim, o papel de promotor de autonomia e saúde, mediando os processos pelos quais passam os sujeitos para transformar sua vida e a realidade objetiva de suas existências.

O trabalho, quando satisfaz as necessidades concretas e simbólicas do sujeito (ou seja, é dotado de sentidos), contribui para a qualidade de vida, o que, por sua vez, promove saúde física e mental do trabalhador (Rodrigues, Morin, & Strehlau, 2009). Luna (2017) sustenta que quando os sentidos do trabalho fundamentam a identidade profissional, esta pode se constituir como um fator protetivo de saúde mental. Portanto, observa-se que tanto a presença de sentido no trabalho quanto de uma identidade na qual esse profissional se reconhece, remetem à presença de satisfação e bem-estar relacionado ao trabalho e à preservação da saúde mental. Ao encontrar satisfação no trabalho, o sujeito é motivado por ele, movido pelo desejo e pelas possibilidades de aprendizado e transformação. A possibilidade de um trabalho dotado de sentidos gera satisfação e envolvimento com a ação laboral. Assim, o profissional conscientemente realiza suas escolhas, assume riscos quando necessário, sem perder o propósito de sua ação, mantendo os níveis de motivação adequados. Nos resultados da pesquisa, esses riscos remetem ao aspecto financeiro, ao abdicar de uma melhor remuneração ou estabilidade no trabalho para atuar com o que mais lhe satisfaz.

A respeito do público-alvo deste estudo – egressos do curso de psicologia –, a pesquisa de Pires (2009) encontrou resultados semelhantes aos de Franco et al. (2022), ainda que estes tenham investigado enfermeiros. A partir da análise desses estudos, constata-se que os sentidos do trabalho e a construção da identidade profissional são processos que dialogam. As duas publicações destacaram que a sensação de bem-estar e satisfação ao realizar uma atividade ligada à identidade profissional reforça, aumentando as chances de o sujeito querer continuar executando seu trabalho. Pires (2009) destacou que essas construções e relações não estão plenamente consolidadas, pois são processuais e passíveis de mudanças.

A partir das descrições dos participantes, observa-se a presença de forte componente afetivo relacionado ao trabalho e à profissão: o trabalhador gosta do que faz, entendendo a sua atividade como um meio de promover bem-estar. É por meio dessa compreensão que os entrevistados descreveram a profissão, relacionando-a a palavras e expressões como missão, celebração das

diferenças, formação de pessoas, cuidado, atenção, transformação de vidas, sentido à existência, escudo contra adoecimentos, promoção de autonomia e saúde. De modo semelhante, para compreender a identidade profissional de psicólogos letões, Akmane, Martinsone, Krieke, Ricou, e Marina (2022) questionaram aos participantes qual seria a finalidade da psicologia, e obtiveram como respostas as categorias suporte, autoconhecimento, promoção de mudança, fortalecimento, ajuda, escuta, aceitação, promoção de saúde mental, promoção de mudança comportamental e empatia.

Além de a atividade profissional ser dotada de valor afetivo, ressalta-se que a psicologia é, para os entrevistados, além de tudo, um trabalho. Portanto, mesmo que a profissão seja uma forma de promoção de saúde e cuidado, ela não se resume em “fazer o bem”. Assim, entende-se, também, a importância de que um trabalho satisfaça as necessidades objetivas de vida do trabalhador, por meio do equilíbrio entre valores pessoais e bem-estar material.

Destacou-se entre as falas dos entrevistados um estereótipo socialmente atribuído à profissão, o qual influencia a prática laboral. Assim, o psicólogo é visto como o profissional que acolhe, ouve e orienta, independentemente de sua área de atuação. Bastos, Puente-Palacios, e Andrade (2022) apontam que o escopo de trabalho de psicólogos vem se ampliando, fato que é sustentado pela diversidade e complexidade de demandas encontradas na prática psicológica no Brasil. Esse mesmo elemento foi encontrado na revisão sobre identidade profissional de psicólogos realizada por Nakamura (2022), mas o autor adverte que, por haver uma identidade profissional predominantemente pautada na atuação clínica, ocorre uma confusão entre o que a sociedade espera do profissional e a sua prática ampliada. Contudo, conforme Akmane et al. (2022), é essencial que o trabalhador saiba delimitar suas funções como psicólogo, pois para os autores, a dificuldade em diferenciar as funções e papéis de cada profissão pode causar confusão para si e para os usuários do serviço prestado.

Mesmo dentro de uma atuação profissional dotada de sentidos, a identidade pode ser construída em mais de uma direção, como afirmou Macêdo (2014), ao destacar que não é possível falar em uma só identidade, mas que diferentes identidades coexistem para tornar possível a vida social. Tal afirmativa foi reforçada pelos egressos, que apresentaram uma visão de identidade profissional que foge a uma generalização simplista e demonstra a construção de uma identidade

profissional individual, moldada pelos conhecimentos e práticas psicológicas, adaptada a contextos de atuação específicos. Assim, evidenciou-se que não existe apenas uma identidade de psicólogo, mas sim, identidades, construídas objetiva e subjetivamente de modo dinâmico ao longo da trajetória de vida.

## Considerações finais

O estudo apresentado traz contribuições de diferentes ordens. Em termos empíricos, os achados evidenciaram que a identidade profissional é constituída a partir de experiências formativas, da identificação com profissionais de referência e à medida que o exercício profissional adquire sentidos, isto é, quando proporciona satisfação e realização, é coerente com os valores pessoais, possibilita reconhecer os efeitos de sua relação com clientes e pacientes e oportuniza autonomia e desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional. Dessa forma, compreende-se que os sentidos atribuídos à profissão de psicólogo compõem e sustentam a identidade profissional, demonstrando uma relação de complementaridade e interdependência entre essas duas categorias analíticas.

No plano teórico, a análise dos sentidos do trabalho, em sua perspectiva individual, abre frestas de investigação que vislumbram compreender quais significados têm sido construídos coletivamente sobre a experiência laboral de ser psicólogo no mundo do trabalho mutável, dinâmico, flexível, individualizante, sem fronteiras e dominado pelas tecnologias.

No plano prático, os dados e discussões aqui elencados, ainda que não possibilitem generalizações, fornecem evidências empíricas aos órgãos reguladores da profissão e às instituições de ensino, que destacam a relevância de se fortalecer as trajetórias universitárias que estão na base do desenvolvimento identitário, de modo a minorar os desafios da transição entre formação e inserção profissional. Os achados, ao dialogarem com os estudos censitários da categoria profissional aqui estudada, guiam propostas interventivas e se configuram como argumento político de reivindicação de direitos e estabelecimentos de prioridades.

Por fim, destaca-se que a investigação apontou para outros fenômenos psicossociais fomentados na inter-relação dos constructos aqui analisados. Desse modo, ganham espaço investigações empíricas que busquem ampliar a compreensão entre identidade profissional e processos de saúde e adoecimento no trabalho, por meio de estudos comparativos, de forma que

universidades e organizações de classe possam se mobilizar para proporcionar maneiras de promover saúde no âmbito do desenvolvimento da carreira de psicólogos, favorecendo a criação de sentidos e identificação com a profissão e fortalecendo o coletivo profissional.

## Referências

- Akmane, E., Martinsone, K., Kriek, Z., Ricou, M., & Marina, S. (2022). The goal of psychological intervention and performed functions of psychologists as an aspect of the professional identity of psychologists: Latvian sample. *SHS Web of Conferences*, 131(1), 1-10. doi: 10.1051/shsconf/202213103006
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (Orgs.). (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho*. Porto Alegre: Artmed.
- Bastos, A.V. B., Puente-Palacios, K., & Andrade, R.S. (2022). O exercício profissional em psicologia: práticas e atividades que o caracterizam. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: Volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social* (1ª ed., pp. 50-75). Brasília, DF: Autor.
- Battistini, O. R. (2004). *El trabajo frente al espejo*. Argentina: Prometeo.
- Bendassolli, P. F., & Gondim, S. M. G. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 131-147. doi: 10.12804/apl32.1.2014.09
- Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2014). Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp. 25-72). Porto Alegre: Artmed.
- Carballo, M. P. R. (2017). Significado del trabajo desde la psicología del trabajo. Una revisión histórica, psicológica y social. *Psicología desde el Caribe*, 34(2), 120-138. doi: 10.14482/psdc.34.2.8491
- Conselho Federal de Psicologia. (1998). *Quem é o psicólogo brasileiro?*. São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). *Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro*. Brasília: Autor.
- Coutinho, M. C., Krawulski, E., & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 29-37. doi: 10.1590/S0102-71822007000400006
- Duarte, J. (2006). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 62-83). São Paulo: Atlas.
- Dubar, C. (2012). A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional (F. Machado, Trad.). *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 351-367. doi: 10.1590/S0100-15742012000200003
- Franco, M. F., Farah, B. F., Amestoy, S. C., Thofehrn, M. B., & Porto, A. R. (2022). Sentido do trabalho na perspectiva dos enfermeiros do âmbito hospitalar. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 75(2), 1-8. doi: 10.1590/0034-7167-2020-1362
- Freidin, B., & Borda, P. (2015). Identidades profesionales heterodoxas: el caso de médicas, médicos y psicólogas que integran medicinas y terapias alternativas en Argentina. *Trabajo y Sociedad*, 25(1), 75-98. Recuperado de [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1514-68712015000200005&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1514-68712015000200005&lng=es&tlng=es)
- Gonçalves, J., Schweitzer, L., Pereira, E. F., & Tolfo, S. R. (2020). Sentidos e significados do trabalho. In S. R. Tolfo (Org.), *Gestão de pessoas e saúde mental do trabalhador* (pp. 486-517). São Paulo: Vetor.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2015). *Política institucional de integração e de avaliação do egresso na melhoria das IES*. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Brasília: Autor.
- Jahoda, M. (1982). *Empleo y desempleo: un análisis socio-psicológico*. Madrid: Ediciones Morata.
- Luna, I. N. (2017). “Lanterna dos afogados”: identidade profissional como fator de proteção em desenvolvimento de carreira. In M. D. Lisboa & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação profissional em ação: formação e prática de orientadores* (pp. 87-112). São Paulo: Summus Editorial.
- Macêdo, K. B. (2014). Identidade profissional. In P. F. Bendassolli & J. E. Borges-Andrade (Orgs.), *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (pp. 401-407). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mattos, V. B., Bourscheid, D. P., Hostensky, E. L., & Moraes, L. A. (2022). Trajetórias profissionais: formação e inserção de egressos de Psicologia no mundo do trabalho. In Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, Universidade Federal de São João del-Rei (Org.), *X Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho*. Resumos (p. 258). São João del-Rei: Autor.
- Mattos, V. B., & Souza, G. A. (2020). Formação e desenvolvimento de carreira: relato dos egressos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Psicologia e Educação On-Line*, 3(1), 73-82. Recuperado de <https://psicologiaeeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2020N1/V3N1%20-%208.pdf>
- Moraes, L. M., Mattos, V. B., Hostensky, E. L., & Bourscheid, D. P. (2022). Trajetórias profissionais de psicólogos: implicações da pandemia do Covid-19. In S. A. U. Cavalcanti (Org.), *Os impactos da Covid-19 para profissionais, serviços e políticas públicas*. Ponta Grossa, PR: Atena.
- Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 41(3), 8-19. doi: 10.1590/S0034-75902001000300002
- Nakamura, C. R. (2022). *Identidade profissional do psicólogo com atuação no Poder Judiciário em São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto). Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-06012023-162237/publico/Dissertacao\\_NakamuraCR\\_VF.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-06012023-162237/publico/Dissertacao_NakamuraCR_VF.pdf)
- Pereira, E. F., & Tolfo, S. R. (2016). Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teórico-epistemológicas. *Psicologia Argumento*, 34(86), 302-217. doi: 10.7213/psicol.argum.34.087.AO02
- Pires, F. V. (2009). *Identidade, papel e significado do trabalho do psicólogo em organizações privadas* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-17032010-093221/en.php>
- Rodrigues, A. L., Morin, E., & Strehlau, S. (2009). A imagem de executivos na mídia: um estudo com jornais de Québec. *Cadernos EBAPE BR*, 7(2), 233-251. doi: 10.1590/S1679-39512009000200005

## Construção identitária profissional: sentidos do trabalho para psicólogos

- Ruvalcaba-Coyaso, F. J., & Alvarado, I. U. (2011). Resultados preliminares en desarrollo de la identidad profesional en psicólogos: pautas psico-sociales para su explicación. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 5(1), 427-434. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349832343046>
- Salanova, M., Gracia, F. J., & Peiró, J. M. (1996). Significado del trabajo y valores laborales. In J. M. Peiró & F. Prieto (Orgs.), *Tratado de Psicología del Trabajo* (pp. 35-63). Madrid: Síntesis.
- Serra, M. V. (2019). *Saúde e bem-estar em psicólogos brasileiros: o papel da atividade profissional* (Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Distrito do Porto). Recuperado de [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/8198/4/DM\\_M%C3%A1rio%20Vieira%20Serra.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/8198/4/DM_M%C3%A1rio%20Vieira%20Serra.pdf)
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: AMGH.
- Souza, G. A., & Mattos, V. B. (2020). Satisfação, formação e inserção profissional de egressos de uma universidade pública. *Psicologia Revista*, 29, 489-518. doi: 10.23925/2594-3871.2020v29i2p489-518
- Spink, M. J., & Medrado, B. (2013). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 22-41). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Stecher, A. (2020). Identidades laborales en América Latina: estructuras, interacciones y narrativas. In H. M. Palermo & M. L. Capogrossi (Orgs.), *Tratado latinoamericano de antropología del trabajo* (pp. 1483-1537). Córdoba: Centro de Investigaciones sobre Sociedad y Cultura-CIECS.
- Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 38-46. doi: 10.1590/S0102-71822007000400007

<sup>1</sup> É sabido da ampla discussão sobre a (in)diferenciação desses dois construtos, ora tratados como equivalentes, ora entendidos como distintos. Não é intenção deste artigo invisibilizar os estudos de autores de referência nesta seara, com destaque para o grupo MOW (1987) e Morin (2001). Porém, a escolha teórica e intencional do presente texto se apoia na compreensão de que são categorias distintas e, portanto, será adotado o termo sentidos do trabalho, tomando por base a revisão apresentada por Pereira e Tolfo (2016). Destaca-se, entretanto, que esses dois constructos são aqui entendidos como distintos, embora interdependentes (Bendassolli & Gondim, 2014).

<sup>2</sup> Um dos entrevistados trabalha como educador cultural e o outro como tradutor e editor de artigos científicos para uma empresa internacional. Como esses dois egressos enfatizaram nas entrevistas a importância da formação em psicologia para a sua prática laboral cotidiana, optou-se por mantê-los na amostra. Porém, as informações concernentes a estes dois egressos não serão contemplados neste artigo, uma vez que o recorte deste texto está voltado a psicólogos e não a pessoas graduadas em psicologia.

<sup>3</sup> Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

Larissa Marci Rutke Nieswald, Graduada em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [larissanieswald@gmail.com](mailto:larissanieswald@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2367-8706>

Valéria De Bettio Mattos, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia, sala 14A, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Campus Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-970. Email: [valeria.mattos@ufsc.br](mailto:valeria.mattos@ufsc.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6215-1002>

Elka Lima Hostensky, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [elka.lima@ufsc.br](mailto:elka.lima@ufsc.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2463-1654>

Daiana Paula Bourscheid, Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [daiana.contato@gmail.com](mailto:daiana.contato@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5255-867X>

Vitória Helena Silva Santos, Graduada em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [vitoriahelenapsi@gmail.com](mailto:vitoriahelenapsi@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5677-4131>

Recebido em 10.set.22  
Revisado em 17.dez.22  
Aceito em 22.dez.22

# Perspectivas teóricas dos estudos sobre *agency*: uma revisão integrativa

Maria Julia Pegoraro Gai. Universidade Federal de Santa Catarina  
João Nuno Ribeiro Viseu. Universidade de Évora  
Roberto Moraes Cruz. Universidade Federal de Santa Catarina  
Fabiola Kaczam. Universidade Federal de Santa Maria

## Resumo

A agência humana tem sido estudada sob diferentes perspectivas teóricas, com distintas conceitualizações e percepções sobre o constructo. O objetivo desta revisão integrativa da literatura foi discutir as perspectivas teóricas dos estudos sobre *agency*. Para isso, foram realizadas buscas na Scopus e Web of Science (bases de dados internacionais) por publicações até 2020. Com base nos 222 documentos selecionados, executou-se uma análise de cocitação e análise teórica dos documentos mais citados dos principais autores de cada *cluster*. Nos resultados identificou-se sete *clusters* que possibilitam discutir as perspectivas teóricas dos estudos sobre *agency*. Ao considerar essas diferentes perspectivas de pesquisa e conceitualizações, corrobora-se o caráter multifacetado do fenômeno e conclui-se que, para uma percepção conceitual ampliada, é necessário compreendê-lo considerando as facetas de intencionalidade, premeditação, autorreatividade, autorreflexão, autoeficácia e *locus* de controle interno, que demonstram ser fatores inerentes ao construto.

**Palavras-chave:** agência humana; análise de cocitação; revisão de literatura; psicologia cognitiva.

## Abstract

*Theoretical perspectives of agency studies: an integrative review.* Human agency has been studied under different theoretical perspectives, with different conceptualizations and perceptions about the construct. The objective of this integrative literature review was to discuss the theoretical perspectives of studies on agency. For this, searches were carried out in Scopus and Web of Science (international databases) for publications until 2020. Based on the 222 selected documents, a co-citation analysis and theoretical analysis of the most cited documents of the main authors of each cluster were performed. In the results, seven clusters were identified that make it possible to discuss the theoretical perspectives of studies on agency. When considering these different perspectives of research and conceptualizations, the multifaceted character of the phenomenon is corroborated and it is concluded that, for an expanded conceptual perception, it is necessary to understand it considering the facets of intentionality, premeditation, self-reactivity, self-reflection, self-efficacy and locus of internal control.

**Keywords:** human agency; cocitation analysis; literature review; cognitive psychology.

## Resumen

*Perspectivas teóricas de los estudios de agencia: una revisión integradora.* La agencia humana ha sido estudiada bajo diferentes perspectivas teóricas, con diferentes conceptualizaciones y percepciones sobre el constructo. El objetivo de esta revisión integrativa de la literatura fue discutir las perspectivas teóricas de los estudios sobre la agencia. Para ello se realizaron búsquedas en Scopus y Web of Science (bases de datos internacionales) de publicaciones hasta el 2020. A partir de los 222 documentos seleccionados se realizó un análisis de cocitación y análisis teórico de los documentos más citados de los principales autores de cada *cluster*. En los resultados, fueron identificados siete *clusters* que permiten discutir las perspectivas teóricas de los estudios sobre agencia. Al considerar estas diferentes perspectivas de investigación y conceptualizaciones, se corrobora el carácter multifacético del fenómeno y se concluye que, para una percepción conceptual ampliada, es necesario comprenderlo considerando las facetas de intencionalidad, premeditación, autorreactividad, autorreflexión, autoeficacia y *locus* de control interno.

**Palabras clave:** agencia humana; análisis de cocitación; revisión de literatura; psicología cognitiva.

O conceito de agência humana (*human agency*) se refere à percepção de que os indivíduos não são apenas produtos das circunstâncias de vida a que são submetidos, ou seja, de que são capazes de fazer escolhas, definir objetivos e agir com base nessas decisões (Bandura, 2006). Nesse sentido, a agência humana (ou *agency*) pressupõe indivíduos cocriadores das circunstâncias de vida e de suas consequências, que se comportam em função da manifestação da vontade de agir (Kabeer, 1999), o que promove impactos no âmbito pessoal, social, econômico e organizacional (Cauce & Gordon, 2012).

As discussões acerca da conceitualização de *agency* não são recentes. Mesmo com o desenvolvimento conceitual do construto por diferentes autores, distintas perspectivas teóricas e estudos empíricos, a imprecisão do termo indica não ter sido solucionada. A associação do construto a diversos outros conceitos também é um fator observado, em que reducionismos ou generalizações são observados no uso da expressão, visto que boa parte dos conceitos utilizados se trata apenas de dimensões da *agency*. Tais equívocos acabam não contemplando a totalidade e complexidade do construto, sendo recomendado um processo de reconceitualização da *agency* (Alkire, 2005; Emirbayer & Mische, 1998).

A compreensão da teoria já existente sobre o construto é fundamental nesse processo, já que a não observação e revisão dos avanços de estudos e técnicas existentes pode ocasionar esforços redundantes (Alkire, 2005). Mesmo com as diferentes conceitualizações e percepções sobre *agency*, há concordância entre os autores em alguns aspectos, como a necessidade de considerar a multidimensionalidade do construto independentemente do método adotado para investigação. Alguns fatores podem ser inseridos ou retirados de acordo com a necessidade ou caso específico. No entanto, outros são elementos fundamentais para a compreensão da *agency*, tais como *locus* de controle, liberdade para decidir (Cauce & Gordon, 2012) e a ideia de vontade como a motivação para execução da ação (Reynolds & Placido, 2020).

Diferentes níveis e tipos de *agency* são necessários e variam de acordo com as distintas situações e contextos vivenciados, que não se limitam à *agency* pessoal. Tal capacidade pode ser impulsionada pelos ambientes sociais e relacionais que o indivíduo possui. Com isso, a ideia de “independência total” não é um pressuposto alinhado à *agency*, já que as pessoas não estão desconectadas de suas relações umas com as outras e exercem influência entre si (Landes & Settersten, 2019). Logo, o modo de funcionamento dos indivíduos é um resultado

decorrente das influências intrapessoais e das forças ambientais a que estão submetidos (Bandura, 2018).

O objetivo deste estudo foi analisar as perspectivas teórico-metodológicas sobre *agency*, com base em uma revisão integrativa da literatura especializada. Há lacunas teóricas (Mokkink et al., 2010) e diferenças nas perspectivas de análise dos fatores que compõem o construto *agency*, que carecem de delimitação e atualização conceitual, aspectos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa nesse âmbito.

## Método

Foi adotado o método de revisão integrativa de literatura, que torna possível abarcar distintas perspectivas sobre um assunto, por meio de procedimentos sistematizados para coleta e análise dos dados (Doolen, 2017). Seguiu-se o protocolo de revisão de literatura referido no *Systematic Review and Meta-Analysis Protocols - PRISMA-P* (Moher et al., 2015), executado em quatro etapas:

(1) identificação do problema de pesquisa que norteia a revisão de literatura, que é: quais são as perspectivas teórico-metodológicas dos estudos sobre *agency*?

(2) definição dos critérios para a extração e seleção dos documentos: selecionaram-se as bases de dados *Scopus* e *Web of Science* para a realização das buscas dos artigos para compor o *corpus* de pesquisa, que foram realizadas em outubro de 2020 e atualizadas em fevereiro de 2021 por duas revisoras independentes, contemplando os artigos até dezembro de 2020.

A estratégia de busca utilizada foi: [(“*sense of agency*” OR “*human agency*” OR “*judgment of agency*” OR “*agency judgment*” OR “*personal agency*” OR “*types of agency*” OR “*forms of agency*” OR “*perceived agency*” OR “*feelings of agency*”) AND (*measur\** OR *assessment* OR *validity* OR *evaluation* OR *inventory* OR *scale* OR “*measures of agency*” OR *instrument*)], investigada em títulos, resumos e palavras-chave.

(3) Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos documentos: os documentos das bases de dados foram analisados considerando os critérios de inclusão: a) artigos que abordam o conceito de *agency* a partir de uma perspectiva cognitiva e comportamental; b) estudos teóricos ou empíricos e; c) artigos em português, inglês ou espanhol. Não se restringiu a nenhum tipo de documento específico. A análise da elegibilidade foi feita a partir da leitura dos resumos por duas revisoras independentes. Os casos de divergência nas decisões das revisoras foram discutidos até que se chegasse a um consenso.

4) Análise dos resultados e limitações da revisão: a análise dos resultados foi feita por meio de três etapas, que são: a) análise de cocitação e; b) análise teórica acerca dos documentos mais citados dos principais autores de cada *cluster* identificados através da análise de cocitação.

Na análise de cocitação de autores verifica-se a frequência em que os pesquisadores são citados concomitantemente nos documentos analisados, o que possibilita a identificação de proximidade dos autores mencionados (Grácio, 2016; Zupic & Cater, 2014). Para isso, utilizaram-se os documentos selecionados e o software VOSviewer. Devido à recomendação do uso de filtros para limitar os resultados da análise de cocitação para auxiliar no gerenciamento das informações (Zupic & Cater, 2014), utilizou-se como filtro um mínimo de 12 citações por autor, por possibilitar a identificação dos autores com maior destaque.

A partir da matriz decorrente da análise de cocitação, a terceira etapa consistiu na análise teórica sobre os principais autores de cada *cluster*. Executou-se uma análise de citação feita por meio do Histcite para verificar os autores mais citados pelo *corpus* de pesquisa (Grácio, 2016; Zupic & Cater, 2014). Com base nessa análise selecionaram-se os documentos mais citados no *corpus* de pesquisa dos autores em evidência na análise cocitação, considerados seminais para os estudos da *agency*. Como

critérios de inclusão para a análise, selecionaram-se apenas documentos em formato de artigo com maior número de citações. Nos casos em que foi necessário escolher entre dois documentos, utilizou-se como critério os artigos mais recentes e de diferentes autores. Foram selecionados quatro artigos de cada *cluster*, totalizando 28 artigos.

## Resultados

A partir dos 2.388 documentos identificados, observou-se os critérios de inclusão para a seleção dos artigos. Com base na leitura dos resumos selecionou-se 471 artigos para leitura completa e verificação dos critérios de inclusão. Feito todo processo de filtragem dos artigos, observou-se que 1.215 abordam a *agency* a partir de uma perspectiva de movimento, como organização ou outros que não se referiam ao comportamento e à cognição (Critério 1); 203 são artigos que têm relação com o tema, mas não têm enfoque no estudo da *agency* (Critério 2); cinco são documentos duplicados (Critério 3); três artigos estão em outros idiomas que não o português, inglês ou espanhol (Critério 4) e; 17 documentos não estavam disponíveis *online* na versão completa (Critério 5). Com base nessa leitura e filtros, selecionaram-se 222 artigos. A Figura 1 apresenta as etapas de delineamento do *corpus* de pesquisa.

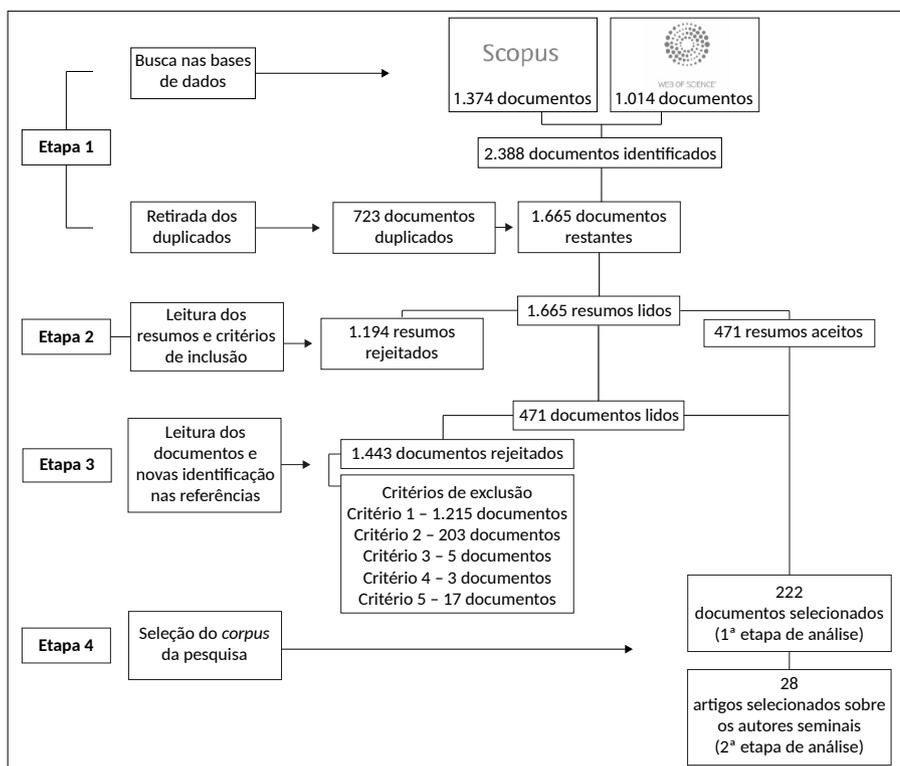


Figura 1. Etapas da coleta de dados e delimitação do *corpus* de pesquisa.

Fonte: elaborada pelos autores com base no PRISMA (Moher et al., 2009).



## Discussão

A importância dos estudos empíricos e teóricos de Bandura fica evidenciada tanto pela análise de citação de documentos quanto de cocitação de autores. Os documentos mais citados pelo *corpus* de pesquisa selecionado são de Bandura (1986, 2001) e dos 10 mais citados, seis são desse autor (Bandura, 1977, 1986, 1989, 1997, 2001, 2006). Albert Bandura é o autor principal do *cluster* que faz parte, mas também é o que estabelece maior número de relações com os demais autores e *clusters*. A partir da análise de cocitação de autores observaram-se sete *clusters* relacionados com as diferentes perspectivas dos estudos sobre *agency*.

### **Agency e o Modelo de Causação Recíproca Triádica – Cluster 1**

A principal categoria dos estudos de *agency* e que contempla o maior volume de artigos e citações está relacionada às pesquisas de Bandura juntamente com: Rotter, J. B., Baumeister, R. F., Deci, E. L., Ryan, R. M., Skinner, E. A., Dweck, C. S., Little, T. D., Little, T. D., Ajzen, I. e Ford, M. E. Ainda que os principais documentos dessa perspectiva teórica sejam de Bandura, Rotter (1966) já desenvolvia importantes desdobramentos teóricos sobre *agency* relacionada à ideia de controle interno e externo, embasado na Teoria da Aprendizagem Social.

Rotter (1966) considerava que a efetividade de reforços ou recompensas depende da maneira como são percebidos, especialmente se a recompensa é decorrente do próprio comportamento ou controlado por forças externas. Nos casos em que um reforço ocorre sem que esteja relacionado com uma ação do indivíduo, pode ser considerado como uma situação decorrente de “sorte ou acaso”, e passa a ser relacionado a um controle externo. Quando um evento é percebido como derivado de ações individuais prévias, há a percepção de controle interno do sujeito, que é de grande relevância para o desenvolvimento da teoria sobre *agency*.

A proposta banduriana para o entendimento da *agency* é pautada em um modelo de causação recíproca triádica, ou seja, “ação, fatores cognitivos, afetivos e outros fatores pessoais e eventos ambientais funcionam como determinantes de interação” (Bandura, 1989, p. 1175, tradução nossa). Nessa perspectiva da teoria cognitiva social, influências autogeradas são tão determinantes do comportamento quanto as interferências

do meio. Ao considerar um mesmo ambiente, aqueles que conseguem desenvolver aptidões, ampliar suas opções e têm potencial de regular sua motivação e comportamento apresentam mais sucesso em seus empreendimentos em comparação com os que apresentam capacidade de *agency* restrita (Bandura, 1989).

Diversos fatores influenciam o curso dessas ações e da capacidade *agency*. A vinculação do sujeito com o meio social não se limita a questões pontuais de influência, visto que esse meio externo também faz parte da construção do sujeito que, por sua vez, atua sobre o meio com uma relação de autoinfluência. O “eu” é constituído e moldado pelo meio social, mas o meio social também é estruturado a partir dos agentes humanos. Logo, há um entendimento de que as pessoas contribuem de maneira importante para os acontecimentos em suas vidas, não sendo apenas produtos dessas circunstâncias (Bandura, 1989, 2001, 2006).

Como recursos característicos para o exercício da *agency* pessoal, Bandura (2001, 2006) menciona a intencionalidade, premeditação, autorreatividade e autorreflexão. A intencionalidade possibilita a visualização dos planos de ações que se pretende colocar em prática visando um fim. Não como uma previsão de acontecimentos, mas em um sentido de compromisso para a concretização desse objetivo. Na premeditação, eventos futuros são representados cognitivamente no presente, o que favorece a motivação e a regulação do comportamento. A autorreatividade se trata da reação comportamental baseada na conduta moral e padrões pessoais voltada ao desempenho necessário para o alcance dos objetivos antes determinados. Os possíveis resultados de ações premeditadas passam por uma autorreflexão, com avaliação e julgamento dos comportamentos para que as ações do sujeito concordem com seus valores pessoais, conferindo sentido à agência moral (Bandura, 2001, 2006).

Somada a esses recursos, a autoeficácia é vista como um elemento central para a *agency*. Trata-se da confiança na capacidade de realizar uma tarefa ou função, ou seja, o julgamento e percepção das pessoas sobre sua própria capacidade, exercendo influência substancial na motivação, excitação emocional, padrões de pensamento e comportamento e, por consequência, acaba por gerar e controlar os acontecimentos na vida das pessoas (Bandura, 1989). Isso ocorre pois, se um indivíduo não acredita em sua capacidade de produzir resultados a partir de sua ação, há pouca

motivação para que, de fato, produza esse comportamento (Bandura, 2006).

### **Agency e Bem-estar – Cluster 2**

A *agency* associada ao bem-estar é observada na perspectiva adotada por Sen, A., Foucault, M., Kabeer, N., Diener, E., Taylor, C. Nessa linha de pesquisa, aborda-se a liberdade de *agency*, processo que envolve a deliberação e responsabilização sobre as próprias ações, especialmente para a própria vida da pessoa. Para a liberdade de *agency* considera-se que os indivíduos são livres para escolherem e agirem em prol de seus objetivos, obrigações e valores que julgam importantes como seres agentes e responsáveis pelo que decidem e querem obter. Para a percepção de bem-estar das pessoas é requerida liberdade e realização (Sen, 1985).

Conceitos como a autonomia e liberdade pessoal também estão relacionados à *agency*, além da relação moral associada ao bem-estar. Nos casos em que essa capacidade de arbítrio é afetada – como crianças pequenas ou pessoas com doenças que afetam essa capacidade –, a capacidade de *agency* também fica prejudicada. Cabe salientar que a liberdade de bem-estar faz parte da liberdade de *agency* e são aspectos que não são independentes um do outro. A *agency* de um indivíduo pode influenciar o seu bem-estar, ao passo que a sensação de bem-estar também pode favorecer que uma pessoa aja em prol de seus objetivos (Sen, 1985).

O bem-estar subjetivo se refere ao modo como os indivíduos percebem e avaliam os aspectos positivos em suas vidas. Os aspectos emocionais envolvem sentimentos e experiências positivas em relação às suas vivências, ainda que se considere poucos aspectos negativos ou desagradáveis. O pensamento consciente se relaciona com a percepção do indivíduo sobre aquilo que proporciona satisfação e gratificação à sua vida. Assim, o bem-estar subjetivo indica o quanto um indivíduo sente e acredita que sua vida está indo bem, indicando sua avaliação sobre sua vida quanto a aspectos cognitivos e sentimentais (Diener, 2012; Diener, & Tov, 2011). O sentimento de bem-estar pode potencializar emoções positivas e diminuir sintomas de ansiedade ou depressão (Taylor, Lyubomirsky, & Stein, 2017).

### **Sexo, Gênero e a Influência na Agency e Comunalidade – Cluster 3**

A teorização quanto à influência de traços agênticos e comunais relacionados ao gênero e sexo se baseia na ideia de representação de papéis sociais e estereótipos de homens e mulheres. Ainda que sejam traços

interrelacionados, os traços agênticos são associados ao masculino, enquanto os traços de comunalidade são ligados ao feminino. Nessa diferenciação são observados aspectos funcionais, visto que o investimento parental acaba sendo “embutido” nas mulheres (gestação, amamentação), enquanto para os homens parece ser mais importante que assumam uma postura de agente ao estabelecer uma relação conjugal e parental. No âmbito organizacional, o autoconceito de ser um sujeito agente é um traço importante e que gera impactos no sucesso de uma carreira, sendo *agency* e sucesso elementos que se influenciam de maneira recíproca, ainda que não esteja relacionada com o sexo biológico (Abele, 2003).

O traço agente evoca a ideia de determinação, atividade, profissionalismo, competência, individualidade, ambição, dominância, obtenção de metas, funcionamento intelectual e relaciona-se com a busca de si mesmo. A comunalidade é estabelecida mediante a consideração aos outros, associada ao coletivismo, moralidade, cooperação, cordialidade, confiabilidade, interdependência, funcionamento social, papel familiar exercido e investimento parental (Abele, 2003; Abele & Wojciszke, 2007). Os traços de comunalidade são indispensáveis para a sobrevivência de indivíduos e grupos sociais. A *agency* é central especialmente nos casos em que há foco em um objetivo individual (Abele & Wojciszke, 2007; Wojciszke & Abele, 2008).

Elementos como a realização de metas e execução de tarefas com foco na competência, assertividade e determinação também se relacionam com a capacidade de *agency*, em que se observa um aumento no controle pessoal, no afeto positivo e na autoestima. Isso gera um efeito inverso na posição de receptor da “ação” de um agente, com diminuição no afeto positivo e autoestima e aumento da vulnerabilidade e da percepção de obstáculos como ameaça e não como desafio. Nesse processo, a manutenção de relacionamentos e primazia do funcionamento social, com benevolência, confiabilidade e moralidade estão associados à comunalidade (Abele & Wojciszke, 2014). Os principais teóricos associados a essa perspectiva são Abele, A. E. e Wojciszke, B., Bakan, D., Côté, J. E. e Eagly, A. H. Destaca-se que Bakan (1966) é uma das referências mais antigas dentre as 10 mais citadas pelo *corpus* de pesquisa selecionado.

### **Agency e a Noção de Curso de Vida – Cluster 4**

A perspectiva de *agency* associada ao curso de vida enfatiza o impacto das forças sociais e suas

consequências na vida das pessoas. Quatro conceitos são fundamentais para o entendimento desse paradigma: a ideia de interação das vidas humanas e períodos históricos, o tempo das vidas, vidas conectadas e a agência humana na tomada de decisões. Tais elementos são considerados como fundamentais para a compreensão das escolhas e mudanças de direção no curso de vida das pessoas e fatores que influenciam esse processo (Elder, 1994, 1998).

A noção de interação das vidas humanas e períodos históricos considera as mudanças sociais a que os indivíduos estão submetidos a depender do seu ano de nascimento, visto que eventos históricos e econômicos influenciam a sociedade em que a pessoa está imersa e, conseqüentemente, em sua vida, observadas as possibilidades e restrições que são impostas pelo meio. Ao considerar a ideia de tempo de vida, emergem os elementos associados à idade e momentos de transição da vida humana. Alguns desses eventos são esperados em determinados momentos com base em expectativas e convenções sociais - como o casamento e a gravidez, por exemplo, que são momentos de transição que não são esperados durante a adolescência, a depender do momento histórico e contexto social (Elder, 1994, 1998).

O princípio associado a essa linha teórica se baseia na ideia de vidas conectadas, caracterizado pela interdependência das relações sociais com parentes e amigos, com ênfase no processo de socialização. A intergeracionalidade dessas relações também é considerada, tendo em vista os impactos de escolhas pessoais e acontecimentos para além da própria trajetória, com consequências na vida de outras pessoas e gerações. A *agency* e a influência do contexto social são aspectos importantes nos estudos sobre curso de vida (Elder, 1994, 1998), assim como a percepção de eficácia frente a desafios e adversidades (Elder et al., 1995).

A centralidade da influência do padrão social e forças históricas é percebido no modo como as pessoas pensam, sentem e se comportam, moldando trajetórias e o desenvolvimento. A *agency* influencia a capacidade de escolha do caminho a seguir e na adaptação às situações, ainda que se considere o cenário social, momento histórico e possibilidades disponíveis, marcando o envolvimento ativo na “construção de um novo curso de vida” (Elder, 1998, p. 4). Trata-se de um processo de engajamento social associado ao período histórico e temporal, em que se consideram as influências do passado, mas com orientação para o futuro e as possibilidades, assim como é direcionado ao presente

ao contextualizar esses elementos do passado e futuro considerando as contingências situacionais (Emirbayer & Mische, 1998). Elder, G. H., Emirbayer, M., Giddens, A. e Pearlin, L. I. são os autores desse *cluster*.

### **Agency e Cognição – Cluster 5**

A vertente teórica que aborda a sensação de *agency* associada aos processos cognitivos e execução de ações e movimentos tem amplo desenvolvimento da literatura. Apesar de essa revisão enfocar na *agency* como capacidade de fazer escolhas e atingir objetivos, esta perspectiva teórica também foi identificada no *corpus* de pesquisa selecionado. Bandura (2001) já apontava a possibilidade de investigação da *agency* em perspectivas micro ou macroanalíticas, sendo que a integração de ambas é o ideal para a investigação do fenômeno. No caso da percepção da *agency* como elemento cognitivo, o entendimento do fenômeno é realizado com enfoque nos processos individuais dos sujeitos e é observado nos estudos de Haggard, P., Moore, J. W., Dimaggio, G., Lysaker, P. H. e Betz, N. E.

A partir dessa perspectiva, a *agency* diz respeito à experiência de controlar as próprias ações. Trata-se da sensação de consciência de movimentos voluntários e suas consequências sensoriais (Haggard, Clark, & Kalogeras, 2002; Haggard & Tsakiris, 2009). A capacidade de prever e monitorar as consequências dos comandos motores do corpo desenvolve um sentimento de controle da própria vida e dos eventos do mundo externo. O principal efeito dessa sensação de consciência corporal é o entendimento de “eu fiz isso”, juntamente com a respectiva consequência do ato motor. Em situações de ordem judicial, em que há necessidade de atribuição da responsabilidade por uma ação, é importante considerar os processos mentais e de consciência da ação por parte do indivíduo envolvido (Haggard & Tsakiris, 2009).

Nos estudos de Dimaggio et al. (2002) e Dimaggio et al. (2008) é possível observar uma vertente clínica dos estudos de *agency* associada à cognição, metacognição, estados mentais e relações interpessoais, em que os autores observam o fenômeno em casos de transtornos mentais - com foco em transtornos narcisistas - e as implicações para a liberdade dos sujeitos.

### **Agency e Moralidade – Cluster 6**

Conceitualizações de *agency* relacionadas à moralidade são observadas nos estudos de Arendt, H., Bauman, Z. e Connolly, W. Em discussões sobre

moralidade a partir do julgamento do nazista Eichmann em Jerusalém, Arendt (1971) discute sobre a banalidade do mal, com adoção de ações imorais em função da incapacidade de pensar sobre seu comportamento, com aceite de regras impostas sem a devida deliberação. Em um debate sobre moralidade com base em Foucault, Connolly (1993) aponta a responsabilidade de *agency* nas escolhas pessoais.

A condição humana relacionada à autonomia e democracia é discutida por Bauman (2000), que aponta para a necessidade de poder deliberar livremente sobre a própria maneira de ser humano, considerando as individualidades. O fator geracional também é apontado como influenciador do modo como as pessoas consideram a condição humana (Bauman, 2017). Nesse *cluster* a *agency* é discutida de modo mais amplo, pois não é abordada de modo específico nos artigos analisados, mas tem relação direta com as discussões dos autores, especialmente no tocante a aspectos éticos e morais, configurando-se como temas correlacionados.

#### **Agency, Aprendizagem e Processos Metacognitivos – Cluster 7**

A última categoria analisada quanto as teorizações sobre *agency* refere-se aos estudos de Schunk, D. H., Pajares, F. e Betz, N. E. Trata-se de uma linha de investigação associada à perspectiva banduriana, especialmente a partir do conceito de autoeficácia. No entanto, há um maior enfoque nos processos de metacognição, autorregulação e aprendizagem autorregulada, especialmente em pesquisas sobre motivação, desempenho acadêmico e carreira. Ao considerar a conceitualização de Bandura (1977) sobre autoeficácia, Betz (1987) a compreende como a tendência em responder de maneira proativa às situações relacionadas a oportunidades educacionais e de carreira. Pajares (1997) explica que o conceito se trata da capacidade de produzir resultados e desempenho, mais específicos a tarefas e situações contextuais referentes a um objetivo. Conclui-se, então, que a *agency* é observada em aspectos mais amplos da vida dos sujeitos, em que é observada em diversos contextos de maneira mais generalizada, enquanto a autoeficácia é voltada para atividades, tarefas e objetivos mais específicos e contextuais.

A *agency* se relaciona com os comportamentos proativos, em indivíduos que agem em prol dos objetivos e que criam e agem de maneira efetiva quando surgem oportunidades. A percepção da autoeficácia como baixa pode levar à evasão, enquanto uma visão

mais positiva tende a ser relacionada com comportamentos mais engajados com a busca de sucesso e, por isso, exerce importante influência no desenvolvimento educacional e de carreira (Betz, 1987).

Como principal fonte de crenças de autoeficácia observa-se a experiência de domínio, que decorre da avaliação e interpretação do desempenho das ações intencionais do indivíduo. A percepção de autoeficácia nas atividades acadêmicas atua como importante influenciador da motivação, autorregulação e desempenho (Pajares, 1997; Pajares & Graham, 1999). Assim, a autoeficácia atua em conjunto com outros mecanismos da *agency* na influência e previsibilidade de resultados acadêmicos (Pajares & Graham, 1999). Recomenda-se avanços nas pesquisas sobre metacognição, autorregulação e autorregulação da aprendizagem, já que lacunas são observadas quanto à influência desses fenômenos no desenvolvimento e desempenho acadêmico, o que gera implicações para políticas e práticas educacionais (Schunk, 2008).

#### **Linhas de Pesquisa e Definições de Agency**

As categorias analisadas acerca dos estudos de *agency* nomeadas de *clusters* indicaram diferentes perspectivas para estudo do tema. Ainda que o *Cluster 1*, que contempla a perspectiva banduriana, tenha mais força de relações e volume de documentos e autores incluídos, os demais *clusters* também indicam possuir teorizações consolidadas sobre a temática, estabelecendo relações entre si. Ao considerar as diferentes abordagens de *agency* nos sete *clusters*, observou-se três categorias a partir do desenvolvimento teórico proposto pelos autores: a) *clusters* que enfocam no desenvolvimento conceitual do construto, em que inclui-se: *Cluster 1* (causação recíproca triádica), *Cluster 3* (*agency* e comunalidade), *Cluster 5* (processos cognitivos e movimentos voluntários) e *Cluster 6* (processos metacognitivos); b) *clusters* em que são evidenciados aspectos contextuais em que a capacidade de *agency* exerce influência, em que inclui-se: *Cluster 3* (sexo, *agency* e papéis sociais), *Cluster 4* (curso de vida) e *Cluster 7* (motivação, desempenho acadêmico e carreira) e; c) *clusters* abordam conceitos relacionados à *agency*, em que estão: *Cluster 2* (*agency* e bem-estar) e *Cluster 6* (*agency* e moralidade).

Os *clusters* que se dedicam mais fortemente ao desenvolvimento conceitual de *agency* dão enfoques distintos ao construto. Um elemento em comum é observado que nos *Clusters 1, 5 e 6*: a relevância dos aspectos

cognitivos para o entendimento da *agency*, mesmo ao considerar diferentes elementos influenciando esse processo. No tocante aos *clusters* que abordam pesquisas sobre *agency* sob um aspecto contextual, fica evidenciada a influência dessa capacidade em múltiplas facetas da vida das pessoas, que vai desde aspectos estruturais relacionados a papéis sociais de acordo com o sexo e gênero até a questões voltadas à vida profissional. Quanto aos dois *clusters* que focam em discussões relacionais - *agency* e bem-estar e *agency* e moralidade-, fica evidenciada a afinidade do construto com tais temas, já que possibilita abarcar discussões filosóficas em termos mais abrangentes da vida humana.

A partir das discussões acerca dos principais autores e teóricos sobre *agency*, verificou-se distintas conceitualizações sobre o fenômeno, ainda que nem todas essas linhas de pesquisa apresentam definições claras do construto. Diferentes conceitualizações sobre *agency* também são observadas na sociologia, especialmente nas propostas de Weber, Giddens e Latour discutidas por Hubner (2022), as quais são marcadas pela heterogeneidade, especialmente pela complexidade atrelada ao construto e suas implicações.

Os aspectos cognitivos e sociais aparecem em ênfase em descrições decorrentes de diferentes teorias. Mesmo com diferentes entendimentos teóricos, tais distinções se dão mais em função de qual aspecto aparece em evidência, o que não configura uma situação de divergência entre as perspectivas. A partir dos resultados observa-se que uma conceitualização de *agency* que não considere a intencionalidade, premeditação, autorreatividade, autorreflexão, autoeficácia e autorregulação ou *locus* de controle interno como fatores referentes ao construto parece estar incompleto, visto que demonstram ser essenciais para compreensão do fenômeno.

## Considerações finais

Este estudo pretendeu analisar as perspectivas teórico-metodológicas sobre *agency*, considerando a produção do conhecimento sistematizada na literatura consultada. Sinteticamente foi possível descobrir alguns aspectos essenciais: (a) o modelo de causalidade recíproca triádica, adotado por Bandura e seus seguidores, é uma das principais perspectivas teóricas referidas nos estudos sobre *agency*, em diferentes contextos, com ênfase na relação intrínseca entre motivação para a ação, fatores pessoais e fatores ambientais; (b) um dos principais consensos sobre o conceito de *agency* é referi-lo

como capacidade de um indivíduo ou grupo de tomar ações conscientes e intencionais que têm um impacto no mundo ao seu redor; e (c) a disseminação dos estudos sobre *agency* em diferentes disciplinas, tais como psicologia, sociologia, antropologia, filosofia e estudos educacionais e organizacionais, possibilitou relacionar o fenômeno *agency* com aprendizagem, desempenho, papéis e estereótipos sociais, gênero, condições de saúde e trabalho, processos cognitivos, metacognitivos e decisões no curso da vida.

Foi observada a necessidade de uma compreensão mais aprofundada das complexas interações entre diferentes níveis e limites do *agency*, tendo em vista os determinantes sociais, políticos e econômicos, assim como uma melhor interlocução entre propostas metodológicas centradas no individualismo e na ação coletiva, frente à necessidade de compreender escolhas e decisões centradas em fatores pessoais, interações em redes e estruturas sociais. Além dessas lacunas, identificadas neste estudo, é relevante apontar uma ampla gama de conceitos que são utilizados, ora para definir a capacidade de *agency* - descrita em termos de autoeficácia, autorregulação, aprendizagem autorregulada, desempenho motivado, ora para se referir a fatores do *agency*, - intencionalidade, premeditação, autorreatividade, autorreflexão, autorregulação ou *locus* de controle interno, o que colabora para a percepção de um construto ainda em desenvolvimento. Por fim, foi importante detectar que os estudos do *agency* enfatizam mais o seu desenvolvimento teórico, em detrimento de investigações empíricas e tratamentos psicométricos e analíticos, o que restringe a análise de suas propriedades intrínsecas e suas relações com outros construtos, tais como personalidade, comportamento seguro, resiliência individual e grupal, liderança, adesão a tratamentos, empoderamento pessoal e profissional. Esses aspectos podem servir de indicações para pesquisas sobre *agency*.

Dentre as limitações do estudo é importante mencionar as próprias restrições dos softwares utilizados, que também podem gerar vieses de importação do banco de dados e sobreposição de informações salientes. É importante mencionar, também, que não foram incluídas, nesta revisão, documentos da literatura cinzenta (livros, trabalhos não publicados e documentos em formatos que não de artigos) na análise teórica dos dados. Ainda que sejam importantes fontes de informação sobre o tema, não foi possível inseri-los nas análises devido à extensão das obras, risco de viés da discussão e simplificação da teoria.

## Referências

- Abele, A. E. (2003). The dynamics of masculine-agentic and feminine-communal traits: Findings from a prospective study. *Journal of Personality and Social Psychology, 85*(4), 768-776. doi: 10.1037/0022-3514.85.4.768
- Abele, A. E., & Wojciszke, B. (2007). Agency and communion from the perspective of self versus others. *Journal of Personality and Social Psychology, 93*(5), 751-763. doi: 10.1037/0022-3514.93.5.751
- Abele, A. E., & Wojciszke, B. (2014). Communal and agentic content in social cognition. *Advances in Experimental Social Psychology, 50*, 195-255. doi: 10.1016/b978-0-12-800284-1.00004-7
- Alkire, S. (2005). Subjective Quantitative studies of human agency. *Social Indicators Research, 74*, 217-260. doi: 10.1007/s11205-005-6525-0
- Arendt, H. (1971). Thinking and moral considerations: A lecture. *Social Research, 38*(3), 417-446. Recuperado de <https://jonudell.net/h/arendt.pdf>
- Bakan, D. (1966). *The duality of human existence: An essay on psychology and religion*. Rand McNally.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review, 84*(2), 191. doi: 10.1037/0033-295X.84.2.191
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Nova Jersey, USA: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1989). Human agency in social cognitive theory. *American Psychologist, 44*(9), 1175. doi: 10.1037/0003-066X.44.9.1175
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: The exercise of control*. Nova Iorque: Freeman.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Review of Psychology, 52*(1), 1-26. doi: 10.1146/annurev.psych.52.1.1
- Bandura, A. (2006). Toward a psychology of human agency. *Perspectives on Psychological Science, 1*(2), 164-180. doi: 10.1111/j.1745-6916.2006.00011.x
- Bandura, A. (2018). Toward a psychology of human agency: Pathways and reflections. *Perspectives on Psychological Science, 13*(2), 130-136. doi: 10.1177/1745691617699280
- Bauman, Z. (2000). Sociological enlightenment - for whom, about what? *Theory, Culture & Society, 17*(2), 71-82. doi: 10.1177/02632760022051112
- Bauman, Z. (2017, Janeiro). On the outcast generation. *European Economic and Social Committee*. Recuperado de [https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/resources/docs/16\\_658-europeiii-jan17-a4.pdf](https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/resources/docs/16_658-europeiii-jan17-a4.pdf)
- Betz, N. E., & Hackett, G. (1987). Concept of agency in educational and career development. *Journal of Counseling Psychology, 34*(3), 299-308. doi: 10.1037/0022-0167.34.3.299
- Cauce, A. M., & Gordon, E. W. (2012). *Toward the measurement of human agency and the disposition to express it*. The Gordon commission on the future of educational assessment. Princeton, NJ: Educational Testing Service. Recuperado de [https://www.ets.org/Media/Research/pdf/cauce\\_gordon\\_measurement\\_human\\_agency.pdf](https://www.ets.org/Media/Research/pdf/cauce_gordon_measurement_human_agency.pdf)
- Connolly, W. E. (1993). Beyond good and evil: The ethical sensibility of Michel Foucault. *Political Theory, 21*(3), 365-389. doi: 10.1177/0090591793021003002
- Diener, E. (2012). New findings and future directions for subjective well-being research. *American Psychologist, 67*(8), 590. doi: 10.1037/a0029541
- Diener, E., & Tov, W. (2011). National accounts of well-being. In K. C. Land, A. C. Michalos, & M. J. Sirgy (Orgs.), *Handbook of social indicators and quality of life research* (pp. 137-157). Nova Iorque, NY: Springer. doi: 10.1007/978-94-007-2421-1\_7
- Dimaggio, G., Nicolò, G., Fiore, D., Centenero, E., Semerari, A., Carcione, A., & Pedone, R. (2008). States of minds in narcissistic personality disorder: Three psychotherapies analyzed using the grid of problematic states. *Psychotherapy Research, 18*(4), 466-480. doi: 10.1080/10503300701881877
- Dimaggio, G., Semerari, A., Falcone, M., Nicolò, G., Carcione, A., & Procacci, M. (2002). Metacognition, states of mind, cognitive biases, and interpersonal cycles: Proposal for an integrated narcissism model. *Journal of Psychotherapy Integration, 12*(4), 421-451. doi: 10.1037/1053-0479.12.4.421
- Doolen, J. (2017). Meta-Analysis, systematic, and integrative reviews: an overview. *Clinical Simulation in Nursing, 13*(1), 28-30. doi: 10.1016/j.ecns.2016.10.003
- Elder, G. H. Jr. (1994). Time, human agency, and social change: Perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly, 57*(1), 4. doi: 10.2307/2786971
- Elder, G. H. Jr. (1998). The life course as developmental theory. *Child Development, 69*(1), 1-12. doi: 10.1111/j.1467-8624.1998.tb06128.x
- Elder, G. H. Jr., Eccles, J. S., Ardeli, M., & Lord, S. (1995). Inner-city parents under economic pressure: Perspectives on the strategies of parenting. *Journal of Marriage and the Family, 57*(3), 771. doi: 10.2307/353931
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is agency?. *American Journal of Sociology, 103*(4), 962-1023. doi: 10.1086/231294
- Grácio, M. C. C. (2016). Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 21*(47), 82-99. doi: 10.5007/1518-2924.2016v21n47p82
- Haggard, P., Clark, S., & Kalogeras, J. (2002). Voluntary action and conscious awareness. *Nature Neuroscience, 5*(4), 382-385. doi: 10.1038/nn827
- Haggard, P., & Tsakiris, M. (2009). The experience of agency: Feelings, judgments, and responsibility. *Current Directions in Psychological Science, 18*(4), 242-246. doi: 10.1111/j.1467-8721.2009.01644.x
- Hubner, A. (2022). Agência na sociologia: os diferentes usos do conceito de agência em Weber, Giddens e Latour. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, 9*(2), 86-103. doi: 10.47456/cadecs.v9i2.38407
- Kabeer, N. (1999). Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and Change, 30*(3), 435-464. doi: 10.1111/1467-7660.00125
- Landes, S. D., & Settersten, R. A. Jr. (2019). The inseparability of human agency and linked lives. *Advances in Life Course Research, 42*, 100306. doi: 10.1016/j.alcr.2019.100306
- Moher, D., Shamseer, L., Clarke, M., Ghersi, D., Liberati, A., Petticrew, M., ... Stewart, L. A. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic Reviews, 4*(1), 1-9. doi: 10.1186/2046-4053-4-1
- Mokkink, L. B., Terwee, C. B., Patrick, D. L., Alonso, J., Stratford, P. W., Knol, D. L., de Vet, H. C. W. (2010). The COSMIN checklist for assessing the methodological quality of studies on measurement

- properties of health status measurement instruments: an international Delphi study. *Quality of Life Research*, 19(4), 539-549. doi: 10.1007/s11136-010-9606-8
- Pajares, F. (1997). Current directions in self-efficacy research. *Advances in Motivation and Achievement*, 10(149), 1-49. Recuperado de <https://www.dynaread.com/current-directions-in-self-efficacy-research>
- Pajares, F., & Graham, L. (1999). Self-efficacy, motivation constructs, and mathematics performance of entering middle school students. *Contemporary Educational Psychology*, 24(2), 124-139. doi: 10.1006/ceps.1998.0991
- Reynolds, A., & Placido, N. (2020). A comparison of free will, human agency, and the transtheoretical model. *Journal of Religion & Spirituality in Social Work: Social Thought*, 39(1), 62-72. doi: 10.1080/15426432.2019.1700869
- Rotter, J. B. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. *Psychological Monographs: General and Applied*, 80(1), 1-28. doi: 10.1037/h0092976
- Schunk, D. H. (2008). Metacognition, self-regulation, and self-regulated learning: Research recommendations. *Educational Psychology Review*, 20, 463-467. doi: 10.1007/s10648-008-9086-3
- Sen, A. (1985). Well-being, agency and freedom: The Dewey lectures 1984. *The Journal of Philosophy*, 82(4), 169-221. doi: 10.2307/2026184
- Taylor, C. T., Lyubomirsky, S., & Stein, M. B. (2017). Upregulating the positive affect system in anxiety and depression: Outcomes of a positive activity intervention. *Depression and Anxiety*, 34(3), 267-280. doi: 10.1002/da.22593
- Wojciszke, B., & Abele, A. E. (2008). The primacy of communion over agency and its reversals in evaluations. *European Journal of Social Psychology*, 38(7), 1139-1147. doi: 10.1002/ejsp.549
- Zupic, I., & Čater, T. (2014). Bibliometric methods in management and organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429-472. doi: 10.1177/1094428114562629

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

*Maria Julia Pegoraro Gai*, Mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço para correspondência: Laboratório Fator Humano, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Sala 13ª, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-970. Telefone: +55 (48) 3721-9904. Email: [mariajuliagai@hotmail.com](mailto:mariajuliagai@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8481-1112>

*João Nuno Ribeiro Viseu*, Doutor em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (FCHS-UAIG), é Professor Auxiliar no Departamento de Psicologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora (DPSI-UE) e Investigador no Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP-UE). Email: [joao.viseu@uevora.pt](mailto:joao.viseu@uevora.pt) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9817-7300>

*Roberto Moraes Cruz*, Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Professor no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Líder do Laboratório Fator Humano (UFSC). Email: [robertocruzdr@gmail.com](mailto:robertocruzdr@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8481-1112>

*Fabíola Kaczam*, Mestre em Engenharia de Produção pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: [kaczamf@gmail.com](mailto:kaczamf@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0460-9927>

Recebido em 05.out.22  
Revisado em 18.nov.22  
Aceito em 23.dez.22

# Polyvictimization and the effects of peer bullying in a Brazilian sample

Jaqueline Portella Giordani. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Carolina Palmeiro Lima. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Quésia Fernandes Cataldo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Fernanda Saraiva Almeida. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Clarissa Marceli Trentini. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Abstract

The most common kind of violence in schools is bullying practiced by peers. This study aims to investigate the association between this form of victimization and other forms of violence and risk behaviors. 510 Brazilian adults between 18-59 years participated in the current study ( $M = 30.64$ ;  $SD = 10.47$ ), 77.3% female. Individuals answered MAES and a sociodemographic questionnaire. 47.8% reported having suffered bullying, and this victimization was associated with higher rates of all types of violence within the family, lower perception of social support in childhood and in adolescence, earlier alcohol use, suicidal ideation and physical victimization as an adult. Being a victim of bullying is related to other forms of violence and risk behaviors, with weaker social support environments possibly playing a role in polyvictimization. Protective strategies, family and school interventions may help to avoid future risk behaviors.

**Keywords:** bullying; risk behaviors, childhood adverse experiences, polyvictimization, social support.

## Resumo

*Polivitimização e efeitos do bullying por pares em uma amostra brasileira.* O tipo de violência mais comum nas escolas é o *bullying* praticado por colegas. Este estudo tem como objetivo investigar a associação entre essa forma de vitimização e outras formas de violência e comportamentos de risco. Participaram do presente estudo 510 brasileiros adultos entre 18-59 anos ( $M = 30,64$ ;  $DP = 10,47$ ), 77,3% do sexo feminino. Os indivíduos responderam ao MAES e a um questionário sociodemográfico. Quarenta e sete vírgula 8 por cento relataram ter sofrido *bullying*, sendo esta vitimização associada a maiores taxas de todos os tipos de violência intrafamiliar, menor percepção de apoio social na infância e na adolescência, uso precoce de álcool, ideação suicida e vitimização física na idade adulta. Ser vítima de *bullying* está relacionado a outras formas de violência e comportamentos de risco, com menor rede de apoio social possivelmente desempenhando um papel na polivitimização. Estratégias protetivas, intervenções na família e na escola podem ajudar a evitar comportamentos de risco futuros.

**Palavras-chave:** bullying, comportamentos de risco, adversidades na infância, polivitimização, suporte social.

## Resumen

*Polivictimización y efectos del acoso entre pares en una muestra brasileña.* El tipo de violencia más común en las escuelas es el acoso por parte de los compañeros. Este estudio tiene como objetivo investigar la asociación entre esta forma de victimización y otras formas de violencia y conductas de riesgo. Un total de 510 adultos brasileños de 18 a 59 años ( $M = 30,64$ ;  $DT = 10,47$ ) participaron en este estudio, 77,3% del sexo femenino. Los individuos respondieron el MAES y un cuestionario sociodemográfico. El 47,8% refirió haber sido acosado, y esta victimización se asoció con mayores tasas de todo tipo de violencia intrafamiliar, menor percepción de apoyo social en la niñez y adolescencia, consumo temprano de alcohol, ideación suicida y victimización física en la edad adulta. Los entornos de apoyo social más débiles posiblemente desempeñen un papel en la polivictimización. Las estrategias protectoras, las intervenciones familiares y escolares pueden ayudar a prevenir futuras conductas de riesgo.

**Palabras clave:** acoso escolar; comportamientos de riesgo; adversidades infantiles; polivictimización; apoyo social.

There are multiple definitions of school violence, and there is no consensus among researchers concerning that. This sort of violence can be described as multifaceted, and it involves physical and psychological actions (such as swearing, humiliation and exclusion) between teacher and student as well as peers. It is also seen as related to family and community violence which would be continued within social relationships in the school environment as well as outside it (Giordani, Seffner, & Dell'Aglio, 2017; Silva & Assis, 2018).

The first studies about school violence appeared in the 1950s in the United States and, since then, the dimensions of this phenomenon have changed. An example of that is the emergence of firearms, white weapons and the use of drugs in schools i.e., the school started reproducing part of the violence that surrounds it (Abramovay, 2002). Specifically, in Brazil the location of the schools in drug dealing territories and organized crime adds one more dimension of violence to this setting (Silva & Assis, 2018).

Nowadays peer bullying is the most common sort of violence within the school setting among children and adolescents (Menesini & Salmivalli, 2017). According to United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF), in a report published in 2018, half of the students between 13 and 15 years old around the world claims to have suffered from some kind of violence at school, and data suggest that one out of three students is a victim of intimidation by peers or bullying. In addition, the impact on victims' well-being and learning is similar in rich and poor countries, and although victimization risks exist for both sexes, girls are more subjected to psychological intimidation and boys are more commonly victims of physical violence and threats (Chzhen, Gromada, Rees, Cuesta, & Bruckauf, 2018).

Bullying is seen as a sort of adversity, a concept which comprises experiences which are potentially harmful to children and adolescents' development, such as abuse and negligence (McLaughlin, 2016). The inclusion of bullying in the studies about adversities as an adverse event was necessary because of the relative concurrence of intrafamilial and community risk factors. In addition, this inclusion was relevant considering that most studies about adversities analyzed specific populations or samples, often with high education levels or in developed countries (Cronholm et al., 2015; Mersky, Janczewski, & Topitzes, 2017).

According to the definition by Olweus (2013), bullying is a type of aggressive behavior that comprises repeated, intentional aggressive attitudes of one or

more students against others in an unequal relationship of power which takes place for no apparent reason; this behavior is characterized by intentionality, frequency, and power imbalance between perpetrator and victim. Studies on bullying indicated that this phenomenon can occur in all sorts of schools (public, private, rural, urban, elementary and high school), regardless of socioeconomical conditions (Schultz et al., 2012).

A study carried out in public schools in Porto Alegre shows that about one third of students has already been a victim of verbal violence and around 10% has undergone physical violence by peers (Giordani & Dell'Aglio, 2016). In addition, there was an increase in the incidence of bullying in Brazil's capitals, in which the prevalence increased from 5.4% in 2009 to 6.8% in 2012 (Malta, Mascarenhas, Porto, Barreto, & Morais Neto, 2014). The Teaching and Learning International Survey (TALIS) 2018 (The Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD], 2019) interviewed 2,447 basic education teachers and 184 directors of Brazilian schools. According to TALIS 2018 (OECD, 2019) 28% of Brazilian school principals reported witnessing bullying or bullying among students, twice the OECD average. Brazil is among those with the highest rates in the world, which have remained stable in recent years.

Data from National School Health Survey [PeNSE] (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016), which comprised over a hundred thousand teenagers in the 9<sup>th</sup> grade of elementary school enrolled all over the country, report that 7.4% of Brazilian students always or almost always felt humiliated by provocations at school and that 19.8% of them have already practiced some sort of bullying. In this study, mocking, scorning, intimidating and making fun of classmates was considered bullying. Regarding the exposure to physical violence among peers, data from PeNSE (IBGE, 2016) show that 23.4% of students interviewed mentioned having been involved in fights during the years before the study. Differences between sexes were found: among boys this figure reached 30.3% of involvement, as opposed to 16.8% among the girls who reported getting involved in fights. In this setting, it is important to highlight psychosocial factors related to bullying which increase not only the risk of victimization, but also revictimization and polyvictimization, such as the early and abusive consumption of alcohol, suicidal ideation and the perception of social support.

Victims of bullying are more subject to early and abusive use of alcohol than victims of other forms of violence by peers and adolescents (Maniglio, 2016).

Also, another study showed that bullying and cyberbullying increased the odds of using alcohol and tobacco (Washington, 2020). On the other hand, adolescents with abusive alcohol behavior have a higher risk of suffering as well as practicing community violence (Moreira et al., 2008). Among those who witnessed violence, there was 49% more probability for the use of alcohol (Horta, Lisboa, Teixeira, Wendt, & Horta, 2015). Based on this, it is possible to perceive that the abusive use of alcohol may reinforce school violence, forming a kind of victimization cycle. In addition, the abusive use of alcohol by the violence victims may be considered a coping mechanism and self-medication, once the effect of alcohol avoids, reduces, interrupts or relieves negative internal feelings (such as painful feelings, affection, memories and cognitions) associated with the victimization experienced (Maniglio, 2016).

Being a victim of bullying in childhood and adolescence may cause harm on the mental health and quality of life of subjects in the long run, since the consequences of victimization are not limited to its occurrence (Camodeca & Nava, 2020; Takizawa, Maughan, & Arseneault, 2014; Winding, Skouenborg, Mortensen, & Andersen, 2020). There is evidence for a causal relationship between bullying victimization and anxiety and depressive disorders (Jadambaa et al., 2020) with victims of bullying at school showing more internalizing symptoms (anxiety and depression) than those who are not victims (Arseneault et al., 2008) and frequent victims of bullying in adolescence showed twice as many odds of developing depression as adults and increased risk of mental disorders, low fulfillment, problems in social relationships and suicidal behavior (Bowes, Joinson, Wolke, & Lewis, 2015; Kubiszewski, Fontaine, Huré, & Rusch, 2013). Since suicide is the most severe outcome, it is important to understand the relationship between bullying and suicide, as literature shows that there are similar odds for the relationship between victimization by bullying and suicidal ideation and between victimization by bullying and suicide attempts (Barzilay et al., 2017; Brunstein Klomek et al., 2019). Also, there is evidence for differences in the type or bullying dimension, with physical victimization being more associated with suicide ideation, and relational victimization more associated with suicide attempts (Barzilay et al., 2017).

Taking this into consideration, the perception of social support arises as a possible protection factor against bullying victimization (Barzilay et al., 2017; Demaray & Malecki, 2003). This perception is understood

as the perception of social support, i.e., knowing there are family members and friends they can count on. Therefore, having a social support network during childhood and adolescence is a determining factor for better adjustment at school and academic performance (Danielsen, Samdal, Hetland, & Wold, 2009), academic achievement and well-being (Kiuru et al., 2019). Nevertheless, the lack of social support causes higher risks of depression and emotional difficulties (Van Droogenbroeck, Spruyt, & Keppens, 2018) and, consequently, bullying victimization (Mishna et al., 2016). In addition, violence or other stressful events may difficult young people to benefit from their existent social support network (Rueger, Malecki, Pyun, Aycocck, & Coyle, 2016).

Considering the factors described, the possibility of poly and revictimization must be considered and assessed, based on the hypothesis that being intimidated by peers during childhood may cause more abuse from classmates or adults, forming the first stage of a victimization cycle that may remain within situations as time goes by (Fisher et al., 2015). Polyvictimization can be defined as having experienced different forms of multiple victimizations, such as sexual abuse, physical abuse or bullying, emphasizing different kinds of victimization, rather than just multiple episodes of the same kind of victimization (Finkelhor, Turner, Hamby, & Ormrod, 2011).

Thus, considering the importance of understanding factors associated with bullying, the aim of this study is to investigate the prevalence of the occurrence of physical and emotional bullying in childhood and adolescence in a sample of Brazilian adults, the association of this victimization with other forms of violence and psychosocial aspects, specifically the perception of social support, use and abuse of alcohol and suicidal ideation in adult age.

## Method

This is a cross-sectional quantitative study, and its data collection was carried out online as well face-to-face, by convenience.

### Participants

Five hundred and ten individuals between 18 and 59 years old participated in this study ( $M = 30.64$ ;  $SD = 10.47$ ), of both sexes (77.3% female). Among the participants, 57.5% were single and 21.6% married. As to education, more than one third of the sample was taking or had finished post-graduation, and 18.4% had only finished high school.

### Instruments

**Sociodemographic Form.** Used to collect data not included in the other scales used, showing biosociodemographic aspects of participants (such as sex, age, educational level), as well as those related to education, social support, use of alcohol.

**Maltreatment and Abuse Exposure Scale (MAES)** (Kluwe-Schiavon, Viola, & Grassi-Oliveira, 2016). The MAES scale is comprised of 52 items that assess the level of exposure to 10 kinds of abuse: emotional negligence, emotional non-verbal abuse, parent physical abuse, parent verbal abuse, peer emotional abuse, physical negligence, sexual abuse, testimonial of interparental violence and testimonial of violence against siblings. For the analysis of peer violence, the subscales “physical peer bullying” and “peer emotional abuse” were used. Indeed, this study uses this differentiation among the forms of perpetration. In order to carry out some of the analyses, the subscale scores for physical bullying and peer emotional abuse of MAES scale were combined, and a peer victimization score was calculated, ranging from 0 to 20, in which the higher the number, the more reports on the occurrence of bullying.

### Ethical Considerations and Procedures

The ethical aspects that ensure the integrity of participants were carried out according to Brazilian legislation (Resolução nº 510/2016). The study was approved by the Ethics Committee of the Psychology Institute at Federal University of Rio Grande do Sul. Volunteers were invited to participate in the study and were informed of the confidentiality of personal information as well as the possibility to drop out at any moment. Part of the questionnaires was applied face-to-face in groups of young students in public schools of Porto Alegre, and the remaining ones were applied online via survey – for approximately 60 minutes. The research team provided students with assistance in case any participant needed support during the data

collection. During the online questionnaire, participants could interrupt at any moment and require assistance in case they felt uncomfortable with any of the questions. Participants were asked to sign an Informed Consent.

### Data Analysis

Descriptive and inferential analyses were carried out, according to the aims of the study. In order to investigate differences in means of sociodemographic and bullying victimization, the *t* Student test was used. To verify the odds ratio and the association between different forms of adversities and bullying victimization, a binary logistic regression was used. Besides that, chi-square test was also used to verify differences regarding the perception of social support.

## Results

Considering physical and emotional bullying, 47.8% of participants reported having suffered peer bullying during childhood, and 20.6% suffered both types of violence. Emotional abuse seems to be more common, present in 42.4% of reports, as opposed to 26.1 of physical bullying reports. As to differences in the bullying victimization due to sex, there were significant differences for peer physical abuse  $t$  ( $df$ ) = 2.589,  $p$  = 0.05,  $d$  = 0.29, but not in the cases of emotional abuse. The scores of the physical bullying subscales were higher among boys ( $M$  = 2.36,  $SD$  = 2.68) than among girls ( $M$  = 1.64,  $SD$  = 2.31).

In order to investigate polyvictimization, the associations between bullying and other forms of adversities in childhood were analyzed. The score of victimization per each typology of intrafamilial adversities were higher in the bullying victims' cases, and all differences had significant scores. Table 1 shows the results of the comparison between the group that reported being victims of bullying and those who did not report this experience concerning the adversities and considering the age of first alcohol use.

**Table 1.** Mean and standard deviation per group (non-victims and victims of bullying)

	Non-victims of bullying		Victims of bullying	Student's T-Test	<i>d</i>
Emotional neglect	<i>M</i>	2.06	3.86	$t = -7.222$	0.643
	<i>SD</i>	2.51	3.06	$gI = 470.90^*$	
Non-verbal emotional abuse	<i>M</i>	3.15	5.09	$t = -9.692$	0.860
	<i>SD</i>	2.14	2.35	$gI = 491.95^*$	
Parental physical maltreatment	<i>M</i>	3.32	5.00	$t = -7.298$	0.649
	<i>SD</i>	2.48	2.69	$gI = 508^*$	

continue...

**Table 1.** Continuation

		Non-victims of bullying	Victims of bullying	Student's T-Test	<i>d</i>
Parental verbal abuse	<i>M</i>	2.68	5.94	<i>t</i> = -10.621	0.956
	<i>SD</i>	3.36	3.46	<i>g</i> = 508*	
Physical neglect	<i>M</i>	0.75	1.45	<i>t</i> = -4.262	0.343
	<i>SD</i>	1.52	2.45	<i>g</i> = 388.718*	
Sexual abuse	<i>M</i>	0.84	1.77	<i>t</i> = -4.983	0.445
	<i>SD</i>	1.74	2.39	<i>g</i> = 441.21*	
Witnessing Interparental Violence	<i>M</i>	0.87	1.66	<i>t</i> = -3.981	0.359
	<i>SD</i>	1.90	2.47	<i>g</i> = 456.10*	
Witnessing Violence to Siblings	<i>M</i>	1.03	1.82	<i>t</i> = -4.546	0.405
	<i>SD</i>	1.72	2.16	<i>g</i> = 463.81*	
Age of first alcohol use	<i>M</i>	15.73	14.90	<i>t</i> = 1.934	-
		5.04	3.46	<i>g</i> = 413**	0.192

Note. \* $p < 0.001$ ; \*\* $p = 0.05$

Furthermore, the study observed the odds ratio of this polyvictimization still during childhood and adolescence. Data showed that the chance of being a victim of bullying increased significantly ( $p < 0.001$ ) when the subject had been a victim of one of the intrafamilial abuse forms, and the odds are 3 times higher when emotional negligence had previously occurred, 4 times higher in physical abuse, 5.4 higher in non-verbal abuse cases and 4.5 higher in cases in which the individual was a victim of verbal abuse at home.

Regarding the perception of social support,  $\chi^2$  tests found differences between victims and non-victims of bullying in all age ranges studied. The study showed that, during childhood 29.5% of victims did not perceive they had people to count on in case of need, against 9.8% of non-victims that thought this way, and  $\chi^2 (1, N = 510) = 31.92, p < 0.001, \phi = 0.25$ . During adolescence, these rates were 31.6% for the victims and 13.9% among the others, in which  $\chi^2 (1, N = 510) = 22.83, p < 0.001, \phi = 0.21$ . Even during adulthood, among the individuals who reported being victims of bullying, 9% does not perceive their social support network, against 5.6% of the same perception among the non-victims, with  $\chi^2 (1, N = 510) = 2.157, p < 0.001, \phi = 0.06$ .

Concerning other psychological aspects during adulthood, the study carried out analyses according to the bullying victimization score during childhood and adolescence, which comprehended both physical and emotional abuse. As far as physical violence is concerned, results pointed that 24.8% of the sample reported some kind of assault after 18 years old and these participants presented higher scores ( $M = 9.60, SD = 5.86$ ) in bullying victimization during childhood and adolescence

than those who were not victims as adults ( $M = 6.60, SD = 4.90$ ),  $t = -5.670, p < 0.001, d = 0.58$ . In addition, significant differences were found ( $p < 0.001$ ) in peer victimization scores in relation to suicidal ideation at some point in life, and the group that reported suicidal ideation ( $M = 0.94, SD = 0.80$ ) showed higher bullying victimization scores than the one that reported never having thought about it ( $M = 0.33, SD = 0.61$ ), with  $t = -10.45, d = 0.94$ .

## Discussion

This study aimed at analyzing the prevalence of bullying victimization during childhood and adolescence in a sample of Brazilian adults and its association to other forms of victimization, perception of social support, early use of alcohol and suicidal ideation. This is a complex phenomenon with several factors involved. For this reason, it is necessary to contextualize it in order to understand its circular causality (Schultz et al., 2012). Regarding physical bullying, the study investigated whether their peers had ever threatened them in order to take money or personal belongings, forced them to do things they did not want to, pushed, grabbed, shook, pinched, slapped, punched or kicked them intentionally, or hit them hard enough to leave bruises, or hurt them in a way they needed medical assistance.

Emotional bullying comprehended situations in which peers threatened, insulted, offended them or called them by derogatory nicknames, said things that made the individual feel embarrassed or humiliated, posted humiliating messages or spread rumors about the person, intentionally excluded the person from activities or

groups or provoked fear. Almost half of the participants reported having experienced physical and/or emotional peer victimization, according to MAES subscales. Emotional demonstrations of peer violence were the most frequently reported, which corroborates the studies in this area. According to Marcolino and collaborators (2018), psychological bullying (spreading rumors, excluding, cursing, threatening, mocking) was reported as the most frequent kind of bullying in the school environment in Brazil, perceived as the most practiced and the most painful one. Furthermore, this kind of bullying causes more victimization in both sexes probably because it is considered the least serious type, reinforcing the naturalization of this sort of violence in schools.

As it was expected, there were differences between bullying victimization according to participants' sex. Men had higher scores of reporting physical bullying victimization than women. Official data (Waiselfisz, 2015) corroborate that and indicate that boys, especially adolescents, are more subjected to physical violence in all development settings. A study showed that boys had 0.53 more chance of being victims of physical bullying when compared to girls, and regarding bullying in general, boys also had 0.71 more chance of being victims (Marcolino, Cavalcanti, Padilha, Miranda, & Clementino, 2018). However, this study did not find differences concerning emotional bullying (peer emotional abuse), unlike the findings of literature in this area (Chzhen, et al., 2018; Maniglio, 2016), which suggests that girls are more susceptible to psychological violence.

Indicating a cycle of polyvictimization, this study found an association between being a victim of peers and a victim in the family context – of all sorts of violence. The chance of being a victim of peers always increased when any type of intrafamilial violence occurred. Revictimization in different contexts of development, especially during childhood and adolescence, has been observed in several studies. A systematic review that included 45 national and international studies between 2005 and 2010 showed that 35.5% of the studies pointed a domestic violence victim also as a bullying victim or a bully (Senra, Lourenço, & Pereira, 2011). Also, a study with 426 adolescents in Brazil identified that exposure to family violence could be one of the factors associated with higher school violence scores (Giordani & Dell'Aglio, 2016). In addition, studies indicate that polyvictimization victims show a tendency to feel unable to deal with distressing events, once they started to perceive them as uncontrollable/inevitable and experience high levels

of emotional distress (Guerra, Pereda, Guilera, & Abad, 2016; Skinner & Zimmer-Gembeck, 2011).

Despite the relevance of studies on peer violence, school violence must not be analyzed as a kind of violence among young individuals, once this phenomenon reveals the intersection of several social factors - family, school, as well as individual characteristics (Abramovay, 2002). The understanding of this phenomenon crosses all these settings and the relationships established among them. Studies have already associated intrafamilial victimization and violence in the community with the occurrence of violence at school. Literature on the consequences of intrafamilial victimization within the school setting has been showing negative effects of coercive disciplinary strategies on children's development and their education (Patias, Siqueira, & Dias, 2012).

Furthermore, besides polyvictimization, this study also identified indications of revictimization. In this case, an individual who is a victim at a certain point of the vital cycle has more chances of becoming a victim at another moment. These results identified differences between adults who were victims of physical violence during adulthood and those who were not, and having been victims of peers during childhood and adolescence was associated with being a victim during adulthood.

Results indicated that the social relationships seem be impacted by this victimization, though the causality flow cannot be identified, i.e., if a smaller social support network brings more tendency to different forms of victimization, or if being a victim of peers is what interferes with the individual's perception of their social support. In any case, literature shows that, for those adolescents who are victims of bullying, not having a best friend could increase the psychological conflict towards this victimization (Barcaccia et al., 2018) and that the presence of this support from friends has been associated with lower levels of victimization by peers (Kendrick, Jutengren, & Stattin, 2012). Other studies observed that feeling socially integrated and perceiving few conflicts among classmates are also relevant and possibly protective factors, especially in situations of relational bullying, in which the victim is excluded, humiliated or insulted (Moyano, Ayllón, Antoñanzas, & Cano, 2019). Studies in this area reveal that the perception of social support – knowing that they have family members or friends to count on – has been associated with better psychological health among children, adolescents and young adults (Chu et al., 2010; Reid, Holt, Bowman, Espelage, & Green, 2016).

Current studies have been suggesting that encouraging and improving relationships among peers and stimulating positive family environments may benefit the psychological health of those young people who faced with adversity during childhood and/or bullying at school. Literature suggests that family support and friendship may reduce depressive symptoms in adolescents who faced with adversity during childhood in their families and violence among peers before 11 years old (Van Harmelen et al., 2016). Studies recommend interventions in individual, school and family settings with the bullying victims, although studies have been showing that little work has been done with the victims' families (Mann, Kristjansson, Sigfusdottir, & Smith, 2014). Family support is pointed as significant in order to minimize the long-term damages to victims of peer violence during childhood and adolescence. Victimization experiences may contribute to adaptation difficulties in adulthood, though these difficulties depend directly on the level of family support perceived by the adolescent (Isaacs, Hodges, & Salmivalli, 2008).

Results also showed that bullying and exposure to different forms of violence were associated with the earlier consumption of alcohol compared to the individuals who did not have being victims. Literature on this subject was partially summarized by a series of systematic reviews on the association between peer victimization and alcohol consumption (Collier, van Beusekom, Bos & Sandfort, 2013; Hong et al., 2014). Authors have been suggesting that bullying (or other forms of peer victimization) may promote substance use as a coping strategy or an attempt to self-medicate to deal with or to numb the stress related to victimization or negative feelings caused by this abuse (Maniglio, 2016). Nevertheless, this association is not unanimous in literature. The findings of another systematic review showed diverging results – some of them indicating inverse association and others indicating direct association – or no association – between these variables (Horta et al., 2015).

Moreover, this study showed that peer victimization is related to suicidal ideation at any point in life. The association between bullying and suicide has been widely investigated and discussed all over the world, which has been instigated by growing and alarming suicide rates among young people and by recent estimates indicating that suicide is the second cause of death of young people between 15 and 29 years old (World Health Organization [WHO], 2019). Recent studies have been associating peer violence during childhood and adolescence to the

number of ideation and suicide attempts (Baiden, & Tadeo, 2020; Holt et al., 2015; Takizawa et al., 2014). From the results of this study, it is possible to suggest that being a victim of peer violence at school may be one of the factors associated with important damages in the student's mental health and those damages may last till adult age, becoming one of the risk factors for suicidal behavior during any phase of life.

## Conclusions

This study aimed at verifying the associations between peer victimization during childhood and adolescence and other forms of victimization during childhood, adulthood and risk behaviors. Being a victim of bullying seems to be present in a cycle of violence and was associated with other childhood adverse experiences. Considering these analyses, it is important to highlight that a limitation of this study lies in the fact that it is a self-report study, being influenced by the respondent's bias. Furthermore, the scale used is focused on adversities in childhood in a broader sense, and not specifically on bullying. Two of the MAES' subscales investigate peer violence, both physical and emotional; however, the intentionality of the aggressor and the exact frequency of victimization could not be estimated. It is crucial that specific instruments should be used for more accurate data about these experiences – even with adults in relation to their childhood and adolescence, to identify long-term effects. Besides that, other possible variables related to polyvictimization were not included, such as other forms of intrafamilial violence, as well as possible mediators for the association of adversities and adulthood variables. Despite this, data indicate that polyvictimization, as well as revictimization are present in different ways among victims and non-victims of peer violence in childhood and adolescence.

The concern about the frequency and the effects of peer victimization during childhood and adolescence is reflected in the increased number of studies to understand its causes and consequences in order to develop appropriate strategies for policies and interventions. The recommendations of UNICEF (Chzhen et al., 2018) to face peer violence situations include the implementation of policies and legislation to protect students from violence at schools, strengthening prevention measures and response at schools. In this sense, the work of a school psychologist can be essential for the identification and intervention in cases of bullying and the promotion of healthy relationships and conflict management.

In Brazil, since 2019, there is a law (Lei nº 13.935/2019) that guarantees psychologist care to public school students, establishing that multi-professional teams should develop actions to improve the quality of the teaching-learning process, with the participation of the school community, acting in the mediation of social and institutional relations, including peer violence. School-based interventions, that psychologists could propose, appear to be effective both to reduce victimization and to expand bystander intervention (i.e., someone decides to defend a victim when witnessing a conflict) (Doumas, Midgett, & Watts, 2019; Fredrick, Jenkins, & Ray, 2020; Ingram et al., 2019). On top of that, two laws aim at preventing and intervening in cases of bullying in Brazil. Law 13,185 (Lei nº 13.185/2015) institutes the Program to Combat Systematic Intimidation (Bullying) and Law 13,663 (Lei nº 13.663/2018) (which amends the laws of Guidelines and Bases of Education in Brazil) includes the promotion of measures to raise awareness, prevent and combat all types of violence and the promotion of a culture of peace among the responsibilities of educational establishments. This legislation imposes an essential primary duty on schools, clubs and recreational associations, in the sense of developing preventive, awareness, diagnosis and combat measures against this type of systematic intimidation.

UNICEF (Chzhen et al., 2018) urged the communities and individuals to join students when talking about violence and to work in order to change the culture in classrooms and communities through more effective investments focused on proven solutions based on evidence that can help students and schools to remain safe. These outcomes and long-term effects highlight the need for effective intervention and prevention programs to reduce school-bullying amongst children and adolescents, as well as urgent intervention in cases of polyvictimization.

## References

- Abramovay, M. (2002). *Escola e violência*. Brasília: UNESCO Brasil. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128717por.pdf>
- Arseneault, L., Milne, B. J., Taylor, A., Adams, F., Delgado, K., Caspi, A., & Moffitt, T. E. (2008). Being bullied as an environmentally mediated contributing factor to children's internalizing problems: A study of twins discordant for victimization. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, *162*(2), 145-150. doi: 10.1001/archpediatrics.2007.53
- Baiden, P., & Tadeo, S. K. (2020). Investigating the association between bullying victimization and suicidal ideation among adolescents: Evidence from the 2017 Youth Risk Behavior Survey. *Child Abuse & Neglect*, *102*, 104417. doi: 10.1016/j.chiabu.2020.104417
- Barcaccia, B., Pallini, S., Baiocco, R., Salvati, M., Saliani, A. M., & Schneider, B. H. (2018). Forgiveness and friendship protect adolescent victims of bullying from emotional maladjustment. *Psicothema*, *30*(4), 427-433. doi: 10.7334/psicothema2018.11
- Barzilay, S., Klomek, A. B., Apter, A., Carli, V., Wasserman, C., Hadlaczky, G., ... Brunner, R. (2017). Bullying victimization and suicide ideation and behavior among adolescents in Europe: A 10-country study. *Journal of Adolescent Health*, *61*(2), 179-186. doi: 10.1016/j.jadohealth.2017.02.002
- Bowes, L., Joinson, C., Wolke, D., & Lewis, G. (2015). Peer victimization during adolescence and its impact on depression in early adulthood: Prospective cohort study in the United Kingdom. *BMJ*, *350*, 1-9. doi: 10.1136/bmj.h2469
- Brunstein, K. A., Barzilay, S., Apter, A., Carli, V., Hoven, C. W., Sarchiapone, M., ... Wasserman, D. (2019). Bi-directional longitudinal associations between different types of bullying victimization, suicide ideation/attempts, and depression among a large sample of European adolescents. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *60*(2), 209-215. doi: 10.1111/jcpp.12951
- Camodeca, M., & Nava, E. (2020). The long-term effects of bullying, victimization, and bystander behavior on emotion regulation and its physiological correlates. *Journal of Interpersonal Violence*, *37*(3-4), NP2056-NP2075. doi: 10.1177/0886260520934438
- Chu, P. S., Saucier, D. A., & Hafner, E. (2010). Meta-analysis of the relationships between social support and well-being in children and adolescents. *Journal of Social and Clinical Psychology*, *29*, 624-645. doi: 10.1521/jscp.2010.29.6.624
- Chzhen, Y., Gromada, A., Rees, G., Cuesta, J., & Bruckauf, Z. (2018). *An unfair start: Inequality in children's education in rich countries. Innocenti Report Card 15*. Innocenti, Florence: UNICEF Office of Research. Retrieved from <https://www.unicef-irc.org/publications/995-an-unfair-start-education-inequality-children.html>
- Collier, K. L., Van Beurden, G., Bos, H. M., & Sandfort, T. G. (2013). Sexual orientation and gender identity/expression related peer victimization in adolescence: A systematic review of associated psychosocial and health outcomes. *Journal of Sex Research*, *50*(3-4), 299-317. doi: 10.1080/00224499.2012.750639
- Cronholm, P. F., Forke, C. M., Wade, R., Bair-Merritt, M. H., Davis, M., Harkins-Schwarz, M., ... Fein, J. A. (2015). Adverse childhood experiences: Expanding the concept of adversity. *American Journal of Preventive Medicine*, *49*(3), 354-361. doi: 10.1016/j.amepre.2015.02.001
- Danielsen, A. G., Samdal, O., Hetland, J., & Wold, B. (2009). School-related social support and students' perceived life satisfaction. *The Journal of Educational Research*, *102*(4), 303-320. doi: 10.3200/JOER.102.4.303-320
- Demaray, M. K., & Malecki, C. K. (2003). What type of support do they need? Investigating student adjustment as related to emotional, informational, appraisal, and instrumental support. *School Psychology Quarterly*, *18*(3), 231. doi: 10.1521/scpq.18.3.231.22576
- Doumas, D. M., Midgett, A., & Watts, A. D. (2019). The impact of a brief, bullying bystander intervention on internalizing symptoms: Is gender a moderator of intervention effects?. *School Psychology International*, *40*(3), 275-293. doi: 10.1177/0143034319830149
- Finkelhor, D., Turner, H. A., Hamby, S., & Ormrod, R. (2011, October 01). Polyvictimization: Children's exposure to multiple types of violence,

- crime, and abuse. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*. Retrieved from: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojdp/grants/248444.p>
- Fisher, H. L., Caspi, A., Moffitt, T. E., Wertz, J., Gray, R., Newbury, J., ... Odgers, C. L. (2015). Measuring adolescents' exposure to victimization: the environmental risk (E-Risk) longitudinal twin study. *Development and Psychopathology*, *27*(4pt2), 1399-1416. doi: 10.1017/S0954579415000838
- Fredrick, S. S., Jenkins, L. N., & Ray, K. (2020). Dimensions of empathy and bystander intervention in bullying in elementary school. *Journal of School Psychology*, *79*, 31-42. doi: 10.1016/j.jsp.2020.03.001
- Giordani, J. P., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Violência escolar: associação com violência intrafamiliar, satisfação de vida e sintomas internalizantes. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, *36*(91), 340-356. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/946/94649376007.pdf>
- Giordani, J. P., Seffner, F., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicologia Escolar e Educacional*, *21*(1), 103-111. doi: 10.1590/2175-3539/2017/02111092.
- Guerra, C., Pereda, N., Guilera, G., & Abad, J. (2016). Internalizing symptoms and polyvictimization in a clinical sample of adolescents: The roles of social support and non-productive coping strategies. *Child Abuse & Neglect*, *54*, 57-65. doi: 10.1016/j.chiabu.2016.03.004
- Holt, M. K., Vivolo-Kantor, A. M., Polanin, J. R., Holland, K. M., DeGue, S., Matjasko, J. L., ... Reid, G. (2015). Bullying and suicidal ideation and behaviors: A meta-analysis. *Pediatrics*, *135*(2), e496-e509. doi: 10.1542/peds.2014-1864
- Hong, J. S., Davis, J. P., Sterzing, P. R., Yoon, J., Choi, S., & Smith, D. C. (2014). A conceptual framework for understanding the association between school bullying victimization and substance misuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, *84*(6), 696. doi: 10.1037/ort0000036
- Horta, C. L., Lisboa, C. S. M., Teixeira, V. A., Wendt, G. W., & Horta, R. L. (2015). Violence exposure and substance use among southern Brazilian schoolchildren. *Psychology, Society and Education*, *7*(2), 119-132. Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6360215>
- Ingram, K. M., Davis, J. P., Espelage, D. L., Hatchel, T., Merrin, G. J., Valido, A., & Torgal, C. (2019). Longitudinal associations between features of toxic masculinity and bystander willingness to intervene in bullying among middle school boys. *Journal of School Psychology*, *77*, 139-151. doi: 10.1016/j.jsp.2019.10.007
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Retrieved from <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>
- Isaacs, J., Hodges, E. V. E., & Salmivalli, C. (2008). Long-term consequences of victimization by peers: A follow-up from adolescence to young adulthood. *European Journal of Developmental Science*, *2*(4), 387-397. doi: 10.3233/DEV-2008-2404
- Jadambaa, A., Thomas, H. J., Scott, J. G., Graves, N., Brain, D., & Pacella, R. (2020). The contribution of bullying victimisation to the burden of anxiety and depressive disorders in Australia. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, *29*, e54. doi: 10.1017/S2045796019000489
- Kendrick, K., Jutengren, G., & Stattin, H. (2012). The protective role of supportive friends against bullying perpetration and victimization. *Journal of Adolescence*, *35*, 1069-1080. doi: 10.1016/j.adolescence.2012.02.014
- Kiuru, N., Wang, M. T., Salmela-Aro, K., Kannas, L., Ahonen, T., & Hirvonen, R. (2019). Associations between adolescents' interpersonal relationships, school well-being, and academic achievement during educational transitions. *Journal of Youth and Adolescence*, 1-16. doi: 10.1007/s10964-019-01184-y
- Kluwe-Schiavon, B., Viola, T. W., & Grassi-Oliveira, R. (2016). Cross-cultural adaptation of the Maltreatment and Abuse Chronology of Exposure (MACE) scale to Brazilian Portuguese. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, *38*(1), 33-39. doi: 10.1590/2237-6089-2015-0051
- Kubiszewski, V., Fontaine, R., Huré, K., & Rusch, E. (2013). Cyberbullying in adolescents: Associated psychosocial problems and comparison with school bullying. *L'Encephale*, *39*(2), 77-84. doi: 10.1016/j.encep.2012.01.008
- Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. (2015, November 6). Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei n. 13.663, de 15 de maio de 2018. (2018, May 15). Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. (2019, December 11). Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Malta, D. C., Mascarenhas, M. D. M., Porto, D. L., Barreto, S. M., & Morais Neto, O. L. (2014). Exposição ao álcool entre escolares e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, *48*(1), 52-62. doi: 10.1590/S0034-8910.2014048004563
- Maniglio, R. (2016). Bullying and other forms of peer victimization in adolescence and alcohol use. *Trauma, Violence, & Abuse*, *18*(4), 457-473. doi: 10.1177/1524838016631127
- Mann, M. J., Kristjansson, A. L., Sigfusdottir, I. D., & Smith, M. L. (2014). The role of community, family, peer, and school factors in group bullying: implications for school-based intervention. *Journal of School Health*, *85*, 477-486. doi: 10.1111/josh.12270
- Marcolino, E. C., Cavalcanti, A. L., Padilha, W. W. N., Miranda, F. A. N., & Clementino, F. S. (2018). Bullying: prevalência e fatores associados à vitimização e à agressão no cotidiano escolar. *Texto Contexto Enfermagem*, *27*(1). doi: 10.1177/1524838016631127
- McLaughlin, K. A. (2016). Future directions in childhood adversity and youth psychopathology. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, *45*(3), 361-382. doi: 10.1080/15374416.2015.1110823
- Menesini, E., & Salmivalli, C. (2017). Bullying in schools: The state of knowledge and effective interventions. *Psychology, Health & Medicine*, *22*(sup1), 240-253. doi: 10.1080/13548506.2017.1279740
- Mersky, J. P., Janczewski, C. E., & Topitzes, J. (2017). Rethinking the measurement of adversity: moving toward second-generation research on adverse childhood experiences. *Child Maltreatment*, *22*(1), 58-68. doi: 10.1177/1077559516679513
- Mishna, F., Khoury-Kassabri, M., Schwan, K., Wiener, J., Craig, W., Beran, T., ... Daciuk, J. (2016). The contribution of social support to children and adolescents' self-perception: The mediating role of bullying victimization. *Children and Youth Services Review*, *63*, 120-127. doi: 10.1016/j.chilyouth.2016.02.013
- Moreira, T. C., Belmonte, E. L., Vieira, F. R., Noto, A. R., Ferigolo, M., & Barros, H. M. (2008). A violência comunitária e o abuso de álcool

- entre adolescentes: comparação entre sexos. *Jornal de Pediatria*, 84(3), 244-250. doi: 10.2223/JPED.1795
- Moyano, N., Ayllón, E., Antoñanzas, J. L., & Cano, J. (2019). Children's social integration and low perception of negative relationships as protectors against bullying and cyberbullying. *Frontiers in Psychology*, 10. doi: 10.3389/fpsyg.2019.00643
- Olweus, D. (2013). School bullying: Development and some important challenges. *Annual Review of Clinical Psychology*, 9(1), 751-780. doi: 10.1146/annurev-clinpsy-050212-185516
- The Organisation for Economic Co-operation and Development. (2019). *TALIS 2018 Technical Report*. Paris: OECD Publishing.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2012). Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educação e Pesquisa*, 38(4), 981-996. doi: 10.3389/fpsyg.2019.00643
- Reid, G. M., Holt, M. K., Bowman, C. E., Espelage, D. L., & Green, J. G. (2016). Perceived social support and mental health among first-year college students with histories of bullying victimization. *Journal of Child and Family Studies*, 25(11), 3331-3341. doi: 10.1007/s10826-016-0477-7
- Resolução n. 510. (2016, April 7). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Diário Oficial da União, Seção 1*.
- Rueger, S. Y., Malecki, C. K., Pyun, Y., Aycocock, C., & Coyle, S. (2016). A meta-analytic review of the association between perceived social support and depression in childhood and adolescence. *Psychological Bulletin*, 142(10), 1017. doi: 10.1037/bul0000058
- Schultz, N. C., Duque, D. F., Silva, C. F., Souza, C. D., Assini, L. C., & Carneiro, M. G. (2012). A compreensão sistêmica do Bullying. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 247-254. doi: 10.1590/S1413-73722012000200008
- Senra, L. X., Lourenço, L. M., & Pereira, B. O. (2011). Características da relação entre violência doméstica e bullying: Revisão sistemática da literatura. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(2), 297-309. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v4n2/v4n2a11.pdf>
- Silva, F. R. D., & Assis, S. G. (2018). Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, 44, e157305. doi: 10.1590/s1517-9702201703157305
- Skinner, E. A., & Zimmer-Gembeck, M. J. (2011). Perceived control and the development of coping. In S. Folkman (Ed.), *The Oxford handbook of stress, health, and Coping* (pp. 35-62). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Takizawa, R., Maughan, B., & Arseneault, L. (2014) Adult health outcomes of childhood bullying victimization: Evidence from a Five-Decade Longitudinal British Birth Cohort. *American Journal of Psychiatry*, 171, 777-784. doi: 10.1176/appi.ajp.2014.13101401
- Van Droogenbroeck, F., Spruyt, B., & Keppens, G. (2018). Gender differences in mental health problems among adolescents and the role of social support: results from the Belgian health interview surveys 2008 and 2013. *BMC Psychiatry*, 18(1), 1-9. doi: 10.1186/s12888-018-1591-4
- Van Harmelen, A.-L., Gibson, J. L., St Clair, M. C., Owens, M., Brodbeck, J., Dunn, V., ... Goodyer, I. M. (2016). Friendships and family support reduce subsequent depressive symptoms in at-risk adolescents. *PLOS ONE*, 11(5), e0153715. doi: 10.1371/journal.pone.0153715
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Versão preliminar*. Brasília, DF: Ministério da Justiça. Retrieved from [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015\\_adolescentes.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf).
- Washington, P. (2020). *Understanding the role of traditional bullying and cyberbullying in adolescent substance abuse* (Doctoral dissertation, California State University, Northridge, USA). Retrieved from <https://scholarworks.calstate.edu/downloads/3f462b21d>
- Winding, T. N., Skouenborg, L. A., Mortensen, V. L., & Andersen, J. H. (2020). Is bullying in adolescence associated with the development of depressive symptoms in adulthood?: A longitudinal cohort study. *BMC Psychology*, 8(1), 1-9. doi 10.1186/s40359-020-00491-5
- World Health Organization. (2019). *Mental health: Suicide data*. Retrieved from [https://www.who.int/mental\\_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/](https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/)

Jaqueline Portella Giordani, Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Psicóloga na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: Avenida Icaraí, 1048, apto 403, Bairro Cristal, Porto Alegre/RS, CEP: 90.810-000. Telefone: (51) 9 9243-3509. Email: jaquelinegiordani@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0231-2812>

Carolina Palmeiro Lima, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: psi.carolinalima@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5103-2203>

Quésia Fernandes Cataldo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: quesiacataldo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1989-0651>

*Fernanda Saraiva Almeida*, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Mestranda em Cognição Humana no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: fernandasaraivaalmeida@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6173-5188>

*Clarissa Marcell Trentini*, Doutora em Ciências Médicas: Psiquiatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: clarissatrentini@terra.com.br ORCID: 0000-0002-2607-7132

Received in 10.jun.21  
Revised in 20.dec.22  
Accepted in 27.dec.22

# A produção discursiva de trabalhadoras do SUAS sobre a relação entre OSC e Estado na política de assistência social

Maria Fernanda Aguilar Lara. Universidade de São Paulo  
Mariana Prioli Cordeiro. Universidade de São Paulo

## Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar os sentidos produzidos por profissionais do SUAS acerca das relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e o Estado na implementação da política de assistência social no município de São Paulo. A pesquisa foi realizada por meio de revisão de literatura, análise documental e de nove entrevistas semiestruturadas. A análise partiu de uma perspectiva construcionista em Psicologia Social. Particularmente, nos ancoramos nas contribuições do estudo das práticas discursivas, por se tratar de uma abordagem teórico-metodológica que permite a compreensão da produção de sentido no cotidiano. Com base nos resultados, procuramos chamar a atenção para a complexidade que envolve as parcerias entre OSC e Estado nesta política pública, ao dar ênfase ao seu aspecto relacional, polissêmico e multideterminado.

**Palavras-chave:** discursos, assistência social, parcerias público-privadas.

## Abstract

*The discursive production of SUAS female labor force on the relationship between CSO and State in social assistance policy.* This paper aims to analyze the meanings produced by SUAS professionals about the relationships established between civil society organizations and the State in the implementation of social assistance policy in the city of São Paulo. The research was carried out through literature review, document analysis and nine semi-structured interviews. The analysis is based on a constructionist perspective in Social Psychology. Particularly, we are based on the contributions of the study of discursive practices, a theoretical-methodological approach that allows the understanding of the production of meaning in everyday life. Based on the results of this research, we look for drawing the attention towards the complexity involved in the relations between CSO and the State in this public policy, by emphasizing its relational, polysemic and multi-determined aspects.

**Keywords:** discourse, social assistance, public-private partnerships.

## Resumén

*La producción discursiva de las trabajadoras del SUAS sobre la relación entre OSC y el Estado en la política de asistencia social.* Este trabajo tiene como objetivo analizar los significados producidos por las profesionales del SUAS sobre las relaciones establecidas entre las organizaciones de la sociedad civil y el Estado en la implementación de la política de asistencia social en la ciudad de São Paulo. La investigación se llevó a cabo mediante revisión de literatura, análisis documental y nueve entrevistas semiestruturadas. El análisis partió de una perspectiva construcionista en Psicología Social. Particularmente, nos basamos en los aportes del estudio de las prácticas discursivas, por tratarse de un abordaje que permite la comprensión de la producción del sentido en la vida cotidiana. Con base en los resultados, buscamos llamar la atención a la complejidad de las relaciones entre OSC y Estado en esta política pública, enfatizando su vertiente relacional, polisémica y multideterminada.

**Palabras-clave:** discursos, asistencia social, asociaciones público-privadas.

No âmbito da assistência social, a relação entre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Estado é antiga e constitui um eixo estruturante da política no Brasil. Historicamente, tais organizações – entidades filantrópicas, organizações religiosas (sobretudo vinculadas ao catolicismo), etc. – ocuparam um lugar central na promoção de serviços e ações voltadas às populações em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza. Lugar este que foi se transformando ao longo do tempo, mas que, durante o século XX, estava relacionado ao papel residual e subsidiário assumido pelo Estado, que atuava de forma periférica por meio de concessão de subsídios e subvenções para as organizações (Mestriner, 2008; Sposati, 2002). Foi apenas com a Constituição de 1988 e com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, que a assistência social passou a ser concebida como política pública e dever do Estado, tornando-se um direito inalienável de toda(o) cidadã(o) brasileira(o) (Cordeiro, Svartman, & Souza, 2018; Cruz & Guareschi, 2013; Sposati, 2002).

Nos principais documentos que regem a assistência social, as organizações são reconhecidas como entidades importantes para a construção da política, cabendo ao Estado a responsabilidade pela sua condução e consolidação (e.g. Lei n. 8.742/1993; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005). Assim, em muitas localidades, a implementação desta política se deu a partir de uma rede socioassistencial mista, com a presença de instituições estatais e não estatais – ou seja, a partir de serviços administrados diretamente pelo poder público e de serviços implementados via convênios com OSC (Brettas 2016; Lara, 2020; Spink & Ramos, 2016). Esse cenário de ampla participação das OSC na política de assistência social (e nas políticas públicas de forma geral) tem mobilizado diferentes discursos e divergências políticas. Existem diversas concepções, que variam desde entendimentos mais amplos sobre a natureza da dimensão pública e do papel do Estado (Lavalle, Carlos, Dowbor, & Szwako, 2019; Lopes & Abreu, 2014), a mais específicos, sobre os modos de regulação das parcerias (Bichir, Brettas, & Canato, 2017; Mendonça, 2017).

Se recorrermos à literatura acadêmica, veremos que muitas foram as formas de abordar as parcerias na assistência social. Uma parte da literatura sustenta que elas são decorrência da desresponsabilização do Estado pela estruturação da política, principalmente tendo em vista o avanço do neoliberalismo e a defesa do “Estado mínimo” (Perez, 2005; Souza, 2017). Algumas/ns autoras/

es chamam essa relação de terceirização (Cordeiro & Sato, 2017; Souza 2017), pois o Estado delegaria a “terceiros” (às OSC) a execução de serviços que deveriam ser de sua responsabilidade. Alguns estudos afirmam, ainda, que as OSC perdem sua autonomia, característica da sociedade civil, ao se submeterem às regras do Estado (Lopez & Abreu, 2014; Perez, 2005). Outros trabalhos dirão que o Estado assume outros contornos de regulação e corresponsabilização das políticas públicas, afirmando a possibilidade da construção de uma rede de caráter público (Brettas, 2016; Jaccoud, Bichir, & Mesquita, 2017; Marin, 2012; Pereira, 2019). Outros tantos apresentam elementos que apontam para a multiplicidade de relações que perpassam a interação entre Estado e sociedade civil (Chiachio, 2006; Costa, 2016).

Neste artigo, não buscamos discutir o papel do Estado e da sociedade civil no âmbito da assistência social à luz da literatura. Mas, inspiradas em leituras sobre a análise de práticas discursivas como ferramenta metodológica para entender a produção de sentidos na vida cotidiana (M. J. Spink, 2010, 2013), optamos por ouvir e dialogar com as trabalhadoras que participam diretamente da implementação dessa política pública. Decidimos construir conjuntamente reflexões que possam fornecer pistas sobre como esta relação se materializa no cotidiano dos serviços socioassistenciais. Para nós, os estudos centrados em revisões teóricas e de literatura são fundamentais para a sistematização e o amadurecimento do conhecimento acadêmico. Contudo, acreditamos que o estudo centrado em aspectos do cotidiano possibilita reflexões de viés mais “pluralista”, micropolítico e relacional; de forma a evidenciar as múltiplas formas de “construção” de mundo, contribuindo para a produção de novas reflexões teóricas sobre o objeto de estudo.

Assim, o objetivo principal analisar os sentidos produzidos por profissionais do SUAS acerca das relações estabelecidas entre as organizações da sociedade civil e o Estado na implementação da política de assistência social no município de São Paulo. Buscamos compreender como elas/es entendiam o “Estado” (o seu papel, suas responsabilidades e atribuições), como analisavam a “sociedade civil” (a partir do papel desempenhado pelas OSC) e quais as dificuldades, potencialidades e desafios na relação Estado-OSC. Escolhemos analisar a assistência social, pois, nesta política, a implementação de serviços por meio de parcerias tem gerado muitas controvérsias nos espaços de discussão acadêmica e política – a própria ideia de “rede

socioassistencial” foi (e tem sido) objeto de disputas ao longo do processo de construção e consolidação do SUAS. E optamos por estudar o caso de São Paulo, pois, no município, a grande maioria da rede socioassistencial (cerca de 94%) é implementada mediante convênios com as OSC, sendo apenas 6% da rede gerida diretamente pelo poder público (Bichir et al., 2017). Isto é, as organizações ocupam um lugar relevante para a efetivação da política no município, não apenas por implementarem a maioria dos serviços, mas também por terem participado ativamente do processo histórico de construção e consolidação da política<sup>1</sup>.

A partir dos resultados desta pesquisa, procuramos chamar a atenção para a complexidade que envolve as relações entre OSC e Estado na assistência social. Tentamos evidenciar como ambas as esferas são complexas, difusas, multifacetadas e compostas por diversas instâncias, atores, instituições e burocracias. Complementarmente, buscamos dar ênfase ao aspecto relacional e multideterminado da relação Estado-OSC, ao explicitar a diversidade de sentidos atribuídos à “sociedade civil”, de forma mais específica, às “OSC” e ao “Estado”.

O estudo das práticas discursivas de trabalhadoras/es que estão na linha de frente de uma política pública é de fundamental importância para a compreensão de seu funcionamento e operacionalização. A forma como as/os trabalhadoras/es significam e produzem sentidos acerca de uma política pública, e dos atores que nela estão envolvidos, tem influência no modo como a implementam e executam. Portanto, estudos com este caráter podem propiciar discussões que contribuam também para o aprimoramento do processo de avaliação e execução de políticas públicas.

## Percorso teórico e metodológico

Neste trabalho, adotamos uma postura construcionista, fortemente embasada na obra de autoras(es) como Tomás Ibañez (2001, 2003), Lupicinio Iñiguez (2005), Mary Jane Spink (2010, 2013; M. J. Spink et al., 2013) e Peter Spink (2003, 2018). A seguir, apresentaremos, de forma breve, os conceitos propostos por essas(es) autoras(es) que embasaram nossas análises e, em seguida, os caminhos metodológicos que percorremos para produzir o material analisado.

### **A Abordagem Teórica que Orientou a Condução e Análise dos Discursos**

Começamos pela noção de práticas discursivas. Ela faz referência à maneira pela qual as pessoas produzem

sentidos e significam o mundo a sua volta, explicitam e constroem os fenômenos do cotidiano, (re)inventam as formas de viver e conviver em sociedade (M. J. Spink, 2010; M. J. Spink et al., 2013). A concepção de linguagem adotada nessa perspectiva é a *linguagem em uso*, isto é, a linguagem como “ação”, como prática social constitutiva da vida em sociedade. Tal perspectiva se atenta tanto aos aspectos performáticos da linguagem (de que modo ela acontece, com que intenções, em que situações, etc.) quanto às suas condições de produção (contexto socio-cultural, econômico, histórico e político).

Segundo Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013), práticas discursivas não são sinônimas de discurso. Afinal, esta última expressão faz menção às regularidades da linguagem e a seu uso convencional, por conseguinte, a um aspecto mais institucionalizado da linguagem. Diz respeito àquilo que está no âmbito das convenções sociais, que representa o acúmulo de saber de determinados grupos (partidos, igrejas, comunidades etc.) ou áreas de saber (psicologia sociologia, física, matemática etc.). Este aspecto comum e “estável” do discurso pode ser observado a partir dos “repertórios linguísticos” utilizados nos atos comunicativos. Entendemos, aqui, “repertórios linguísticos” como “os termos, os conceitos, os lugares comuns e figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades de construções de sentidos” (M. J. Spink, 2010, p. 32). São as terminologias compartilhadas pelas pessoas que permitem nomear e significar os objetos. Por serem elementos centrais no estudo da produção de sentidos, um passo fundamental da análise é identificar os repertórios em uso e seus efeitos, buscando compreender como a partir deles as pessoas produzem versões da realidade. Esta noção nos auxilia no exame sistemático dos discursos que circundam um determinado fenômeno político.

O discurso tem uma tendência a permanecer mais “estável” no tempo, pois está mais “consolidado” no imaginário social. Os discursos se localizam no âmbito macrossocial da linguagem, abarcando as estruturas discursivas que perpassam grupos, instituições e segmentos sociais (M. J. Spink & Medrado, 2013). Por outro lado, a despeito destas regularidades discursivas, existem também as inflexões e variações produzidas nas interações tecidas no cotidiano. Correspondem às formas discursivas que as pessoas utilizam para dar sentido aos repertórios linguísticos presentes no meio social. Portanto, abrange uma perspectiva mais microsocial, localizada nas ações do dia a dia, nos atos comunicativos e nas práticas discursivas do cotidiano.

Embora o conceito de discurso nos remeta a uma estrutura de reprodução social (M. J. Spink & Medrado, 2013), ao elucidarmos o discurso em uso – isto é, sua dimensão de variabilidade a partir da forma como as pessoas o materializam em seus cotidianos – estamos estudando, como proposto por M. J. Spink (2010), *práticas discursivas*. Práticas porque ressaltam o caráter de ação do discurso. Dessa forma, o conceito de *práticas discursivas* nos remete “aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade” (M. J. Spink & Medrado, 2013, p. 5).

Nessa forma de compreender o mundo, as políticas públicas são um produto social, historicamente construído por meio das interações linguísticas. Nas palavras de Peter Spink (2018), política pública “é uma ferramenta discursiva, ou um conceito, que utilizamos para conversar sobre o que governos fazem, dizem que querem mudar ou priorizar e, pela mesma lógica – porque a falta de ação é também ação – aquilo que governos não querem fazer ou que não querem mudar ou priorizar” (P. Spink, 2018, pp. 13-14). A partir da perspectiva construcionista, damos ênfase ao estudo do uso das diferentes linguagens que conformam o funcionamento das políticas públicas tendo em vista a compreensão da “forma” como são produzidas e dos “efeitos” que produzem nos sujeitos envolvidos.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo realizada em três etapas interdependentes: (I) revisão da literatura e de documentos públicos; (II) entrevistas semiestruturadas; (III) sistematização e análise das informações produzidas nas etapas anteriores. A primeira etapa foi utilizada para aprofundamento do tema de pesquisa, além de possibilitar a contextualização histórica, política e social dos discursos analisados. Na segunda etapa foram realizadas nove entrevistas com profissionais do SUAS. Buscamos abranger distintos cargos e entrevistar tanto trabalhadoras(es) vinculadas à administração direta quanto à indireta. No âmbito das OSC, conversamos com três gestoras que ocupam cargos de presidência e coordenação (Presidenta 1 e 2 e Coordenadora 1) – responsáveis pela coordenação de toda a OSC, isto é, de todos os serviços conveniados à organização – e três de gerentes de serviços (Gerente de serviço 1, 2 e 3) – que ficam a cargo da gestão de um único equipamento conveniado. Já as entrevistas com

profissionais da administração direta foram feitas com duas gestoras de parceria de dois Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Gestoras de Parcerias 1 e 2) e com uma profissional que trabalhou tanto como supervisora de uma Supervisão de Assistência Social – SAS, quanto na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS (Supervisora 1). As gestoras de parcerias são as/os assistentes sociais ou psicólogas/os lotadas/os nos CRAS e CREAS responsáveis pela supervisão e fiscalização dos serviços ofertados nos equipamentos conveniados. As supervisoras das SAS têm como atribuição gerir toda a rede conveniada do seu território, cuidando desde a seleção das OSC até a prestação de contas.

Escolhemos abranger este segmento profissional, pois todas elas ocupam cargos que envolvem diretamente a articulação entre OSC e Estado na execução da política de assistência social – seja porque atuam na gestão de equipamentos implementados por organizações ou como gestoras/supervisoras vinculadas ao poder público. As entrevistas ocorreram nos locais de trabalho das participantes, tiveram duração média de 1h30 e foram gravadas em áudio e transcritas integralmente<sup>2</sup>.

Na terceira etapa, de sistematização e análise do material, todas as entrevistas foram transcritas integralmente, de modo a preservar o discurso original das profissionais que participaram da pesquisa. Em um segundo momento, lemos todas as transcrições, ao mesmo tempo em que colocamos em destaque (a partir da utilização da ferramenta “realce do texto” do programa Word) os trechos que consideramos mais relevantes. Esta etapa foi realizada mais de uma vez, pois, a partir dela, foi possível construir as nossas “temáticas de análise”. Por fim, tendo em vista nosso objetivo da pesquisa, escolhemos três temáticas gerais de análise: (1) como compreendem a relação Estado-sociedade civil no âmbito da assistência social; (2) como nomeiam e caracterizam o Estado; (3) como nomeiam e qualificam a sociedade civil.

Tendo escolhido nossas temáticas de análise, delimitamos quatro passos para o processo de análise discursiva. No *primeiro*, voltamos às transcrições e destacamos em diferentes cores (uma para cada temática) os trechos que caracterizavam cada uma das temáticas de análise. No *segundo passo*, transpusemos os principais trechos que representavam cada uma das temáticas em um quadro, discriminando tais categorias em colunas separadas. No *terceiro passo*, isolamos e sintetizamos em sentenças curtas as formas como as profissionais

enunciam os conteúdos discursivos que se enquadram nas temáticas previamente estipuladas. No *quarto passo*, sistematizamos as informações e construímos uma narrativa, de base interpretativa, para cada uma das temáticas. No tópico abaixo será apresentada a sistematização das informações produzidas com base na análise realizada.

## A relação entre Estado e sociedade civil para profissionais do SUAS de São Paulo

Neste trabalho, queremos chamar a atenção para a multiplicidade de formas de nomear e caracterizar o Estado, a sociedade civil e a relação entre ambos. Convém mencionar que nosso objetivo não era analisar as relações entre o Estado e a sociedade civil em termos gerais e abstratos, mas sim uma forma específica e localizada de Estado (a administração municipal de São Paulo) e de sociedade civil (as OSC que atuam na assistência social nesse município). Contudo, nas entrevistas, ora era possível focar na relação OSC e Estado, ora o diálogo se estendia para uma compreensão mais ampla da relação Estado e sociedade civil no campo da assistência social paulistana. Assim, as reflexões tecidas fugiram apenas do escopo das OSC, abrangendo outras instâncias e setores da sociedade civil. Portanto, neste ponto iremos falar sobre as caracterizações feitas ao Estado e a sociedade civil de forma ampla.

### Nomeando o “Estado” e a “Sociedade Civil”

Antes de discutir a relação entre “Estado” e “sociedade civil”, é importante apresentar como tais campos foram nomeados pelas trabalhadoras entrevistadas. Alguns repertórios utilizados para fazer menção ao Estado foram “SMADS”, “CRAS e CREAS”, “profissionais da SAS”, “Ministério Público”, as/os “juízes/as das Varas”, “Prefeitura”, “burocracia”, as “ordens”, os “instrumentais das parcerias”, as “portarias e leis”, a “Câmara Municipal”, entre outros. Já a sociedade civil foi nomeada como as/os “trabalhadoras/es”, as “organizações”, as/os “usuários/as” “famílias”, a “população em geral”, “voluntárias/os”, a “comunidade”, a “igreja”, os “movimentos sociais”, os “sindicatos”, o “Conselho Municipal de Assistência Social”, o “Fórum de Assistência Social” etc.

Foram muitos os repertórios utilizados para fazer menção a cada instância, o que nos mostra como ambas as esferas são múltiplas e difusas. Dependendo de quem era chamado de “Estado” e de “sociedade

civil”, a caracterização e a definição variavam. Nesse sentido, podemos observar que, em análises microsociais, o Estado não é um bloco monolítico nem estático. Ao contrário, para as pessoas entrevistadas, ele é um espaço permeado de conflitos e disputas e que está em constante transformação. É uma esfera que assume diversas funções que variam de acordo com as instâncias que estão sendo nomeadas como Estado e de acordo com o sentido que a pessoa atribui a tais instâncias/cargos/pessoas.

Apenas para citar um exemplo, em uma conversa realizada com a Gestora de Parceria 2, em alguns momentos ela se considerava como parte da sociedade civil (por ser trabalhadora, representante de sindicato, cidadã), em outros falava como representante do poder público e funcionária da administração municipal – conforme vemos no trecho abaixo:

Então, hoje, eu vejo assim: SMADS eu vejo como um órgão... Eu sou SMADS, mas eu vejo SMADS acima de mim. Entende o que eu quero dizer? Eu sou SMADS, mas SMADS [está] acima de mim, porque eu não estou no processo de construção do que vem da SMADS. Não estou no processo de construção. Então, não me considero SMADS o tempo todo. Às vezes, SMADS é um email que chega e diz: “cumpra-se!” SMADS, às vezes, é minha coordenadora que faz uma reunião de equipe e fala: “Olha, eu estive na reunião de coordenadores e supervisores, a gente tem que fazer assim agora.” E, às vezes, o que acontece? Eu acabo sendo essa relação entre gerente e SMADS. (Entrevista 9 - Gestora de Parceria 2)

Notamos, neste trecho, que a própria SMADS, como representante do poder público, é representada por vários cargos e pessoas, sendo materializada na figura da “trabalhadora”, da “coordenadora do CREAS” e nas instâncias de gestão que “estão acima” de ambas. Esta multiplicidade de termos utilizados para nomear o Estado – aqui representado pela SMADS – nos mostra que, em análises de cunho micro e relacional, muitas vezes, é difícil distinguir quem é Estado e quem é sociedade civil e, conseqüentemente, ambas as esferas ganham diferentes qualificações.

### Os Discursos sobre as Relações entre Estado e Organizações da Sociedade Civil

As construções discursivas acerca da relação entre as organizações e o poder público na assistência social de São Paulo tiveram variações que não se restringiram aos diferentes cargos e posições institucionais, mas uma mesma pessoa qualificou a relação de

diferentes maneiras a depender de quem era nomeado como Estado e como sociedade civil. Por exemplo, em todas as entrevistas, em maior ou menor grau, tivemos o uso da palavra *distante* para caracterizar a relação OSC e Estado. Ou seja, uma relação marcada pelo distanciamento entre o poder público e o cotidiano de trabalho, entre o/a trabalhador/a que executa o serviço e o/a gestor/a que formula, entre as demandas da sociedade civil (pelo menos de grande parte dela) e o “conteúdo” das políticas públicas, entre a realidade das OSC (principalmente das pequenas) e as leis que regulamentam as parcerias. Geralmente, nestes momentos, o “Estado” era representado pelos governos, pela Prefeitura, pela gestão da SMADS, pela Câmara Municipal, pelo Ministério Público, em menor proporção pelas SAS, entre outros. Isto é, instâncias que hierarquicamente estariam mais “distantes” da operacionalização e execução dos serviços.

Para cada uma destas instâncias e cargos, existe uma variabilidade na “intensidade” do distanciamento. Percebemos também que o atributo *distante* era mobilizado, em distintas ocasiões, como uma forma de diferenciar a sociedade civil, representada pela população e trabalhadores, do “Estado” como instituição de organização social. De forma ilustrativa separamos alguns trechos da entrevista realizada com a Gerente 1:

(...) É bem distante. Acho que uma crítica que você vai ouvir [de forma] recorrente é a de que quem pensa o serviço, quem escreve, tá muito distante de quem executa. Assim, a gente vê que as ordens que vêm de lá, as coisas da tipificação, é escrito, algumas coisas, por quem a gente vê que nunca nem entrou no serviço de acolhimento. (...) É bem distante essa relação. A gente não faz encontros. Não tem... A proteção especial, a SMADS não faz, não tem discussão de rede, não faz discussão de caso com os serviços. (...). Então o diálogo é deles e depois chega pra nós. Então é meio um telefone sem fio assim, fica bem fragmentado. (...) Esse distanciamento fragiliza, assim. Porque eles não conhecem a nossa realidade, eles não sabem do nosso serviço. Eles não entendem como as coisas se dão aqui na prática. Então, às vezes, são coisas bem irreais, assim. (Entrevista 2 - Gerente de Serviço 1)

Neste relato, notamos que as atribuições das OSC e do Estado são diferentes, cabendo ao Estado a função de pensar, formular e escrever a política e às organizações a função de execução dos serviços. É interessante observar que, nesse trecho, não foi relatado apenas um distanciamento entre o poder público e as organizações,

mas também a ação estatal foi caracterizada como “as ordens que vêm de lá”. O uso da palavra “ordem” nos faz pensar que, para a Gerente 1, essa relação não é simétrica ou horizontal. Pelo contrário, nos parece pertinente afirmar que, em sua percepção, existem relações desiguais de poder que permeiam a relação OSC e Estado, nas quais o Estado detém o poder de “escrever a política”; ou seja, de decidir como será realizada a execução do trabalho (normas e diretrizes) e de cobrar resultados. O advérbio “lá” ressalta o distanciamento entre as duas esferas.

Outro modo de caracterização parte de leituras sobre o uso de parcerias como uma forma de *transferência de responsabilidade* do Estado para as organizações. Em algumas entrevistas (Gerente de serviço 1 e 2, Gestora de parcerias 1), a transferência de responsabilidade foi definida como uma “terceirização” e vista como algo bastante prejudicial para o caráter público da política de assistência social. Percebemos que estas trabalhadoras partiam de uma concepção específica de Estado, na qual a implementação dos serviços deve ser realizada exclusivamente pelo poder público. A gerente de serviço 2, por exemplo, sustenta que:

Então, eu acho que há uma transferência de responsabilidade, que o Estado deveria administrar esses serviços, mas não o faz. Ele terceirizou. E aí ele coloca as organizações sociais para executar. Só que essa transferência é prejudicada. ... Só que essa terceirização também é isso: “Resolve, vocês, porque eu não quero saber de nada”. [...] Eles falam que são parceiros, mas eles não são parceiros. A associação é uma e a prefeitura é outra. E acabou. Não existe essa parceria. Então eu pago, eu dou o dinheiro pra você e você tem que se virar com o dinheiro e me presta conta no final do mês. Só isso. E isso não é parceria. (Entrevista 3, Gerente de serviço 2)

Em outras entrevistas (Presidenta 1, Supervisora 1, Gerente de serviço 3, Presidenta 2, Gestora de Parcerias 2), as parcerias não eram vistas como uma “terceirização”, mas passíveis de serem realizadas como “parcerias de fato”. Contudo, em alguns aspectos, era avaliado que o poder público se eximia de suas responsabilidades, sobrecarregando o trabalho desenvolvido pelas organizações. Neste sentido, havia em menor proporção transferências de responsabilidades estatais para as organizações, o que prejudicaria a execução adequada da política. Nessas entrevistas, foi apontado que a construção de uma “relação de parceria” ou uma “relação

mais distante” dependia muito de quem ocupava a gestão da Prefeitura, da SMADS e os demais cargos que gestionam a assistência social. Ou seja, a depender da pessoa que ocupa cargos específicos há menor ou maior abertura ao diálogo.

A relação de parceria, meu Deus, como é difícil a relação de parceria! Por mais que a tipificação nacional, a NOB ou o próprio SUAS, falem da parceria, São Paulo é atípico. São Paulo tem 90% levado pela rede conveniada. E nós nos sentimos tarefeiros do poder público. Nós vamos tentando... Agora mudou o secretário, a gente vai tentando falar que é parceiro, né? Mas de repente até o gestor, que é alguém que tá muito próximo daqui ele não gosta de organização social. Então ele faz de tudo pra prejudicar, ele não autoriza compra, faz com que a gente devolva recurso... Nós ainda não estamos enxergando a parceira na assistência. ...Não dá pra colocar todos no mesmo saco, né? Porque aqui, em [nome da região], nós temos uma supervisora [da SAS] que é muito parceira. Ela acabou de chamar todos nós, representantes de organização, para uma reunião para dar um chacoalhão mesmo. Tipo, presidente, é o seu nome que vai! Cuida da prestação de contas! Observa os gastos! Olha com o que você está trabalhando, com nota fiscal. (Entrevista 8 - Presidenta 2)

No relato acima, vemos que ora a relação Estado-OSC não é caracterizada como uma parceria – quando o gestor é mais “distante” da OSC – ora, dependendo de quem está sendo chamado de Estado, é reconhecida como de parceria – quando o representante do poder público é mais próximo da organização. Notamos também que, em alguns momentos, a relação também era definida como de “cooperação”, em que ambos (OSC e Estado) trabalham e *aprendem* mutuamente. Algumas trabalhadoras (Presidenta 1, Supervisora 1, Gerente de serviço 3, Presidenta 2 e Gestora de Parceria 2) acreditam que as organizações em São Paulo exerceram e exercem um papel fundamental na trajetória da assistência social, sendo atores importantes para a estruturação da política. Estas trabalhadoras definem muitas organizações (principalmente as menores, de bairro e “militantes”) como instituições fruto da organização da sociedade civil na reivindicação de melhores condições de vida para a população de seus bairros. Apenas para citar um exemplo, apresentamos o seguinte relato:

A nossa história é completamente diferente. A nossa história é uma história de vinculação com os movimentos sociais. As organizações sociais de

São Paulo, de uns anos pra cá, acho que sobretudo [a partir do] final da década de 90, anos 2000, com a abertura democrática e com a abertura política deste país, as organizações sociais têm um papel fundamental. A gente tem organizações sociais de muitos anos e tem organizações sociais que vieram no tapetão. Agora, não me parece que [seja] só por isso, ou seja, que por não ser Estado, que obviamente há uma relação de terceirização. Não!...Agora, acho que o Estado, SMADS, peca, pecou e continua pecando, porque a relação com as organizações sociais, desde as instâncias de deliberação macro, no gabinete, até a relação com o conselho municipal de assistência social e, sem dúvida, nas instâncias de gestão territorial — as SAS, os CRAS, os CREAS — é alguma coisa que a Secretaria não olha com o cuidado que merecia olhar. (Entrevista 4 - Supervisora 1)

Vemos que, para esta trabalhadora, a atuação das OSC na assistência social está vinculada à luta junto aos “movimentos sociais” em prol da construção da política. Para ela, a participação das OSC na assistência não é um processo de “terceirização”, pois a construção e implementação deveria ocorrer de forma conjunta entre atores da sociedade civil e do Estado. Entretanto, ela aponta que os órgãos vinculados ao poder público não têm “olhado com o cuidado necessário” para as organizações, fazendo menção a relações de poder que permeiam o cotidiano de trabalho dessas organizações. É interessante notar que, para ela, representantes de ambos os setores (estatal e não-estatal) são trabalhadores(as) que, juntos(as), atuam para a efetivação da proteção social. Nessa fala, também é ressaltado que os serviços ofertados pelas OSC são de caráter público, ainda que não estatal.

Em alguns momentos, as entrevistas destacaram um processo de *cooperação* e construção mútua em relação ao relacionamento entre OSC e Estado na formulação e implementação da política pública. Se por um lado, o Estado *aprendeu* junto às organizações a transformar as demandas sociais específicas em ações e políticas públicas, por outro, as OSC também aprenderam a se especializar nos convênios com o Estado, pois tiveram que estudar as diretrizes que regem a política e, a partir delas, continuar a desenvolver o trabalho junto às comunidades. Nestes momentos, em nossa compreensão, parte-se de uma visão de complementaridade entre OSC e Estado na implementação da política de assistência social, ou seja, as parcerias seriam uma forma de *inclusão* e *participação* de parte da sociedade civil na promoção das políticas públicas. Cabe salientar

que os atributos de *cooperação* e *aprendizado* foram mais frequentes quando a relação era analisada a partir da interação entre as gerentes (representantes das OSC) e as gestoras de parcerias do CREAS (representantes da administração pública). Isto fica evidente nos fragmentos apresentados abaixo:

[Com a gestora de parcerias] A gente discute quantos acolhimentos foram feitos, quantos desacolhimentos, quantas visitas domiciliares, e aí a gente acaba levando [as demandas] pra eles também e aí o trabalho é de parceria.(...) A gente pede ajuda, sei lá, pra inserir as crianças na rede. Para as crianças começarem a receber os benefícios de transferência de renda. Então ela auxilia junto ao CREAS. (Entrevista 2 - Gerente de Serviços 1)

Nesse relato, notamos que a relação com a gestora do CREAS é caracterizada como de parceria, de construção conjunta. Foi apontado que, com estas profissionais, ocorrem discussões de casos, compartilhamento das dificuldades do trabalho e suporte para a articulação da rede. Por outro lado, foi mencionado que as gestoras de parcerias dos CREAS realizam também um trabalho de fiscalização, justamente por serem representantes do poder público. No entanto, a despeito de elas fiscalizarem o trabalho, nos parece que a relação é vista como mais próxima, e as gestoras são compreendidas como alguém que entende as dificuldades do trabalho, pois conhecem a realidade dos serviços.

Por fim, independente da caracterização que era realizada pelas trabalhadoras, em todas as entrevistas foi sinalizada a existência de *relações desiguais de poder*: de hierarquias, de assimetrias em termos de recursos, de desigualdades na capacidade de tomada de decisões, de subordinação de alguns atores em detrimento do privilegiamento de outros. Na maioria das vezes, o “Estado” era considerado como aquele que “detém maior poder”, seja em termos de recursos ou de poder decisório. Entretanto, no relato abaixo, percebemos que a assimetria de poder também pode estar nas mãos das OSC, mais especificamente, das grandes OSC – como relatado pela Gestora de parceria 2:

Olha, eu falo pra você, que são relações muito fortes na questão da política. Essa relação da prefeitura, do município com essas OSCs. A gente tem desde aquelas OSCs grandes, que detêm vários serviços no município, até aquelas pequenas, menores. Aqui na [nome da região] a gente não sente tanto o poder dessas grandes organizações. A gente não sente tanto essa pressão tão política

em cima da gente. É óbvio que pode ser porque a gente ainda não tenha tido grandes relações de atrito, mas eu não senti tanto não.... Mas, historicamente, eu vejo colegas que estão na gestão dos serviços, supervisão de serviços, que eu já vi casos de colegas, assim, serem assediados claramente, pelos dois lados. Tanto por SMADS como pelas OSCs. (Entrevista 9 - Gestora de Parceria 2)

No relato acima, a Gestora de Parceria 2 apontou que as grandes OSC (que detêm muitos convênios) teriam mais poder, inclusive se comparadas à própria SMADS. Para a entrevistada, as grandes OSC interferem no desenvolvimento institucional da política e teriam um poder de diálogo maior com as pessoas que ocupam cargos do alto escalão do poder público. Nesta relação, a gestora de parcerias acabaria por ficar “no meio do fogo cruzado” – como sinalizado pela profissional em outro momento da entrevista. Assim, percebemos que a relação entre OSC e Estado é bastante complexa e requer uma análise cuidadosa, pois as relações de poder permeiam ambos os espaços a depender de que instâncias estão sendo analisadas.

## Algumas reflexões sobre os discursos

A partir da análise das entrevistas e em diálogo com a literatura base sobre práticas discursivas, neste trabalho quando nos referimos ao Estado, não buscamos a aceção de uma única conformação que está “pronta e acabada”, mas de um processo que é estritamente relacional, e portanto social, temporal, situacional e historicamente contextualizado (Lavalle, et al., 2019). Isto não quer dizer que não possamos traçar perfis e análises conjunturais sobre o Estado, nem que o Estado não possua características constitutivas particulares. Contudo, tais generalizações não são analiticamente úteis quando se busca interpretações de cunho relacional e análises micropolíticas. Desta forma, o aparelho estatal aqui analisado se remeteu aos atores, instituições e burocracias que conformam a administração pública na localidade estudada, o município de São Paulo.

Por outro lado, a partir de uma apreciação similar, entendemos a sociedade civil enquanto setores da sociedade organizados em torno da esfera pública, marcados por interesses e processos históricos distintos, que se organizam em prol da participação e da construção política, na luta pela institucionalização de seus interesses na burocracia e na ação do Estado. Sendo assim, não há uma única sociedade civil, mas diversas formas e organizações que podem ser compreendidas

analiticamente como pertencentes à “sociedade civil”. Aqui, enfocamos nossa análise em uma forma institucionalizada de sociedade civil, as organizações da sociedade civil (OSC) que atuam por meio de parcerias com a administração pública na construção e implementação de políticas sociais – especificamente, neste caso, na política de assistência social de São Paulo.

A partir das reflexões acima apresentadas e com vista a exemplificar a diversidade de sentidos atribuídos a relação entre as OSC e o Estado no âmbito da assistência social, podemos sistematizar a caracterização da relação Estado-OSC em duas grandes formas de compreensão das relações – que em certa medida podem ser consideradas antagônicas – e em três atributos que definem a relação em maior ou menor grau. De forma geral, semelhante ao que está presente na literatura acadêmica, as parcerias ora são caracterizadas como (1) uma “transferência de responsabilidade” do Estado pela execução da assistência social às organizações (Perez, 2005; Souza 2017), ou (2) uma forma de “participação e inclusão” da sociedade civil nas políticas públicas (Bichir et al., 2017; P. Spink & Ramos, 2016). Em alguma medida estes são debates que estão presentes tanto no âmbito acadêmico quanto na gestão pública, algo que evidencia que há *repertórios* compartilhados na esfera societal que são reinterpretados pelas trabalhadoras da ponta que atuam na mediação das parcerias. Tais repertórios são ressignificados nas práticas discursivas a partir de suas vivências, visões de mundo e cotidianos de trabalhos. De forma complementar, três atributos foram amplamente utilizados para qualificar a relação: (1) marcada por um “distanciamento” do poder público em relação as/os trabalhadores e ao cotidiano dos serviços, (2) possibilidade de “cooperação e aprendizado” entre atores da sociedade civil e do Estado (3) permeada por “desigualdades de poder” entre as duas esferas.

No que concerne às esferas de Estado e sociedade civil, notamos que nos relatos algumas formas de caracterização e construção de sentido foram predominantes. Por exemplo, o Estado foi compreendido como: (1) um “órgão promotor”, ou seja, aquele que detém recursos e capacidades para “promover”, viabilizar, suscitar ações e políticas públicas; (2) um “aparelho de coerção”, quando é visto como aquele que coage, que reprime, que é autoritário, que usa o poder de coerção; (3) “instância reguladora e coordenadora” da vida social, que cria leis e diretrizes que regulamentam o funcionamento de serviços, da própria sociedade civil e das relações entre sociedade civil e Estado (seja pelo uso da

força e de métodos mais coercitivos, ou por formas mais dialógicas e democráticas); (4) uma “esfera permeável”, ou seja, passível de ser disputada, suscetível às pressões da sociedade civil; e (5) como um “aparelho difuso”, formado por diversas instâncias instituições, leis, burocracias, atores, que engloba diferentes níveis (municipal, federal, nacional) e diferentes poderes (legislativo, judiciário, executivo) e responsabilidades.

Já a sociedade civil foi entendida como aquela esfera que: (1) “reivindica”, que luta para que o Estado zele por seus interesses, que se organiza e disputa o próprio Estado; (2) é “afetada” pelas ações do Estado, seja de forma negativa (pela falta de ações e precarização de serviços) ou positiva (pela promoção de políticas públicas e garantia de direitos); (3) “executa e operacionaliza” ações e serviços muitas vezes de responsabilidade estatal, uma sociedade civil que se organiza para suprir a falta do Estado; (4) “constrói junto”, que participa das instâncias de controle social para a construção de políticas públicas, ou também as próprias OSC que atuam junto no desenvolvimento dos serviços; e (5) “difusa”, também permeada por distintas lógicas, atores, instâncias, movimentos e racionalidades, passando também relações de poder, hierarquias e distinções político-ideológicas.

A sistematização acima apresentada tem utilidade analítica, ou seja, é uma forma de organizar e sistematizar parte dos conteúdos mobilizados. Tal sistematização buscou mostrar exemplos da diversidade de sentidos mobilizados, ao mesmo tempo em que apresentou os conteúdos predominantes e compartilhados. Contudo, no âmbito discursivo (nas falas das pessoas entrevistadas), estas caracterizações aparecem de forma conjunta e articulada. Como mencionamos anteriormente, uma mesma pessoa utilizou distintas nomenclaturas para nomear o Estado ou a sociedade civil.

## Considerações finais

Normalmente, a análise das relações entre Estado e sociedade civil no âmbito das políticas públicas ocorre a partir de compreensões macrosociais. Essas pesquisas pouco se atentam para os aspectos microsociais da relação, muito menos sobre a forma em como macrocategorias amplamente utilizadas nas políticas públicas são compreendidas por aquelas que estão na linha de frente da implementação de uma política pública. Por exemplo, frequentemente essas análises fazem uso das noções de Estado e de sociedade civil de forma generalizante,

podendo gerar problemas na forma como as relações e os processos sociopolíticos são interpretados e explicados nas produções acadêmicas.

Estado e sociedade civil são conceitos de característica macrossocial que, ao mesmo tempo em que generalizam uma ampla rede de fenômenos, reduzem a complexidade do mundo. Em outras palavras, estes conceitos podem ser considerados como conceitos “guarda-chuva”, pois não existe um Estado em “si”, mas um emaranhado de instituições, atores, normativas e burocracias que conformam o que chamamos de Estado. Por outro lado, o uso da palavra Estado, em seu caráter redutivo, auxilia a produção de reflexões “amplas” e gerais, facilitando o processo comunicativo tanto no meio acadêmico quanto nas práticas cotidianas. Entretanto, uma crítica que nos parece pertinente de ser levada em consideração é que o uso destes conceitos, em muitos momentos, acaba por ser transposto do nível macro ao nível microssocial sem os devidos cuidados – posto que, em análises microssociais, o uso de categorias generalizantes empobrece a capacidade analítica ao simplificar processos que são múltiplos e relacionais.

Pudemos observar a partir da análise das entrevistas que foram muitos os repertórios utilizados para fazer menção a cada instância que compõe o poder público e a sociedade civil, algo que evidencia que os conceitos de “Estado” e de “sociedade civil” são polisêmicos e difusos, abrangendo uma grande heterogeneidade de atores, instituições, cargos, instâncias, legislações, etc. Desse modo, não há como falar em uma “sociedade civil” ou um “Estado”, mas sim redes relacionais compostas por múltiplos atores (individuais e coletivos) e instituições.

Por fim, vimos também que, no nível microssocial, análises sobre a relação e caracterização das OSC e o poder público na política de assistência também são perpassadas por divergências, conflitos e tensionamentos. Semelhante ao que a literatura acadêmica aborda, para alguns as parcerias são uma forma de terceirização e desresponsabilização estatal, para outros uma possibilidade de inclusão e participação da sociedade civil. De forma geral, a relação foi avaliada como “distante”, “difícil” e “conflituosa”, mas necessária para operacionalização da assistência social. Outras vezes, a relação Estado-OSC ganhou atributos positivos, como os de “parceria”, “cooperação”, “aprendizado”, onde eram destacados aspectos como a possibilidade de construção conjunta dos serviços, maior qualificação e especialização no trabalho desenvolvido, aumento da participação da sociedade

civil nos espaços decisórios da política, entre outros. Esta multiplicidade de reportórios utilizados para falar sobre a relação Estado-OSC mostra como tal relação é complexa e multifacetada, algo que evidencia a necessidade de análises cuidadosas que levem em consideração os diferentes elementos do fenômeno estudado.

## Referências

- Bichir, R., Brettas, G. H., & Canato, P. (2017). Multi-level governance in federal contexts: The Social Assistance Policy in the City of São Paulo. *Brazilian Political Science Review*, 11(2), e0003. doi: 10.1590/1981-3821201700020003
- Brettas, G. H. (2016). *O papel das organizações da sociedade civil na política pública de assistência social no Brasil: dilemas e tensões na provisão de serviços* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-27072016-103637/pt-br.php>
- Chiachio, N. B. (2006). *Caráter público da gestão governamental com organizações sem fins lucrativos. O caso da assistência social* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17784>
- Cordeiro, M. P., & Sato, L. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um setor terceirizado. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 41-52. doi: 10.1590/1982-02752017000100005
- Cordeiro, M. P., Svartman, B., & Souza, L. V. (Orgs.). (2018). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Costa, J. F. A. (2016). *Cidadania, Reconhecimento e Proteção Social: um estudo sobre serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-08022017-100738/pt-br.php>
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. (2013). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à Psicologia. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (4ª ed., pp. 13-40). Petrópolis: Vozes.
- Ibañez, T. (2001). *Psicología Social Construcccionista* (2ª ed.). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Ibañez, T. (2003). La construcción social del socioconstruccionismo: retrospectiva y perspectivas. *Política y Sociedad*, 40(1), 155-160. Recuperado de <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0303130155A>
- Iñiguez, L. (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era ‘post-construccionista’. *Athenea Digital*, 8, 1-7. doi: 10.5565/rev/athenead/v1n8.235
- Jaccoud, L., Bichir, R., & Mesquita, A. C. (2017). O SUAS na proteção social brasileira. *Novos Estudos*, 36(2), 37-53. doi: 10.25091/S0101-3300201700020003
- Lara, M. F. (2020). *A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) na assistência social do município de São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/D.47.2020.tde-24122021-113335
- Lara, M. F., & Cordeiro, M. P. (2019). A assistência social no Brasil: uma análise histórica das relações entre OSC e Estado. In M. P. Cordeiro,

- Lara M. F. A., Aragusuku H. A., & R. L. A. Maia (Orgs.), *Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas* (pp. 50-65). São Paulo: IPUSP.
- Lavalle, A., Carlos, E., Dowbor, M., & Szwako, J. (Orgs.). (2019). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: IESP/EduERJ/CEM.
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lopez, F. G., & Abreu, R. (2014). *A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais*. Brasília: IPEA.
- Marin, T. R. (2012). *Entre a caridade e os direitos sociais: a política da política de assistência social no município de São Paulo (1989-2012)* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). doi: 10.11606/D.8.2013.tde-11062013-112525
- Mendonça, P. M. E. (2017). *Parcerias entre Estado e OSC – desafios na construção de colaborações para implementação da Lei 13.019/2014*. Relatório de Pesquisa apresentado ao ICNL e o USAID. Recuperado de [https://www.icnl.org/wp-content/uploads/our-work\\_MendoncaMROSCimplementacao-Final.pdf](https://www.icnl.org/wp-content/uploads/our-work_MendoncaMROSCimplementacao-Final.pdf)
- Mestriner, M. L. (2008). *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social* (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Pereira, G. N. (2019). *A governança da política de assistência social na cidade de São Paulo: um olhar para as burocracias de médio escalão* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo). Recuperado de <https://biblioteca.ufabc.edu.br/mobile/detalhe.php?idioma=ptbr&acesso=web&codigo=117940&tipo=1&detalhe=0&busca=0>
- Perez, O. C. (2005). *ONGs e governo: um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27102005-103112/pt-br.php>
- Souza, E. S. (2017). *A parceria entre Estado e as organizações sociais por meio de convênio para execução da assistência social no Grajaú – São Paulo - SP* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19903>
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J. (Org.). (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J., & Medrado, B. (2013). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 1-20). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, P. (2003). Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-constructivista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. doi: 10.1590/S010271822003000200003
- Spink, P. (2018). Psicologia e políticas públicas. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. Vilela e Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 13-21). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Spink, P., & Ramos, A. M. F. (2016). Rede Socioassistencial do SUAS: configurações e desafios. *O Social em Questão*, 11(26), 285-310. Recuperado de [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/13\\_OSQ\\_36\\_Spink\\_Ramos.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/13_OSQ_36_Spink_Ramos.pdf)
- Sposati, A. (2002). *A política de assistência social na cidade de São Paulo* (2ª ed.). São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP.

<sup>1</sup>O funcionamento da rede socioassistencial em São Paulo está mais bem detalhado em Lara, 2020; Bichir Brettas e Canato (2017) e Pereira (2019).

<sup>2</sup>O projeto de pesquisa foi submetido para avaliação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da USP e aprovado mediante parecer nº 4.786.939.

Maria Fernanda Aguilar Lara, Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), é Doutoranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Endereço para correspondência: Av. Professor Mello Moraes, 1721, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.508-030. Telefone: (11) 3091-4178. Email: mariaf.lara@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2354-7733>

Mariana Prioli Cordeiro, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é Professora no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Email: mpriolicordeiro@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5523-5099>

Recebido em 10.fev.22  
Revisado em 14.nov.22  
Aceito em 03.dez.22

# Psicologia, Criminologia Crítica e Feminista: diálogos e convergências na realidade das mulheres encarceradas no Brasil

Renata Monteiro Garcia. Universidade Federal da Paraíba  
Amanda Oliveira Magalhães. Universidade Federal da Paraíba  
Aléxia Carolina Gonçalves da Silva. Universidade Federal da Paraíba  
Giovanna Ignowsky Borba. Universidade Federal da Paraíba  
Jeferson Trindade Silva Borges. Universidade Federal de Pernambuco

## Resumo

Este estudo analisa produções acadêmico-científicas que estabelecem discussões teóricas entre a Psicologia e as Criminologias Crítica e Feminista sobre o encarceramento de mulheres. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, realizada a partir de uma revisão sistemática da literatura. Todos os estudos encontrados estão no campo da Psicologia e foram escritos majoritariamente por mulheres. Os resultados indicam que, de forma geral, o sofrimento psíquico, as opressões que se interseccionam na vida das aprisionadas e a mortificação subjetiva incidem na realidade dessas mulheres. Dessa forma, aponta-se que o resultado principal está na importância dos diálogos entre a Psicologia e as Criminologias Críticas como importantes produções para o avanço dos debates contra-hegemônicos sobre a realidade do cárcere.

**Palavras-chave:** gênero; prisões; revisão sistemática; punição; interseccionalidade.

## Abstract

*Psychology, critical and feminist criminology: dialogues and convergences in the reality of imprisoned women in Brazil.* This study analyzes the academic-scientific productions that establish theoretical discussions between Psychology and the Feminist and Critical Criminologies about the female incarceration. It is a qualitative research with an exploratory disposition, built from a systematic review of the literature. All of the found studies are part of the Psychology field and were mostly written by women. The results indicate that, in general, the psychic suffer, the intersectional oppressions in the life of the imprisoned women and the subjective mortification affect the reality of these women. Therefore, it is shown that the main result is in the significance of the dialogues between Psychology and the Critical Criminology as important productions for the advance of the non-hegemonic discussions about the reality of the prison.

**Keywords:** gender; prison; systematic review; punishment; intersectionality.

## Resumen

*Psicología, criminología crítica y feminista: diálogos y convergencias en la realidad de las mujeres encarceradas en Brasil.* Este estudio analiza las producciones académico-científicas que establecen discusiones teóricas entre la Psicología y la Criminología Crítica y Feminista sobre el encarcelamiento de mujeres. Se trata de una investigación cualitativa y exploratoria, realizada a partir de una revisión bibliográfica sistemática. Todos los estudios encontrados son del ámbito de la Psicología y fueron escritos en su mayoría por mujeres. Los resultados indican que, en general, el sufrimiento psicológico, la intersección de las opresiones y la mortificación subjetiva afectan a la realidad de estas mujeres. Así, se señala como principal resultado la importancia de los diálogos entre la Psicología y la Criminología como producciones importantes para el avance de los debates críticos y contrahegemónicos sobre la realidad carcelaria.

**Palabras-clave:** género; prisiones; revisión sistemática; punición; interseccionalidad.

A Psicologia é uma ciência de múltiplos campos, promotora de avanços significativos em diversas áreas, muito prestigiada nos círculos universitários e sua história está marcada por entrelaçamentos com diversos campos do conhecimento. Entretanto, no Brasil ela ganhou espaço no início do século XX, em um contexto ainda recente de abolição da escravatura, proclamação da república e sob o plano de governo positivista de “Ordem e Progresso”. Assim, a ciência psicológica ganhou espaço por meio de teses e artigos científicos que (re)produziram e legitimaram uma medicina social repleta de preconceitos eugenistas, muitas vezes aliados aos vestígios dilacerantes dos processos de colonização e escravização vivenciados no país (Silva & Garcia, 2010).

Orientada por esses pressupostos hegemônicos, a Psicologia tanto foi se constituindo na inspiração desses ideais, quanto por vezes funcionou como aporte teórico para escolas da Criminologia Liberal e da Criminologia Positivista. Tais Escolas Clássicas, importadas da Europa, chegam ao Brasil formando um híbrido tensional, coexistindo nas leituras jurídicas, onde ambas se mantiveram mescladas para atender ao cenário histórico e político de demanda por controle social (Rauter, 2003).

A Criminologia Positivista, derivada também da psicologia e da antropologia criminal, tinha por objetivo generalizar particularidades humanas a fim de se adequar às práticas biologizantes e elitistas, guiadas por ideologias que legitimavam a manutenção dos interesses da classe detentora do poder (Batista, 2011).

O positivismo criminológico integrou conhecimentos de múltiplas áreas para empreender um saber que legitimou a manutenção de práticas punitivas, marginalizadoras e que garantem os interesses das classes elitistas até a atualidade. Dessa forma, encontrou um nicho nas academias brasileiras, e muito antes das posturas contra-hegemônicas terem ganhado impulso, diferentes questões relacionadas a preconceitos étnicos, econômicos, de gênero, culturais e políticos fortaleceram produções que refletiam um projeto de controle social pautado em preceitos higienistas e eugênicos.

Grande parte da produção em Psicologia utilizou-se, sem resistência, de uma suposta neutralidade científica para produzir acriticamente, pactuando com um saber ainda mais descomprometido com os fenômenos sociais. Essa postura reafirmou durante décadas sua construção teórica advinda do sistema ideológico liberal burguês e permitiu o deslocamento de seus saberes para a construção do criminoso como um

“anormal moral”, possibilitando um alcance legitimado para o discurso criminológico tradicional (Rauter, 2003; Silva, 2017).

Seguramente, foi a partir dessa adesão que a ideia de crime passou a ser associada a determinadas patologias psicológicas. É também com a emergência, não só de compreender personalidades destoantes do padrão social e “potencialmente criminosas”, mas de encaixar tais personalidades a penas adequadas e justas, que surge a dinâmica da criminologia recorrendo à psicologia como uma ferramenta de validação dos seus processos de discriminação, exclusão, marginalização e dominação (Estrela, 2018; Rauter, 2003).

Contudo, oferecendo um contraponto às correntes hegemônicas e positivistas, surge a Criminologia Crítica. Com um novo olhar sob o campo teórico criminológico, essa perspectiva abandona o paradigma etiológico. De acordo com Silva (2017), trata-se da “compreensão das relações estruturais entre o modelo econômico, a acumulação de capital e os processos de criminalização e punição” (p. 89). Assim, compreendendo o crime como um constructo produzido a partir de uma demanda por ordem na sociedade e com o fim de beneficiar a classe detentora de poder, a criminologia crítica inaugura um debate sobre o cárcere servir como local destinado aos “excedentes” do capitalismo (Malaguti, 2011). Nesse sentido, o encarceramento constitui historicamente uma função disciplinadora, apresentando-se como um dispositivo produtor de violências.

Entretanto, pensando no cárcere também como um reproduzidor de múltiplas opressões estruturais, é preciso considerar seu compromisso com a perpetuação da submissão de mulheres a partir do cerceamento institucional de sua liberdade. Um importante elemento a ser pontuado nessa análise é que o debate de gênero só é inserido no campo das criminologias na década de 1980, ainda que a Criminologia Crítica tenha se manifestado cerca de 20 anos antes e a ascensão do movimento feminista seja anterior ao seu surgimento. No entanto, é a partir da contribuição das epistemologias feministas que uma Criminologia implicada em debater as perspectivas de gênero e a política criminal se aproxima de uma nova possibilidade teórica.

A emergência das Criminologias Feministas colabora para que essas discussões sejam aprofundadas a partir de uma ótica interseccional, que torna possível enxergar as relações entre mulheres e crimes, bem como os modos como os processos de criminalização

incidem sobre um grupo específico de mulheres: jovens, periféricas, negras, pouco escolarizadas e que são tendenciosamente aprisionadas (Germano, Monteiro, & Liberato, 2018). No Brasil, mais da metade das mulheres estão presas acusadas por crimes ligados ao tráfico de drogas. Sua condenação, no entanto, não é apenas jurídica. Por serem mulheres vivenciam o que Corina Giacomello denomina de tripla condenação: estão sujeitas a histórias de violência e discriminação anteriores ao cárcere, sofrem com penas desproporcionais aos crimes que cometem, além do abandono familiar e das violências específicas dentro do espaço penitenciário (Giacomello, 2013).

O objetivo deste artigo é analisar produções acadêmico-científicas contemporâneas em Psicologia que abordam ou discutem teoricamente com as Criminologias Crítica e Feminista a respeito da prisão de mulheres. Partimos da hipótese de que as discussões advindas do campo da Criminologia Crítica e Feminista podem contribuir para o avanço das práticas e saberes críticos na Psicologia, mobilizando uma reflexão acerca das problemáticas que incidem na realidade do cárcere feminino e, frente a isso, podem inspirar uma postura compromissada e engajada com as pautas dos Direitos Humanos por parte da ciência psicológica.

## Percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva de caráter exploratório e se configura como uma revisão sistemática da literatura. Procedeu-se uma pesquisa bibliográfica em bases digitais indexadas, que resultou em um levantamento de referências acadêmicas sobre os diálogos existentes entre psicologia, criminologia crítica e criminologia feminista no contexto do encarceramento feminino brasileiro, em diversas publicações de relevância científica, a saber: artigos científicos, dissertações e teses.

Os bancos de dados utilizados para a pesquisa foram Scientific Electronic Library Online (SCIELO.org); Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Redalyc. Considerando a relevância do tema e os processos metodológicos essenciais para a elaboração de uma revisão sistemática da literatura, o primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa foi a elaboração do problema de pesquisa: “Há produções científicas nacionais que discutam relações entre

o encarceramento feminino, psicologia e perspectivas teóricas das criminologias crítica e feminista? Como os estudos científicos têm abordado esses diálogos?”.

A partir disso estabelecemos termos de busca mais adequados ao interesse do estudo. Os termos utilizados foram: *Cárcere*; *Gênero*; *Psicologia*; *Criminologia Crítica*; *Criminologia Feminista* e *Subjetividade*, que foram agrupados, compondo combinações, as quais com auxílio do operador booleano AND facilitaram a busca nas bases digitais. As combinações escolhidas para a busca sistemática foram: 1) *Cárcere AND Gênero AND Psicologia*; 2) *Psicologia AND Gênero AND Criminologia Crítica*; 3) *Psicologia AND Gênero AND Criminologia Feminista*; 4) *Cárcere AND Gênero AND Subjetividade*. Dessa forma, foram encontrados ao todo 405 artigos. A seleção dos materiais foi realizada a partir das seguintes etapas: (I) aplicação dos termos de busca nos filtros das bases digitais; (II) leitura dos títulos e resumos e (III) leitura extensiva dos materiais remanescentes.

Os resultados dessas buscas foram filtrados por critérios de inclusão: (I) materiais publicados entre os anos de 2006 e 2020; (II) artigos, teses e dissertações escritos na língua portuguesa e publicados no Brasil; (III) materiais que envolviam a temática da prisão e relações de gênero sob uma ótica interrelacional entre os campos da psicologia, da criminologia crítica e criminologia feminista; (IV) estudos que abordam o encarceramento feminino. Concomitante a isso, foram aplicados os critérios de exclusão: (I) materiais publicados anteriormente ao ano de 2006; (II) estudos escritos em língua estrangeira e publicados fora do Brasil; (III) materiais que não discutiam a relação entre cárcere e gênero à luz da Psicologia, Criminologia Crítica e/ou Criminologia Feminista; (IV) estudos sobre mulheres confinadas no contexto socioeducativo.

Na plataforma SCIELO, após a primeira etapa, foram encontrados nove materiais e desses, dois passaram para a segunda etapa, dos quais apenas um permaneceu após o fim da triagem. Na REDALYC, foram encontrados 364 materiais, restando 45 artigos após a segunda etapa, dos quais quatro foram selecionados ao fim da terceira. No PEPSIC, foi localizado apenas um estudo, que quando submetido aos critérios de inclusão e exclusão, não foi selecionado. Por fim, na BDTD, foram encontrados 31 materiais, destes, seis foram escolhidos na segunda etapa, dos quais apenas um restou ao fim das leituras. Os resultados gerais obtidos podem ser visualizados na Figura 1.

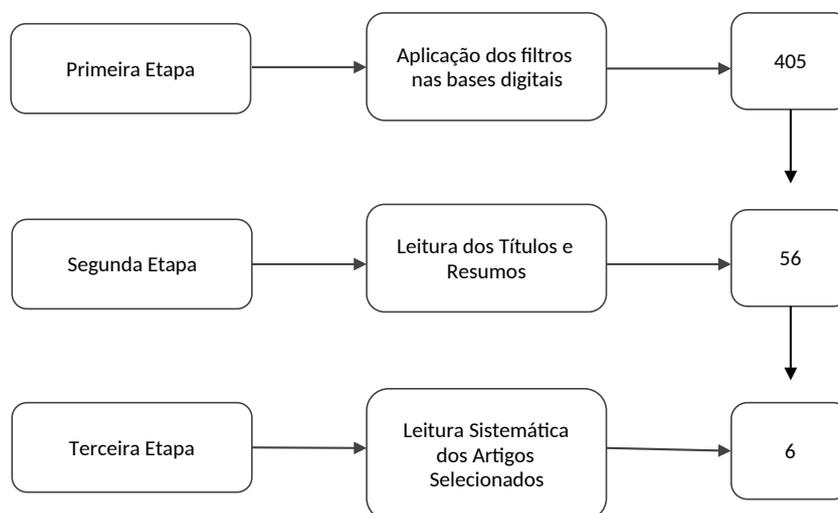


Figura 1. Descrição de etapas da Revisão Sistemática.

Os materiais coletados foram organizados em uma Matriz Bibliográfica, que consistia em um documento em formato de tabela com o detalhamento desses estudos em eixos temáticos, contendo os dados e informações relevantes para construção da pesquisa. Os artigos e a dissertação resultantes do levantamento de materiais foram submetidos à análise em dois momentos: (I) Caracterização das produções; (II) Elaboração de estudos sobre as principais discussões produzidas de acordo com o problema de pesquisa proposto.

## Discussão dos resultados

Ao todo, foram encontrados cinco artigos e uma dissertação de mestrado que discutem a temática dentro nos parâmetros estabelecidos para este trabalho. Os estudos selecionados tecem reflexões críticas e promovem diálogos importantes nos campos da Criminologia Crítica, Criminologia Feminista e Psicologia, acerca da realidade do encarceramento de mulheres no Brasil. Cabe ressaltar que, conforme descrito na metodologia, não foram objeto desta análise materiais que se propunham a estabelecer debates sob

o viés hegemônico e que, portanto, somente as discussões no campo crítico e como se articulam com a Psicologia estão em estudo neste artigo.

Os materiais analisados trazem relevantes contribuições que serão discutidas ao longo deste trabalho e apontam para a urgência de aprofundarmos o debate teórico sobre as condições objetivas e subjetivas que interpelam a vida das encarceradas. Ademais, os estudos apontam para a necessidade de pesquisas que produzam tensionamentos no funcionamento do sistema carcerário e nas relações de poder que dominam e incidem diretamente nos processos de criminalização e seletividade penal, o que conseqüentemente vem contribuindo para o aumento vertiginoso do encarceramento de mulheres.

### Características dos Estudos

Dos seis materiais selecionados, dois foram produzidos no Nordeste, dois no Sudeste, um no Sul e um no Centro-Oeste. A configuração, no entanto, quanto às publicações dos materiais é quase inversa, com um material publicado no Nordeste, um no Sudeste, dois materiais no Sul e outros dois no Centro-Oeste. Esta distribuição pode ser melhor visualizada na tabela 1.

Tabela 1. Apresentação de resultados

Artigos	Autores	Região/estado das/os Autoras/es	Região/estado sede da publicação
Sexualidades encarceradas: Afetos, desejos e prazeres no cortiço-prisão feminino do interior pernambucano.	Laerte Santos	Nordeste/PE	Nordeste/PE
Na dor e no amor: violência e rede de apoio no encarceramento feminino.	Juliana Diniz, Andrea Magalhães e Mayla Monteiro	Sudeste/RJ	Sudeste/RJ
Contribuições Feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres.	Daniela Carvalho e Claudia Mayorga	Sudeste/MG	Sul/SC

continua...

**Table 1.** Continuação

Artigos	Autores	Região/estado das/os Autoras/es	Região/estado sede da publicação
Mulheres no Tráfico de Drogas: Retratos da Vitimização e do Protagonismo Feminino.	Mariana Barcinski e Sabrina Cúnico	Sul/RS	Sul/RS
Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino.	Idilva Germano, Rebeca Monteiro, e Mariana Liberato	Nordeste/CE	Centro-Oeste/BSB
Revisão sobre o Presídio Feminino nos Estudos Brasileiros	Júlia Bucher-Maluschke, Jonas Silva e Isabela de Souza	Centro-Oeste/BSB	Nordeste/PE

A partir da revisão da literatura, constata-se uma escassez de estudos nacionais publicados que tratem sobre diálogos entre os campos da Psicologia, Criminologias Crítica e Feminista, no contexto do cárcere feminino.

Outro aspecto relevante é que todos os estudos encontrados foram produzidos por autoras e autores da Psicologia, o que indica que os diálogos trabalhados neste artigo advêm majoritariamente desse campo. Isto porque o campo da Criminologia é interdisciplinar e conta com diferentes contribuições das áreas de conhecimento, tornando este achado um importante indicativo de análise. Assim, destacar esse último aspecto, demonstra que existem articulações possíveis - teóricas e práticas - entre os saberes Psi, a Criminologia Crítica e a Feminista, indicando que os estudos e práticas em Psicologia podem, efetivamente e de forma contra-hegemônica, contribuir para pensarmos a realidade do encarceramento feminino no Brasil.

Sobre a descrição da autoria, cabe destacar que dos 14 autores, 12 são mulheres. Historicamente, as mulheres ocupam um espaço predominante na Psicologia como ciência e profissão (Castro & Yamamoto, 1998), distintamente do que ocorre no campo criminológico, dominado por homens e notadamente marcado por uma histórica de exclusão das perspectivas de gênero (Andrade, 2016). Nesse aspecto, vale ressaltar a relevância das mulheres estarem a frente desses diálogos que interseccionam saberes críticos advindos da Psicologia e das Criminologias. Problematizando a situação de mulheres privadas de sua liberdade e reivindicando seus direitos, as autoras estabelecem importantes caminhos que se contrapõem às lógicas patriarcais e punitivistas.

Dito isso, outro dado pertinente para esta análise é a temporalidade dos materiais coletados. Como filtro temporal, definimos a busca por estudos publicados a partir de 2006, marco da promulgação da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). Essa periodicidade foi adotada considerando que os estudos apontam que delitos

relacionados ao tráfico de drogas têm apresentado a maior incidência entre mulheres aprisionadas. Segundo o INFOPEN 2019, mulheres presas por tráfico de drogas representam pouco mais de 64% da população carcerária feminina; enquanto as presas pelo segundo delito mais recorrente, o de roubo, representam pouco mais de 15%.

A partir de sua publicação em 2006, a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), baseada numa política de proibicionismo, afetou especialmente a população jovem, negra e pobre de nosso país, isto porque os processos de criminalização recaem sobre os grupos mais vulneráveis. Neste processo, as mulheres tornam-se alvo privilegiado por ocuparem lugares subalternos no trabalho do tráfico e, portanto, mais vulneráveis à política criminal de guerra às drogas (Estrela, 2018; Germano, et al., 2018; Tannus, Silva, & Garcia, 2020)

### ***Diálogos entre as Criminologias Crítica, Feminista e a Psicologia***

É importante destacar que os trabalhos encontrados na revisão sistemática proposta apontam como convergência, primordialmente, o posicionamento crítico. Referente a esse aspecto, o significado de *crítico* diz respeito às posições teóricas de caráter contra-hegemônico, que buscam combater efetivamente as ideias diagnósticas, individualizantes e essencialistas que são provenientes de estudos e práticas de viés positivista e liberal. Posicionando-se contrariamente a esses ideais, os saberes críticos contribuem na busca de estratégias que visam enfrentar a atual política criminal, constituindo elementos de resistência contra sistemas de opressão.

Cada estudo selecionado traz uma especificidade e um olhar singularizado para as questões relacionadas ao encarceramento feminino. Os materiais encontrados se aprofundam em temas como: sexualidades no cárcere, aumento do encarceramento feminino, violência e rede de apoio às encarceradas, mulheres e tráfico de drogas e estudos sobre o cárcere feminino, assim, cada investigação traz uma contribuição própria para a compreensão dessa realidade.

Nessa perspectiva, a dissertação de mestrado de Laerte Santos (2018) “Sexualidades encarceradas: Afetos, desejos e prazeres no cortiço-prisão feminino do interior pernambucano”, parte de um olhar da Psicologia voltado para as subjetividades constituídas no ambiente carcerário para compreender os afetos, desejos e prazeres que circulam nesse ambiente. Através de uma pesquisa etnográfica, utilizando-se de instrumentos como diário de campo e observação-participante, além de entrevistas com 12 mulheres, foram coletados dados para elucidar como se dão os modos de expressão de suas sexualidades frente aos discursos, saberes, práticas e normas que visam a mortificação tanto dos corpos, como das subjetividades dessas aprisionadas.

O artigo “Na dor e no amor: violência e rede de apoio no encarceramento feminino”, de Juliana Diniz, Andrea Magalhães, e Mayla Monteiro (2019) utiliza uma abordagem qualitativa e exploratória ao entrevistar nove mulheres em situação de liberdade condicional há pelo menos 6 meses, para discutir violência e rede de apoio no âmbito do encarceramento feminino. O material trata do sofrimento psíquico gerado pela violência vivida no cárcere, versando, por exemplo, sobre o impacto psicológico causado pelas “regras relacionais implícitas” dos presídios e como essas influenciam a vida das detentas e sua saúde mental. Para tanto, o estudo se refere à importância das redes de apoio, mostrando como a existência ou falta dessas afetam as mulheres encarceradas.

O artigo “Mulheres no Tráfico de Drogas: Retratos da Vitimização e do Protagonismo Feminino”, de Mariana Barcinski e Sabrina Cúnico (2016), é um ensaio sobre as especificidades da criminalidade feminina pautado a partir da história de duas mulheres com longo envolvimento na rede de tráfico de drogas em favelas no Rio de Janeiro. Este artigo traz à tona o apagamento das mulheres nos estudos criminológicos, reafirmando que mesmo nas análises atuais produzidas sobre essa população o foco ainda é categorizar as mulheres delituosas como vítimas.

Em “Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino”, Idilva Germano, Rebeca Monteiro, e Mariana Liberato (2018), através de perspectivas críticas e feministas da criminologia e sob uma ótica interseccional, analisaram o processo de criminalização de mulheres no Brasil e na América Latina. As autoras realizaram um ensaio interpretativo, buscando compreender os principais fatores que vêm sendo associados ao aumento do número de mulheres presas.

Nesse sentido, o ensaio interpreta dados a partir dos princípios da *criminologia crítica feminista*. Entendemos que um modelo de “criminologia crítica feminista” se refere à junção de ambos os saberes criminológicos, tendo em vista pontos em comum entre eles. Através da percepção de que categorias positivistas, combatidas pela criminologia crítica, também demonstram uma descrença de gênero que vincula as mulheres a estigmas de comportamento que buscam legitimar a violência vivenciada por elas, inclusive no Sistema Penal; tem-se o antipositivismo como uma característica em comum e hipótese de convergência entre a criminologia crítica e a criminologia feminista (Weigert & Carvalho, 2020), que poderia inaugurar, então, este modelo.

Em uma outra perspectiva, a pesquisa bibliográfica “Contribuições Feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres”, artigo de Daniela Carvalho e Claudia Mayorga (2017), expõe as principais contribuições do movimento feminista para o entendimento das problemáticas do sistema prisional, principalmente no que tange ao encarceramento feminino. Esse estudo também apresenta uma extensa produção teórica que expõe as trajetórias da Psicologia e da Criminologia desde suas concepções hegemônicas às suas revoluções críticas e giros epistemológicos. As autoras ainda abordam as problemáticas da seletividade e do viés de exotismo com os quais são tratadas as mulheres no cárcere, colocando em evidência questões sociais, históricas e de gênero que não podem ser visualizadas separadamente.

Por fim, no artigo “Revisão sobre o Presídio Feminino nos Estudos Brasileiros”, de Júlia Bucher-Maluschke, Jonas Silva, e Isabela de Souza (2019), temos uma revisão narrativa da literatura que objetiva identificar as pesquisas das universidades brasileiras sobre o cárcere feminino. Sua metodologia contribuiu para descrição de aspectos da realidade feminina no cárcere, possibilitando o acesso à informação para aqueles que estudam e propõem meios de intervenção na área.

Na discussão sobre o encarceramento feminino, abordar as relações de poder, que colocam as mulheres na mira dos processos de criminalização, é tratar de um encontro de violências e estigmas que perpassam suas vidas. Os materiais encontrados abordam diferentes dimensões desta realidade, propondo análises que contam com um encontro entre Criminologia Crítica, Feminista e a Psicologia. Ao analisarmos como esses discursos se cruzam nas produções atuais sobre

o encarceramento de mulheres no Brasil, destacamos discussões compartilhadas entre os seis trabalhos e importantes contribuições que detalharemos a seguir.

A maioria dos materiais encontrados questionam o olhar essencialista ao qual as mulheres que cometem delitos são submetidas (Barcinski & Cúnico, 2016; Bucher Maluschke, Silva, & Souza, 2019; Carvalho & Mayorga, 2017; Diniz et al., 2019; Germano, et al., 2018; Santos, 2018). No cerne dos debates sobre as questões de gênero se situam diálogos voltados para a transformação social no cárcere feminino, provenientes dos estudos criminológicos feministas, que se interligam também com a Criminologia e a Psicologia de bases críticas.

Nesse sentido, dois temas atravessaram os debates empreendidos nos trabalhos analisados: 'o estigma de ser mulher e a prisão', além de 'subjetividade, prisão e novas possibilidades na Psicologia'. Em seguida, trataremos desses assuntos de forma pormenorizada em sessões destacadas.

### **Mulheres, Estigmas e Prisão**

O artigo de Carvalho e Mayorga (2017), ao trabalhar a estigmatização e patologização que cercam mulheres de alguma forma desviantes do padrão social imposto ao gênero, traz uma perspectiva de como isso afeta suas vidas subjetivamente e seus corpos. Essas características são discutidas através de debates históricos, onde as autoras relembram como as transgressões aos ideais de cuidado e delicadeza designados ao feminino vem sendo considerados "antinaturais" há séculos. Tais eventos seguem revelando uma necessidade de que suas infrações sejam consideradas expressões doentias da própria personalidade e sexualidade, uma perversidade e falta de caráter intrínsecas e/ou uma submissão cega ao masculino, socialmente visto como executor de forte influência sobre mulheres.

Dessa forma, o fenômeno da estigmatização e da patologização é revisitado como um emblema histórico, refletido em diversos acontecimentos. Esse é o caso da insistente perseguição de mulheres na inquisição na Idade Média e mais recentemente nos conceitos da Criminologia Positivista pautados por Cesare Lombroso. À vista disso, o artigo pontua o papel de controle assumido pelo direito penal em deliberadamente castigar mulheres que transgridem as atribuições de gênero designadas culturalmente. Partindo do ponto de vista feminista, as autoras analisam como as relações de poder surgidas desses contextos sócio-históricos e culturais, ordenados por valores patriarcais, racistas,

classistas e sexistas, geram uma afetação de ordem subjetiva e concreta. Assim, torna-se evidente como as dinâmicas das relações de poder impulsionam as taxas de encarceramento feminino na sociedade (Carvalho e Mayorga, 2017).

Pensando nessa discussão, Barcinski e Cúnico (2016) trazem mais reflexões sobre as questões de gênero que permeiam o sistema de justiça penal. Além disso, também implementam uma crítica ao convencional olhar com o qual as produções acadêmicas abordam mulheres traficantes, subvertendo a ideia de que ocupam exclusivamente a posição de vítimas. Desse modo, ambas as posturas se associam ao conceito relacional de gênero utilizado pelas autoras, ratificando que a produção de sentido do masculino só pode ser concebida a partir do feminino e vice-versa. Tais relações, produzidas na mediação cultural e seguindo prescrições socialmente estabelecidas ao masculino e ao feminino, se reafirmam por meio de aproximações e afastamentos de comportamentos e emoções associados a cada um desses gêneros.

Atentando para esses fatores, segundo abordagens majoritárias no campo, as mulheres não seriam capazes de ocupar posições de poder ou exercer seu arbítrio na dinâmica do tráfico. Nesse sentido, essa análise reforça a importância da centralidade de gênero nos estudos criminológicos e levanta discussões significativas para compreensão das múltiplas trajetórias das mulheres no cárcere, relacionando-se intrinsecamente com a Criminologia Feminista. Ademais, são igualmente relevantes as pontuações contrárias a esse discurso hegemônico. A investigação da vida de mulheres que ocuparam posições de poder e de protagonismo no comércio de drogas sugere importantes reflexões acerca das construções sociais deferidas ao feminino e ao masculino.

À vista disso, é imprescindível rememorar que mulheres ocupando lugares tradicionalmente delegados aos homens jamais puderam exercer plenamente suas funções devido ao impasse das concepções de gênero que se reproduzem dentro do tráfico. Ainda que se apoderem de um lugar de protagonismo, são submetidas e afetadas pela dinâmica relacional que não as permite experimentar o poder de maneira absoluta. Dessa forma, sua posição de autoridade é frequentemente posta à prova em comparativo a dominação masculina nesse campo. Essas barreiras tornam seu controle limitado, e seu poder acaba sendo costumeiramente sustentado na subjugação de outras mulheres ou crianças. (Barcinski & Cúnico, 2016).

A maioria dos materiais encontrados traz uma reflexão crítica aos dispositivos científicos, práticas e saberes alicerçados em estigmatizar as mulheres que cometem delitos, como a medicina, a psiquiatria, a psicologia, a antropologia e as teorias criminológicas. A crítica à Psicologia aparece especialmente focalizada em perspectivas diagnósticas e hegemônicas, que apontam para a individualização de problemáticas sociais e contribuem para tecnologias que operacionalizam e fomentam a sujeição e controle de corpos aprisionados, sendo fonte produtora de sofrimento (Germano, et al., 2018; Santos, 2018).

### **Subjetividade, Prisão e uma outra Psicologia**

É interessante notarmos também, que as prisões constituem-se como ambientes de regressão de direitos conquistados e de perda de dignidade, que retrata uma faceta humana que a sociedade tenta esconder. Há ainda uma perpetuação dos mecanismos de violência, punição física, verbal e material no funcionamento do cárcere. Outrossim, há perdas na esfera afetiva, pois a privação de liberdade se estende à privação relacional, tanto no âmbito interno, quanto nos vínculos externos, demonstrando que o aprisionamento surte efeito em todos aqueles que integram em menor ou maior grau o sistema prisional (Diniz et al., 2019).

Por fim, na interseção entre os saberes positivistas, se produz uma subjugação da figura das mulheres nas relações sociais. À medida que o poder-saber produzido por esses conhecimentos auxiliam a ditar o papel feminino de subordinação na sociedade ocidental, há consequências que recaem sobre elas em forma de punição. Isso demarca a necessidade da inserção da Psicologia no cárcere como um saber ético, político e alinhado com a defesa dos Direitos Humanos. É com o aporte da psicologia crítica que se propõe a questionar tais marcadores sociais e não os reforçar por laudos “imparciais” e puramente clínicos, que mora a possibilidade da união dos saberes psicológicos às teorias criminológicas crítica e feminista, para repensar o cárcere feminino e seu crescimento no Brasil e América Latina (Germano, et al., 2018).

É interessante perceber que a composição da literatura levantada pelos estudos demonstra, por um lado, uma visão da psicologia que é integrante e constituinte das criminologias crítica e feminista, quando desenvolvem articulações teóricas possíveis entre ambos os campos e a possibilidade de ruptura de práticas individualizantes e classificatórias por parte da ciência psicológica. Por outro lado, também apontam que tais

práticas ainda estão presentes no cotidiano das instituições prisionais e no Sistema de Justiça, perpetuando vertentes tradicionais e as problemáticas advindas de práticas legitimadoras de violações de direitos humanos, preconceito e exclusão.

Compreende-se disso a necessidade de que a Psicologia esteja disposta, enquanto ciência e profissão, a contribuir com reflexões críticas que repensem o sistema penal que restringe vidas e mortifica corpos. As análises do material investigado problematizam que tais pautas devem se dar através de uma psicologia comprometida politicamente com a crítica ao atual modelo de sociedade, se opondo a um modelo de ciência fomentador de métodos acríticos que se auto proclamam imparciais, mas que na verdade resultam na patologização e segregação de uma população já marginal, servindo para a manutenção do sistema (Silva, 2017).

Assim, compreende-se a existência de uma certa consolidação da psicologia em uma esfera do já mencionado pensamento crítico, que vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas e preocupando-se com um debate que aponte para a superação das práticas que produzem exclusão e sofrimento. Ao mesmo tempo, isso ainda não tem representado a superação de uma outra corrente, que carrega aspectos positivistas em suas práticas para a legitimação de uma criminologia aliada à reprodução de um sistema de opressão seletivo e violador dos direitos humanos. É com uma roupagem de diagnósticos e profissionalismo, com reproduções acríticas de técnicas que desconsideram o campo social como constituinte da subjetividade humana, que a psicologia acrítica é utilizada para fomentar estereótipos que retroalimentam o sistema carcerário no Brasil (Silva, 2017).

## **Considerações finais**

Em suma, as produções encontradas demonstram que a ciência psicológica e as criminologias de base crítica e feminista vêm atuando nesse cenário de forma ética, crítica, política e alinhada com a defesa dos Direitos Humanos. Indo além, todos os materiais abordam as vivências afetivas e a realidade subjetiva das mulheres encarceradas, criticando o processo de desumanização sofrido por elas nesse ambiente. Nesse contexto, a maioria das produções encontradas relatam a urgência em utilizar essas análises em prol de criarmos alternativas ao encarceramento, enfatizando a importância da resistência e luta frente aos destruidores e mortificantes efeitos do cárcere.

## Referências

Frente a pouca quantidade de estudos acadêmicos-científicos que abordem os diálogos entre as ciências psicológica e criminológicas, indicamos o mapeamento de grupos e laboratórios nacionais de pesquisa que buscam compreender e produzir estudos científicos que tratem criticamente de questões relacionadas ao encarceramento de mulheres e a integralização desses saberes. Ressaltamos ser imprescindível a produção de estudos no Brasil na área da Psicologia sobre o tema do encarceramento feminino; mas para tratar desse debate é indispensável uma vinculação teórica com as Criminologias Crítica e Feminista que tanto têm contribuído para essas pautas. Nesse entendimento, indicamos a necessidade de aprofundar diálogos interdisciplinares entre essas áreas, visando promover contribuições teóricas críticas e práticas voltadas para a transformação da realidade do cárcere feminino no Brasil.

Constatamos, a partir da revisão realizada, as múltiplas possibilidades de diálogos nos campos criminológicos e psicológicos sobre aspectos que incidem na realidade das mulheres encarceradas. Nesse sentido, os estudos convergem ao tratar do sofrimento psíquico e das opressões que se interseccionam na trajetória de vida das mulheres criminalizadas; além de indicar a necessidade de um esforço para reinventar práticas e saberes voltados à transformação da realidade do cárcere feminino no Brasil. Mas, para que tais possibilidades possam ser exploradas, deve haver um investimento por parte da ciência psicológica para credibilizar suas vertentes outrora marginalizadas, uma vez que historicamente a psicologia alinha seus saberes aos campos criminológicos tradicionais de forma a favorecer a manutenção do sistema penal vigente.

Em conclusão, o que se aponta neste trabalho é a existência de uma linha mais crítica e progressista da psicologia, que é capaz de dialogar com os debates propostos pelas criminologias crítica e feminista. Além disso, que o encontro entre esses campos do saber emerge como frutífera possibilidade interdisciplinar no avanço de teorias e práticas alinhadas com a garantia dos direitos humanos e pela resistência às pautas contra-hegemônicas, que insistem pela manutenção de um sistema que preza pela exclusão e morte de certos grupos sociais.

Vislumbra-se que mais trabalhos dialógicos e interdisciplinares possibilitem o avanço de uma Psicologia crítica e capaz de questionar e ganhar mais espaço na garantia de uma sociedade mais democrática e justa.

- Andrade, C. D. (2016). Por uma criminologia crítica feminista. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(183), 14-25. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32348>
- Barcinski, M., & Cúnico, S. D. (2016). Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 16(1), 59-70. doi: 10.15448/1984-7289.2016.1.22590
- Batista, V. M. (2011). *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Silva, J. C., & Souza, I. B. S. (2019). Revisão sobre o presídio feminino nos estudos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-15. doi: 10.1590/1807-0310/2019v31216159
- Carvalho, D. T. P., & Mayorga, C. (2017). Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. *Estudos Feministas*, 25, 99-116. doi: 10.1590/1806-9584.2017v25n1p99
- Castro, A. E. F., & Yamamoto, O. H. (1998). A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. *Estudos de Psicologia*, 3, 147-158. doi: 10.1590/S1413-294X1998000100011
- Diniz, J., Magalhães, A. S., & Monteiro, M. C. (2019). Na dor e no amor: violência e rede de apoio no encarceramento feminino. *O Social em questão (Rio de Janeiro)*, 22(45), 81-102. Recuperado de [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_45\\_art\\_4.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_4.pdf)
- Estrela, M. L. P. (2018). *Mulheres, tráfico de drogas e sistema prisional: reflexões à luz das criminologias crítica e feminista* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa). Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18069>
- Germano, I. M. P., Monteiro, R. A. F. G., & Liberato, M. T. C. (2018). Criminologia crítica, feminismo e interseccionalidade na abordagem do aumento do encarceramento feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 27-43. doi: 10.1590/1982-3703000212310
- Giacomello, C. (2013). *Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en America*. Londres: IDPC. Recuperado de [https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC-Briefing-Paper\\_Women-in-Latin-America\\_SPANISH.pdf](https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC-Briefing-Paper_Women-in-Latin-America_SPANISH.pdf)
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (2006, 23 de agosto). Instituto do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e Subjetividade no Brasil* (1ª Ed.). Rio de Janeiro: Revan.
- Santos, L. P. B. (2018). *Sexualidades encarceradas: afetos, desejos e prazeres no cotidiano do cortiço-prisão feminino do interior pernambucano*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32084>
- Silva, N. G. S. E. Jr. (2017). *Política criminal, saberes criminológicos e justiça penal: que lugar para a Psicologia?* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23744>
- Silva, N. G. S. E. Jr., & Garcia, R. M. (2010). Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

*Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 613-632. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812010000200019&lng=pt&tlng=](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200019&lng=pt&tlng=)

Tannuss, R. W., Silva, N. G. S. E. Jr., & Garcia, R. M. (2020). Mulheres no tráfico: diálogos sobre transporte de drogas, criminalização e encarceramento feminino. In R. M. Garcia, C. H. Campos, N. G. S. E.

Jr. Silva, & R. W. Tannuss. (Orgs.), *Sistema de justiça criminal e gênero: diálogos entre as Criminologias Crítica e Feminista* (1ª ed., pp. 15-40). João Pessoa: CCTA/UFPB.

Weigert, M. A. B., & Carvalho, S. (2020). Criminologia feminista com criminologia crítica: perspectivas teóricas e teses convergentes. *Direito e Práxis*, 11, 1783-1814. doi: 10.1590/2179-8966/2019/38240

*Renata Monteiro Garcia*, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e vice-Líder do LAPSUS/UFPB. Endereço para correspondência: PPGDH-CCHLA – Central de Aulas, Bloco B - Campus I Lot, Cidade Universitária, João Pessoa/PB, CEP 58.051-900. Telefone: (83) 3209-8799. Email: [renata.garcia@academico.ufpb.br](mailto:renata.garcia@academico.ufpb.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0788-9095>

*Amanda Oliveira Magalhães*, Graduada em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: [amandamagalhaespsi@gmail.com](mailto:amandamagalhaespsi@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2599-741X>

*Aléxia Carolina Gonçalves da Silva*, Graduada em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: [acgs@academico.ufpb.br](mailto:acgs@academico.ufpb.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8482-4135>

*Giovanna Ignowsky Borba*, Graduada em Ciências Jurídicas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: [giovanna.ignowsky@academico.ufpb.br](mailto:giovanna.ignowsky@academico.ufpb.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2627-2958>

*Jeferson Trindade Silva Borges*, Mestrando em Direitos Humanos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: [jefersontrindadeborges@outlook.com](mailto:jefersontrindadeborges@outlook.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3893-4904>

Recebido em 06.jun.22

Revisado em 05.nov.22

Aceito em 07.dez.22

# Percepção de discriminação racial em usuárias(os) da Atenção Básica e Interseccionalidade

Raquel da Silva Silveira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Damião Soares de Almeida Segundo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Alisson Ferreira Batista. Universidade Ritter dos Reis  
Sabrina Gomes Nunes. Secretaria Municipal de Educação de Viamão  
Giorgia Fogaça Santos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Henrique Caetano Nardi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Resumo

Estudo sobre as percepções de discriminação vividas em uma amostra da população usuária da Atenção Básica do SUS, no RS. O objetivo deste trabalho foi analisar a intersecção entre raça/cor e sexo/gênero nas respostas obtidas. Comparou-se com resultados de pesquisa brasileira que utilizou os mesmos instrumentos. Foram entrevistadas(os) 521 usuárias(os) de duas cidades, com idades entre 18 e 81 anos, majoritariamente negras, mulheres, com renda familiar de até dois salários mínimos e ensino fundamental incompleto. A Escala de Discriminação Explícita e um questionário de dados sócio demográficos foram aplicados. Conduziu-se análises estatísticas comparando os quatro grupos (mulheres negras e brancas, homens negros e brancos). Aproximadamente metade das pessoas brancas não identificou sofrer qualquer discriminação. As pessoas negras apresentaram médias de frequência geral de ocorrência significativamente superior em relação a homens brancos. Raça/cor e condição socioeconômica foram as motivações mais apontadas.

**Palavras-chave:** discriminação; raça; gênero; interseccionalidade; SUS.

## Abstract

*Perception of racial discrimination in primary care users and intersectionality.* Study on perceptions of discrimination experienced in a sample of the population that uses SUS Primary Care, in the Rio Grande do Sul state. The aim of this paper was to analyze the intersection between race/color and sex/gender in the collected data. A comparison was made with results of a Brazilian research that used the same instruments, aiming to contribute to studies on the perception of racism. 521 users were interviewed in two cities, aged between 18 and 81 years old, mostly black, women, with a family income of up to two minimum wages and incomplete elementary education. The Explicit Discrimination Scale and a questionnaire of socio-demographic data were applied. Statistical analyzes were conducted comparing the four groups (black and white women, black and white men). Approximately half of white people did not identify suffering any discrimination. Black people had a significantly higher average overall frequency of occurrence than white men. Race/color and socioeconomic condition were the most mentioned motivations.

**Keywords:** discrimination; race; gender; intersectionality; SUS.

## Resumen

*Percepción de la discriminación racial en usuarios de atención primaria e interseccionalidad.* Estudio de percepciones de discriminación vividas en una muestra de la población que utiliza Atención Primaria del SUS (Sistema Único de Saúde), en el estado de Rio Grande do Sul. El objetivo de este artículo fue analizar la intersección entre raza/color y sexo/género en los datos recogidos. Se comparó con los resultados de una investigación brasileña que utilizó los mismos instrumentos. Se entrevistaron 521 usuarios en dos ciudades, con edades entre 18 y 81 años, en su mayoría mujeres negras, con un ingreso familiar de hasta dos salarios mínimos y educación primaria incompleta. Se aplicó la Escala de Discriminación Explícita y un cuestionario de datos sociodemográficos. Se realizaron análisis estadísticos comparando los cuatro grupos (mujeres negras y blancas, hombres negros y blancos). Aproximadamente la mitad de las personas blancas no identificaron sufrir discriminación alguna. Las personas de raza negra tenían una frecuencia general media de aparición significativamente más alta que los hombres de raza blanca. La raza/color y la condición socioeconómica fueron las motivaciones más mencionadas.

**Palabras clave:** discriminación; raza; género; interseccionalidade; SUS.

A percepção do racismo é uma temática bastante explorada nas pesquisas em saúde nos Estados Unidos da América (EUA); no Brasil, contudo, esse campo de estudos é recente (Rosa, 2018). Mesmo que em 2005 a Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha explicitado o racismo como uma Determinação Social em Saúde (DSS) (Borghì, Oliveira, & Sevalho, 2018), esse ainda é um tema em consolidação no Brasil (Werneck, 2016). A fim de contribuir com esta temática, este estudo investigou a autopercepção de racismo vivido por usuá-rias(os) do SUS frente às situações apresentadas pelo instrumento de pesquisa utilizado.

O racismo tem sido conceituado como uma estrutura histórica que organizou as sociedades através da distribuição desigual e hierárquica dos recursos materiais e simbólicos em função da raça/cor (Jones, 2000; Mbembe, 2019). Na especificidade do racismo no Brasil, destacamos três aspectos fundamentais: o mito da democracia racial, os processos de branqueamento da população e o discurso da meritocracia (Almeida, 2020; Bento, 2014).

O mito da democracia racial e os processos de branqueamento permanecem como discursos que sustentam a crença de que no Brasil não temos racismo, pois somos um povo mestiço/miscigenado. Um dos efeitos deste mito é a negação do racismo e o conseqüente silenciamento sobre as iniquidades raciais (Munanga, 2017). Lélia Gonzáles (2018) chamou essa singularidade do Brasil de racismo de denegação. Esse processo de silenciamento e de negação sobre o racismo continua produzindo impactos na produção científica da saúde (Werneck, 2016).

Estudos sobre a dinâmica do racismo têm proposto, pelo menos, três níveis de racismo: o institucional, o interpessoal e o internalizado (Jones, 2000). No Brasil, Silvio Almeida (2020) é um dos autores que explicita o impacto do racismo na construção histórica do nosso país, ou seja, o racismo como estruturante de todas as instâncias da sociedade brasileira. Nessa trama entre as estruturas institucionais, as relações interpessoais e seus efeitos nos processos de subjetivação, este estudo focaliza o racismo vivido nas relações interpessoais. Nesse nível, o racismo se expressa por meio de preconceitos e de discriminações em situações do cotidiano. Os estudos da psicologia social definem o preconceito como uma atitude complexa, contextual e que expressa relações de hostilidade a pessoas de grupos socialmente desvalorizados. Apresentam aspectos cognitivos, afetivos e de relações de poder. Por isso os preconceitos apresentam uma estrutura rígida, de difícil modificação. Os estereótipos

são as estruturas cognitivas que nos permitem classificar os grupos sociais, podendo ser positivos ou negativos (Lima, 2020). Segundo Carlos Moore (2012), o racismo produz os preconceitos e estereótipos mais violentos que habitam o imaginário social e individual, uma vez que desumanizam as pessoas negras. As discriminações raciais são as atitudes expressas de exclusão e prejuízo por motivo de raça/cor (Jones, 2000). Infelizmente, a experiência de inferiorização e de rotulação com estereótipos negativos tem sido uma vivência cotidiana da população negra no Brasil (Anuniação, Trad, & Ferreira, 2020). Os impactos do racismo se materializam nas estatísticas de homicídios, feminicídios de mulheres e meninas negras, baixa escolarização e baixa renda, entre outras (Bueno & Lima, 2019).

Quando se analisa o racismo numa perspectiva interseccional, na qual os(as) pesquisadores(as) estão cientes de que além de raça/cor, o sexo/gênero também produz iniquidades em saúde (Campbell, 2015), teremos uma visibilidade mais específica das articulações que o racismo produz na relação com o sexismo. A categoria sexo/gênero é utilizada neste artigo para diferenciar homens e mulheres. Entretanto, cabe salientar que o conceito de gênero é mais complexo que o binarismo construído historicamente, pois explicita as relações de poder que hierarquizaram e naturalizam as diferenças entre o masculino e o feminino (Guaranha, Scobernatti, Romanini, & Silveira, 2015).

Estruturalmente, a interseccionalidade entre racismo e sexismo tem como efeito uma maior vulnerabilidade das mulheres negras. Estudos mostram que esse seguimento da população continua ocupando os piores indicadores em quase todos os âmbitos da vida (Campos, França, & Feres Júnior, 2018), com exceção das taxas de homicídio, violência policial e encarceramento, majoritariamente reservadas aos jovens negros pobres (Bueno & Lima, 2019). Nesse sentido, ressaltamos a importância do conceito de interseccionalidade como uma forma específica de articulação dos marcadores sociais na conformação das formas de opressão, uma vez que o racismo afetará de forma diferente mulheres negras e homens negros (Crenshaw, 2017).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar, de forma interseccional, os marcadores sociais raça/cor e sexo/gênero nas percepções de discriminação vividas por usuá-rias(os) da Atenção Básica (AB) nas cidades de Porto Alegre e de Pelotas/RS, no percurso de suas vidas. Para tanto, traçamos um perfil dessas(es) usuá-rias(os) e comparamos quatro grupos, formados

pela intersecção raça/cor e sexo/gênero (i.e., mulher negra, mulher branca, homem negro, homem branco), quanto à frequência de ocorrência e às motivações declaradas para o tratamento discriminatório recebido diante de 18 situações da vida (educação, trabalho, serviços públicos e privados, relações familiares e/ou afetivas). Com intuito de contribuir com os estudos sobre a percepção do racismo, bem como com as discussões pertinentes à Política Nacional da Saúde Integral da População Negra/2009 (PNSIPN), propusemos um diálogo com resultados de pesquisas recentes que utilizaram o mesmo instrumento deste estudo (i.e., Escala de Discriminação Explícita no Brasil; Bastos, Faerstein, Celeste, & Barros, 2012).

## Método

Participaram 521 usuárias (os) da AB do Sistema Único de Saúde (SUS) no RS - cidades de Porto Alegre (81,4%) e de Pelotas (18,6%), com idades entre 18 e 81 anos ( $M = 43,33$ ;  $DP = 16,14$ ). A maioria delas(es) era negra(o) (53,2%), do gênero feminino (80,4%), com renda familiar de até dois salários mínimos (55,1%) e ensino fundamental incompleto (30,5%). Os grupos formados para as análises de comparação foram de mulheres negras ( $n = 220$ ), mulheres brancas ( $n = 199$ ), homens negros ( $n = 57$ ) e homens brancos ( $n = 45$ ).

Este estudo é um desdobramento da pesquisa quanti-qualitativa intitulada “Racismo, Relações de Saber-Poder e Sofrimento Psíquico”, realizada entre 2015 e 2018, a qual se propôs a produzir indicadores epidemiológicos que visibilizassem os impactos do racismo na saúde mental de usuárias(os) da AB no SUS nas cidades de Porto Alegre e de Pelotas, no RS. Consideramos como população-alvo todas(os) as(os) usuárias(as) das Unidades de Saúde (US) na cidade de Porto Alegre/RS, a qual estava dividida em oito Regiões de Saúde, em um total de 142 US. Essas US estão distribuídas de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, há mais equipamentos de saúde nas regiões periféricas e com maior vulnerabilidade. Os critérios de inclusão foram ser maiores de 18 anos e não apresentar transtornos mentais ou alterações visíveis no estado mental, por exemplo, decorrentes do uso de álcool e/ou drogas, no momento da entrevista. As entrevistas foram realizadas nas salas de espera das US.

A equipe de entrevistadoras(es) foi composta por estudantes de graduação treinadas(os) que foram orientadas(os) a abordar pessoas com perfis diversos (etários,

de gênero, raciais). Ao chegar à Unidade de Saúde, a equipe entrevistadora contactava a gerência do serviço, previamente avisada da pesquisa, e iniciava a abordagem aleatória das(os) usuárias(os) na sala de espera. A(o) usuária(o) era convidada(o) a participar de uma pesquisa sobre “discriminação e saúde”; caso aceitasse, era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), colhida a assinatura da(o) entrevistada(o) e iniciada a aplicação dos questionários face a face. Caso a pessoa abordada não aceitasse participar da pesquisa, passava-se a convidar outra(o) usuária(o). Assim, a amostra foi composta por aquelas(es) que, cientes dos objetivos do estudo e demais informações do TCLE, deram o seu consentimento com a assinatura do Termo. A pesquisa foi aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, tendo sido aprovada neste último pelo Parecer Consubstanciado de n. CAAE 44949315.3.3001.5338.

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, foram utilizadas a Escala de Discriminação Explícita (EDE) e questões sociodemográficas. A EDE (Bastos et al., 2012) é constituída por 18 situações de tratamento discriminatório, tais como ser tratado(a) com desprezo ao tentar namorar alguém, ser avaliado(a) injustamente em atividades no trabalho ou estágio e ser excluído(a) ou deixado(a) de fora por um grupo de amigos(as) da escola/faculdade. Em cada uma das situações é solicitado à/ao respondente que indique a frequência de ocorrência do tratamento discriminatório descrito, por meio de escala *Likert* de quatro pontos, variando de nunca (zero) a sempre (três); e o(s) motivo(s) para o tratamento discriminatório escolhido(s) em uma lista com 17 sugestões (e.g., condição socioeconômica, raça, idade, gênero, outros), podendo indicar outros. Pesquisas anteriores (Bastos et al., 2012; Bernardo, Bastos, & Moretti-Pires, 2018) sugerem a aplicação da EDE em públicos diferentes dos já realizados. Por reconhecermos a capacidade de visibilizar as situações de racismo cotidiano que vivenciam as pessoas negras, aplicamos esse instrumento em usuárias/as da AB, como já afirmado. Modificamos a aplicação da escala para entrevista face a face (originalmente era autoaplicada), na qual eram lidas as perguntas e entregue uma folha A4 impressa com o quadro de motivos. A troca do método de aplicação da EDE foi realizado para facilitar a compreensão do instrumento e auxiliar na identificação dos motivos através da folha impressa, caso a(o) usuária(o) tivesse percebido a discriminação.

A partir das respostas foram contabilizadas, para cada um dos 18 cenários, as frequências de ocorrência ou

não de tratamento discriminatório e do(s) motivo(s) para o tratamento. Além disso, foram computados os escores em relação aos 18 cenários em conjunto de *frequência de ocorrência* e *somatório de motivos*, considerando a ausência/presença para tratamento discriminatório por qualquer dos motivos (escores teóricos de 0 a 18).

Quanto às informações sociodemográficas, foram solicitadas: *raça/cor*, *sexo/gênero/sexualidade*, *posição socioeconômica*, *idade*, entre outras. Para os fins deste artigo, utilizou-se o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) para *raça/cor* (i.e., branca, preta, parda, amarela e indígena) e agrupou-se pardos(as) e pretos(as) como “negros(as)”. As respostas às opções de *raça/cor* amarela e indígena foram excluídas, pois tiveram uma pequena quantidade de respondentes. Cabe destacar que incluímos no quadro de motivos da EDE o marcador de identidade de gênero “trans”, mas ninguém se autodeclarou como pessoa transexual. Essa ausência de entrevistadas(os) transexuais é uma informação importante para ser explorada por outros estudos e pode indicar a evitação do uso da AB por pessoas trans, tal como descrito por Guaranha et. al. (2015).

Realizaram-se análises descritivas para conhecer o perfil da amostra; testes qui-quadrado para comparar a frequência das respostas à EDE para quatro grupos formados pela intersecção dos marcadores *raça/cor* e *sexo/gênero* (i.e., MN - mulher negra, MB - mulher branca, HN - homem negro, HB - homem branco); ANOVA e teste post-hoc Games-Howell, para comparar as médias nos escores da frequência de ocorrência e o somatório de motivos, para os grupos de intersecção (i.e., MN, MB, HN, HB). O post-hoc Games-Howell foi escolhido por ser uma estatística que pondera as diferenças de tamanho entre os

grupos comparados, corrigindo possíveis distorções, como a igualdade de variância (Shingalaand & Rajyaguru, 2015). As análises foram feitas no software SPSS versão 21.

## Resultados e discussão

Como relatado anteriormente, a escala de discriminação utilizada (EDE) apresenta 18 situações em que a pessoa identificou um tratamento discriminatório, como por exemplo: a) Você já foi vigiado/a, perseguido/a ou detido/a por seguranças ou policiais sem que tenha dado motivos para isso? Pense que isso pode ter acontecido em lojas, bancos, na rua, festas, locais públicos, entre outros; b) A família de alguma pessoa com quem você se relacionou afetivamente, ficou, namorou ou casou rejeitou você ou tentou impedir sua relação com ele(a)?

Caso a pessoa respondesse sim, ela era convidada a identificar qual ou quais, segundo sua percepção, seriam os possíveis motivos para esta experiência: a) condição econômica/classe social; b) cor ou raça; d) deficiência física; d) doença; e) forma de vestir; f) idade; g) local de moradia; h) ser homem ou mulher; i) ser travesti ou transexual; j) orientação sexual; k) orientação política; l) religião ou culto; m) ser gordo/a ou magro/a; n) sotaque ou forma de falar; o) tipo de comportamento ou hábito de vida; p) usar óculos; q) ter determinados valores morais, éticos ou estéticos; r) outro(s) motivo(s). Em relação às motivações para o tratamento discriminatório exploradas no instrumento, a Tabela 1 apresenta a frequência com que as principais motivações foram indicadas pelas(os) respondentes ao longo das 18 situações. Destacam-se as motivações “raça/cor”, “condição socioeconômica” e “forma de falar”, com os maiores números de indicações.

**Tabela 1.** Motivações autorrelatadas para as experiências de tratamento diferencial de acordo com a combinação das variáveis (sexo/gênero e raça/cor)

Motivações	Combinação (sexo/gênero e raça/cor) - n (%)				$\chi^2$
	Mulheres /negras	Mulheres /brancas	Homens /negros	Homens /brancos	
Classe	71 (32,27)	65 (32,66)	24 (42,10)	17 (37,77)	2,40
Raça/cor	105 (47,72)	20 (10,05)	30 (52,63)	2 (4,44)	98,27*
Forma de vestir	97 (44,09)	83 (41,70)	28 (49,12)	21 (46,66)	1,16
Idade	37 (16,81)	34 (17,08)	17 (29,82)	9 (20,00)	5,56
Local de moradia	20 (9,09)	20 (10,05)	15 (26,31)	5 (11,11)	13,95**
Sexo/gênero	31 (14,09)	38 (19,09)	2 (3,5)	2 (4,44)	12,90**
Peso corporal	44 (20,00)	41 (20,6)	7 (12,28)	7 (15,55)	2,49
Forma de falar	15 (6,81)	21 (10,55)	12 (21,05)	9 (20,00)	13,64**
Total (n)	220	199	57	45	-

Nota. \* =  $p < 0,001$ ; \*\* =  $p < 0,01$

### **Vivências Cotidianas de Discriminação Racial: Comparando Estudos**

A percepção de discriminação racial tem sido estudada como um potente sinalizador do racismo (Jones, 2000). Os impactos negativos produzidos pelo racismo na saúde vão desde a baixa autoestima até situações de violência física e homicídios. Os resultados desta pesquisa corroboram os achados de outros estudos sobre percepção de discriminação e sua relação com o racismo na população brasileira (Anuniação et al., 2020). Para uma análise interseccional desta amostra de usuárias(os) da AB, é importante visibilizar a articulação raça/cor e classe social. Ainda que o racismo opere independentemente da classe social, esta amostra apresenta um recorte homogêneo de classe social baixa, predominantemente, com renda familiar de até dois salários mínimos (55,1%) e ensino fundamental incompleto (30,5%). A maioria delas era de pessoas negras (53,2%) e do gênero feminino (80,4%). A associação entre raça/cor e classe social tem sido amplamente discutida no Brasil, pois a pouca efetividade das políticas públicas para enfrentamento das iniquidades raciais perpetua essa população nas situações de maior vulnerabilidade social (Campos et al., 2018). É importante frisar que a variável classe social já é reconhecida como produtora de preconceitos e discriminações (Moura, Almeida-Segundo, & Barbosa, 2019). Ao articular-se com o racismo, teremos um agravamento das situações de violação de direitos humanos.

Com o propósito de dialogar com pesquisas que utilizaram a mesma escala de discriminação (Bastos et al., 2012; Bernardo et al., 2018), identificamos, já no delineamento do campo a ser pesquisado, um retrato das iniquidades raciais e sociais da sociedade brasileira. Ao pesquisar estudantes universitários(as), o estudo de Bernardo et al. (2018) encontrou 85,8% de jovens autodeclarados(as) brancos(as), e um percentual de 57,83% da classe socioeconômica alta, em 2012, no Rio de Janeiro. Certamente em 2021 esse perfil deve ter-se alterado, pois em 2012 as cotas raciais estavam se consolidando. Mas é significativo que no Rio de Janeiro, estado com 47,96% de população negra segundo o último Censo (IBGE, 2010), a amostra tenha encontrado menos de 15% de estudantes negros(as).

Comparativamente, em nossa amostra, encontramos 53,2% de usuárias(os) negras(os) na AB, conforme mencionado acima. Este resultado contrasta bastante com o referido estudo (Bernardo et al., 2018), pois as cidades de Porto Alegre e de Pelotas apresentavam

apenas 20% de população negra em 2010 (IBGE, 2010). Tais resultados convergem com estudos que demonstram ser o SUS utilizado majoritariamente pela população negra do país. Esses estudos são importantes para fortalecer a necessidade de formação profissional e universitária sobre o racismo como uma determinação social nos processos saúde-doença (Guibu et al., 2017). Em nossa amostra, as(os) usuárias(os) reconhecem a vivência da discriminação racial cotidiana, e, identificam a motivação do racismo para as humilhações vividas. Assim, acreditamos ser importante que os/as profissionais de saúde se apropriem dessas informações científicas para problematizar o discurso biomédico de práticas universalizantes que invisibilizam o racismo como determinação social em saúde.

Em nossa amostra, a maior diferença entre os quatro grupos analisados (homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras) foi em relação ao reconhecimento do motivo raça/cor ( $\chi^2 = 98,27$ ;  $p < 0,001$ ) para o tratamento discriminatório. Além disso, esse foi o principal motivo para discriminação indicado por mulheres negras (47,72%) e por homens negros (52,63%). Estes resultados são semelhantes aos de Bernardo et al. (2018), que encontraram uma prevalência do motivo raça/cor também próximo a 50% para homens e mulheres negras.

Esse reconhecimento da discriminação racial, tanto para usuários/as do SUS no RS como estudantes universitários no RJ, pode ser um dos importantes efeitos dos avanços conquistados pelos movimentos negros, seja nas políticas públicas de saúde, como no enfrentamento ao mito da democracia racial. Também é significativo que apenas 25% das pessoas negras da nossa amostra disseram não ter vivido nenhuma das situações de discriminação. Se por um lado é uma triste informação, por outro confirma a maior conscientização da população negra em relação ao racismo (Alves, Jesus, & Diaz, 2017).

### **Discriminação Racial e Territorialidade**

Outros resultados significativos em relação aos motivos apontados para o tratamento discriminatório vivido foram: a) o local de moradia ( $\chi^2 = 13,95$ ;  $p < 0,01$ ) para homens negros; b) a forma de falar ( $\chi^2 = 13,64$ ;  $p < 0,01$ ) para homens negros (21,05%) ou brancos (20,00%). Tanto local de moradia como forma de falar podem ser compreendidos como elementos importantes no marcador de classe social, pois explicitam as precariedades de habitação e educação formal. Essa

territorialidade “marginal”, tanto material como simbólica inscreve os homens pobres e negros em estereótipos negativos (Moura et al., 2019).

Na especificidade das relações raciais brasileiras, a discriminação pela “forma de falar” de homens negros pode ser complexificada com uma análise que leve em consideração os impactos do racismo. É válido trazer a dimensão da linguagem como um fator operante nas relações sociais e na produção de discriminação. Articulando o pensamento de Frantz Fanon (2008) e Lélia Gonzalez (2018) é possível compreender a linguagem atuando na relação inclusão-exclusão social.

A constituição social brasileira é complexa e multifacetada, além dos indígenas nativos e da colonização portuguesa, tivemos um enorme povoamento de negros(as) escravizados(as) e posteriormente, num projeto de branqueamento da nação, imigrantes oriundos de diversas regiões da Europa (Munanga, 2017). Apesar de tantas nuances, criaram-se normativas que não dão conta da imbricada sociedade brasileira e a norma culta da linguagem não foge desse cenário. Falando especificamente da contribuição africana na forma como o português é falado no Brasil, Lélia Gonzalez criou o conceito de “pretuguês”. Já nos anos 1980, a autora destacava a pouca valorização da contribuição histórico-cultural de África nos processos linguísticos na América Latina e Caribe. O pretuguês se expressa por meio do “caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o *l* ou o *r*, por exemplo)” (Gonzalez, 2018, p. 322). Assim, a forma de falar das territorialidades pobres é marcada pelo pretuguês, logo, distante da forma de falar da norma “cultura”, branca e colonizadora.

Quanto ao local de moradia, aqueles(as) que sofreram discriminação são majoritariamente indivíduos negros(as), em situação de pobreza, habitantes de lugares estigmatizados. A discriminação a qual as pessoas em situação de pobreza estão sujeitas comumente encobre outras formas de preconceito (Moura et al., 2019), sendo necessária à compreensão dos processos de iniquidade uma análise interseccional a partir da raça e do gênero (Campbell, 2015).

### **Discriminação por Motivo de Sexo/Gênero**

Na comparação entre os grupos, outra motivação que foi significativamente diferente foi a discriminação em razão do sexo/gênero ( $\chi^2 = 12,90$ ;  $p < 0,01$ ), majoritariamente apontado por mulheres brancas (19,09%) e mulheres negras (14,09%). Possivelmente

a discriminação em razão de gênero fique sobreposta e “menos perceptível” para as mulheres negras em virtude de a discriminação racial ser tão marcante. Em relação à motivação sexo/gênero, a pesquisa de Bernardo et al. (2018) encontrou uma diferença significativa entre as mulheres negras de baixa renda, com 26,5% e o grupo de referência da pesquisa, homens brancos de classe alta, com 4,6%. Lembrando que a amostra daquele estudo é de estudantes universitárias negras de baixa renda, que tanto pela idade, como pelo nível de ensino, podem estar mais atentas ao sexismo (Martins, 2017). Portanto, apresentaram um percentual (26,5%) bem superior de identificação da discriminação de gênero do que o encontrado nesta amostra, que foi de 14,9% para mulheres negras de baixa renda e baixa escolarização.

### **A Experiência de não Ter Sido Discriminado(A): os Privilégios da Branquitude**

Foram realizadas análises adicionais para identificar a porcentagem dos(as) participantes que, em cada uma das 18 situações, indicaram como motivo do tratamento discriminatório: apenas “raça/cor”, “raça/cor” e outros motivos, apenas outros motivos, e nenhum tratamento discriminatório ( $\chi^2 = 78,07$ ;  $p < 0,001$ ). Dessa relação, cabe destacar que 49,75% das mulheres brancas, e, 48,88% dos homens brancos reportaram não ter sofrido tratamento discriminatório em nenhum dos cenários; ao passo que, apenas 25,5% das mulheres negras, e, 26,31% dos homens negros estão na mesma situação. Adicionalmente, analisamos o perfil etário dos que não sofreram nenhum tratamento discriminatório, entre as(os) usuárias(os) brancas(os) a idade média foi de 54,5 ( $DP = 16,07$ ); e entre as(os) negras(os) a idade média foi de 48,9 ( $DP = 16,09$ ).

Estudos sobre a branquitude demonstram que em todos os níveis socioeconômicos a população branca se beneficia da estrutura racista, pois o ideal de brancura proporciona ganhos simbólicos e materiais que atuam nos três níveis do racismo (institucional, interpessoal, internalizado). Esses estudos salientam a dimensão relacional do racismo, no qual as relações raciais instituídas prejudicam a população negra e favorecem a população branca (Bento, 2014). Para a população branca da nossa amostra, constatamos os privilégios da branquitude, apesar da classe social baixa (Bento, 2014). Como já mencionado, quase metade das usuárias(os) brancas(os) relataram não ter vivido nenhuma das 18 situações de discriminação. Das pessoas brancas que

viveram situações de discriminação, apenas em dois dos 18 cenários houve maior prevalência do que para a população negra, sendo ambos em nível das relações próximas e/ou de intimidade. Para as mulheres brancas foi o tratamento injusto na família, que possivelmente está relacionado à questão de gênero, visto a força do

sexismo na sociedade brasileira. Para os homens brancos, foi indicada a discriminação nas relações afetivas.

### **Vivências Cotidianas de Discriminação e Violência**

Em relação à frequência de ter percebido situações de discriminação, a Tabela 2 apresenta a distribuição para os quatro grupos.

**Tabela 2.** Porcentagem dos participantes que relataram tratamento diferencial em cada uma das 18 situações específicas de acordo com a combinação das variáveis (sexo/gênero e raça/cor)

Situações	Combinação (sexo/gênero e raça/cor) - n (%)				$\chi^2$
	Mulheres /negras	Mulheres /brancas	Homens /negros	Homens /brancos	
1. Confundido com funcionário de um estabelecimento	87 (39,54)	71 (35,67)	22 (38,59)	15 (33,33)	0,896
2. Tratado injustamente em lojas, restaurantes ou cafés	73 (33,18)	45 (22,61)	24 (42,10)	14 (31,11)	9,40***
3. Tratado injustamente em agências governamentais	10 (4,54)	19 (9,54)	11(19,29)	5 (11,11)	13,41**
4. Vigiado, perseguido ou preso por policiais ou guardas de segurança	91 (41,36)	47 (23,61)	27 (47,36)	13 (28,88)	17,92*
5. Fisicamente agredido por policiais ou guardas de segurança ou terceiros	9 (4,09)	10 (5,02)	17 (29,82)	6 (13,33)	44,46*
6. Tratado como pouco inteligente ou incapaz de realizar atividades na escola/faculdade	47 (21,36)	39 (19,59)	17 (29,82)	6 (13,33)	3,53
7. Tratado como pouco inteligente ou incapaz de realizar atividades no trabalho/estágio	52 (23,63)	43 (21,60)	16 (28,07)	10 (22,22)	0,99
8. Avaliado injustamente em exames ou outras atividades acadêmicas	20 (9,09)	17 (8,54)	8 (14,03)	3 (6,66)	1,64
9. Avaliado injustamente em atividades no trabalho ou estágio	46 (20,90)	31 (15,57)	11 (19,29)	3 (6,66)	5,33
10. Tratado com desprezo ao tentar namorar alguém	39 (17,72)	35 (17,58)	12 (21,05)	11 (24,44)	1,593
11. Rejeitado pela família de alguém com quem você teve um relacionamento próximo	83 (37,72)	61 (30,65)	28 (49,12)	16 (35,55)	6,31
12. Tratado injustamente pelos membros da sua família	47 (21,36)	47 (23,61)	9 (15,79)	8 (17,77)	1,94
13. Chamado por nomes pejorativos ou nomes que você não gostou	104 (47,27)	76 (38,19)	29 (50,87)	20 (44,44)	3,84
14. Excluído ou deixado de fora por um grupo de amigos da escola ou da faculdade	58 (26,36)	44 (22,11)	15 (26,31)	4 (8,88)	5,85
15. Excluído ou deixado de fora por um grupo de colegas do trabalho ou estágio	35 (15,90)	23 (11,55)	8 (14,03)	3 (6,66)	3,32
16. Excluído ou deixado de fora por pessoas do seu bairro	28 (12,72)	23 (11,55)	9 (15,78)	4 (8,88)	1,05
17. Rejeitado num processo de seleção apesar de ter as melhores qualificações	61 (27,72)	44 (22,11)	15 (26,31)	10 (22,22)	1,85
18. Tratados injustamente em centros de saúde ou hospitais	30 (13,63)	23 (11,55)	9 (15,78)	3 (6,66)	2,00
Total (n)	220	199	57	45	-

Inicialmente, a tabela 2 apresenta, em função dos quatro grupos comparados, as frequências da ocorrência de discriminação para cada um dos 18 cenários e os valores do teste qui-quadrado. As mulheres negras apresentaram maior prevalência de tratamento discriminatório em cinco situações do instrumento, foram elas, ser: confundido com funcionário de um estabelecimento (situação 1); avaliado injustamente em atividades no trabalho ou estágio (situação 9); excluído ou deixado de fora por um grupo de amigos da escola ou da faculdade (situação 14); excluído ou deixado de fora por um grupo de colegas do trabalho ou estágio (situação 15); e rejeitado num processo de seleção apesar de ter as melhores qualificações (situação 17).

Além disso, os homens negros apresentaram maior prevalência de tratamento discriminatório em 11 cenários do instrumento, foram eles, ser: tratado injustamente em lojas, restaurantes ou cafés (situação 2); tratado injustamente em agências governamentais (situação 3); vigiado, perseguido ou preso por policiais ou guardas de segurança (situação 4); fisicamente agredido por policiais ou guardas de segurança ou terceiros (situação 5); tratado como pouco inteligente ou incapaz de realizar atividades na escola/faculdade (situação 6); tratado como pouco inteligente ou incapaz de realizar atividades no trabalho/estágio (situação 7); avaliado injustamente em exames ou outras atividades acadêmicas (situação 8); rejeitado pela família de alguém com quem você teve um relacionamento próximo (situação 11); chamado por nomes pejorativos ou nomes que você não gostou (situação 13); excluído ou deixado de fora por pessoas do seu bairro (situação 16); e tratado injustamente em centros de saúde ou hospitais (situação 18).

Por sua vez, as mulheres brancas apresentaram maior prevalência de tratamento discriminatório no cenário 12 (i.e., ser tratado injustamente pelos membros da sua família) e os homens brancos no cenário 10 (i.e., ser tratado com desprezo ao tentar namorar alguém). Entretanto, a diferença entre os quatro grupos só foi significativa nas seguintes situações: ser tratado injustamente em lojas, restaurantes ou cafés (situação 2), ser tratado injustamente em agências governamentais (situação 3), ser vigiado, perseguido ou preso por policiais ou guardas de segurança (situação 4) e ser fisicamente agredido por policiais ou guardas de segurança ou terceiros (situação 5). É importante frisar que nestas quatro situações a prevalência de discriminação foi em relação aos homens negros.

### **Prevalência na Percepção do Racismo**

Em relação às 18 situações de discriminação investigadas, encontramos que os marcadores de raça/cor e classe social se interseccionam, por meio da maior vivência de tratamento discriminatório à população negra ao longo de toda a vida. Escalas de percepção do racismo captam as vivências do racismo interpessoal (Jones, 2020), o qual produz consequências nos processos de subjetivação e na saúde mental (Kon, Silva, & Abud, 2017). Em estudo anterior, encontramos relação entre rastreamento de sofrimento psíquico e violência policial, a qual está relacionada aos estereótipos negativos produzidos pelo racismo (Silveira et al., 2018).

Na comparação com o estudo de Bastos et al. (2012), chamou a atenção que, naquele estudo, em 10 das 18 situações de discriminação apresentadas, houve prevalência inferior a 10%. Ou seja, em 10 situações, a maioria das pessoas não indicou ter sido discriminada. O perfil desse estudo era de 85,6% estudantes brancos(as). Em nossa amostra isso aconteceu apenas para o cenário 8: ser avaliado(a) injustamente em exames ou outras atividades acadêmicas/escolares. Possivelmente esse resultado em nossa amostra reflita a baixa permanência nos bancos escolares, pois prevaleceram os níveis iniciais de escolarização. Outro ponto de comparação interessante é que naquela amostra de estudantes universitários(as), foi encontrada uma prevalência tão baixa para quatro cenários que os autores cogitaram a exclusão dos itens da escala (Bastos et al., 2012). Esses cenários eram: a) ser confundido com funcionário de um estabelecimento; b) ser tratado injustamente em agências governamentais; c) ser rejeitado num processo de seleção apesar de ter as melhores qualificações; d) ser tratado injustamente em centros de saúde ou hospitais. Na presente amostra, todas essas situações de discriminação tiveram uma pontuação substancial, sendo que a maior prevalência foi para homens e mulheres negros(as). Ou seja, a baixa prevalência dessas discriminações no estudo de Bastos et al. (2012) se deu, provavelmente, devido ao perfil da amostra e não, como cogitado pelos autores(as), por essas situações não serem comuns em contexto brasileiro.

Pelo contrário, ao interseccionarmos raça/cor, classe social e sexo/gênero, encontramos na amostra desta pesquisa uma maior frequência de discriminação em 11 dos 18 cenários para os homens negros; e em cinco para as mulheres negras. Segundo Bernardo et al. (2018), esse tem sido o perfil encontrado em outros estudos sobre discriminação. Contudo, quando

analisamos o contexto geral das relações raciais, os estudos sobre racismo apontam a maior vulnerabilidade da mulher negra, visto sua posição de sujeito nas relações de saber-poder ser de desvantagem interseccional, seja por gênero, seja por raça (Campos et al., 2018).

### **Homens Negros e Pobres: a Convivência Diária com Discriminações e Violências**

O resultado encontrado nesta pesquisa de que os homens negros apresentam frequência maior e um maior número de cenários em que percebem a discriminação, parece indicar a força dos estigmas/estereótipos negativos do homem negro, visto como violento, agressivo, perigoso, suspeito de ser “ladrão/bandido”. Outros estudos apontam para o “fenótipo racial” negro, seguido ao do gênero masculino como sendo o principal fator para construção dos estereótipos dado a um “suspeito” nas abordagens policiais (Nadal, Davidoff, Allcock, Serpe, & Erazo 2017). Aliado a isso, persistem os estereótipos que envolvem marcadores como a classe social e o local de moradia na construção de um olhar discriminatório de que homens, em sua maioria, pobres e favelados sejam vistos como “criminosos” (Monteiro, 2017).

Ao pensarmos na relação entre as informações da nossa amostra, os dados de homicídios e a violência policial para homens negros, verificamos que raça/cor é o fator preponderante na escolha de quem deve morrer ou viver por parte do Estado. Em 2019, 75,4% dos homicídios cometidos pela polícia vitimizou homens negros (Bueno & Lima, 2019). Estudo da Segurança Pública revela que entre 2007 e 2017 a taxa de homicídio para os negros cresceu 33,1% enquanto para pessoas não negras a taxa cresceu 3,3%. Em nosso país, no ano de 2017, a vitimização geral por homicídios foi composta por 75,5% de pessoas negras (pretas ou pardas) (Bueno & Lima, 2019). Quando nos debruçamos nessas informações, é assustador perceber que a faixa etária mais atingida é de 20 anos. Tristemente, as pesquisas revelam que esses jovens negros assassinados pela polícia tinham apenas o Ensino Fundamental (completo ou incompleto), em sua maioria.

Essas informações demonstram que a interseccionalidade com raça/cor diminui os privilégios do gênero masculino para os homens negros, expondo-os a uma frequência significativamente maior de situações de discriminação em diversos âmbitos da vida. Apesar da existência de dados, como os acima relatados, que demonstram o genocídio dos jovens negros de forma

explícita, o Estado brasileiro negligência o racismo constantemente (Anunção et. al., 2020). Importante reforçar que o racismo se expressa em ações institucionais, de forma histórica e estrutural. Desta forma, o racismo autoriza as práticas e as condutas de segurança que excedem as ações individuais dos agentes da polícia. A instituição policial-militar perpetuou, historicamente, o estereótipo de bandido para o sujeito negro. Assim, naturalizam-se as práticas de extermínio e violência em nome de uma chamada ordem social, mantendo o(a) negro(a) num lugar marginalizado. Esse lugar, por vezes, altera a percepção que o(a) negro(a) tem de si próprio(a), causando agravos psíquicos. Estudos sobre percepção de discriminação racial sinalizam o caráter relacional deste fenômeno, pois o racismo interpessoal legitima práticas discriminatórias da polícia e de seguranças privados (Nadal et al., 2017).

Quando analisamos de forma interseccional raça/cor e sexo/gênero, encontramos diferença significativa entre os quatro grupos para quatro situações. A maior diferença entre os grupos foi para o cenário cinco que envolvia ser fisicamente agredido por policiais ou guardas de segurança ou terceiros ( $\chi^2 = 44,46$ ;  $p < 0,001$ ), quase um terço dos homens negros reportaram já ter passado por isso (29,82%). Nesta análise, a situação discriminatória de ser vigiado(a), perseguido(a) ou preso(a) por policiais ou guardas de segurança ( $\chi^2 = 17,92$ ;  $p < 0,001$ ) foi vivida por quase metade dos homens negros (47,36%) e mulheres negras (41,36%). Essa situação denuncia a violência simbólica e física a que está exposta a população negra diariamente. Ser permanentemente estigmatizado(a) como suspeito(a) de roubo é uma experiência constrangedora e humilhante que a maioria das pessoas brancas nunca viverá. Aliado a isso, a negação do racismo brasileiro opera como um crime perfeito, pois além das constantes vivências de discriminação e violação de direitos, a população negra é vista como queixosa e exagerada por enxergar racismo em tudo (Munanga, 2017). Os estudos de percepção de discriminação atestam que a população negra é prejudicada pelo racismo nas relações cotidianas, inclusive nos atendimentos em saúde, os quais produzem iniquidades em todas as etapas da vida (Leal et al., 2017; Loduvico, Martins, Rocha, Terra, & Pigozi, 2021).

As outras duas situações que apresentaram diferenças significativas para os quatro grupos foram o cenário 3, ser tratado injustamente em agências governamentais ( $\chi^2 = 13,41$ ;  $p < 0,001$ ) e o cenário 2, tratamento injusto em lojas, restaurantes ou cafés ( $\chi^2 = 9,40$ ;

$p < 0,01$ ). Ambos foram indicados, majoritariamente, por homens negros, com percentuais de 19,29% para o cenário 3 e 42,10% para o cenário 2. Em todas essas situações cotidianas, novamente o estigma está colado à cor da pele negra. Em contrapartida, o estudo de Bastos et al. (2012) demonstrou a proteção da cor da pele branca para dois desses cenários relatados como de grande prevalência na nossa pesquisa. Os cenários 5 (ser fisicamente agredido) e 3 (tratamento injusto em órgãos públicos) estavam entre os que apresentaram a menor frequência de resposta para os(as) estudantes brancos(as) entrevistados(as) naquela pesquisa (Bastos et al., 2012). Novamente aqui, percebemos os privilégios da branquitude.

### **Frequências de Ocorrência da Discriminação**

Por fim, analisaram-se as diferenças entre as médias dos escores da frequência de ocorrência e do somatório de motivos para os grupos de intersecção sexo/gênero e cor/raça. A diferença entre as médias da *frequência de ocorrência* para os quatro grupos foi significativa ( $F = 2,86$ ;  $p < 0,05$ ), tendo o post-hoc identificado diferenças significativas entre HB e MN [Modelo padrão = 0,67; Diferença Média = -1,78; Intervalor de Confiança = (-3,56; 0,00)]; e HB e HN [Modelo padrão = 1,03; Diferença Média = -2,98; Intervalor de Confiança = (-5,70; -0,25)]. As maiores médias foram para HN ( $M = 6,80$ ;  $DP = 6,24$ ); seguido de MN ( $M = 5,61$ ;  $DP = 5,37$ ); MB ( $M = 4,89$ ;  $DP = 4,89$ ) e HB ( $M = 4,69$ ;  $DP = 5,93$ ). Quanto ao *somatório de motivos*, não houve diferença significativa ( $F = 2,42$ ;  $p > 0,05$ ) e as maiores médias foram para HN ( $M = 4,80$ ;  $DP = 3,56$ ), seguido por MN ( $M = 4,08$ ;  $DP = 3,44$ ); MB ( $M = 3,60$ ;  $DP = 3,18$ ) e HB ( $M = 3,15$ ;  $DP = 2,57$ ).

Assim, constatou-se que as maiores médias para frequência de ocorrência de situações de discriminação foram relatadas por homens negros, seguido por mulheres negras. Salientamos que as médias para mulheres e homens brancos foram quase o dobro das encontradas no estudo com universitários(as) (Bernardo et al., 2018). Essa pesquisa encontrou médias semelhantes às reportadas aqui (i.e., próximas a seis) apenas para o grupo formado por homens e mulheres negras em situação de pobreza. Além disso, nessa referida pesquisa, a diferença só foi significativa entre os grupos formados pelos extremos de marcadores de desigualdades ou privilégios na intersecção raça/gênero/nível socioeconômico, i.e., mulheres negras pobres e homens brancos ricos (Bernardo et al., 2018).

No presente estudo, cuja amostra é majoritariamente de menor nível socioeconômico, encontramos

diferença significativa não só entre homens brancos e mulheres negras, mas também entre homens brancos e homens negros. Ou seja, mesmo entre indivíduos de menor nível socioeconômico, usuários do SUS, os homens brancos vivem menor discriminação em comparação com pessoas negras.

A articulação raça/gênero marca privilégios para homens e mulheres brancos(os) frente a homens e mulheres negras(os), sendo as mulheres negras inseridas em uma posição de estigmatização mais intensa (Campbell, 2015). Em nossa amostra, é provável que a maior frequência de discriminação para homens negros se deu devido à associação do estereótipo do homem negro como perigoso e suspeito, de acordo com o tipo de situações discriminatórias elencadas pela EDE. Ao analisar de forma interseccional as práticas de discriminação contra mulheres negras, Moura et al. (2019) afirmam que, apesar de serem comuns atos de humilhação vinculados à condição socioeconômica em mulheres negras, há uma falta de visibilização do caráter racial dessas discriminações. No Brasil, a desigualdade racial, socioeconômica e de gênero estão entrelaçadas.

### **Considerações finais**

A percepção de discriminação racial tem sido estudada como um potente sinalizador do racismo (Benjamins & Middleton, 2019; Jones, 2000), sendo seus efeitos produtores de agravos à saúde, desde a baixa autoestima até situações de violência física e homicídios. Os resultados desta pesquisa corroboram com os achados de outros estudos sobre percepção de discriminação e sua relação com o racismo na população brasileira (Anuniação et. al., 2020; Loduvico et. al., 2021; Silva & Silva, 2020).

Uma das limitações do estudo foi não poder incluir de forma interseccional outros marcadores sociais da diferença como a deficiência e a diversidade sexual e de gênero. Outra foi não ter encontrado outros estudos com metodologia semelhante para comparar com amostras de usuáries(os) do SUS em outras regiões do país. Acreditamos que a comparação com o estudo de Bastos et al. (2012) e Bernardo et al. (2018) são relevantes para destacar a importância da análise interseccional como referência para estudos sobre discriminação, apesar dos limites temporais e de características das amostras. Também caberia analisar mais detalhadamente os mecanismos que transformam a vivência do preconceito e da discriminação em sofrimento mental, o que extrapola os limites deste estudo.

Por fim, acreditamos que as universidades precisam ampliar as suas formações e garantir a apropriação conceitual do racismo como uma Determinação Social no Processo Saúde-Doença. Dessa forma, contribuiremos para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e da obrigatoriedade do quesito raça/cor na produção de conhecimentos e pesquisas acadêmicas. Assim, poderemos avançar na formação de profissionais da saúde e em políticas públicas para o enfrentamento do racismo de forma interseccional.

## Referências

- Almeida, S. (2020). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra.
- Alves, M. C., Jesus, J. P., & Diaz, L. A. F. (2017). Autodeclaração da raça/cor no SUS: reflexões conceituais a partir da campanha realizada pelo estado do Rio Grande do Sul. *Identidade!*, 22(1), 5-15. Recuperado de <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/3025/2881>
- Anunciação, D., Trad, L. A. B., & Ferreira, T. (2020). "Mão na cabeça!": abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde e Sociedade*, 29(1), e190271. doi: 10.1590/s0104-12902020190271
- Bastos, J. L., Faerstein, E., Celeste, R. K., & Barros, J. D. A. (2012). Explicit discrimination and health: Development and psychometric properties of an assessment instrument. *Revista de Saúde Pública*, 46(2), 269-78. doi: 10.1590/S0034-89102012000200009
- Benjamins, M. R., & Middleton, M. (2019). Perceived discrimination in medical settings and perceived quality of care: A population-based study in Chicago. *PLoS ONE*, 14(4), e0215976. doi: 10.1371/journal.pone.0215976
- Bento, M. A. (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In M. A. Bento & I. Carone (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (6ª ed., pp. 25-58). Petrópolis: Vozes.
- Bernardo, F. R., Bastos, J. L., & Moretti-Pires, R. O. (2018). A dança dos números: aferindo experiências de discriminação em grupos multiplamente marginalizados. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(11), 1-14. doi: 10.1590/0102-311x00167117
- Borghi, C. M. S. O., Oliveira, R. M., & Sevalho, G. (2018). Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. *Trabalho, Educação e Saúde*, 16(3), 869-897. doi: 10.1590/1981-7746-sol00142
- Bueno, S., & Lima, R. S. (2019). *Anuário brasileiro de segurança pública 2019* (Vol. 13.). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBS). Recuperado de <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>
- Campbell, M. (2015). CEDAW and women's intersecting identities: A pioneering new approach to intersectional discrimination. *Revista Direito GV*, 11(2), 479-504. doi: 10.1590/1808-2432201521
- Campos, L., França, D., & Feres Júnior, J. (2018). *Relatório das desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA)*. Recuperado de <http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/08/Relat%C3%B3rio-2-final.pdf>
- Crenshaw, K. (2017). *On intersectionality: Essential writings*. Nova Iorque: The New Press.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Gonzalez, L. (2018). A categoria político-cultural de amefricanidade. In L. Gonzalez (Org.), *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (pp. 321-334). São Paulo: Diáspora Africana.
- Guaranha, C., Scobernatti, G., Romanini, M., & Silveira, R. S. (2015). Reflexões sobre acolhimento em situações de violação de direitos no campo do gênero e da sexualidade. In H. C. Nardi, P. S. Machado, & R. S. Silveira (Orgs.), *Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?* (pp. 167-198). Porto Alegre: Deriva/Abraço.
- Guibu, I. A., Moraes, J. C., Guerra Junior, A. A., Costa, E. A., Acurcio, F. A., Costa, K. S., ... Álvares, J. (2017). Características principais dos usuários dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 51(Suppl. 2), 1-13. doi:10.11606/s1518-8787.2017051007070
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo 2010*. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br>
- Jones, C. P. (2000). Levels of racism: A theoretic framework and a gardener's tale. *American Journal of Public Health*, 90(8), 1212-1215. doi: 10.2105/ajph.90.8.1212
- Kon, N. M., Silva, M. L., & Abud, C. C. (Orgs.). (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Leal, M. C., Gama, S. G. N., Pereira, A. P. E., Pacheco, V. E., Carmo, C. N., & Santos, R. V. (2017). A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(Suppl. 1), e00078816. doi: 10.1590/0102-311X00078816
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher Open Access.
- Loduvico, G. O., Martins, M. M. L., Rocha, T. I. U., Terra, M. F., & Pigozi, P. L. (2021). Racismo institucional: percepção sobre a discriminação racial nos serviços de saúde. *Arquivos médicos dos hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo*, 66, e008. doi: 10.26432/1809-3019.2021.66.008
- Martins, K. J. (2017). A vez das minas: as ocupações sob o olhar feminista na mídia alternativa. In Universidade Federal de Santa Catarina (Org.), *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*. Florianópolis, SC: UFSC. Recuperado de [https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499467059\\_ARQUIVO\\_MARTINS-KJ-Avezdasminas.pdf](https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499467059_ARQUIVO_MARTINS-KJ-Avezdasminas.pdf)
- Mbembe, A. (2019). *A crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- Monteiro, V. B. (2017). Criminalização da pobreza e de defensores de direitos humanos. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 240, 238-55. doi: 10.25247/2447-861X.2017.n240.p238-255
- Moore, C. (2012). *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Nandyala.
- Moura, J. F. Jr., Almeida-Segundo, D. S., & Barbosa, V. N. M. (2019). The stigmatization of poverty as a basis of the class prejudice and its psychological consequences. In V. Ximenes, J. F. Moura Jr., E. Cidade, & B. Nepomuceno (Orgs.), *Psychosocial implications of poverty* (pp. 47-59). Nova Iorque: Springer. doi: 10.1007/978-3-030-24292-3\_4
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à Brasileira. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 17-41). São Paulo: Perspectiva.
- Nadal, K. L., Davidoff, K. C., Allicock, N., Serpe, C. R., & Erazo, T. (2017). Perceptions of police, racial profiling, and psychological

- outcomes: A mixed methodological study. *Journal of Social Issues*, 73, 808-830. doi: 10.1111/josi.12249
- Rosa, P. L. F. S. (2018). *Desenvolvimento e validação do instrumento Percepção sobre Discriminação Racial Interpessoal nos Serviços de Saúde* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-29112018-140641/publico/PATRICIA\\_LFSR\\_Corrigida.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-29112018-140641/publico/PATRICIA_LFSR_Corrigida.pdf)
- Shingala, M. C., & Rajyaguru, A. (2015). Comparison of Post Hoc Tests for Unequal Variance. *International Journal of New Technologies in Science and Engineering*, 2(5), 22-33. Recuperado de <https://www.ijntse.com/upload/1447070311130.pdf>
- Silva, T. D., & Silva, B. Z. (2020). Racismo e saúde: perspectiva de mulheres negras moradoras de favela. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 13(41), 214-230. doi: 10.3895/cgt.v13n41
- Silveira, R. S., Nardi, H. C., Alves, M. C., Bairros, F. S., Spindler, G., Nunes, S. G., & Alves, A. N. R. (2018). Racismo, relações de saber-poder e sofrimento psíquico. In E. O. Soares, F. S. Silva, G. P. Miranda, J. O. Soares, & R. M. Rosado (Orgs.), *Semeando o baobá: implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* (pp. 33-45). Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535-49. doi: 10.1590/s0104-129020162610

*Raquel da Silva Silveira*, Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para correspondência: Rua Ramiro Barcelos, 2600, Santa Cecília, Porto Alegre/RS, CEP 90.035-003. Telefone: (51) 3308-5066. Email: [raquelsilveira43@gmail.com](mailto:raquelsilveira43@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8002-8059>

*Damião Soares de Almeida Segundo*, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é Doutorando em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: [damião.soares@gmail.com](mailto:damião.soares@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2407-0583>

*Alisson Ferreira Batista*, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Professor do Curso de Psicologia na Universidade Ritter dos Reis (UniRitter). Email: [alissonbk@gmail.com](mailto:alissonbk@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0071-7979>

*Sabrina Gomes Nunes*, Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Psicóloga da Secretaria Municipal de Educação de Viamão/RS. Email: [nunesabrinah@gmail.com](mailto:nunesabrinah@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3847-6413>

*Giorgia Fogaça Santos*, Graduada em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: [giorgiafogaça@gmail.com](mailto:giorgiafogaça@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7732-3236>

*Henrique Caetano Nardi*, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pós-Doutor em Estudos Interdisciplinares pelo IRIS-EHESS - Paris, é Professor Titular do Departamento de Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: [hcnardi@gmail.com](mailto:hcnardi@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6058-1642>

Recebido em 23.mai.21

Revisado em 24.nov.22

Aceito em 24.dez.22

# Mulheres chefes de família do Sertão pernambucano e suas demandas de políticas públicas

Aléxya Cristal Brandão Lima. Centro de Referência Especializado de Assistência Social Miguel Otávio  
Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro. Universidade Federal de Pernambuco  
Russell Parry Scott. Universidade Federal de Pernambuco

## Resumo

O presente estudo objetiva analisar algumas das principais demandas convergentes de políticas públicas apresentadas por mulheres chefes de família. É um recorte de uma pesquisa realizada com dez mulheres rurais chefes de família, residentes em comunidades rurais do Sertão pernambucano, em que houve a utilização de entrevistas e de observação participante. Apesar das diferenças territoriais, as mulheres apresentaram demandas que convergiram em relação à: necessidade de segurança no acesso a terra; ausência ou pouca operacionalidade do Estado e das instituições nas suas comunidades; subordinação prejudicial ao tempo institucional, especialmente nos espaços de acesso à saúde, e os custos implicados para chegar nos serviços; e à falta de equipamentos de educação, lazer e sociabilidade solidária localmente. Reconhecer as especificidades das condições dessas mulheres abre caminho para uma Psicologia mais inclusiva e sensível às populações rurais, principalmente na atuação junto às políticas sociais.

**Palavras-chave:** mães solteiras; trabalhadores rurais; ambientes rurais; políticas públicas.

## Abstract

*Female heads of household in the backland of Pernambuco and their demands of public policies.* This study aims to analyze some of the main convergent demands of public policies presented by women heads of family. It is a part of a survey conducted with ten rural women heads of family, living in rural communities in the Sertão of Pernambuco, where there were used interviews and participant observation. Despite territorial differences, women presented demands that converged in relation to: need for security in access to land; absence or little operability of the State and institutions in their communities; harmful subordination to institutional time, especially in the matters of access to health, and the costs involved in reaching services; and the lack of education, leisure and sociability equipment locally. Recognizing the specificities of these women's conditions paves the way for a Psychology that is more inclusive and sensitive to rural populations, especially when working with social policies.

**Keywords:** single mothers; rural workers; rural environments; public policies.

## Resumen

*Mujeres jefas de familia en el Sertón de Pernambuco y sus demandas de políticas públicas.* Este estudio tiene como objetivo analizar algunas de las principales demandas convergentes de las políticas públicas presentadas por las mujeres jefas de familia. Forma parte de una encuesta realizada con diez mujeres rurales jefas de familia, residentes en comunidades rurales del Sertón de Pernambuco, en la que se utilizaron entrevistas y observación participante. A pesar de las diferencias territoriales, las mujeres presentaron demandas que convergieron en relación con: necesidad de seguridad en el acceso a la tierra; ausencia o poca operatividad del Estado y de las instituciones en sus comunidades; subordinación perjudicial para el tiempo institucional, especialmente en espacios de acceso a la salud, y los costos involucrados en llegar a los servicios; y la falta de equipos de educación, ocio y sociabilidad a nivel local. Reconocer las especificidades de las condiciones de estas mujeres abre el camino para una psicología más inclusiva y sensible a las poblaciones rurales, especialmente en el trabajo con políticas sociales.

**Palabras clave:** madres solteras; trabajadores rurales; ambientes rurales; políticas públicas.

Este estudo objetiva analisar algumas das principais demandas convergentes de políticas públicas apresentadas por mulheres chefes de família, tendo em vista não somente suas composições familiares, mas também os aspectos relacionados às terras onde vivem e seus modos de vida. Trata-se de recorte de uma pesquisa realizada com mulheres chefes de família em comunidades rurais do Sertão pernambucano<sup>1</sup>.

No polemizar sobre o significado de chefia, no que se refere às famílias, entende-se que as mulheres se posicionam tanto em função de critérios materiais, como a manutenção financeira do lar ou a propriedade da casa, como também por meio de posicionamentos construídos a partir de hierarquias entre membros da família, relacionada com a responsabilidade sobre a sobrevivência e coesão familiar, que pode ocorrer na presença ou ausência de um parceiro (Carvalho, 1998; Scott, 2011). Em sua abrangência, a chefia familiar feminina abarca mulheres em condições muito distintas. As diferenças de classe social, de geração, de grupo racial ou étnico, de qualidade da rede de suporte e de território se interseccionam em mulheres com margens de agência variáveis.

Assim, entender a chefia familiar feminina em comunidades rurais exige um olhar sobre a diversidade nestes territórios. Há diferentes formas de vida, tempo, trabalho e usos da terra nas comunidades rurais. Movimentos de agricultores(as) familiares, camponeses, comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas e ribeirinhos se contrapõem à racionalidade dominante do agronegócio (C. R. Brandão, 2007) e dão novos contornos à questão agrária no Brasil (Pereira, 2021). Além das lutas contra o latifúndio e pela reforma agrária, ganham visibilidade as lutas pelo reconhecimento de territórios étnicos e/ou o de uso comum (Pereira, 2021), as lutas socioambientais e contra a desigualdade de gênero, raça e geração em contextos rurais.

Nas áreas rurais do Nordeste brasileiro, as particularidades da questão agrária na região e a ausência de políticas públicas mais afinadas com a perspectiva de convivência com o semiárido contribuíram para a migração de milhares de pessoas, homens em sua maioria, para outras regiões do País. Embora a literatura aponte a remissão da migração das áreas rurais nas últimas décadas (Butto & Dantas, 2011), são comuns os relatos de familiares homens terem migrado para o sudeste do Brasil ou residirem na cidade enquanto trabalham, tornando muitas comunidades marcadas pela presença masculina sazonal, cíclica ou esporádica, sendo as

mulheres responsáveis por suas famílias na maior parte do tempo.

Com o fortalecimento dos movimentos de mulheres rurais, se nota uma ampliação da presença relativa feminina no campo, especialmente como lideranças de associações, movimentos de mulheres, sindicatos e agentes de instituições de serviços (T. F. B. Brandão, Barbosa, & Bergamasco, 2023). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgados em 2018 apontam que 30,2% das famílias do campo na região Nordeste são chefiadas por mulheres, número maior que a média nacional, que é de 25,5%. A mesma pesquisa indica que, no ano de 2015, cerca de 40,5% das famílias no Brasil passaram a ser chefiadas por mulheres e o Nordeste se tornou a região brasileira com maior incidência do fenômeno, apresentando 42,9% de lares com chefia feminina (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017).

Além das vulnerabilidades associadas à desigualdade de gênero, as chefes de família em comunidades rurais acrescem às suas demandas questões relativas à agricultura, à reforma agrária, aos déficits de infraestrutura, entre outras possíveis. No entanto, apesar do caráter distinto das necessidades que a chefia familiar feminina nos contextos rurais apresenta, a produção teórica acerca da temática (Cordeiro & Scott, 2007; Gonçalves et al., 2016; Scott, 2012) é escassa.

Especialmente a produção no campo da Psicologia, na contramão de ciências como a Antropologia e a Sociologia, possui sérias limitações em relação aos contextos rurais, de modo que o psicólogo argentino Fernando Landini (2015) propõe a constituição de uma Psicologia Rural, não como uma tentativa de analisar sujeitos rurais inerentemente destoantes de sujeitos urbanos, mas assumindo que a existência em contextos rurais exige políticas específicas. Entende-se, assim, que reconhecer as subjetividades que se constroem na concretude das condições de vida nas ruralidades auxilia a promover um conhecimento psicológico que sirva a uma diversidade de populações.

Desse modo, adota-se a Psicologia Rural como um princípio que articula diferentes áreas da Psicologia aos contextos rurais. No entanto, assumi-la enquanto campo de onde parte a análise implica desafios de cunho ético, epistemológico e metodológico, destacando-se a necessidade de distanciar a produção acadêmica da construção discursiva de um rural atrasado e/ou romantizado, acolhendo suas transformações e contradições (Landini, 2015).

Parte-se da premissa de que a chefia familiar feminina exercida em contextos rurais gera demandas que precisam ser identificadas para gerar alternativas que melhorem suas vidas, entendendo que suas subjetividades estão intrinsecamente relacionadas com seus territórios. São muitos os possíveis pontos de contato entre psicólogos e mulheres rurais, especialmente na assistência social e nos serviços de saúde; portanto, a compreensão das condições de vida destas mulheres faz parte da responsabilidade social que a profissão implica (Silva & Macedo, 2017).

## Método

O trabalho de campo e a literatura sobre mulheres rurais confirmaram a importância dos campos de ação na vida cotidiana e nas políticas sociais (território, saúde, educação, violência) identificadas por Landini (2015) para áreas rurais. Para assegurar a compreensão de uma multiplicidade de modos de vida e demandas de mulheres chefes em quatro comunidades locais pesquisadas no Sertão semiárido de Pernambuco, foram escolhidas 10 mulheres rurais chefes de família, indicadas por lideranças dos movimentos sociais na região, com acessos diferentes a terra (por assentamento, por herança, por casamento). Mesmo que este trabalho enfatize demandas relacionadas com território, saúde, educação e violência, ele também torna visível demandas imbricadas e interseccionadas com outras esferas.

O Sertão semiárido de Pernambuco compreende o Sertão do Pajeú, o Sertão Central, o Sertão do Araripe e o Sertão do Médio São Francisco. Foram visitadas comunidades rurais dos municípios de Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde e Santa Maria da Boa Vista. Em Serra Talhada, polo da região do Pajeú, com cerca de 80 mil habitantes, houve visita ao assentamento Poço do Serrote e à comunidade quilombola Catolé dos Índios Pretos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019a). O assentamento Poço do Serrote, oficializado como área de assentamento do Programa Reforma Agrária em 2004, abriga cerca de 60 famílias e se localiza a 11 quilômetros da cidade. O transporte diário é principalmente por carro, na rodovia entre a cidade e o assentamento, por sete reais pelo percurso. Não há escola, posto de saúde ou qualquer instituição governamental próxima. O único local para integração das pessoas assentadas é a associação de moradores local.

O Quilombo Catolé dos Índios Pretos abriga 90 famílias. Sair do quilombo exige um caminho de cerca de vinte e cinco quilômetros pela rodovia pavimentada, e outros vinte e três quilômetros em estrada de terra. O transporte é feito por carros, duas vezes por semana, a 25 reais por pessoa. No quilombo, a associação de moradores é a única instituição presente. Já houve uma escola na localidade, mas foi desativada há anos.

O sítio São Paulo fica a quatro quilômetros do centro urbano, no município de cerca de doze mil habitantes, Santa Cruz da Baixa Verde, que faz parte do Pajeú (IBGE, 2021). Durante a semana, há transporte escolar, feito por ônibus e carros disponibilizados pela prefeitura. Há uma associação de moradores.

O Assentamento Nossa Senhora da Conceição se localiza no Sertão do Vale do São Francisco em Santa Maria da Boa Vista, com cerca de quarenta mil habitantes (IBGE, 2019b). Esta zona rural é próxima à cidade, com uma rodovia pavimentada pela qual é possível ir à “rua” de mototáxi por cerca de sete reais. A comunidade possui, além da associação de moradores, uma escola, de ensino fundamental e médio, e uma cooperativa de pescadores.

Os critérios de escolha das mulheres levaram em conta: condição de parentalidade solo ou compartilhada; responsáveis isoladamente ou corresponsáveis pela manutenção financeira da família ou provedoras da obtenção da casa ou da terra da família; reconhecimento de autoridade sobre os membros da família enquanto chefe desta; residência em áreas rurais e aceitação para participar da pesquisa.

As participantes da pesquisa foram mulheres rurais chefes de família: mães, entre 27 e 83 anos de idade. Representadas com nomes fictícios, as mulheres, em sua maioria, vivem sem um companheiro(a), mesmo quatro delas sendo casadas<sup>2</sup>. Todas possuem filhos, pelos quais são responsáveis, a quantidade varia entre 1 e 10, a maior parte delas (6) tendo três filhos ou menos. Apenas três delas cursaram o ensino médio, enquanto as demais interromperam os estudos ainda no ensino fundamental. O acesso a terra e as especificidades dos locais de vida contribuem para uma diferenciação significativa entre elas.

Na convivência em cada local, foi possível circular pelos espaços das mulheres participantes, conhecer as condições de trabalho, os serviços que acessam, os meios de mobilidade e seus lares. Essa observação participante facilitou a compreensão num processo reflexivo e intersubjetivo, aproximando do cotidiano.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas com permissão das entrevistadas, acrescentando na significação do que é observado. Foi elaborado, ainda, um diário de campo, construído a partir das impressões, análises prévias e anotações em um caderno de notas (Mónico et al., 2017).

A análise dos dados se desenvolveu a partir da proposta operativa da Hermenêutica Dialética idealizada por Maria Cecília Minayo (2008), fornecendo um quadro referencial que permite uma análise contextualizada, que leve em conta tanto o que foi observado no cotidiano, quanto falas e comportamentos fornecidos em entrevista. Operacionalmente, o procedimento de análise busca uma compreensão do contexto sócio-histórico das pessoas que participam da pesquisa, de modo que se apreenda o sentido das falas das participantes, vinculando-as à significação cultural apreendida por meio da observação (Minayo, 2008). Logo, os dados produzidos foram organizados em busca dos momentos-chave relacionados com território, saúde, educação e violência, possibilitando um recorte de acordo com as áreas de afecção de demandas de políticas públicas. Dessa forma, as observações, sistematicamente, contemplavam a relação das entrevistadas com as discontinuidades e lacunas de atenção governamental.

Nas conversas nas cozinhas, no terreiro da associação ou sentadas nas varandas, elas falaram sobre as presenças, as faltas, os filhos, a sobrecarga e os manejos que têm de fazer para darem conta. Assim, buscou-se tecer uma análise de modo circular, privilegiando o material empírico – o dito, o visto, o experienciado – correlacionando com o lugar histórico e social dessas mulheres e de seus territórios.

## Resultados e discussão

O sertão rural delinea as possibilidades de ser chefe de família das mulheres rurais, que possuem subjetividades cunhadas nas suas condições de vida. A busca por dedicar um olhar às demandas nas ruralidades coaduna com a premissa de uma Psicologia composta por vozes múltiplas e a serviço dos sujeitos.

### Acesso a terra

A questão agrária interseccionada com as desigualdades de gênero, raça e geração condicionam o acesso a terra por parte das mulheres. A terra é lugar para viver, trabalhar, estabelecer uma família e, para uma psicologia que possui como objeto a subjetividade, o acesso a terra surge como um importante eixo

estruturante da compreensão de quem se é no mundo (agricultora, assentada, militante etc.). Desse modo, o acesso a terra emergiu do campo como demanda, ao ser construído por elas como um aspecto fundamental das suas vidas.

As mulheres chefes de família distribuem-se quanto à forma de obtenção da terra de três modos diferentes: há mulheres, principalmente nas comunidades historicamente estabelecidas do quilombo Catolé dos Índios Pretos e do sítio São Paulo, que herdaram a terra; tocadas por ação do Estado; há mulheres que se encontram com acesso a terra na situação de assentadas, sejam sozinhas ou em conjunto com marido; e há mulheres cujo meio de alcance de um lugar para viver e produzir foi, ou continua sendo, o estabelecimento de uma relação conjugal com um homem que possuía terras. Carmen Deere (2004) considera que são três as principais formas de aquisição da terra: por meio da herança, mediante a compra e a partir da intervenção governamental, realizando uma reforma agrária. Ela observa que mulheres rurais enquanto compradoras são comumente barradas por entraves econômicos e culturais, sendo comum titular terras compradas com o dinheiro do trabalho da família no nome dos maridos. Apesar de ser uma possibilidade descrita teoricamente, nenhuma das mulheres participantes fez a compra de sua terra.

Dentre as mulheres que obtiveram a terra por meio de herança, quatro são residentes no quilombo Catolé dos Índios Pretos, e uma vive no sítio São Paulo. Conforme Deere (2004), a herança comumente é estabelecida como um privilégio masculino, de modo que as mulheres encontradas em pesquisa são exceções que representam uma mudança histórica na prática de reconhecimento de titularidade. Uma vez ganha, a titularidade da terra reafirma suas chefias familiares, mesmo quando estão dentro de casamentos, o que lhes dá maior margem para se posicionar com firmeza em situações de conflito intrafamiliar.

No entanto, para aquelas que não podem contar com heranças familiares, ou não constituíram casamentos ou casaram-se com alguém na mesma condição de falta de acesso a terra, ocupar terras improdutivas e pressionar o governo para assentá-las evidencia um agenciamento de políticas públicas que pode resultar no acesso a terra, ainda que, conforme Hildete Melo e Alberto di Sabbato (2006), a maioria dos titulares de terras do Programa Reforma Agrária seja homens. Exemplificando o fenômeno, Maria (36 anos), Matilde (42 anos) e Mírian (39 anos) são mulheres rurais chefes de família que

obtiveram terras nos assentamentos onde vivem por meio de programas sensíveis ao reconhecimento do direito de titularidade da terra. Fizeram parte de ocupações no passado e conquistaram uma moradia estável, e também uma possível saída de uma condição de extrema pobreza, como no caso de Mírian, mãe de quatro filhos, sendo os dois mais novos com o atual marido, com quem partilha a titularidade de sua terra.

A gente morava na beira do rio, embaixo de uns paus, dois anos morando debaixo de uns paus. Meu pai conseguiu alugar uma casa e nós fomos morar. Depois meu avô conseguiu um terreno, construímos uma meia água, cobrimos com lona e fomos morar. [...] Quando a minha menina mais velha nasceu eu morava entre Santa Maria e os barracos. Só quem me ajudava era minha mãe. Eu era solteira na época, andava perdida nesse mundo. (Mírian, comunicação pessoal, 8 de setembro de 2018)

Seu relato é representativo do modo como as mulheres chefes de família foram abarcadas tradicionalmente por programas de reforma agrária desenvolvidos por diferentes governos federais no Brasil. Segundo Deere (2002), no passado, as normativas adotadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária resultaram em uma sub-representação das mulheres chefes de família entre os assentados. No entanto, desde 2001, devido à pressão dos movimentos sociais de trabalhadoras rurais e agricultoras familiares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário estipulou mudanças para ampliar a inclusão das mulheres no Programa Nacional de Reforma Agrária e, em 2007, as normativas passaram a priorizar mulheres em condições de maternidade solo.

Conforme Andrea Butto e Karla Hora (2008), as mudanças na classificação dos(as) beneficiários(as) do Programa Reforma Agrária resultaram em um aumento de 13,6% para 23%, entre 2003 e 2008, nos índices de mulheres chefes de família assentadas, melhorando as condições de acesso a terra e mais autonomia financeira das mulheres. Os impactos positivos da segurança das mulheres entrevistadas que possuem terras, contrastado com as condições de vida das que não possuem, acendem o alerta para aquelas chefes de família que persistem em ocupações, encontrando-se vulneráveis socialmente. Tê-las priorizadas nos processos de assentamento é um direito essencial a ser mantido.

O raciocínio de Mírian evidencia que estar solteira tende a ser visto como justificativa lógica para estar sem suporte, “perdida”. As mulheres que não conseguiram

ser assentadas têm uma quarta alternativa, retratada indiretamente por Deere (2004): relacionar-se com um homem que possua terra. Na pesquisa, Marta (47 anos) e Meire (39 anos), ambas do sítio São Paulo, obtiveram terra nessa modalidade. A primeira passou pela experiência do casamento formal, residindo na terra do marido, trabalhando em conjunto para conquistar mais espaço e herdando o lugar após seu falecimento; a segunda ocupa uma posição complexa de dependência econômica do marido de sua filha, residindo em uma casa na terra deste homem.

Existe um número expressivo de mulheres chefes de família em condições de insalubridade e/ou dependência que não foram contempladas pelos programas de reforma agrária dos governos federais e que não têm previsão para tanto. Enquanto a condição de herdeira é um privilégio limitado, a imposição de ocupar ou casar-se para viver é uma violência estrutural que reifica a dependência das mulheres.

A terra é um direito-chave para equilibrar a balança das desigualdades no campo. Conforme Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008), o empoderamento oferecido pela propriedade da terra interfere na vida das mulheres em aspectos econômicos, sociais e políticos. Por meio da agricultura familiar, na qual a terra é fundamental, são possibilitadas às mulheres segurança alimentar para a família, perspectivas de renda, além de controle sobre os ganhos advindos de seu trabalho.

### **Direito à Saúde**

Tenho que ir em um médico de cabeça, sinto dor nas costas, estou doida para fazer preventivo. O preventivo faz lá no hospital, mas o problema é o dinheiro. Eu não tenho transporte. Não tem como ir com os meninos. Tem que ser um dia em que o marido esteja e o pior é que só faz na quarta. (Muriel, comunicação pessoal, 8 de setembro de 2018)

O trecho da entrevista com Muriel, uma mulher negra, de 22 anos, casada e mãe de dois filhos, que reside no Quilombo Catolé dos Índios Pretos, é semelhante ao que quase todas mencionaram. A demanda por serviços de saúde foi a mais expressa pelas participantes. Em nenhuma das localidades há Unidade Básica de Saúde. É necessário pegar transportes caros e precários até a cidade mais próxima, frequentemente restrito a dias específicos da semana. Às vezes, simplesmente não é possível ir até a cidade, mesmo em emergências.

Nas comunidades há relatos de morte por intercorrências, de experiências de residirem de favor nas

idades nas semanas finais de gestação, em função de não haver como se locomover em uma urgência. Uma ambulância jamais foi citada como possibilidade, por já saberem da sua pouca disponibilidade para as áreas rurais. Exames periódicos, como a citologia do colo do útero, são mencionados como problemáticos em razão da inflexibilidade do dia e horário em que são ofertados. Em suas perspectivas, saúde é algo que se produz a partir de mobilização pessoal e não um direito que as alcança.

Para as comunidades mais próximas de Serra Talhada, a maior referência é o Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães, que atende demanda ambulatorial e emergencial. É o serviço de saúde mais procurado de toda a região. Apesar de assistir à população local, as mulheres das áreas rurais o reconhecem como um espaço pouco acessível, pois determinados atendimentos acontecem em dias fixos, que não condizem com as suas possibilidades de mobilidade.

A flexibilização da oferta de procedimentos envolve muitos atores: é comum que médicas, enfermeiras e outros profissionais não residam em Serra Talhada, concentrando sua carga horária em um único dia para voltar para suas cidades, prejudicando usuários com restrições de transporte. Carolina Souza (2018) se refere a condições semelhantes em Unidades Básicas de Saúde, nas quais o caráter institucional burocrático se sobrepõe à humanização preconizada pelo SUS, onde o acolhimento é delegado à sala de triagem, da assistente social ou da psicóloga, mas não se propõe a práticas mais afinadas com as demandas das pessoas. O fluxo de atendimento é seguido de forma acrítica.

As experiências das participantes da pesquisa indicam que, além de necessitarem de serviços de saúde atuantes em seus territórios, é preciso também pensar em um modelo de gestão em saúde que considere suas particularidades. O Ministério da Saúde (2015) reconhece que a saúde das mulheres do campo se relaciona com seus trabalhos, em função de contaminação por agrotóxicos, exposição ao sol, sobrecarga de trabalho doméstico, e esforço físico intenso que provoca lesões. É necessário pensar modelos de atenção à saúde da mulher do campo que considerem aspectos socioeconômicos, psicológicos, laborais e culturais. Na prática, ainda rege uma compreensão do processo saúde-doença-cuidado individualizante, que orienta o trabalho e esbarra na pouca habilidade de lidar com as contradições e desigualdades de cada território (Dantas et al., 2018).

Nas entrevistas, comentam que o excesso de trabalho fragiliza a sua saúde mental. Vivem sob a sombra

da preocupação com a sobrevivência. Há diferenças entre as experiências de acordo com a localidade. Os territórios cujas formas de ocupação se dão, em sua maioria, pela herança, como o sítio e o quilombo, possuem algum nível de organização coletiva das formas de lazer, como jogos e novenas, dadas as relações familiares mais aproximadas. Há maior vazão para o cuidado mútuo e o estabelecimento de vínculos que incidem em uma saúde mental mais fortalecida. Nos assentamentos, por outro lado, as mulheres não dispõem de semelhante organização, relatando o silêncio noturno dos lugares e elaboram de diferentes maneiras a solidão que lhes é imposta. Tanto a forma de ocupação dos assentamentos, que abrigam famílias com características e origens distintas, quanto a própria ausência de planejamento deste aspecto do espaço de vida no programa de assentamento, causam dificuldades na elaboração de atividades de lazer conjuntas e de estratégias de convívio coletivo. Maria, 36 anos, mãe de uma menina e assentada na comunidade do Poço do Serrote, diz:

À noite todo mundo fecha suas portas e vai dormir. Eu acho muito estranho, porque no lugar que o meu pai morava, à noite, como era só família, tio, tias, a gente ia conversar, jogava dominó, brincava. Mas aqui, não. O lugar é estranho. Eu demorei vários anos para me acostumar, era muito ruim. (Maria, comunicação pessoal, 13 de julho de 2018)

Patrícia Ramiro (2008) menciona que a solidão enfrentada pelos assentados é uma das principais razões para a desistência dos lotes adquiridos por meio de programas de reforma agrária. As condições se tornam ainda mais difíceis quando é uma mulher quem deve garantir a manutenção da terra sozinha. Passar a viver em um assentamento implica a reconstrução das formas de vida dos sujeitos a partir de novos parâmetros que são instáveis, especialmente em razão da pouca mobilização governamental em efetivar as condições de existência no novo território (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A promoção de saúde nas comunidades rurais demanda, nesse sentido, intervenções que objetivem a melhora na qualidade de vida das mulheres, com a criação de espaços comunitários e a oferta de atividades de lazer, uma vez que promover saúde mental implica a garantia de condições dignas de existência. Eliane Domingues (2007) indica a carência de estudos em Psicologia que investiguem a questão da desterritorialização e da construção de novas territorialidades nos assentamentos, em relação aos sofrimentos psíquicos potenciais.

O cuidado em saúde, conforme Túlio Franco e Luiz Hubner (2019), se refere à ampliação das potências dos sujeitos em suas circunstâncias e implica que os serviços de saúde ajustem suas práticas para além dos protocolos, enxergando os sujeitos como dotados de histórias, desejos, relações interpessoais e condições materiais específicas. Os assentamentos estudados revelaram sérias limitações na criação de espaços coletivos criativos nos quais as práticas profissionais associadas mais diretamente à saúde e lazer da população poderiam ser efetivamente promovidas.

### **Direito à Educação**

Estudei aqui no sítio. A escolinha, naquele tempo, era aqui. A gente devia continuar na cidade, mas os pais não tinham condições, então ficavam com a gente no sítio. [...] Eu fiz até a quarta série. Eu tinha vontade de fazer mais, porque a professora dizia que eu era uma pessoa muito estudiosa, mas cadê as condições? Só tinha até a quarta série, então eu repeti a quarta série por quatro anos, até parar. (Marisa, comunicação pessoal, 8 de setembro de 2018)

Assim como Mercedes, 55 anos, mãe de dois filhos e assentada no Quilombo Catolé dos Índios Pretos, as mulheres da pesquisa relatam percursos escolares similares e corroboram que a baixa escolaridade guarda relação com o pouco investimento público nas escolas nestas áreas (Santana & Oliveira, 2015). Elas constroem um paralelo das oportunidades limitadas de vida que lhes foram apresentadas, com a maior proximidade da educação formal da atualidade, mencionando a educação para jovens e adultos enquanto espaço que permitiu a algumas delas se alfabetizarem. Nas tentativas de acessar a educação formal e cursos técnicos profissionalizantes, encontram barreiras na necessidade de dedicar-se aos filhos/as.

Efetivamente, muitas delas não têm tempo, nem suporte. Para as mulheres chefes de família, a profissionalização exige conciliação com o cuidado parental que, por vezes, é inviabilizado pela falta de creches, escolas e atividades de lazer nas comunidades. Scott (2011) indica que o papel de cuidadora das mulheres as afasta muito precocemente da educação formal e costuma se estender como impeditivo ao longo da vida. Uma mulher do Assentamento Nossa Senhora da Conceição chega a dizer que mesmo cursando o ensino médio, elas eram “mulheres de fogão”, expressando a percepção de que não há ganhos advindos de maior progresso educacional. Scott (2011) pontua que lhes parece muito

dispendioso investir tempo quando há pouca possibilidade efetiva de mudança. Mesmo quando a escola está presente na agrovila, as famílias reassentadas encaram com dubiedade o uso de tempo nas escolas, que afasta as crianças da participação com a família na roça.

A falácia da meritocracia como ferramenta mágica para a mudança de vida não convence as mulheres que chefiam famílias. Não há proporcionalidade alguma na relação esforço/recompensa. Logo, as mulheres demandam educação formal como uma possibilidade que também lhes cabe.

Há, ainda, outro entrave. Mesmo fazendo referência a uma ampliação no ingresso à educação, a falta da escola que limitava as possibilidades no passado não é um problema superado. Apenas o assentamento Nossa Senhora da Conceição possui uma escola em seu território, dentre os locais de pesquisa. Nas outras localidades é preciso se deslocar aos centros urbanos para estudar. As mulheres contam que no quilombo Catolé dos Índios Pretos havia uma escola, mas foi fechada recentemente. Por consequência, o transporte escolar se torna um aspecto de preocupação: na maior parte das comunidades tal transporte é materializado por uma caminhonete equipada com cobertura na carroceria que, inclusive, protagonizou um acidente que levou a óbito uma criança do sítio São Paulo. No entanto, no caso do quilombo, nem mesmo há transporte escolar e as crianças da comunidade encontram-se sem estudar.

Logo, a ausência de equipamentos sociais de educação nas comunidades rurais incide não somente em trabalho para as mulheres chefes de família, mas também sobre a vida das crianças e adolescentes. Maria Luiza Carvalho (1998) aponta o caráter fundamental das creches, do acompanhamento educacional à criança no período oposto à escola e das atividades esportivas e de lazer, que impliquem a responsabilidade governamental sobre o cuidado das crianças e adolescentes. Nesse sentido, a demanda por educação infantil tem grande relevância nos movimentos sociais de mulheres rurais, e a ausência desta, por vezes, é parte da razão que mobiliza a migração das mulheres para centros urbanos (Hora & Butto, 2014).

A ampliação da educação infantil enfrenta o desafio de articular entes federados distintos e os municípios, que se apoiam na baixa densidade demográfica para justificar as dificuldades de manutenção das escolas no campo. Na Matriz de Ações 2013, o Ministério da Educação chegou a assumir como compromisso a construção de mais unidades de educação infantil, mas, efetivamente, houve o oposto: entre 1997 e 2018 cerca

de 80 mil escolas de educação básica foram fechadas no campo, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Alentejano & Cordeiro, 2019).

### **Enfrentamento à Violência de Gênero**

A violência contra as mulheres rurais persiste por toda a América Latina, acompanhando-as na dificuldade de acesso a terra, nas lutas por melhores condições de trabalho, nas relações conjugais, atuando sobre seus corpos, seus estudos, seus trabalhos, seus direitos de ir e vir, de se manterem em seus territórios e de preservarem suas tradições camponesas (Amador & Domínguez, 2014). As mulheres entrevistadas, especialmente aquelas assentadas, relatam que sofreram desde a infância, residindo em ocupações ou nas terras de terceiros, passando por privações e sobrecarga de trabalho. São muitos os episódios de violência naturalizados no cotidiano: mulheres agredidas por companheiros, julgadas pelas comunidades, que ora pesam a decisão de fugir de casa, ora pesam o temor por ter de dar conta sozinhas do sustento da família.

De acordo com Melo e Di Sabbato (2006), laços patriarcais que parecem possuir mais força nas ruralidades frearam a concretização de divórcios e a incidência da chefia feminina por gerações nessas localidades, mas, nos últimos anos, as áreas rurais no Brasil têm passado por transformações em inúmeros aspectos, incidindo nas composições familiares. É possível pensar que a recente eclosão de chefias familiares femininas poderia ser ainda maior, não fossem as barreiras materiais que tais laços patriarcais ainda impõem. As experiências das mulheres indicam que a autonomia financeira é essencial, mas que, além disso, a modificação de seus contextos de violência implica o combate a noções culturais de submissão feminina.

Apesar de uma parte significativa das mulheres chefes de família pesquisadas não estar numa relação conjugal, para outras delas, corroborando o que é indicado por André Bueno e Marta Lopes (2018), a manutenção do casamento, ainda que a qualidade da relação possa ser questionada, é um valor importante. Por vezes, situações de violência são lidas como parte da dinâmica do casal, que não deve sofrer interferência. Para modificar este quadro, se faz necessário um trabalho profundo, que implique mudanças nas relações de gênero no campo.

Conforme Scott, Nascimento, Cordeiro, e Nanes (2016), concomitante ao reconhecimento legal das

violências existentes, é preciso que mulheres e comunidades identifiquem atitudes naturalizadas, como xingamentos e cerceamento, como abusivas e que tenham condições de construir saídas. Os/as autores/as indicam que a intervenção de uma família que ofereça suporte psíquico e material é o meio mais eficaz de enfrentamento à violência imposta às mulheres. Tal dado, no entanto, indica a fragilidade da situação de mulheres que não possuem familiares com quem contar, como algumas mulheres chefes de família entrevistadas. A proteção das mulheres não deve advir, prioritariamente, da iniciativa familiar, mas de políticas governamentais, de uma rede institucional preparada para receber suas demandas.

Scott et al. (2016) salienta que não é passivamente que as mulheres sofrem violência, mas que o rompimento do ciclo exige o enfrentamento de entraves e que elas são culturalmente e, institucionalmente, convencidas a ficarem em relações abusivas, especialmente se há dependência econômica. Na prática, não há um projeto articulado de acolhimento às mulheres em situação de violência nas ruralidades vistas, que seja incorporado pelas instituições públicas. A própria realidade de interconhecimento das pessoas que residem em áreas rurais apresenta um desafio para a montagem de políticas de proteção, dada a dificuldade de anonimizar vítimas com ações de reestabelecimento de novas redes de vida cotidiana, longe dos agressores.

Na mesma perspectiva, Bueno e Lopes (2018) defendem que os serviços de assistência, proteção social e saúde, se articulados e garantidos pelos governos, formariam um conjunto de segurança mais efetiva para as mulheres em situação de violência. A desarticulação da rede, a falta de uma postura de acolhimento dos profissionais e o pouco apoio social prejudicam a confiança das mulheres nos mecanismos de denúncia. E suas inseguranças não são infundadas, visto que, em muitos casos, insistir em uma postura resolutiva das mulheres, sem garantir sua proteção por meio de um aparato articulado que não delegue às famílias a função de intervir, faz com que estas mulheres estejam mais expostas.

### **Considerações finais**

As vidas das mulheres rurais chefes de família, ainda que imbuídas de desejo por manterem-se no campo, têm se tornado mais precárias, exigindo mais trabalho, especialmente, após a retração das políticas públicas a partir do impeachment da Presidente Dilma em 2016.

As mulheres têm predominado na história de migrações para a cidade, e a extensão de direitos para quem reside no campo abre possibilidades de elas ficarem no campo, e também dá uma especificidade às suas demandas. Percorrer quatro comunidades e acompanhar de perto 10 mulheres chefes de família permitiu-nos observar e conversar sobre estratégias cotidianas no sertão de Pernambuco, que mostram convergências em demandas sobre direitos a terra, saúde, educação e violência. Nestas considerações finais, realçamos as convergências mais do que as particularidades provenientes de diferenças que reportam a locais e pessoas específicas.

A primeira convergência é da manifestação da ausência ou da pouca operacionalidade do Estado e das instituições nas suas comunidades. Apesar da melhora histórica reconhecida pelas mulheres com mais tempo de experiência no campo, existem inadequações que reforçam uma noção de descontinuidade e descaso diante das oscilações no alcance e aplicação de políticas públicas que visem incluir essas mulheres. Quando estabelecidas no acesso a terra e a casa, seja por herança, por assentamento ou por casamento, as mulheres sofrem da pouca sensibilidade e reconhecimento à titularidade que, porventura, ganharam para poder operacionalizar o uso da sua terra (crédito, mãos para trabalhar, uso de tempo, cuidado de crianças e outros dependentes).

Ser assentada, ser quilombola ou mesmo ser agricultora familiar de uma comunidade historicamente estabelecida possui reforços identitários do Estado, mas não assegura a continuidade de políticas após o reconhecimento. Escolas fecham, serviços de saúde não chegam ou mal chegam, ambulâncias e policiais não se deslocam para socorrer em situações de doença e de violência. As associações perduram, ora reforçadas, ora enfraquecidas, mas operando normalmente com uma perspectiva de reforço da população local, cada vez mais com participação, ou mesmo lideradas por mulheres. Há uma mobilidade demandada pelas ausências e precariedade do Estado nas comunidades. Usar transportes e se distanciar de casa é mais difícil para mulheres chefes que para pessoas com outras composições familiares para suprir o que não chega ao campo. Se a associação costuma enfatizar reconhecimento da população e organização da produção, não costuma ser ela que tem condições de facilitar essa mobilidade.

Uma segunda convergência que afeta todas as pessoas da comunidade, mas geralmente com mais intensidade por ser mulher chefe, é a subordinação ao

tempo institucional e os custos implicados em ir para a cidade. A falta de profissionais e equipes, ou o planejamento insensível ao tempo das usuárias produz indisponibilidade para atendimento, mesmo quando elas se esforçam para chegar pelas precárias e caras alternativas de transporte. Como comentado antes, o tempo burocrático (que nas cidades do interior sofre mais intensamente de pouca disponibilidade de profissionais de tempo integral) se sobrepõe às ideias de humanização dos serviços. Neste caso, a maior distância acrescenta dificuldades para organizar o tempo de casa com a administração do tempo de cuidado, de trabalho e de custos para chegar a sedes urbanas com calendários rígidos. A demanda de maior sensibilidade ao tempo das usuárias se constitui como muito forte.

Uma terceira convergência, visível nas outras duas demandas, e de especial importância para as mulheres chefes, é a falta de equipamentos de lazer e sociabilidade que acolham as ideias de compartilhamento de cuidados com filhos e dependentes e assegurem a segurança contra violência que possam tornar a vida no campo mais solidária para elas. Escolas, creches e espaços nas associações são pouco disponíveis. As redes de interconhecimento tecidas nas comunidades mais históricas fazem com que parentesco e afinidades possam dar um passo nessa direção. A falta de tais iniciativas nas comunidades de assentados que, mesmo unidas na luta para serem assentadas, têm muita diversidade de origens e maior dependência na iniciativa do estado na administração da comunidade, amplia a sensação de solidão. Nessa hora, a sobrecarga da responsabilidade da chefia aumenta a demanda de mais espaços de acolhimento locais.

No que concerne a espaços para viver e produzir, assim como ser dona da casa própria permeia o imaginário brasileiro, para as mais pobres rurais, o acesso a terra se constitui um objetivo que atribui segurança, ao mesmo tempo que esse acesso a terra possa marcar espaços de disputa e de afirmação de poder. Ter a titularidade da terra pode ser fundamental para determinar as condições da chefia familiar nas ruralidades: balizadora do respeito, da dissolução das relações conjugais, de ser ponto de apoio aos filhos, além do acesso a direitos como agricultoras e da segurança alimentar.

As políticas públicas, além de produzirem orientações bem embasadas na literatura especializada e aplicadas por agentes favoráveis a ações que incluem as demandas de mulheres chefes de família, enfrentam limitada visibilização das suas ações, dificuldades em

alcançar muitos territórios específicos no campo tão grande e diversificado, e ainda precarização por limitados recursos públicos.

Logo, é fundamental que as mulheres rurais que chefiam famílias recebam atenção territorializada, especialmente por Sistema Único de Assistência Social e Sistema Único de Saúde, dos quais elas se sentem efetivamente descobertas e cuja falta de capilarização fecha as portas do acesso a direitos e impede o contato dos profissionais que sinalizam suas demandas em nível de gestão. Persistir na elaboração e aplicação dessas políticas públicas é uma necessidade, como bem se percebeu na literatura que debruça sobre psicologia no campo (Conselho Regional de Psicologia, 2019; Dantas et al., 2018; Domingues, 2007; Gonçalves et al. 2016; Landini, 2015) e sobre mulheres rurais (T. F. B. Brandão et al., 2023; Butto & Hora, 2008; Deere, 2002).

E, finalmente, com base nas informações provenientes da nossa reflexão junto com 10 mulheres sertanejas pernambucanas, a partir do levantamento de suas demandas, é possível pensar algumas orientações que podem auxiliar a atuação de psicólogos, especialmente quando inseridos em equipes multiprofissionais nas políticas sociais que tocam mulheres rurais que chefiam famílias. Nesse sentido, recomenda-se como aspectos de atenção na prática profissional nesse contexto: saber identificar que ser mulher chefe de família abre espaços de conflito no meio rural, sendo necessário respeitar suas vontades por ocupar esses espaços enquanto sujeitas conscientes dos seus direitos e poderes, cabendo aos profissionais agir positivamente na mediação para que esses espaços funcionem melhor; atentar-se em não subscrever à orientação do tempo burocrático, tentando integrar o tempo coletivamente com as mulheres chefes; procurar coletividades de acolhimento tanto nas comunidades quanto nos serviços de saúde, educação e segurança; envolver as associações ou outras entidades que priorizam ação social e entendam a necessidade de acesso a terra para mulheres.

## Referências

- Alentejano, P., & Cordeiro, T. (2019, 29 de novembro). 80 mil escolas do campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos/>
- Amador, A. J. P., & Domínguez, A. I. (2014). Violencia contra la mujer y desplazamiento forzado: análisis de las estrategias de vida de jefas de hogar en Medellín. *Acta Sociológica*, 65, 151-171. doi: 10.1016/S0186-6028(14)70240-3
- Brandão, C. R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais (Campinas)*, 1(1), 37-64. Recuperado de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/310076/mod\\_resource/content/0/Brand%C3%A3o\\_Carlos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/310076/mod_resource/content/0/Brand%C3%A3o_Carlos.pdf)
- Brandão, T. F. B., Barbosa, L. C. B. G., & Bergamasco, S. M. P. P. (2023). Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(2). doi: 10.1590/1806-9479.2021.249024
- Brumer, A., & Anjos, G. (2008). Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, 11(12), 6-17. doi: 10.47946/nera.v0i12.1396
- Bueno, A. L. M., & Lopes, M. J. M. (2018). Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. *Ambiente e Sociedade*, 21. doi: 10.1590/1809-4422asoc170151r1vu18l1ao
- Butto, A., & Dantas, I. (2011). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Butto, A., & Hora, K. (2008). Mulheres e reforma agrária no Brasil. In A. Lopes & A. Butto (Orgs.), *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil* (pp. 19-38). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Carvalho, M. L. (1998). Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. *Serviço Social e Sociedade*, 19(57), 74-98.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em questões relativas a terra*. Brasília, DF: Autor.
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J., & Macedo, J. P. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-10. doi: 10.1590/1807-0310/2018v30i165477
- Deere, C. (2002). Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos a terra e movimentos sociais rurais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18(1), 112-146. Recuperado de <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/210/206>
- Deere, C. (2004). Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 175-204. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100010
- Domingues, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 12(3), 573-582. doi: 10.1590/S1413-73722007000300014
- Franco, T. B., & Hubner, L. C. M. (2019). Clínica, cuidado e subjetividade: afinal, de que cuidado estamos falando?. *Saúde em Debate*, 43(spe 6), 93-103. doi: 10.1590/0103-11042019S608
- Gonçalves, B. N., Landini, F., Leite, J., Calegare, M. G. A., & Monteiro, R. C. (2016). Construyendo un abordaje psicosocial de la ruralidad desde América Latina: contribuciones desde el 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 11(14), 6-16. Recuperado de <https://cursos.ufrj.br/grad/psicologia/files/2017/08/revista-retta.pdf>
- Hora, K., & Butto, A. (2014). Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In A. Butto, I. Dantas, K. Hora, M. Nobre, & N. Faria (Orgs.), *Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania* (pp. 14-45). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019a). *Cidades – Brasil, Pernambuco, Serra Talhada*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/serra-talhada/panorama>

## Mulheres chefes de família do Sertão pernambucano e suas demandas de políticas públicas

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019b). *Cidades – Brasil, Pernambuco, Santa Maria da Boa Vista*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-maria-da-boa-vista/panorama>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Cidades – Brasil, Pernambuco, Santa Cruz da Baixa Verde*. Recuperado de [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2021/POP2021\\_20221212.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20221212.pdf)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2017). *Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015*. Brasília, DF: Autor.
- Landini, F. (2015). La noción de Psicología Rural y sus desafíos en el contexto Latino Americano. In F. P. Landini (Org.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 21-32). Buenos Aires: CLACSO.
- Melo, H. P., & Di Sabbato, A. D. (2006). Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In Ministério do Desenvolvimento Agrário (Org.), *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul* (pp. 46-86). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Ministério da Saúde. (2015). *Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de [https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/tecendo\\_saude\\_mulheres\\_campo\\_floresta.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/tecendo_saude_mulheres_campo_floresta.pdf)
- Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 724-733. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447/1404>
- Pereira, C. F. (2021). Nova centralidade do território e da identidade nas lutas sociais e processo de complexificação da questão agrária. *GEOUSP*, 25(3), 20. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.145399
- Ramiro, P. A. (2008). *Assentamentos Rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos). Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp092312.pdf>
- Santana, I. C., & Oliveira, E. M. A. (2015). Relações de gênero, educação e autonomia: um estudo etnográfico com mulheres do sítio lajes e sítio pedra branca em Correntes-PE. In Universidade Federal de Alagoas (Org.), *V Reunião Equatorial de Antropologia - V REA - XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste - XIV ABANNE, 2015*. Recuperado de [https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/Iolanda%20Cardoso%20de%20Santana%20-%201020456%20-%204055%20-%20corrigido.pdf](https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Iolanda%20Cardoso%20de%20Santana%20-%201020456%20-%204055%20-%20corrigido.pdf)
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2017). Inserção e trabalho de psicólogos/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(2), 146-154. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/11886>
- Souza, C. R. (2018). *Construção Social da Demanda em Saúde: como a oferta modela a demanda?* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-23042018-144939/pt-br.php>

<sup>1</sup> Pesquisa realizada para a dissertação de mestrado da primeira autora com o título "Mulheres rurais chefes de família: demandas, redes e relações de gênero no sertão pernambucano". Foi aprovada em Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após serem informadas dos objetivos do estudo e de que era possível desistir da participação a qualquer momento, além de lhes ter sido dada garantia de confidencialidade.

*Aléxya Cristal Brandão Lima*, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Analista em Assistência Social e Direitos Humanos do CREAS Miguel Otávio. Endereço para correspondência: Rua Mario Gomes de Matos, 192, Pina, Recife/PE, CEP 51.011-120. Telefone: (81) 3232-4215. Email: [alexycristalbrandao@gmail.com](mailto:alexycristalbrandao@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7601-3834>

*Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro*, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: [rosineidecordeiro2017@gmail.com](mailto:rosineidecordeiro2017@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6487-4012>

*Russell Parry Scott*, Doutor em Antropologia pela University of Texas em Austin, é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: [rparryscott@gmail.com](mailto:rparryscott@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2274-9859>

Recebido em 08.abr.22  
Revisado em 25.nov.22  
Aceito em 11.dez.22

# Memórias e conquistas das mulheres trabalhadoras do mar: uma análise psicossocial de narrativas filmadas na Região dos Lagos -RJ

Regina Carmela. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro Universitário Serra dos Órgãos  
Marta de Araújo Pinheiro (*in memoriam*). Universidade Federal do Rio de Janeiro

## Resumo

O ano de 2022 foi eleito pela ONU como o ano internacional da pesca artesanal para focalizar a importância do setor no cumprimento dos objetivos da Agenda 2030. Uma das orientações da Agenda é a conquista da equidade e igualdade de gênero. Com base nas entrevistas realizadas para um documentário (2018) sobre a pesca artesanal na Região dos Lagos (RJ), apresentamos, sob as lentes da Psicossociologia, as memórias, as conquistas e as perspectivas das mulheres da pesca locais sobre: 1) o território, lembranças, afetos e conhecimentos, 2) relações de gênero na atividade; 3) atuações no presente. Constatamos que elas, atualmente, se reconhecem como pescadoras artesanais. Essa autodenominação e assentimento repercute, desde seus antepassados, nas múltiplas dimensões de suas participações na pesca e contribui atualmente para a busca da equidade de gênero, na agregação, fortalecimento dos laços sociais e na continuidade da pesca artesanal.

**Palavras-chave:** psicossociologia; memória; pesca artesanal; pescadoras; documentário.

## Abstract

*Memories and achievements of women working at the sea: a psychosocial analysis of narratives filmed in Região dos Lagos – RJ.* The year 2022 was chosen by the UN as the international year of artisanal fisheries to focus on the importance of the sector in meeting the objectives of the 2030 Agenda. One of the Agenda's guidelines is the achievement of equity and gender equality. Based on interviews carried out for a documentary (2018) about artisanal fishing in Região dos Lagos (Rio de Janeiro, Brazil), we present, under the lens of Psychosociology, the memories, achievements and perspectives of local fishing women on: 1) the territory, memories, affections and knowledge, 2) gender relations; 3) current activities. We found that they currently recognize themselves as artisanal fishermen. This self-denomination and assent have had repercussions, since their ancestors, in the multiple dimensions of their participation in fishing and currently contributes to the search for gender equity, in the aggregation, strengthening of social ties and the continuity of artisanal fishing.

**Keywords:** psychosociology; memory; artisanal fishing; fisherwoman; documentary.

## Resumen

*Memorias y logros de mujeres que trabajan en el mar: un análisis psicossocial de narrativas filmadas en Região dos Lagos-RJ.* El año 2022 fue elegido por la ONU como el año internacional de la pesca artesanal para hacer foco en la importancia del sector en el cumplimiento de los objetivos de la Agenda 2023. Uno de los lineamientos es el logro de la equidad y la igualdad de género en el sector. A partir de entrevistas realizadas para un documental sobre la pesca en Región de los Lagos (Rio de Janeiro - Brasil), presentamos, bajo la óptica de la Psicossociología, las memorias, conquistas y perspectivas de mujeres pescadoras: 1) el territorio, las memorias, los afectos y conocimientos, 2) relaciones de género; 3) actividades actuales. Constatamos que actualmente se reconocen como pescadoras artesanales. Esta autodenominación y asentimiento ha repercutido, desde sus antepasados, en las múltiples dimensiones de su participación en la pesca y actualmente contribuye a la búsqueda de la equidad de género, en el fortalecimiento, en la agregación de los lazos sociales y en la continuidad de la pesca artesanal.

**Palabras clave:** psicossociología; memoria; pesca artesanal; pescadoras; documental.

As diretrizes da Agenda 2030, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de produzir uma orientação ampla para e com os países por ela representados na adoção de medidas para “melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro” (ONU, 2019), elegeram o ano de 2022 como o ano internacional da pesca artesanal. Uma das indicações da Agenda é a conquista da equidade e igualdade de gênero no setor. Este alinhamento é ressonante com o protagonismo, resistência, adaptabilidade e presença efetiva das mulheres na pesca, em crescente disputa nos grupos sociais aos quais pertencem (Gerber, 2013; Martinez & Hellebrant, 2019; Woortmann, 1991). À vista disso, compreende-se a importância de trazer mais estudos sobre a constância e os atravessamentos da sua presença social, das suas práticas comunitárias, sua participação na manutenção da pesca e no fortalecimento dos laços sociais da pesca artesanal, bem como na discussão sobre o status de pescadora, que ainda é contestado em alguns grupos e comunidades.

Do ponto de vista legal (Lei 11.959 de 29 de junho de 2009, Parágrafo único), a atividade pesqueira artesanal abrange trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, reparos realizados em embarcações de pequeno porte e processamento do produto da pesca artesanal. Portanto, a profissão é composta para além da captura do pescado em si, por uma multiplicidade de atividades realizadas por homens e mulheres, estas últimas muitas vezes ocultadas por convenções sociais sobre somente ser pescador aquele que vai para o mar e busca o peixe (Brito, 2016; Gerber, 2013; Food and Agriculture Organization of the United Nations [FAO], 2018, 2020; Hellebrant, 2019; Woortmann, 1991). Já do ponto de vista do conhecimento tradicional, a atividade pesqueira artesanal supõe o saber, o saber-fazer e se refere aos conhecimentos gerados da experiência passada de geração a geração pelas comunidades, adequadas às mudanças ambientais, locais, culturais e temporais (Diegues, 2015). Sendo os pescadores locais as principais fontes de informações sobre o ecossistema e as condições da pesca (Bivalacqua, 2017; Diegues 2015, 2019) e compreendendo que esse conhecimento da pesca artesanal consiste na reunião desses saberes, buscamos no artigo trazer o ponto de vista do fazer das mulheres, suas memórias, saberes, interações e aprendizados sobre as práticas e conhecimentos dessas comunidades e de seus territórios.

Para apresentar o desenvolvimento desta proposição, o artigo se estrutura do seguinte modo: 1)

tema e contexto das mulheres na pesca artesanal; 2) exposição do enquadramento teórico-metodológico: Psicossociologia e Memória; 3) o documentário e a metodologia utilizada no artigo; 4) seleção e análise dos recortes referentes à presença da mulher na pesca artesanal reunidos no material bruto colhido para o filme; 5) conclusão de que o enfoque na memória, sob a perspectiva das mulheres, nos permitiu conhecer algumas das questões relativas às vivências familiares no território, assim como seus atuais desafios e práticas na atividade da pesca artesanal.

## Situação das mulheres na pesca artesanal

A complexidade da pesca artesanal no Brasil não se restringe apenas à sua diversidade, às suas dimensões e diferenças geográficas, como também ao crescimento indiscriminado da atividade, à falta de planejamento, à redução do estoque pesqueiro, à sobrepesca, à poluição, somados à política pesqueira voltada, prioritariamente, para a pesca industrial (Silva, 2014).

Apesar disso, estima-se que aproximadamente 90% de todas as pessoas que dependem diretamente da pesca extrativa trabalham no setor da pesca de pequena escala. Ela funciona como motor econômico e social, proporcionando segurança alimentar e nutricional, emprego e outros efeitos multiplicadores para as economias locais, apoiando ao mesmo tempo os meios de subsistência das comunidades ribeirinhas (FAO, 2018). Entende-se assim o porquê das “Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca Sustentável em Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza” - apoiadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2014, 2016, 2018) - indicarem medidas que abrangem a segurança alimentar, mercados mais justos, educação, serviços de saúde, equidade de poder, de gênero, em um esforço que envolve pescadores e pescadoras, organizações, instituições, governos e meio acadêmico.

Por meio das conclusões preliminares da pesquisa de Alonso-Población e Siar (2018) o principal obstáculo para a participação feminina no setor pesqueiro artesanal é que o trabalho das mulheres não é amplamente reconhecido porque existe uma premissa sociocultural de que elas não pescam. Além disso, nos núcleos familiares, geralmente, às mulheres cabe o papel de mães e esposas e aos homens, o de provedores da família. Embora crescentes, ainda são insuficientes os dados e estatísticas da presença do trabalho feminino na

categoria pesqueira. Um dos motivos apresentados é que ainda persiste, em muitos casos, o entendimento por parte das mulheres de que as organizações são do domínio masculino. Outro dado importante é de que elas não se aproximam das instituições por falta de tempo, confiança e educação formal, (FAO, 2018).

No Brasil, C. A. G. Alencar (2011) apontou que 237.714 mulheres atuavam no setor. Em 2015, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, contabilizava-se 1.084.861 pescadores. Se tomarmos os números de C. A. G. Alencar (2011) com os dados do Ministério da Pesca (2015), embora com quatro anos de diferença, é possível perceber que as mulheres representavam quase 20% do total de pescadores. A intensificação de pesquisas e documentação torna possível ampliar as discussões sobre essa participação. (Alonso-Población & Siar, 2018; Escallier, 2004; FAO, 2016, 2017, 2018; Leitão, 2013, 2019, 2021; Manesch, 1995, Manesch & Alvares, 2010, Manesch, Siqueira, & Alvares, 2012; Parlamento Latino-americano e Caribenho, 2017; Scherer, 2013).

Diante dos diversos aspectos que envolvem a atividade laboral das mulheres, faz-se necessário correlacionar os modos de vida e trabalho a partir de uma organização do mundo moderno marcado pelo modelo patriarcal e colonial (Federeci, 2017, 2020). Até o século XX, as atividades femininas foram consideradas não-produtivas e, portanto, ignoradas pela sociedade industrial, posto que economicamente a atividade doméstica, ou mesmo aquelas ligadas aos “fazeres masculinos” como no caso da pesca artesanal, a mulher ficou posicionada na condição de “ajudante do marido”, este sim reconhecido socialmente como ativo e trabalhador (Martinez, 2018). O envolvimento e empenho das mulheres nas questões sociais, econômicas e trabalhistas é promovida, sobretudo pela necessidade de sobrevivência, por meio do trabalho e da ação cotidiana na atividade pesqueira, em que muitas vezes são desrespeitadas (Hache, 2016; Mies & Shiva, 1997).

Tendo em vista reunir as lembranças geracionais e afetivas das mulheres da pesca, nos apoiamos nos estudos da Psicossociologia e da memória para nos auxiliarem no rastreamento temporal da presença e formas de laboração das mulheres na atividade. Sabendo que a memória oral não retrocede além de 80 anos (Assman, 2011), esse tempo de recordação nos parece suficiente para conhecer algumas dessas experiências femininas, desde o passado recente até os dias atuais.

Para isso, propusemos apresentar um recorte dos relatos de quatro pescadoras, lideranças da atividade

pesqueira em Arraial do Cabo e Cabo Frio - duas cidades da Região dos Lagos, no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Os relatos foram colhidos por ocasião das entrevistas filmadas, no processo de produção de um documentário (2016-2018), sobre a pesca artesanal na região.

No processo de produção do filme foram geradas 80 horas de gravações e aproximadamente 30 horas de entrevistas. Desse total utilizou-se na edição final, no máximo, 5 minutos de cada relato. O documentário, após editado, finalizou 70 minutos de duração, o que indica que os trechos selecionados para o produto final foram aqueles que atenderam ao objetivo do projeto, descrito logo abaixo. Diante da riqueza do conteúdo produzido e da impossibilidade de incluí-lo no filme, trabalhamos neste artigo com o material bruto das entrevistas de quatro mulheres.

Denominamos “recortes”, a exemplo do uso do termo na linguagem do cinema, os trechos destacados do material bruto das entrevistas audiovisuais para indicar as demarcações do espaço, dos limites do enquadramento e das narrativas (Puccini, 2007) que aludem às histórias e memórias de vida das mulheres, referentes à pesca artesanal e ao território pesqueiro.

## **Psicossociologia e Memórias: o traçado entre passado e presente**

O crescente debate sobre a participação da mulher na pesca artesanal (C. A. G. Alencar, 2011, E. F. Alencar, 2022; FAO, 2016, 2018, 2020; Martínez & Hellebrant, 2019; Motta-Maués, 1999; Pires, Albuquerque, & Juste, 2015; Woortmann, 1991) e, conseqüentemente, do reconhecimento da sua prática e saber tradicional tem seu início no Brasil, na década de 70 do século XX, por meio das atividades das Pastorais (ação da Igreja Católica, sob direção da Diocese e da Paróquia, para agir em situações sociais). Criada em 1968, a Pastoral da Pesca contribuiu para a expansão das lutas pelo desenvolvimento, legislação, políticas etc. do setor pesqueiro, incluindo as questões relativas às mulheres que atuam na atividade (Alencar & Pereira, 2022; Brito, 2016).

Na atualidade, há o aumento significativo de produção sobre o tema desde a execução de projetos, textos publicados, dissertações, teses, notícias em websites específicos, websites jornalísticos e institucionais, até diversos materiais audiovisuais em crescente produção. Nesse aspecto é importante ressaltar o que Sílvia Federici (2017) propõe sobre a documentação das condições

históricas e sociais das mulheres por um ponto de vista feminino, o que “implica uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e uma visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração.” (p. 29). Na pesca artesanal no Brasil, não obstante a presença das mulheres dedicadas cotidianamente à pesca artesanal, ainda se reproduz essa condição de exclusão social. Isso se reflete no baixo número de cadastros nas Colônias e na ausência de dados da atividade discutidos à luz do gênero. Basta atentar que não são suficientes os registros das suas memórias e experiências.

Como indicado por Jodelet e Haas (2019), “esses vestígios e inscrições permanecem vivos desde que sejam significativos para a vida dos grupos, cujos membros asseguram a manutenção e transmissão” (p. 9). À vista disso, buscamos trazer suas experiências de vida e suas memórias à luz da Psicossociologia, que entende a memória individual como repleta pela inscrição social desse indivíduo na observação de seus costumes, modos de fazer e dizer, práticas, organização física espacial. Nessa visão está incutida a compreensão de que a memória: (1) pode ser compartilhada e retomada coletivamente, Halbwachs (2004), (2) é também um continuum do grupo social, Bergson (2011), (3) e envolve sempre uma renegociação permanente a partir do presente, Huysen (2001).

A Psicossociologia examina as subjetividades e os afetos em suas relações sociais/comunitárias (Campos, 2014; Jodelet e Haas, 2019; Nasciutti, 1996) para compreender quais fenômenos sociais são produzidos na relação e nas tensões entre o indivíduo e a sociedade, na força do que é coletivo. A Psicossociologia entende, portanto, o social como tudo aquilo que permeia e ultrapassa o indivíduo, e que ao mesmo tempo é constituído por um imaginário que se constrói continuamente (Nasciutti, 1996) na sua relação externa (coletivo) e interna (subjetividades). Esse enfoque busca caracterizar as trajetórias pessoal e coletiva articulando as dimensões psíquicas, sociais e organizacionais dos grupos sociais (Maciel & Souza, 2018), levando em conta o vivido, o sentido, o posicionamento dos sujeitos diante do estado do mundo ou das experiências vivenciadas no grupo social (Jodelet, 2018). Esse coletivo se abre continuamente para as lutas das subjetividades sociais, que o desafiam e o transformam (Guareschi, 1995). O trânsito entre as subjetividades e suas interações sociais é caro à Psicossociologia na compreensão das dinâmicas comunitárias. E como abordar e apresentar as memórias de um tempo pretérito chamado “nosso”? Para Jodelet

e Haas (2019) os estudos dos fenômenos da memória trazem de volta à clareza, na consciência coletiva, elementos do passado, ocultos ou esquecidos. Nesse sentido, buscamos as memórias das mulheres naqueles elementos que transitam entre o passado e o presente, nas lembranças movidas pela afetividade, pelas experiências de vida e nos seus desafios contemporâneos.

As evidências da ação das lembranças no cotidiano e os “modos de recordar”, segundo Assmann (2011), podem ser reconhecidos por meio de diferentes indícios desde (i) arqueológicos, arquitetônicos, das relíquias, dos museus, fotografias, filmes etc.; (ii) das memórias escritas, textos escritos com traços materiais, (iii) das memórias institucionais, rituais, arquivos, historiografias, nomes de ruas, monumentos etc., (iv) da memória midiática e ficcional: popularizada em documentos, ficção histórica (romances, filmes, quadrinhos etc.), páginas da internet, jogos de computador, etc. até, finalmente (v) do passado como fantasia. Para este artigo, buscamos os vestígios da atuação das mulheres, desde o passado ao presente, no material bruto das entrevistas para o filme.

## Percurso metodológico

Nos orientamos para a seleção e análise dos recortes em duas categorias de Bergson retomadas por Bosi (2007): 1) memórias-hábito referentes aos aspectos práticos, lembranças cotidianas e 2) memórias lembranças, aquelas que destacam aspectos pontuais, lembradas como se tivessem sido um sonho. O exercício de identificação de categorias nos relatos de memória se dedica à tarefa de buscar vínculos, movidos por escolhas relacionais, traços e indícios que se organizam nas narrativas/lembranças em coerência de significados subjetivos e coletivos. Como nos lembra Bosi (2003) é “tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo”, (p. 31). Dessa forma, a reunião das memórias pode vir a compor um conjunto de experiências, ritos, pontos de vista, como potenciais soluções para os desafios contemporâneos.

Para compreendermos as dimensões atuais da sua presença na pesca artesanal os recortes analisados se referem às memórias, seus conhecimentos e experiências relativas à atividade. Foram mantidos trechos coesos, ou seja, com início, meio e fim, contextualizados e transcritos de modo a respeitar as entonações, reticências, exclamações, sobretudo, o sentido e lógica

interna. A análise dos relatos pressupõe que os filmes trazem indícios de memórias e são reconhecidos como modos de recordar (Assman, 2011).

Apresentamos a seguir o perfil das entrevistadas, não sem antes esclarecer que todas optaram pelo uso

de seus nomes reais no artigo, pois suas memórias e trajetórias pessoais e como lideranças que atuam publicamente e lutam pelo lugar da mulher na pesca artesanal em suas regiões, contribuem no fortalecimento, difusão, e possíveis desdobramentos colaborativos.

**Tabela 1.** Perfil das entrevistadas selecionadas

Nome	Local	Idade	Esfera de atuação	Instituição	Registro Geral da Pesca
Cleusa	Arraial do Cabo Prainha	+ 60	Pescadora, Marisqueira, Salgadeira, artesã	Cooperativa Salga, Sol e Arte	Sim
Zenilda	Arraial do Cabo Prainha	+60	Pescadora	Cooperativa das mulheres nativas	Sim
Margareth	Praia Grande	+60	Pescadora	Cooperativa	Sim
Edwiges	Cabo Frio	+50	Pescadora, artesã	Pessoa Física	Sim

A Tabela 1 nos coloca diante de mulheres profissionais da pesca artesanal nas cidades de Arraial do Cabo e Cabo Frio. Das quatro mulheres, três delas são cofundadoras de organizações coletivas, assim como suas representantes legais. Em Arraial do Cabo, na Prainha, a Cleusa Rocha representante da “Cooperativa Sol, Salga e Arte” constituída por 75% de mulheres; na Praia Grande, Zenilda e Margareth representantes da “Cooperativa de Mulheres Nativas”, constituída somente por mulheres. Edwiges mora em Cabo Frio e trabalha como agente de campo na FIPERJ. Todas possuem o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), licença ambiental expedida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a todas as pessoas que exercem a atividade de forma profissional e artesanal. Com o RGP, o pescador ou pescadora profissional artesanal tem acesso aos programas sociais do Governo Federal, como microcrédito, assistência social. Somado a isso, nos meses do defeso (período em que é proibida a pesca para proteger a reprodução de peixes, lagostas e camarões), os profissionais, inscritos no RGP da pesca, recebem um benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no valor de um salário-mínimo, até o limite máximo de 5 meses.

Após a identificação nas entrevistas das memórias e práticas, entendemos ser relevante para este artigo, a organização dos temas comuns aos relatos: (1) o território: lembranças, afetos e conhecimentos; (2) relações de gênero na atividade pesqueira artesanal; (3) atuações no presente.

### **Território: Lembranças, Afetos e Conhecimentos**

A narrativa de Cleusa traz o conhecimento oral, transmitido por seus antepassados, sobre a formação daquela população composta por famílias de pescadores do bairro da Prainha, em Arraial do Cabo, e a íntima

relação e vivência com a pesca. São memórias do território habitado, do espaço, da cultura e da história local associadas à pesca artesanal:

Foi assim que começou a história de Arraial do Cabo, inclusive a minha, porque meu avô português e a minha avó já mulata, bem mulata, a família não aceitou e vieram pra Prainha. (...) O meu avô tinha paiol aqui na praia e a minha avó sempre vinha. Meu pai também não gostava muito não. Mas mãe vinha pra ajudar no orçamento familiar e ela nos trazia. Nossa vida sempre foi aqui na praia.

A história da Prainha, segundo Cleusa, está arraigada ao preconceito e ao patriarcalismo histórico: a) o avô português + avó “mulata” = exclusão para uma praia afastada; b) mulheres (avó e mãe) trabalham contra a vontade dos maridos para compor o orçamento familiar. Não obstante esses indícios arraigados que deslizam nas frestas das falas, o sentimento de pertencimento às famílias que trabalham na pesca artesanal fica evidente nas entrevistas.

Nascer em família de pescador é para essas mulheres motivo de orgulho, como ressalta Margareth ao contar sobre suas origens e experiências na infância:

Eu nasci de parteira aqui no Arraial. Sou filha e neta de pescador. Fui criada aqui e sempre gostei de pescar. A pesca desde cedo me deu prazer. Fui crescendo e aprendendo com meus tios pescadores e com meu avô. Depois fui estudar e trabalhar e resolvi voltar para a pesca. Minha avó era salgadeira. Então a gente ia para os paióis e eram aquelas montanhas de peixes, e desde criança eu ficava lá ajudando. A lembrança mais forte é essa, minha avó salgando peixe.

As recordações da salga são recorrentes nos relatos, pois a impressão exercida no imaginário marcou as

memórias daquelas crianças que acompanhavam suas mães, tias e avós no beneficiamento do peixe. Vemos isso na fala de Zenilda que nos conduz por esse imaginário/ lembrança da salga - atividade realizada sobretudo pelas mulheres - quando em Arraial não havia luz, nem geladeira:

Participar com a nossa mãe lá na salga do peixe, vendo o que acontecia, como era feito, toda a dificuldade que existia em estar no meio daquela salmoura intensa, num quarto escuro, sem luz praticamente... só entrando por uma portinha a luz do sol, o resto era tudo muito escuro. E era muito peixe. Eram montanhas de peixe. Não era a quantidade que a gente trabalha aqui hoje... eram montanhas!

Sua recordação é sensorial: “a luz que perpassa a escuridão, a salmoura intensa”. Além de sensorial e imagética, o relato nos remete ao quadro daquela criança diante da quantidade de peixe a salgado: “montanhas”! A descrição dessa memória sensorial, imagética, está vinculada ao esforço que envolvia todo esse trabalho, cujos pés das mulheres sangravam pelo efeito da salmoura. Também remete à presença dos paióis da salga, que não existem mais na região, à quantidade de peixes, hoje mais escassa visto o aumento da extração pela pesca industrial. Elas assistiram, ao longo dos anos, ao crescimento do local e às mudanças daí decorrentes, como a saída das moradias dos pescadores e pescadoras da beira da praia para o interior do bairro. A Prainha, por exemplo, se tornou uma das principais atrações turísticas da região e, com isso, o espaço dos pescadores, as dunas, as pitangueiras, o lago foram removidos e/ou ocupados por prédios e construções. A praia passou a ser local para os turistas, e muitos dos pescadores tornaram-se vendedores ambulantes, ou montaram barracas para atender ao turismo. A atividade da pesca, no entanto, continua ativa, embora em constante disputa pelo espaço da areia e da água, principalmente nos feriados, finais de semana e férias de verão.

Cleusa, ao lembrar das práticas pesqueiras e da salga, descreve as relações de gênero no passado e avança para nos contar sobre sua atualização hoje:

Eles pescavam e as mulheres faziam a salga, beneficiavam na beira da praia. Havia os paióis aqui à nossa esquerda, e as mulheres trabalhavam salgando o peixe. Elas traziam as crianças, não tinham com quem deixar. E as crianças iam lavando o peixe e entregando para mãe escalar. Escalar é fazer o benefício do peixe. Depois outras lavavam ou iam salgando e colocando numas tinas grandes, nuns tanques grandes pra dali

depois sair a cavalo nas mulas, nas cangalhas de mula para ser vendido em outro local, fora do Arraial. (...) E hoje nós estamos aqui tentando fazer a mesma coisa que fizeram os nossos ancestrais que é fazer o resgate da cultura da salga, onde as mulheres é que trabalham fazendo o benefício.

Quase sempre é com os pais, tios ou irmãos que aprendem as artes da pesca, como nos conta Edwiges ao lembrar do avô pescador e do pai, que já não tinha a pesca como sua profissão, e sobre si mesma que retoma a atividade como profissional da pesca:

Eu tinha o meu avô que era agricultor e pescador. Já o meu pai sempre pescava depois do trabalho, pescaria de lazer. A primeira vez que eu pesquei foi a maior alegria da minha vida, pois levei o sustento para a casa. E hoje, ainda é muito gratificante e muito honroso levar o alimento para casa.

Nesse relato destaca-se o sentimento de inclusão, pertencimento e afetividade com o território e com a atividade pesqueira artesanal. As lembranças lúdicas do território e vinculadas à pesca misturam-se no presente com múltiplas ausências, desde os paióis da salga, as dunas da Prainha, pitangueiras, os pássaros, a lagoa que secou e recuou:

Eram dunas enormes mesmo, com muita pitanga, tinha muita pitangueira aqui. Tudo isso aqui era pitanga. A lagoa do Parque Público ela vinha aqui na rua de trás. Então tinha muita marreca lele, tinha pato d'água, garça rosa, garça branca, muito saracura. Aí, a mãe levava a gente na beira da lagoa pra gente ver todos esses bichos. Pegar ovos também dos patos que deixavam ali. Quando chovia criavam poças d'água e aí a gente brincava de pescar, ou pegava com a mão ou como uma varinha do brejo. Eles (os peixes) gostavam de comer aquela ponta da varinha, acho que é da tapua... a gente botava ali nas poças d'água pra pegar peixinho pequeno só de brincadeira... quer dizer... desde pequenos nós já temos isso com a pesca. Mergulho ... a gente fazia mergulho, mas é mergulhar para pescar. Isso já está dentro de nós. Nós falamos que cabista<sup>1</sup> quando nasce é igual tartaruga já procura logo o mar. Esse é o povo nativo.

As lembranças das quatro mulheres envolvem rotinas do trabalho familiar, sobretudo na salga, fazeres distintos dos homens e mulheres e o aprendizado ao modo tradicional, ou seja, com o pai, o avô, o tio. A infância marcada pelo contato com as espécies e ludicamente com o universo da pesca é incutida nas crianças sem

distinção de gênero. Suas vidas são imersas nesse universo do trabalho para a sobrevivência familiar.

## **2) Relações de Gênero na Atividade Pesqueira Artesanal**

Margareth, que se autodenomina “pescadora da Praia Grande”, diz que uma das principais razões para a criação da Cooperativa foi reunir mulheres para pescar, uma vez que os homens não admitiam que elas embarcassem com eles. Ela relembra:

A princípio seria uma associação e depois nós acabamos fazendo a cooperativa por causa de alguns problemas que tivemos em relação aos homens. Então juntamos um grupo de mulheres e começamos a procurar uma pessoa que tivesse um barco que pudesse levar as mulheres para pescar. E conseguimos lá atrás um pescador que a mulher dele também pescava. Mas ele dizia assim: eu não posso chegar ali. O “ali” é chegar perto de outros barcos que estavam lá parados pescando. Toda vez que a gente chegava perto eles gritavam pra gente ir lavar roupa, ir ver novela e outras coisas que sendo pescadora ou não, acho que a gente não merecia ouvir. Mas ouvimos muito isso. E nós continuamos insistindo. Quando o ICMBIO<sup>2</sup> começou a trabalhar aqui na reserva e começou a ter um pouco mais de fiscalização, nós começamos a participar das reuniões, e então alguns pescadores, pelo contato com esse trabalho nosso, começaram a ter o entendimento de que nós não estávamos no mar para atrapalhar a pescaria deles, mas estávamos ali para fazer o mesmo que eles. Eles diziam: “Eu tenho que pescar para defender o pão da minha família”, e eu respondia: mas e eu por ser mulher não posso defender o pão da minha família? Eu não posso defender o alimento dos meus filhos? Que que é isso!? Então algumas reuniões foram bastante sérias lá pra se discutir isso. “Ah! Eu sou pescador, eu tenho direito de pescar!” E nós dizíamos: Não! Eu sou pescadora e eu também tenho o direito de pescar!

Cleusa em outro trecho enfatiza as dificuldades encontradas pelas mulheres e nos mostra como busca o reconhecimento do trabalho feminino na atividade, evitando o confronto ao não se apropriar do termo “pescadora”:

Os homens não aceitam que nós somos pescadoras. Então o seguinte, vamos dizer o seguinte: nós não somos pescadoras, somos mulheres da pesca, porque segundo rege a lei quem vive direto ou indiretamente da pesca é considerado pescador.

Nós somos beneficiadoras, podemos sair pro mar também para pescar sim, para mergulhar e pegar um mexilhão, debulhar nas pedras. Tudo isso nós já fizemos. Então nós nos denominamos “mulheres da pesca”. Nós somos mulheres da pesca para não ofender tanto os homens pescadores. Porque para eles o pescador é quem vai lá pra fora no alto mar. Ou senão quem entra em uma canoa dessas e rema a finco. Se depender, as mulheres também fazem isso no caíco<sup>3</sup>, não numa canoa, mas nós somos mulheres da pesca.

Os relatos mais do que um documento das condições sociais e históricas das mulheres, são também uma tentativa atual de reorganização do trabalho, na luta por espaço na atividade e uma saída dos chamados subempregos. Essas mulheres assumem o protagonismo no setor pesqueiro artesanal ao constituírem cooperativamente a revalorização das práticas que as suas avós e mães realizavam, geralmente, contra a vontade dos seus maridos. A criação das cooperativas cumpre um esforço para atingir tal objetivo, no fortalecimento institucional, representacional e simbólico das mulheres em Arraial do Cabo, e em decorrência na colaboração para a manutenção da tradição pesqueira artesanal, pois como contou Margareth:

Os pescadores da pesca antiga são nossa família! Então é isso que a gente precisa aqui: o reconhecimento dos pescadores antigos das mulheres pescadoras.... Porque todo mundo tem a mesma classe. Por que xingar as mulheres? Isso acontecia muito. Hoje a gente tem o respeito de digamos aí 80% dos pescadores. E as mulheres antigamente também iam pescar!!!! Tinha uma pescaria aqui que era na ilha e a mãe ia pescar junto. Assim como ela, deve ter acontecido com muitas mulheres. Não tem porque dizer que mulher não é da pesca, que é só coisa de homem.

### **Atuação no Presente**

A relação do passado com o presente das mulheres dentro da atividade tem em comum, inicialmente, a necessidade de complementação do orçamento familiar e a carência de recursos. O projeto de manutenção da salga, e/ou a recuperação dessa cultura proposto por Cleusa, parece ser mais determinante no desejo de colocar as mulheres da Prainha em outra condição social, já que a maioria trabalha como empregada, babá e faxineira, sobretudo na alta temporada. Com isso, ela vislumbra ampliar as possibilidades para as mulheres, baseada na tradição das suas avós e mães e no

conhecimento adquirido no cotidiano, de geração em geração e no tempo de permanência nesses afazeres. A “conquista”, como diz Cleusa, está assentada sobre as lembranças vividas no manejo e atuações daquelas mulheres do passado e dessas mulheres de hoje. Todas elas historicamente mantidas afastadas do reconhecimento pelo seu trabalho, mas continuamente empenhadas na ampliação dos seus espaços de atuação na composição do setor pesqueiro artesanal. Isso permite a elas, como no caso da Edwiges, declararem como se sentem na profissão:

Eu tenho orgulho de ser pescadora, a minha filha tem orgulho de mim. Eu tive uma grande oportunidade de aprender várias modalidades dentro da pesca. Pesco camarão, pesco siri, pesco de linha, várias modalidades. Então isso me enriqueceu, me sinto respeitada como mulher de grande desafio, né? É uma atividade de desafio pras mulheres. Mas entre o homem e a mulher aquela questão, né, do preconceito, de forças, que não é, é mais habilidade.

Até 2022, as mulheres da Praia Grande ainda não têm um barco da cooperativa e continuam alugando de um pescador. Saem para o mar para buscar o peixe, beneficiá-lo e vendê-lo. Assim garantem a continuidade da cooperativa pescando quando possível, ou beneficiando peixes que comprem de outros pescadores artesanais. A ação de criação da Cooperativa das Mulheres Nativas teve, além de gerar renda, a intenção de ser um marco de gênero na pesca artesanal local. Elas criaram e ocuparam um lugar institucional, em reação às negativas masculinas, como reconhecimento das suas habilidades e continuadoras da pesca local. Margareth, neta e sobrinha de pescadores artesanais, ao convocar outras mulheres a partilharem do conhecimento adquirido de forma direta, instituiu o lugar das mulheres na pesca do Arraial. Aqui a discussão já não envolve a tradição pesqueira somente, e sim a reprodução do patriarcalismo laboral, parcialmente superado pela participação nas reuniões e práticas pesqueiras recorrentes.

Além das contendas relativas ao gênero, elas se preocupam com o futuro da pesca na região e apontam seus principais problemas e desafios. O território em que cresceram se transformou muito com o passar do tempo. A atividade pesqueira artesanal também mudou, relata Edwiges:

Hoje a atividade está menor porque o peixe sumiu bastante. A gente tem identificado essa dificuldade porque as traineiras tão vindo mais perto do costão. Muitas traineiras de fora com capacidade

monstruosa de captura, pescando perto da costa. Por isso eu comentei sobre a questão da fiscalização, porque isso nos prejudica. Prejudica o pescador artesanal que tem 1 milha, menos de 1 milha pra pescar. A gente pesca aqui no costão porque o cerco de beira a gente não vai longe, vai a 200, 300 metros só da beira da praia. (...) Fico triste com o poder público de desrespeitar... Não... desrespeitar seria a palavra errada... De não se importar muito com isso. Porque eu vejo que tem necessidade do cuidado, da fiscalização pra que isso se prossiga (a pesca), né? Tem muita riqueza ainda dentro das nossas águas e precisamos preservar essa riqueza.

Edwiges nos conta sobre como aprendeu a retirar mariscos nos costões e aponta, tristemente, a evidente extinção de mariscos ocasionada pela invasão de plantas exógenas, provenientes dos cascos dos navios transatlânticos. Ela nos diz que tal espécie proliferou nas pedras e com isso quase não há mais marisco. Sua preocupação é que se nada for feito, não haverá mais mariscos na Praia do Peró, pois todo um ciclo de vida que habita ali é modificado e espécies nativas desaparecem ou diminuem muito, o que provoca uma reação em cadeia em diferentes espécies. Essa compreensão sistêmica se dá pela observação cotidiana e vivência íntima com o ambiente local.

Todos os relatos das mulheres são crivados de afeto vindos da infância, do cotidiano no território, do reconhecimento das suas limitações, mas sobretudo na luta pela permanência e ação contínua na pesca artesanal.

## Conclusão

Entendendo ser difícil dar conta das ambiguidades entre o registro, a construção e a reconstrução da memória, reconhecemos sua importância na amplitude do jogo das forças sociais e culturais na pesca artesanal. A composição desse mosaico da atuação das mulheres no presente e no passado recente perpassa diferentes dimensões da atividade: os afetos, o conhecimento tradicional, os fazeres, as relações de cuidado e ligação com o ambiente marinho. Levando em conta que na pesca artesanal também ocorre a reprodução do modelo patriarcal, somada às condições complexas do setor pesqueiro no Brasil, trouxemos para este artigo uma amostra da presença das mulheres no setor com base no material bruto das entrevistas de quatro pescadoras realizadas por ocasião da elaboração de um documentário, que tratou de forma ampla sobre a pesca artesanal em Arraial do Cabo, Cabo Frio e Búzios.

A participação das mulheres no caso do documentário não foi decorrência de um recorte intencional na elaboração do filme, e sim confirmação da realidade das suas atuações e vivências na atividade pesqueira. Isso parece indicar que suas práticas na pesca ultrapassam categorias e instituições. Essa presença, se examinada pelo ângulo do passado, é marcada pela ausência de direitos e lugar na atividade indicado atualmente, no

reduzido número de registros de suas memórias, isto é, das suas experiências, saberes e trajetórias.

À luz da Psicossociologia essas memórias estão nitidamente marcadas por uma significativa vinculação social, integradas na manutenção da pesca artesanal, pela transmissão do conhecimento, observação dos costumes, modos de fazer e dizer, e organização física territorial.

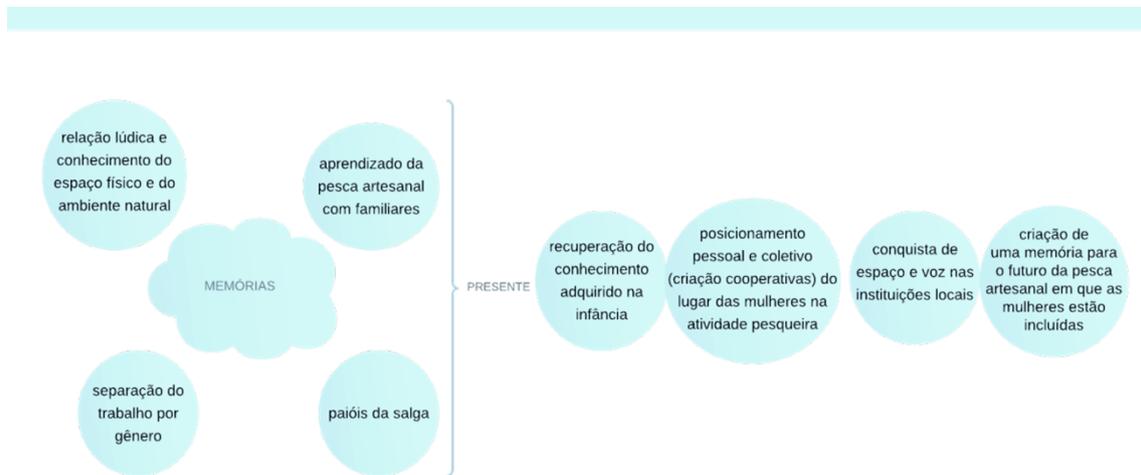


Figura 1. Relações das memórias ao presente.

Nos relatos despontam a descrição do conhecimento, o aprendizado ao modo tradicional, ou seja, pelo pai, avô ou tios. Elas documentam não somente as suas atuações, como também das suas antepassadas mais recentes. Não apareceram transmissões da pesca feita pelas mulheres. Na cadeia de transmissão das gerações imediatamente anteriores, isso aparece apenas na atividade da salga e no beneficiamento.

Os recortes destacados nos permitiram identificar os processos das relações interpessoais/coletivas, como no caso da rejeição local em reconhecer as mulheres como pescadoras, em contraponto à criação de iniciativas centradas no trabalho das mulheres. Por suas vozes revela-se uma mudança em seus posicionamentos dentro da atividade, na elaboração cotidiana desse lugar e na conquista de equidade e reconhecimento no setor.

Esperamos que neste Ano Internacional da Pesca Artesanal, em que um dos temas é a questão de gênero no setor, os relatos e ações das mulheres do Arraial do Cabo e Cabo Frio configurem avanços para essas conquistas pavimentadas no decorrer de pelo menos três gerações. As “conquistas”, como diz Cleusa, são realizadas, não apenas, mas também por haver nessa relação íntima com a pesca, uma construção vinda do passado,

assentada nos fazeres das mulheres avós e mães, ou porque são filhas de pescadores nascidas como “as tartarugas que correm para o mar”.

## Referências

- Alencar, C. A. G., & Maia, L. P. (2011). Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. *Arquivo de Ciências do Mar*, 44(3), 12-19. doi: 10.32360/acmar.v44i3.149
- Alencar, E. F., & Pereira, S. (2022). O papel das mulheres nas comunidades pesqueiras: uma reflexão sobre a atuação das pescadoras a partir da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). In *Asociación Latinoamericana de Antropología (Org.), VI Congreso de la Asociación Latino Americana de Antropología* (Resumos, Vol. 2, pp. 465-476.). Montevideú, Uruguai: Autor. Recuperado de [https://www.asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/images/LibrosMemoriasCongresoALA/ALA\\_ACTAS\\_DEL\\_CONGRESO\\_2\\_final.pdf](https://www.asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/images/LibrosMemoriasCongresoALA/ALA_ACTAS_DEL_CONGRESO_2_final.pdf)
- Alonso-Población, E., & Siar, S. V. (2018). *Women's participation and leadership in fisherfolk organizations and collective action in fisheries: A review of evidence on enablers, drivers and barriers*. FAO Fisheries and Aquaculture Circular nº 1159. Rome: FAO.
- Assmann, A. (2011). *Espaços da recordação, formas e transformações da memória cultural*. Campinas, São Paulo: Unicamp.
- Bergson, H. (2011). *Memória e vida. Textos escolhidos por Gilles Deleuze* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: WMF Martins Fonte.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória - ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial.

- Bosi, E. (2007). *Memória e sociedade: lembranças dos velhos* (14ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Brito, C. I. (2016). *Uma abordagem sócio-histórica do movimento de pescadores e pescadoras artesanais Brasil (MPP)* (Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro). Recuperado de <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2017/07/Tese-da-Carmem-copia-final-revisada-Carmem.pdf>
- Campos, R. H. F., & Guareschi, P. (2014). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes.
- Diegues, A. C., Ribaric, A., & Nêmeth, P. S. (2015). *Relatório final da consultoria sobre conhecimento e manejo tradicional pesqueiro – Projeto ARDENTIA*. São Paulo: NUPAUB.
- Escallier, C., & Maneschy, M. C. (2004). Mulheres na pesca artesanal no Pará: percepção e estatuto. *Boletim Rede Amazônia (Rio de Janeiro)*, 3(1), 77-84. Retrieved from <http://coletiva.labor.unicamp.br/index.php/artigo/mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos/>
- Federici, S. (2017). *Caibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação*. São Paulo: Elefante.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2014). *The State of World Fisheries and Aquaculture - Opportunities and challenges*. Recuperado de <https://www.fao.org/documents/card/en/c/097d8007-49a4-4d65-88cd-fcaf6a969776>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2016). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2016 - Contributing to food security and nutrition for all*. Recuperado de <https://www.fao.org/documents/card/en/c/2c8bcf47-2214-4aeb-95b0-62ddef8a982a>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2018). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2018 - Meeting the sustainable development goals*. Recuperado de <https://www.fao.org/3/i9540en/i9540en.pdf>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2020). *El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura 2020 - La sostenibilidad en acción*. doi: 10.4060/ca9229es
- Gerber, R. M. (2013). *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107184>
- Guareschi, P. A., & Jovchelovitch, S. (Orgs.). (1995). *Textos em representações sociais* (2ª ed.) Petrópolis: Vozes.
- Hache, E. (2016). *Reclaim: recueil de textes eco féministes*. Paris: Cambourakis.
- Halbwachs, M. (2004). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Huyssen, A. (2001). *En busca del futuro perdido y memoria en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Jodelet, D. (2018). Inácia D'Ávila Neto: uma prática psicossocial inovadora. In T. B. Maciel & C. M. Souza (Orgs.), *Inovação e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade* (pp. 39-53). Curitiba: Appris.
- Jodelet, D., & Haas, V. (2019). Mémoires et représentations sociales. In A. Palmonari & F. Emiliani (Orgs.), *Repenser La Théorie des Représentations Sociales* (pp. 89-104). Paris: Éditions des Archives Contemporaines (Collection Psychologie du Social).
- Leitão, M. R. F. A. (2013). Gênero, pesca e cidadania. *Amazônica, Revista de Antropologia. (Online)*, 5(1), 98-111. doi: 10.18542/amazonica.v5i1.1307
- Leitão, M. R. F. A. (2019). Mulheres e poder na presidência das Colônias de Pescadores/as em Pernambuco. In S. A. S. Monteiro (Org.), *Cultura: conceito sempre em desenvolvimento* (pp. 87-98). Ponta Grossa: Atena. doi: 10.22533/at.ed.375190406
- Leitão, M. R. F. A., & Pereira, A. G. (2021). Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco. *Revista Novos Olhares Sociais*, 4(2), 32-60. Recuperado de <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/595>
- Maciel, T. B., & Souza, C. M. (Orgs.). (2018). *Inovação e trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade*. Curitiba: Appris.
- Maneschy, M. C. (1995). A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: série Antropologia (Belém)*, 11(2), 145-166. Recuperado de <http://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/821>
- Maneschy, M. C., & Alvares, M. L. M. (2010). Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. *Coletiva*, 1. Recuperado de <http://coletiva.labor.unicamp.br/index.php/artigo/mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos/>
- Maneschy, M. C., Siqueira, D., & Alvares, M. L. M. (2012). Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 713-737. Recuperado de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000300007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000300007&script=sci_arttext)
- Martinez, S. A. (2018, 8 de março). Entrevista com a pesquisadora, professora da Universidade Estadual Norte Fluminense. *CBN Noite Total*. Recuperado de <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/166135/pesquisa-aponta-situacao-precaria-das-mulheres-que.htm>
- Martinez, S. A., & Hellebrant, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. Campos dos Goytacazes: EDUENF.
- Mies, M., & Shiva, V. (1997). *Ecofeminismo: teoria, críticas e perspectivas*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Motta-Maués, M. A. (1999). *Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando o gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil* (Vol. III, pp. 377-399). Portugal: Revista etnográfica.
- Nasciutti, J. C. R. (1996). Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. *Revista Documenta*, 4(7), 51-58.
- Parlamento Latino-americano e Caribenho. (2017). *Lei Modelo de Pesca Artesanal em Pequena Escala do Parlamento Latino-americano e Caribenho*. Panamá: Programa MesoAméricas in Hambre/Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO)/Agencia Mexicana de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AMEXCID). Recuperado de [https://parlatino.org/pdf/leyes\\_marcos/leyes/ley-modelo-pesca-artesanal-pt.pdf](https://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-modelo-pesca-artesanal-pt.pdf)
- Pires, M. L. L. S., Albuquerque, P. A. T. S., & Juste, Y. P. V. (2015). Na peleja pelo reconhecimento social: o caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10 de Itapissuma. *Estudos de Sociologia (Recife)*, 2(21), 113-142. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/viewFile/235652/28555>
- Puccini, S. J. S. (2007). *Documentário e roteiro de cinema: da pré-produção a pós-produção* (Tese de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo). doi: 10.47749/T/UNICAMP.2007.423622

Silva, A. P. (2014). *Pesca artesanal brasileira, aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 3*. Palmas, TO: EMBRAPA Pesca e Aquicultura. Recuperado de <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/108691/1/bpd3.pdf>

Woortmann, E. F. (1991). Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. *Série Antropologia (Brasília)*, 111, 1-115. Recuperado de <https://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie111empdf.pdf>

---

<sup>1</sup> Gentílico de pessoas nascidas em Arraial do Cabo.

<sup>2</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade,

<sup>3</sup> Caíco é o nome dado aos pequenos botes de fundo chato construídos em madeira. O fundo chato oferece estabilidade e a construção é rápida e simples. Tem grande capacidade de carga, são robustos e versáteis.

*Regina Carmela*, Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Mediações, Humanidades e Subjetividades (MEDICATIO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é Professora do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia – UFRJ, Av. Pasteur 250, Botafogo Rio de Janeiro/RJ. CEP 22.290-250. Email: [reginacarmela@gmail.com](mailto:reginacarmela@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2801-6832>

*Marta de Araújo Pinheiro* (in memoriam), Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [secretariaeicos@gmail.com](mailto:secretariaeicos@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8150-1004>

Recebido em 15.jul.22

Revisado em 16.nov.22

Aceito em 18.dez.22

## Se existiu uma antipsiquiatria e uma antipsicanálise, por que não uma antipsicologia? Diálogos com Martín-Baró

Pedro Henrique Antunes da Costa. Universidade de Brasília

### Resumo

O presente trabalho trata de uma introdução à tradução ao português brasileiro do artigo Antipsiquiatria e antipsicanálise (*Antipsiquiatria y antipsicoanálisis*), de Ignacio Martín-Baró (1973/2022). São debatidos aspectos fundamentais, contextualizando-o, reiterando sua relevância e avançando no debate ao qual se propõe, a saber: a crítica e transformação do campo psi (psiquiatria, psicologia e psicanálise). Ensejamos fomentar o debate sobre a crítica da psicologia numa perspectiva radical, a partir do marxismo. Não nos cabe construir uma *antipsicologia*, como a *antipsiquiatria* e a *antipsicanálise*? Uma *suprassunção* da psicologia, no sentido de afirmá-la, mas também negá-la e produzir-se enquanto negação da negação? Se para Martín-Baró (1973), para que surja uma sociedade nova, essa ciência (psicologia) tem que deixar de ser não só esta ciência, mas de ser nossa, para nós, ela deve também *deixar de ser*, deve ser superada.

**Palavras-chave:** psicologia; psiquiatria; psicanálise; crítica; marxismo.

### Abstract

*If there was an antipsychiatry and an antipsychoanalysis, why not an antipsychology? Dialogues with Martín-Baró.* The present work contains an introduction to the translation into Brazilian Portuguese of the article Antipsychiatry and antipsychoanalysis (*Antipsiquiatria y antipsicoanálisis*), by Ignacio Martín-Baró (1973/2022). It discusses fundamental aspects, contextualizing it, reiterating its relevance, and advancing in the debate to which it proposes, namely: the criticism and transformation of the psych field (psychiatry, psychology, and psychoanalysis). We aim to encourage the debate on the critique of psychology in a radical perspective, from Marxism. Is it not up to us to build an antipsychology, like antipsychiatry and antipsychoanalysis? A subsumption of psychology, in the sense of affirming it, but also denying it and producing itself as a negation of negation? If for Martín-Baró (1973), for a new society to emerge, this science (psychology) must stop being not only this science, but ours, for us, it must also cease to be, it must be overcome.

**Keywords:** psychology; psychiatry; psychoanalysis; criticism; Marxism.

### Resumen

*Si hubo una antipsiquiatría y un antipsicoanálisis, ¿por qué no una antipsicología? Diálogos con Martín-Baró.* El presente trabajo contiene una introducción a la traducción al Portugués Brasileño del artículo Antipsiquiatria y antipsychoanalysis, de Ignacio Martín-Baró (1973/2022). Discute aspectos fundamentales, contextualizándolo, reiterando su pertinencia y avanzando en el debate al que se propone, a saber: la crítica y transformación del campo de la psiquiatría (psiquiatría, psicología y psicoanálisis). Pretendemos fomentar el debate sobre la crítica de la psicología en una perspectiva radical, desde el marxismo. ¿No nos cabe construir una antipsicología, como la antipsiquiatría y el antipsicoanálisis? ¿Una subsunción de la psicología, en el sentido de afirmarla, pero también negarla y producirse como negación de la negación? Si para Martín-Baró (1973), para que surja una nueva sociedad, esta ciencia -la psicología- tiene que dejar de ser no solo esta ciencia, sino la nuestra, para nosotros también debe dejar de serlo, debe ser superada.

**Palabras clave:** psicología; psiquiatría; psicoanálisis; crítica; Marxismo.

Este trabalho, de formato não usual, introduz a tradução ao português brasileiro do artigo Antipsiquiatria e antipsicanálise, de Ignacio Martín-Baró<sup>1</sup>. São debatidos aspectos fundamentais do referido texto, de modo a contextualizá-lo, reiterar sua relevância, bem como avançar no debate ao qual se propõe, a saber: a crítica e transformação do campo *psi* (psiquiatria, psicologia e psicanálise). O artigo foi publicado em 1973 no número 28, volume 293/294, da revista *Estudios Centroamericanos (ECA)*, da *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA)* de El Salvador. Na UCA, Martín-Baró não só trabalhou como docente, mas ocupou diversos cargos administrativos, chegando a ser vice-reitor da instituição, tendo uma atuação militante destacada durante a ebulição e o desenvolvimento da guerra civil salvadorenha (1979-1992). Foi nela também que acabou sendo assassinado em 16 de novembro de 1989, junto de outros cinco padres jesuítas e uma trabalhadora da UCA e sua filha, por um exército paramilitar com treinamento nos Estados Unidos e íntimas ligações com o conluio oligárquico imperialista sintetizado no/pelo governo de direita da época, cujo presidente era Alfredo Cristiani.

Trata-se de um breve texto, na seção de comentários da revista, de um Martín-Baró ainda graduando em psicologia – veio a se formar em 1975 –, mas com uma já extensa bagagem intelectual e acadêmica, expressa em sua dupla formação até então: filosofia e teologia. Apesar de não ser tão conhecido no Brasil, em comparação a outras de suas produções traduzidas e publicadas no país<sup>2</sup>, o artigo nos possibilita uma série de importantes reflexões que justificam a sua tradução para o português brasileiro e consequente publicação; algumas delas abordadas no presente texto introdutório, tornando-o mais acessível e conhecido para nossa psicologia.

No texto, o autor dialoga com as principais formulações críticas no campo *psi*, em especial da psiquiatria e psicanálise, a saber: a *Antipsiquiatria* e a *Antipsicanálise*. Demonstra, assim, toda sua erudição e abrangência intelectual, bem como sua apropriação eclética e heterodoxa, ao mesmo tempo que já nos aponta *germens* de alguns dos principais fundamentos de sua *práxis* – e que, portanto, serão desenvolvidos no decorrer de sua trajetória. Inclusive, acreditamos que uma série de questões apontadas no texto constituíram horizontes ao autor no desenvolvimento de um projeto ético-político à psicologia na forma da sua proposta de *Psicologia da Libertação*. Citamos, por exemplo: a necessidade de se desideologizar (e desalienar) a realidade e a própria psicologia; de se historicizar e politizar

a psicologia; da consciência (e conscientização) como horizonte da *práxis psi* (*quehacer* profissional), o que implica na consciência da psicologia acerca de si própria, dentre outros.

Contudo, o tema do texto, da antipsiquiatria e da antipsicanálise, acaba por se desdobrar na/pela análise de Martín-Baró à psicologia; algo que, como o próprio apontou, acabaria por acontecer, mas se deu não sem as contribuições *baronianas*: “uma antipsiquiatria, uma antipsicanálise e – não demorará muito, certamente – uma antipsicologia. Oposições que não se dirigem tanto à ciência em si, mas aos seus condicionamentos ideológicos”. Apesar de tal processo não ter ganho força e se desenvolvido na forma de um movimento de *antipsicologia*, isso não significa que não existiram algumas propostas nessa direção<sup>3</sup>. A nosso ver, o próprio Martín-Baró o desenvolveu na forma de sua *Psicologia da Libertação*; uma outra psicologia que, sem renunciar à psicologia enquanto ciência, implicava na transformação da mesma e seus condicionamentos ideológicos. Uma negação, mas ainda na forma de psicologia; no entanto, uma outra psicologia. Eis mais um motivo que justifica não só a tradução que se segue, mas a presente introdução, em que situamos o artigo na trajetória *baroniana*; o contextualizamos na continuidade *baroniana*; em Martín-Baró como uma totalidade – múltipla, por vezes contraditória.

Entre as inúmeras qualidades a serem ressaltadas no texto, apesar de sua brevidade, ressalto sua atualidade e a pertinência das reflexões. Em uma dinâmica social na qual ganham cada vez mais relevância e capilaridade os processos de psiquiatrização e psicologização da vida enquanto mecanismos muito bem engendrados e sofisticados de mistificação da realidade e controle da classe trabalhadora, tendo nos saberes e profissões *psi* seus principais artífices, é premente o resgate da radicalidade da crítica. Os “*anti*” da psiquiatria, da psicanálise – e, devemos nos perguntar por que não existiu na psicologia –, mais do que nunca foi necessário. Por mais que possa causar estranhamento e, dependendo da forma como é posto ou do interlocutor, encerrar o debate logo de início, tais “*antis*” no campo *psi* expressaram alguns dos movimentos mais radicais de crítica, produzindo melhorias e transformações que, se não chegaram a superar o próprio campo *psi*, ao menos o obrigou a ser melhor; os *espectros que rondaram* a psiquiatria e a psicanálise, por meio da antipsiquiatria e antipsicanálise, foram responsáveis pelo processo de que as próprias se olhassem no espelho – mesmo que a força – e se defrontassem com a sujeira do sistema na

forma da maquiagem que adornava seus rostos. Agora, ao menos o rosto estava nu.

Inclusive, o cada vez maior absolutismo do campo *psi* em nossas vidas, sobretudo da psiquiatria – e, mais recentemente, das neurociências, do cérebro – não condiz com o arrefecimento de tais movimentos, o esquecimento dos “*antis*”? Abrandamentos e inflexões, por meio de críticas mais ponderadas, “sóbrias”, não tão “extremistas” – em resumo, conciliatórias – que se põem a mudar tudo, menos o todo? Ou a mudar tudo desde que dentro da ordem?

O próprio sentido do “*anti*” não só é desvirtuado neste processo junto de quem o reivindica, sendo também apresentado de maneira invertida. O “*anti*” como “*anti*” razão, ciência, supostamente engrossando o coro do negacionismo e irracionalismo. Mais, o “*anti*” como manutenção da ordem, afinal o objeto (de superação) do “*anti*” é o que nos salvará; vejamos bem, uma salvação por outrem, não por nós mesmos; e uma salvação por outrem, pois de um indivíduo cada vez mais alienado e estranhado de si, que só pode se confrontar consigo mesmo, se fazer – ainda mais alienado – apenas por meio da psicologia, da psiquiatria, da psicanálise.

Nesse sentido, gostaríamos de mencionar um exemplo marcante de *antipsicologia* existente na realidade brasileira, por mais que não tenha se denominado de tal forma. Trata-se das reflexões de Oswaldo Yamamoto (1987) em sua obra *A crise e as alternativas da psicologia*<sup>4</sup>. Em comparação com a de Martín-Baró, temos uma proposta mais radical e de negação da psicologia – não só de seus condicionamentos ideológicos, mas *da psicologia* como um todo, enquanto ciência parcelar, burguesa e profissão subordinada ao Capital. Um movimento “de se dar o passo derradeiro no sentido não de *refazer*, mas de, enquanto questão política, *negar a Psicologia*” (p. 80, grifos do autor)

Alguns elementos da análise de Martín-Baró podem – e, a meu ver, devem – ser questionados. Primeiramente, a sua concepção de “doença mental” (*enfermedad mental*) ao que historicamente denominou-se de loucura e os seus sentidos contemporâneos na forma do sofrimento psíquico. Debruçando-nos a alguns dos próprios autores com os quais Martín-Baró dialoga, sobretudo, Thomas Szasz<sup>5</sup> e David Cooper<sup>6</sup>, observaremos suas respectivas críticas ao conceito de “doença mental” enquanto mitologia e mistificação da realidade, descaracterizando o próprio fenômeno que, supostamente, sintetiza e deveria expressar idealmente e cumprindo funcionalidades de reprodução da ordem social. Ademais,

se “[n]ão se trata de lutar contra a psiquiatria enquanto ciência da doença [*enfermedad*] psíquica; se luta contra uma concepção de doença [*enfermedad*] psíquica demasiadamente condicionada por uma ideologia e um tipo de sociedade”, o que fazer se esta ciência se edifica a partir dessa concepção? Se a forja e nela/por ela se sustenta? Conforme Marx (2011, p. 57) se “[a]s categorias são ‘formas de ser, determinações da existência’”<sup>7</sup> a concepção de “doença mental” (ou “psíquica”) seria a expressão ideal do movimento do real ou uma concepção mistificadora? Logo, a ciência que por ela se arvora também não seria igualmente mistificador? Não há a necessidade de superarmos a concepção e a ciência como um todo, por mais que possam ter uma relativa autonomia entre si? Não só pensamos que sim, como entendemos que há uma limitação neste ponto da análise de Martín-Baró, e que se refere, justamente, à sua noção do “*anti*”.

Pensamos que tal explicação encontra-se na própria análise *baroniana*, só que de maneira implícita, irrefletida. Assim, não menos interessante é a pergunta que ele faz à psicologia (e se faz, portanto) e que, inclusive, aparece negritada, indicando ser uma indagação fundamental em suas reflexões: “*é possível efetuar uma inversão análoga à efetuada por Marx com a crítica da economia política?*” O que pode ser problematizado na apreensão *baroniana* do método em Marx, é que este produziu uma *crítica* da economia política como *suprasunção* dela. *Suprasunção* no sentido hegeliano de *afirmação, negação e negação da negação* ou *incorporação/manutenção, negação e superação* (*Aufhebung*). Não se tratava, pois, de uma *economia política marxista*. Por mais que incorporasse alguns dos elementos da economia política clássica, o fazia elevando-os a uma nova condição, em um novo estado, adquirindo uma nova qualidade. Assim, superava o objeto de crítica e, também por negá-la, era a sua negação. Da mesma forma, por ser a crítica à economia política, era movimento, processual, uma relação permanente que se move não apenas com o movimento do objeto criticado, mas da própria realidade ao qual se debruça e visa dissecar para transformar. Este é o sentido do “*anti*”, que carece de ser explicado, divulgado, reivindicado.

Nesse sentido, ao menos em nossa análise, não seria possível construir um *Psicologia Marxista*, o que não significa que a teoria social marxiana, o método em Marx, bem como toda a tradição marxista não teriam uma série de subsídios à psicologia. O próprio movimento de Marx deve nos orientar fundamentalmente em dois pontos.

O primeiro é o de que *a crítica à psicologia* não pode ser institucionalizada ou encapsulada na forma de uma *psicologia crítica*, mais uma das ramificações ou subdivisões da psicologia, mas é um movimento permanente de crítica, uma relação crítica, questionadora com a psicologia, seja por dentro ou por fora da própria psicologia. A institucionalização da crítica na forma de uma *psicologia crítica*, “uma psicologia a mais entre outras” (Pavón-Cuellar, 2019, p. 28, tradução nossa)<sup>8</sup> é, na verdade, o triunfo da psicologia sobre a crítica.

Aliado a isso, temos o segundo ponto que pode, inclusive, ser robustecido a partir do diálogo com as reflexões de Martín-Baró, sendo sistematizado na seguinte pergunta (retórica): não nos cabe construir uma *antipsicologia*? Uma *suprassunção* da psicologia, no sentido de afirmá-la, mas também negá-la e produzir-se enquanto negação da negação? Uma negação que não significa desconsideração da mesma de antemão, mas como processo e ponto de chegada, como horizonte; não como forma de rifá-la a priori, mas de transformá-la, num processo que se dá internamente a ela – por meio das transformações efetuadas por nós psicólogos(as) –, mas que não se dissocia das transformações “de fora”, “por fora” e como elas “adentram” na psicologia; até mesmo porque o “externo” se manifesta na/pela psicologia e por ela é conformado, não havendo tal dicotomia; ele é a

psicologia e a psicologia é ele. “[D]esalienar uma ciência e uma profissão que, por definição, se ocupam da alienação humana” significa superar uma condição que aliena e requer uma ciência sobre tal ser alienado e que o tem enquanto universal, alienando-o.

Conforme o próprio conclui: “O ponto é que talvez não sejam os indivíduos os que necessitam de tratamento, mas a sociedade. E o tratamento da sociedade se chama revolução”. E como a psicologia pode contribuir para tal tratamento da sociedade, ao passo que a revolução também constitui o tratamento da psicologia. Conforme Martín-Baró (1986/2011, p. 196) disse em *Para uma Psicologia da Libertação*, 13 anos depois do artigo que aqui traduzimos e nos debruçamos: “uma Psicologia da Libertação requer uma libertação prévia da Psicologia”<sup>9</sup>.

Tudo isso, em hipótese alguma, significa um movimento de diminuir a importância de Martín-Baró para a psicologia, em especial, à psicologia latino-americana. Num último ato, enquanto movimento síntese dialética do diálogo que aqui propomos com ele, e numa suprassunção do próprio, na qual o afirmamos, mas também o negamos e negamos tal negação na forma de uma superação, o reproduzimos: “para que surja uma sociedade nova, essa ciência, talvez, tenha que deixar de ser não apenas **esta** ciência, mas deixar de ser **nossa**”; e acrescentamos: e *deixar de ser*, ser superada.

<sup>1</sup> A tradução inédita do artigo Antipsiquiatria y antipsicoanálisis, de Ignacio Martín-Baró, foi realizada por Pedro Henrique Antunes da Costa e está publicada na revista Estudos de Psicologia (Natal), 27(3), 2022.

<sup>2</sup> Cabe aqui ressaltar o primeiro artigo de Martín-Baró traduzido e publicado no país, O papel do psicólogo (El papel del psicólogo en el contexto centroamericano), na revista Estudos de Psicologia de Natal (vol. 2, n. 1, pp. 7-27), em 1996, com tradução de Yayá M. de Andrade e revisão de Oswaldo H. Yamamoto e José Q. Pinheiro. Ainda sobre a divulgação de Martín-Baró no país, fazemos menção aos esforços de Raquel Guzzo e, sobretudo, de Fernando Lacerda Júnior, responsável pela tradução e publicação no país da maioria das produções baronianas, como o livro Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais (Editora Vozes, 2017), que contém 14 textos de Martín-Baró até então inéditos no Brasil.

<sup>3</sup> Por exemplo, citamos o livro “Antipsicologia: a práxis de uma ideologia alternativa”, de Wilson Coutinho Júnior, publicado em 1984.

<sup>4</sup> Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo: Szasz, T. S. (1974). *O mito da doença mental*. São Paulo: Círculo do Livro.

<sup>6</sup> Ver a análise sobre a esquizofrenia em: Cooper, D. (1989). *Psiquiatria e Antipsiquiatria*. São Paulo: Perspectiva.

<sup>7</sup> Marx, K. (2011). *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.

<sup>8</sup> Pavón-Cuellar, D. (2019). Psicología crítica y lucha social: pasado, presente, futuro. *Poiésis*, 37, 19-34.

<sup>9</sup> Martín-Baró, I. Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Júnior (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 101-120). Campinas: Alínea. (Trabalho original publicado em 1986)

Pedro Henrique Antunes da Costa, Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é Professor da Universidade de Brasília (UnB). Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC Sul, Brasília - DF, CEP 70.910-900. Email: phantunes.costa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2404-8888>

Recebido em 07.mar.2022

Aceito em 24.dez.2022

## Antipsiquiatria e Antipsicanálise<sup>1</sup>

Ignacio Martín-Baró. Estudios Centroamericanos (ECA), n. 28, v. 293/294, p. 203-206, 1973

Estar na moda tem suas vantagens e desvantagens. O castiçal [candelero] facilmente se torna um pelourinho [picota]<sup>2</sup>, e a mesma tribuna pública que serve para a homenagem pode chegar a servir de forca. Isso é o que está acontecendo com as ciências psicológicas que, desfrutando como desfrutaram de uma apreciação incomum e de uma demanda reconfortante, chamaram demasiada atenção para si mesmas. E a atenção persistente aos poucos se torna crítica, descobrindo rugas por trás da maquiagem.

Nesse contexto de atenção, que envolve experimentação e estudo, explica-se a emergência dos “anti”: uma antipsiquiatria, uma antipsicanálise e – não demorará muito, certamente – uma antipsicologia. Oposições que não se dirigem tanto à ciência em si, mas aos seus condicionamentos ideológicos. Não se trata de lutar contra a psiquiatria enquanto ciência da doença [enfermedad] psíquica; se luta contra uma concepção de doença [enfermedad] psíquica demasiadamente condicionada por uma ideologia e um tipo de sociedade; se trata não de destruir a ciência, mas de purificá-la de uma subserviência mais ou menos inconsciente que de fato subordina a verdade aos interesses dos poderes estabelecidos. É muito significativo que as ciências psicológicas de origem americana tenham considerado como critério e ideal de saúde mental o “ajustamento” (e não a adaptação, termo muito mais ambicioso e complexo, embora às vezes tenham sido usados como sinônimos), finalmente convertido em acomodação conformista à sociedade estabelecida. Contra essa deplorável abordagem surgem, com todo o vigor de uma ciência cada vez mais madura e, portanto, mais autoconfiante, as críticas mais radicais dos mais diversos lugares.

O que é a **antipsiquiatria**? É um movimento que, consciente da historicidade de toda ciência, afirma que as definições de saúde e doença mental envolvem um juízo de valor e, portanto, implicam uma ideologia. “Quanto às muitas formas psiquiátricas - disse [Giovanni] Berlinguer em seu apaixonante livrinho **Psiquiatria e poder**<sup>3</sup> -, a definição é mais social do que objetivamente científica, quer dizer que se postula em termos de incompatibilidade com o modo de vida comum”. Isso significa que a doença mental constitui, em muitos casos, um expediente final e precioso para eliminar do jogo social aqueles que em seu modo de vida se opõem ao sistema estabelecido ou não querem entrar em suas categorias. “Ele é louco.” “Ele desliza [patina<sup>4</sup>].” E não haverá sequer uma tentativa de entrar em discussão ou luta com ele; simplesmente, ele é isolado em um hospital psiquiátrico. Como em **Laranja Mecânica** de S. Kubrich, a clínica substitui a prisão e o paciente, criminoso por seu desacordo com a sociedade, é entregue às mãos dos especialistas do cérebro, dos reflexos e forças instintivas, agora convertidos em guardiões do poder estabelecido.

Que isto é assim, já foi amplamente comprovado pelo que aconteceu há algum tempo no hospital psiquiátrico de Gorizia, onde a equipe médica, liderada pelo Dr. Basaglia (autor de **O doente artificial**<sup>5</sup>, uma terrível alegação contra esta situação), se recusou a cumprir com seu papel carcerário. A simples notícia de que se deixaria em liberdade “os loucos” causou pânico na população e até confronto com a polícia. Com poucas variáveis, essa situação se reproduziu em vários lugares que tentaram tratar os doentes como meros seres humanos, cujo sofrimento [achagues] não os impedem de serem pessoas. Então, terá razão [Thomas] Szasz quando afirma que a loucura é simplesmente um comportamento divergente, ou E. Corri quando diz que a loucura é “um comportamento normal em relação a situações anormais”? De qualquer forma, o que não há dúvida é que a doença mental não é apenas um juízo de valor negativo, condicionado pela sociedade que o emite, mas frequentemente se converte em um juízo repressivo. G. Jervis pôde escrever que “está se redescobrimo nos últimos anos que os loucos dos manicômios não se tornaram assim por causa da evolução de um processo patológico, mas porque os hospitais psiquiátricos tradicionais são fábricas de pacientes”.

A antipsiquiatria questiona abertamente a razão de todo esse estado de coisas. Que interesses estão escondidos por trás dessas formas sutis de repressão? Que lacunas se trata de preencher com estas categorias? Que defeitos pretendem esconder com esses tratamentos psiquiátricos? Eis aqui a questão de fundo que fomenta o movimento da antipsiquiatria. Uma pergunta consciente e voluntariamente política. Porque política é, sem dúvida, a opção inconsciente da psiquiatria atualmente em uso. Uma opção pelo sistema estabelecido, pelos valores do individualismo, “o consumo e a concorrência, que, para nós latino-americanos e, em geral, para todo o mundo da pobreza,

é algo como assim uma opção da psiquiatria em favor de nossa eterna opressão e escravidão que parecem sem fim [*sempiternas*]. Assim, não é de se estranhar - como aponta [Bruce] Ennis em seu livro **Prisioneiros da Psiquiatria**<sup>6</sup> - que são os pobres, os negros e os idosos quem mais são frequentemente encarcerados contra suas próprias vontades em instituições psiquiátricas. Nem é de surpreender que, no campo profissional da psicologia, os psicólogos se preocupam mais com a seleção e acomodação do trabalhador na fábrica, escritório ou oficina do que com a socialização do trabalho e com o apoio e fortalecimento das demandas dos marginalizados. Que, ao invés de ajudar a configurar uma comunidade humana, a psicologia torna-se um instrumento de marginalização e opressão.

No campo da psicologia e da psiquiatria - escreve Berlinguer - há uma profunda crise institucional e doutrinária. A questão essencial é a seguinte: **é possível efetuar uma inversão análoga à efetuada por Marx com a crítica da economia política?** Marx revelou abertamente o caráter mistificador de uma ciência que ocultava as relações de produção capitalistas por trás de princípios econômicos “válidos para toda a eternidade”, e, ao mesmo tempo, lançou as bases teóricas do processo de emancipação dos trabalhadores. A antipsiquiatria quer libertar-se dos interesses sujos escondidos por trás de muitos diagnósticos, alegadamente assépticos, de muitas terapias alegadamente bem-intencionadas. Quer desalienar uma ciência e uma profissão que, por definição, se ocupam da alienação humana. O ponto é que talvez não sejam os indivíduos os que necessitam de tratamento, mas a sociedade. E o tratamento da sociedade se chama revolução. A antipsiquiatria quer reproduzir o gesto de Pinel numa escala social, ao menos no que diz respeito a ela.

Algo semelhante também está acontecendo no campo da psicanálise, com um movimento que poderíamos chamar de **antipsicanálise**, apesar de ter alguns antecedentes na história do movimento psicanalítico (ver, por exemplo, os documentos compilados por Hans-Peter Genter em **Marxismo, psicanálise e sexo**<sup>7</sup>). Sabe-se que a psicanálise não só nasceu em um meio burguês, mas tem se desenvolvido e florescido como um tratamento para ricos, feito por especialistas que tiveram que passar por uma formação muito cara, acessível a uma minoria privilegiada. Tanto é assim, que hoje em dia a psicanálise constitui mais uma base na qual se funda o atual sistema capitalista (o que, pensando bem, não deixa de ser um curioso paradoxo).

Movimentos dissidentes, de tendência francamente socialista, como foram os de Adler ou da escola neofreudiana (Horney, Fromm, etc.) conseguiram ser assimilados pela sociedade estabelecida, à qual prestaram e continuam a prestar excelentes serviços. Com grande habilidade, Marcuse pôde afirmar que, na história psicanalítica, o princípio de realidade tornou-se gradualmente o princípio do rendimento (“*Leistungsprinzip*”) que consagra; não só aquela repressão necessária para a convivência social, mas até mesmo a repressão excedente [*sobrante*]. A função do homem não seria mais a de agir, mas sim de render, o que quer dizer, agir criando mercadorias, o que acabaria por instrumentalizar todas as relações humanas. E isso é o que acontece, de fato, com a benção e o apoio da maioria dos psicanalistas.

Porém, pouco a pouco, por toda parte e entre as próprias fileiras dos analistas, começam a surgir vozes críticas e dissidentes contra esse “concerto” [*arreglito*] sujo. É o caso de um Caruso, um Fanon ou de um Castillo del Pino. Como é o caso de um bom grupo de psicanalistas argentinos e uruguaios que, impelidos por uma série de acontecimentos recentes ocorridos em seus países, se questionam e questionam a fundo, não apenas os fundamentos teóricos de sua ciência, mas também os pressupostos sociais e ideológicos de sua profissão (ver: **Questionamos. Documentos para a localização atual da psicanálise**, compilação de Marie Langer<sup>8</sup>). “Questionamos - diz Marie Langer - as omissões que comete o pensamento psicanalítico presente. Recalca [*Escotomiza*] a forma que a estrutura de nossa sociedade capitalista entra, através da família, como cúmplice na determinação das neuroses, e que se introduz, através de nosso pertencimento de classe, em nossa prática clínica, invade nosso enquadramento e distorce nossos critérios de cura... Questionamos o Freud ideológico que toma a sociedade que dada e o homem como fundamentalmente imutável. Questionamos, ademais, a institucionalização atual da psicanálise e seu pacto com a classe dominante”.

Antipsiquiatria e antipsicanálise são expressões de uma nova consciência social sobre o condicionamento das ciências e, muito mais, sobre a alienação do exercício profissional. Uma consciência disposta a não seguir ocultando a verdade em benefício de uns poucos para prejuízo das massas oprimidas. Uma consciência de que “a neurose de um indivíduo é sempre o sintoma de uma doença da sociedade” e que, portanto, o problema não se resolve de maneira alguma “curando” o indivíduo, isto é, ajustando-o a essa sociedade. Uma consciência de que

a psicologia se converteu em serva acrítica de interesses bastardos. Uma consciência, por fim, de que toda a ciência e toda prática, por serem históricas, são políticas, e isto para o bem e para o mal. Quanto a isso, é significativa a afirmação de Marie Langer: “Para que a nossa ciência sobreviva na nova sociedade que se aproxima, e

para que possa complementar com seu conhecimento psicológico, desta vez não renunciaremos nem ao marxismo nem à psicanálise”. Mas bem sabe Marie Langer que, para que surja uma sociedade nova, essa ciência, talvez, tenha que deixar de ser não apenas **esta** ciência, mas deixar de ser **nossa**.

---

<sup>1</sup> Texto inédito traduzido por Pedro Henrique Antunes da Costa, Professor do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília (UnB). Versão original disponível em [https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/10/1973Antipsiquiatr%c3%adaypsicoan%c3%a1lisisECA1973-28-293\\_294-203\\_206.pdf](https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/10/1973Antipsiquiatr%c3%adaypsicoan%c3%a1lisisECA1973-28-293_294-203_206.pdf). Os grifos pelo autor em negrito foram mantidos. Notas do tradutor (NT) foram acrescentadas para facilitar a leitura e o entendimento de determinados elementos do texto. Quanto aos trabalhos citados por Martín-Baró, optou-se por traduzir no corpo do texto para o português, mas com suas informações originais – e completas – nas notas. No caso de a produção ter sido traduzida ao português e publicada no Brasil, optamos por colocar a referência da versão em português.

<sup>2</sup> Pelourinho ou picota, era uma coluna geralmente de pedra colocada em espaços públicos de cidades ou vilas para que pessoas fossem castigadas. No Brasil, foi muito utilizado para a punição de escravizados, que neles eram amarrados e torturados, ficando em exposição, à vista de todos, para que fossem ainda mais humilhados, com tal ato também servindo como mensagem a outros escravizados, como forma de controle. Com isso, Martín-Baró quer dizer que o castiçal que joga luz em algo e o expõe, pode fazê-lo de modo a tornar-se uma picota, para torná-lo alvo de crítica, enxovalhá-lo. (NT)

<sup>3</sup> Psiquiatria y poder, Editora Granica (1972). (NT)

<sup>4</sup> O sentido aqui é de desvio; o louco como desviante. (NT)

<sup>5</sup> Carta de Nova York: o doente artificial. In BASAGLIA, F. Escritos seleccionados em saúde mental e reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 91-132. (NT)

<sup>6</sup> Prisoners of Psychiatry: Mental Patients, Psychiatrists, and the Law. Harcourt Editorial, 1972. (NT)

<sup>7</sup> Marxismo, psicoanálisis y sexpol. I. Documentos. Organização de Hans-Peter Gente. Granica Editora, 1972. (NT)

<sup>8</sup> Questionamos. Documentos a la ubicación actual del psicoanálisis. Organização de Marie Langer. Granica Editora, 1971. (NT)